

Este trabalho foi julgado adequado para a obtenção do título de

DOUTOR EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

na sub-área de JORNALISMO, POLÍTICA E TECNOLOGIA
(IMPrensa DE COOPERATIVAS E MODERNIZAÇÃO DA
AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL)

São Paulo, de

COMISSÃO EXAMINADORA:

Tese de Doutorado

Autor: Hélio Ademar Schuch

Orientador: Dr. Wilson da Costa Bueno

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes

1993



0.221.090-9

UFSC-BU

Este trabalho foi julgado adequado para a obtenção do título
de

DOUTOR EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

na sub-área de Jornalismo.

Para Gládis e Rafael

São Paulo, a Adalberto Benro Filho, "de 1993.", e Paulo José da
Cunha Brito.

BANCA EXAMINADORA:

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos jornalistas, desenhistas de imprensa e técnicos (engenheiros agrônomos, médicos veterinários, odontólogos e outros) que deram depoimentos e responderam às perguntas para esta pesquisa. Jornalistas: Ana Amélia de Almeida, Ayrton Kanitz, Daria Cidilane Lemos de Brus Luchese, Emanoel Rogério Recco, Raul Quevedo, Waldir Antonio Heck, Para Gladis e Rafael Bombardelli, Alberto de S. Batista, e também a Adelmo Genro Filho, "in memoriam", e Paulo José da Cunha Brito.

Desenhistas de imprensa: Bruno Blécher, Cassio Sison, Carlos A. da Silva, Carlos R. Arteché Silveira, Carlos Wagner, Deoli Graff, Edison de Almeida Lemos, Egon Becker, Eliana de Souza Lima, Eloy D. de Souza, Elvira M. V. Carvalho, Evory P. C. Schmitt, Fleury T. de Souza David, Geraldo Ferronato, Horst Knak, Hugo P. de Oliveira, Humberto Schvabe, Iracy Potiguara Novazzi, Ivan Roberto A. Pegoraro, João Castanho Dias, Jorge L. de Almeida, Jorge Reti, José C. de Moraes, José Belarmino da Silva, José João Biavatti, José Roberto B. Garcez, Layne Maria T. de Almeida Matzenbacher, Luiz Roberto Canello, Luiz Trindade de Almeida, Marcelino Pereira, Márcia M. dos Santos, Maria Tereza C. Meilo, Nelson da Rocha, Neyde Eloisa Iys, Nicanor de Almeida, Nivaldo Tetilla Manzano, Otacilio Grivot, Paulo de Almeida, Pedro Luiz Bittenbender, Pedro L. de S. Osório, Rodrigo G. Antunes, Rolf N. Kuntz, Rosane Henn, Silvio R. de Almeida, Sônia Cristina Poltronieri, Valtter Brunner, Vera de Almeida M. F. de Souza e Virson Holderbaum. Desenhistas de imprensa: Edgar L. S. Vasques da Silva e Neitsair Abreu. Jornalistas: Adalton Luis de Siqueira, Agnaldo Dalla Rosa, Ana Maria de S. Trindade, Anacleto Luis Ferri, Antenor Dossa, Antônio Mauro R. Cadornin, Armando Ferreira Filho, Benjamin Barros Filho, Caio F. M. de Moura, Carlos Alberto Jost, Carlos R. Albino Pucci, Carlos R. V. de Souza, Celívio Holz, Celso

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos jornalistas, desenhistas de imprensa e técnicos (engenheiros agrônomos, médicos veterinários, zootecnistas e outros) que deram depoimentos e responderam questionários para esta pesquisa. Jornalistas: Ana Amélia de Lemos, Ayrton Kanitz, Dária Cidilane Lemos de Brum Luchese, Hermínio Rogério Recco, Raúl Quevedo, Waldir Antonio Heck, Acari Amorim, Adroaldo Bombardelli, Alberto de S. Batista, André L. S. Pereira, Antonio L. O. Heberlê, Bernadete Abdo Agottani, Bruno Blecher, Camilo Simon, Carlos A. da Silveira, Carlos R. Arteché Silveira, Carlos Wagner, Deolí Graff, Edison de Abreu Lemos, Egon Becker, Eliana de Souza Lima, Eloy O. Setti, Elvira M. V. Carvalho, Evory P. C. Schmitt, Fleury T. de L. David, Geraldo Ferronato, Horst Knak, Hugo P. de Oliveira, Humberto Schvabe, Iracy Potiguara Novazzi, Ivan Ramos, Ivo A. Pegoraro, João Castanho Dias, Jorge L. de Almeida, Jorge Reti, José C. de Moraes, José Belarmino da Silva, José João Biavatti, José Roberto B. Garcez, Layne Maria Tomé, Liane Matzenbacher, Luiz Roberto Canello, Luiz Tremar Chaicowski, Marcelino Pereira, Márcia M. dos Santos, Maria Lúcia P. Melão, Nelson da Rocha, Neyde Eloisa Zys, Nicanor Lemos Beck, Nivaldo Tetilla Manzano, Otacílio Grivot, Paulo de A. Moreira, Pedro Luiz Bittenbender, Pedro L. da S. Osório, Rogério O. Antunes, Rolf N. Kuntz, Rosane Henn, Silvio R. Peter, Sônia Cristina Poltronieri, Valter Brunner, Vera Cristina M. F. de Souza e Virson Holderbaum. Desenhistas de Imprensa: Edgar L. S. Vasques da Silva e Neltair Abreu. Técnicos: Adalton Luís de Siqueira, Amando Dalla Rosa, Ana Mirtes de S. Trindade, Anacleto Luis Ferri, Antenor Dossa, Antonio Mauro R. Cadarin, Armando Ferreira Filho, Benjamin Basso Filho, Caio F. M. de Moura, Carlos Alberto Jost, Carlos R. Albino Pucci, Carlos R. V. e Souza, Celívio Holz, Celso

Vicente Dalmolin, Cid Ricardo dos Reis, Cláudio Rocha de Miranda, Denílso R. Zanon, Dilso Scarabelot, Dorremi Oliveira, Elói Frazzon, Ely Gomes Nunes, Emivaldo Pacheco Santana, Fenelon do Nascimento Neto, Francisco N. R. de Almeida, Geraldo Augusto de Melo Filho, Gerson da S. Trenhago, Haroldo Pires de Queiroz, Hélio Kujava Skiba, Humberto Nogueira Duarte, Idalecio R. Copatti, Ivo Kruger, João Carlos Canuto, João Carlos Costa Gomes, João L. S. Pillon, José de Ribamar Costa Veloso, José A. Martins Oliveira, José F. Tronco, José G. Maia de Andrade, Juarez Vicari, Júnia Rodrigues de Alencar, Léo José Góti, Luís A. C. Della Pase, Luiz Fernando Sampaio, Luiz G. Paraboni Filho, Luiz Henrique Deschamps, Luiz Maurício Cavalcante Salviano, Marcos N. Pereira, Mauro Carlos dos Anjos, Miguel Ângelo da Silveira, Nelson J. Pereira da Silva, Nelson José Cecconello, Orozimbo Silveira Carvalho, Osvaldo C. Rockenback, Otavino Rovani, Paulo Paiva da Silva, Paulo Sérgio Tagliari, Renato Linhares de Assis, Reny Hercílio Kloeckner, Roberto Coletti, Romeu Casanova, Sandro Luiz Treméa, Sidney Walfrido Mayer, Solimar Sandri, Urbano Gomes Pinto de Abreu e Wilson Schmitt. Agradeço aos professores Aray M. Feldens, Egon R. Frohlich e Ivo A. Schneider, do IEPE-UFRGS, por empréstimos de trabalhos de pesquisa e estatísticas. Aos professores Juan Mário Fandino, da UFRGS, e Sérgio Weigert, da UFSC, colega de departamento, pela colaboração prestada em discussões. Aos professores Zander Navarro, da UFRGS, e Vergílius Périus, da Unisinos, José Rui Tagliapietra, coordenador de Educação e Recursos Humanos da Fecotrigo, economista Tarcísio Minetto, também dessa federação, economista Jorge Accurso, da FEE, e jornalista Celso Schroder, por informações prestadas. As direções e jornalistas das seguintes cooperativas: Cotrirosa, Cotrisa, Cosuel, Coapel, Camal, Coolan e Cosulati, e assessorias de imprensa da OCESC e OCEPAR. A Fecotrigo e Cotrijuí pelo acesso às coleções de O Interior, A & C e Cotrijornal. Aos colegas professores do Departamento de Comunicação da UFSC, Eduardo Meditsch, Francisco J. C. Karam, Luis Alberto Scotto, Helton Ricardo Barreto, César Valente, pelo incentivo. A CAPES/MEC, através do PICD e à UFSC, pelo

respaldo econômico para a realização deste trabalho. Ao Jorge Meditsch pelo companheirismo em São Paulo. A professora Regina Pacheco, da UFSC, por esclarecimentos sobre minhas dúvidas de português. A Jaqueline Corrêa pelo auxílio na digitação. Ao professor Jair Borin, do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, pela colaboração na pesquisa com jornalistas e técnicos e discussões no exame de qualificação. Finalmente, agradeço ao professor Wilson da Costa Bueno, do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, por ter assumido a orientação deste trabalho, sua colaboração nas discussões e seu estímulo. A todas pessoas que colaboraram, agradeço, mas cabe colocar que são de minha responsabilidade os conteúdos desenvolvidos.

RESUMO

Esta pesquisa identifica a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul como o processo político-econômico que condicionou a criação da imprensa de cooperativas. Essa imprensa é criada pelo cooperativismo empresarial de produção agrícola (cooperativas singulares e sua federação), inserido nesse processo, na década de 1970, e produz um jornalismo com direções políticas hegemônicas - ideológica, reivindicatória e tecnológica/econômica.

Essas se unificam numa direção política-econômica, expressa na produção de mercadorias - base de reprodução e expansão do cooperativismo empresarial. É uma imprensa feita pelo e para o setor cooperativo. Tem o objetivo de, buscando o consenso dos produtores rurais associados para as políticas de ação dos grupos dirigentes desse cooperativismo, direcionar e desenvolver a produção agrícola.

Através de três estudos de caso e utilizando pesquisa com jornalistas e técnicos das ciências agrárias, analisa-se essa imprensa. Elabora um conceito para a mesma, pesquisa sua expansão e retração e a natureza de seu jornalismo. Discute, ainda, suas relações com a política e tecnologia no cooperativismo empresarial.

Finally, the relations of the press with entrepreneurial cooperativism policies and technology are also debated.

ABSTRACT

This research tries to identify the modernization of Rio Grande do Sul agriculture as the political-economical process which has conditioned the creation of a cooperative press. This press was created by entrepreneurial cooperativism of agricultural production (single cooperatives and their federation), in the 70's, and produced a type of journalism with hegemonic political directions - ideological, reivindicative, as well as technological and economical.

All these policies unify in just one political-economical direction expressed by the production of merchandise - foundation for the reproduction as well as expansion of entrepreneurial cooperativism. It is a press created by and for the cooperative sector. It has directing and developing agriculture production as an objective, looking for a consensus of associated rural producers with the policies of the directing groups of this cooperative sector.

Using three case studies along with the polling of journalists and technicians involved in agricultural sciences that press is analysed. A concept for the press is conceived; its expansion retraction as well as the nature of its journalism were also researched. Finally, the relations of the press with entrepreneurial cooperativism policies and technologies is also debated.

44

46

48

50

51

53

57

SUMARIO

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE TABELAS	xiii
INTRODUÇÃO E MÉTODO	1
NOTAS	12
1 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL	13
1.1 O COOPERATIVISMO EMPRESARIAL NO RIO GRANDE DO SUL	13
1.2 CLASSES SOCIAIS E HEGEMONIA NESTE COOPERATIVISMO	17
1.2.1 A NECESSIDADE DE ACUMULAÇÃO NESTE COOPERATIVISMO	24
1.2.2 GRUPOS DIRIGENTES E BASE SOCIAL DESTA HEGEMONIA	29
1.3 A EXPANSÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	33
1.3.1 DESINTEGRAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO	38
1.3.2 A MANUTENÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA	41
1.3.3 A EXPANSÃO DO TRABALHO ASSALARIADO	44
1.3.4 A MIGRAÇÃO RURAL	46
1.3.5 PRODUÇÃO DE SOJA E TRIGO	48
1.3.6 EXPANSÃO E CRISE DO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL	50
1.3.6.1 SOJA E TRIGO NA IMPRENSA GAÚCHA NA DÉCADA DE 1970	51
1.3.6.2 A CRISE DO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL	53
NOTAS	59

2 - O CASO DO COTRIJORNAL	73
2.1 PRIMEIRA FASE (1973-1978): A EXPANSÃO DA COOPERATIVA COMO DIREÇÃO	73
2.2 SEGUNDA FASE (A PARTIR DE 1979): AGORA, UM CONSELHO EDITORIAL	82
2.3 CLASSES E GRUPOS ENVOLVIDOS NESTE JORNALISMO	91
2.4 CONCLUSÃO	100
NOTAS	104
3 - O CASO DE O INTERIOR	112
3.1 PRIMEIRA FASE (1974-1981): A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA COMO DIREÇÃO	112
3.1.1 A DIREÇÃO POLÍTICA-TECNOLÓGICA/ ECONÔMICA	116
3.1.2 A DIREÇÃO POLÍTICA-REIVINDICATÓRIA	122
3.1.3 A DIREÇÃO POLÍTICA-IDEOLÓGICA	125
3.2 SEGUNDA FASE (A PARTIR DE 1981): A DIREÇÃO DA AGRICULTURA PELA POLÍTICA-REIVINDICATÓRIA	127
3.2.1 O COOPERATIVISMO COMO ARGUMENTO DE DEFESA	130
3.2.2 O INCENTIVO PARA MOBILIZAÇÕES	132
3.3 CLASSES E GRUPOS ENVOLVIDOS NESTE JORNALISMO	140
3.4 CONCLUSÃO	145
NOTAS	147
4 - O CASO DE AGRICULTURA & COOPERATIVISMO	160
4.1 O JORNALISMO PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA	162
4.2 O COOPERATIVISMO COMO IDEOLOGIA DE COESÃO POLÍTICA	172
4.3 CLASSES E GRUPOS ENVOLVIDOS NESTE JORNALISMO	181
4.4 CONCLUSÃO	187
NOTAS	189
5 - IMPRENSA DE COOPERATIVAS E POLÍTICA	211
5.1 IMPRENSA E HEGEMONIA NO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL	211

5.1.1	IMPrensa DE COOPERATIVAS E CORPORATIVISMO.....	216
5.1.2	HEGEMONIA E PRODUÇÃO DE MERCADORIAS ...	219
5.1.2.1	AS DETERMINAÇÕES COMO MATÉRIAS JORNALÍSTICAS	222
5.2	CONCEITO DA IMPrensa DO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL	229
5.2.1	O JORNALISMO AGROPECUARIO COMPREENDIDO POR JORNALISTAS	229
5.2.2	CONHECIMENTOS DE PRODUÇÃO E JORNALISMO AGROPECUARIO	235
5.2.3	AS REFERÊNCIAS DA IMPrensa DE COOPERATIVAS	238
5.2.4	CONCEITO DA IMPrensa DE COOPERATIVAS ..	241
5.3	EXPANSÃO E RETRAÇÃO DA IMPrensa DE COOPERATIVAS	241
5.3.1	O INTERIOR COMO JORNAL DO SETOR COOPERATIVO	242
5.3.2	A FORMAÇÃO DE UM JORNALISMO ESPECÍFICO	246
5.3.3	ALFABETIZAÇÃO NO SETOR COOPERATIVO	250
5.3.4	JORNALISTAS E REPRODUÇÃO DA HEGEMONIA	251
	NOTAS	255
6 -	IMPrensa DE COOPERATIVAS E TECNOLOGIA	269
6.1	IMPrensa E TECNOLOGIA NO COOPERATIVISMO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL	269
6.1.1	IMPrensa DE COOPERATIVAS E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA	270
6.1.1.1	CONHECIMENTOS DE PRODUÇÃO E RELEVANCIA SITUACIONAL	274
6.1.1.2	A TRANSMISSÃO DA INFORMAÇÃO TÉCNICA NO ENTENDIMENTO DOS TÉCNICOS	277
6.1.1.3	PODERIAM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SUBSTITUIR O TÉCNICO?	279

6.1.1.4	MERCADO E INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS/ECONÔMICAS	283
6.1.1.5	FORÇAS PRODUTIVAS E INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS/ECONÔMICAS	286
6.1.2	JORNALISMO DE COOPERATIVAS COMO JORNALISMO CIENTÍFICO	290
6.1.2.1	OS TÉCNICOS COMO FONTES DESTES JORNALISMO	295
	NOTAS	302
	CONCLUSÕES	308
	BIBLIOGRAFIA	316

Esta pesquisa inclui dois volumes de anexos (informações com o autor).

ANEXO I	41
ANEXO II	45
ANEXO III	46
ANEXO IV	52
ANEXO V	58
ANEXO VI	71
ANEXO VII	115
ANEXO VIII	172

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - JORNAIS DE COOPERATIVAS DO RIO GRANDE DO SUL	anexo II, 361
TABELA 2 - JORNAIS DE COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA	anexo II, 363
TABELA 3 - JORNAIS DE COOPERATIVAS DO PARANÁ	anexo II, 364
TABELA 4 - PREÇOS DA SOJA, EM CHICAGO, NOS PERÍODOS DE 1971/72 A 1979/80	37
TABELA 5 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA, NO RS, EM 1960, 1970, 1975, 1980 E 1985	38
TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS E DE SUAS ÁREAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA AGRÍCOLA DO ESTADO, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA, NO RS, EM 1970 E 1985	44
TABELA 7 - EVOLUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO (EMPREGADOS PERMANENTES E TEMPORÁRIOS), NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA, NO RS, ENTRE 1970 E 1985	45
TABELA 8 - EVOLUÇÃO DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL NO RS ENTRE 1960 E 1991	46
TABELA 9 - NÚMERO DE VEZES QUE AS PALAVRAS "SOJA" E "TRIGO" APARECERAM NAS MANCHETES DO CORREIO DO POVO E ZERO HORA EM 1965, DE 1972 A 1981, E 1991	52
TABELA 10- PREÇOS DA SOJA, EM CHICAGO, NOS PERÍODOS DE 1980/81 A 1990/91	55
TABELA 11- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DA COTRIJUI E ESTRUTURA FUNDIÁRIA ENTRE 1981 E 1990	91
TABELA 12- NÚMERO DE ASSOCIADOS DAS COOPERATIVAS QUE INSTITUIRAM A FUNDAÇÃO DA PRODUTIVIDADE E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM 1981	115
TABELA 13- NÚMERO DE ASSOCIADOS DAS COOPERATIVAS FILIADAS À FECOTRIGO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM 1981 E 1990	172

INTRODUÇÃO E MÉTODO

Esta pesquisa é sobre a imprensa de cooperativas de produção agrícola do Rio Grande do Sul. Essa imprensa surgiu na década de 1970 dentro do cooperativismo empresarial de produção ligado às culturas de trigo e soja e consolidou um tipo singular de jornalismo agrícola, ou também jornalismo agropecuário ou de agricultura¹. Isso porque essa imprensa é desenvolvida por esse setor cooperativo² de produção agrícola.

Ao contrário de empresas editoriais que editam jornais e revistas especializadas em agricultura, segundo interesses destas empresas, e vendem esses produtos no mercado editorial, a imprensa de cooperativas não é o resultado de uma intenção editorial comercial, mas o resultado de uma ação política de grupos dirigentes neste cooperativismo.

Por isso, a imprensa de cooperativas não é constituída por veículos comerciais³ onde o jornalismo aí desenvolvido tem como objetivo um mercado e um projeto editorial fundamentado em interesses de empresas editoriais. Uma diferença, significativa para este trabalho, está entre um planejamento de marketing e um projeto político-econômico, aqui consolidado num projeto editorial que apresenta a direção política-econômica dos grupos dirigentes no cooperativismo empresarial.

A especificidade do jornalismo dessa imprensa não é dada por um conceito derivado da prática jornalística convencional, como um "jornalismo especializado em agricultura", mas por se constituir no jornalismo resultante do setor cooperativo

especializado na agricultura. Logo, esse jornalismo não é "especializado em agricultura" mas é um "jornalismo do setor cooperativo especializado na agricultura". Um jornalismo feito pelo e para o setor cooperativo de produção agrícola.

A importância da pesquisa dessa imprensa está justamente em que se originou em organizações sem nenhuma tradição, ligação ou interesses no campo de editoração jornalística. Seus veículos resultaram de uma ação política de grupos dirigentes deste cooperativismo. É essa especificidade que torna esse jornalismo singular - um tipo de jornalismo que se firmou tendo como quadro de referência o setor cooperativo de produção agrícola.

Pela ação dos grupos dirigentes esse jornalismo tornou-se um jornalismo político-econômico do setor cooperativo. E, buscando o consenso do quadro social para as políticas de ação dos grupos dirigentes, é desenvolvido para atuar, basicamente, em três direções: política-ideológica (divulgação/valorização do cooperativismo no sentido da expansão das cooperativas), política-tecnológica/econômica (divulgação/valorização de conhecimentos tecnológicos/econômicos para a produção agrícola), política-reivindicatória (divulgação/afirmação de reivindicações econômicas ao Estado para essa produção).

Essas três direções formam uma direção política-econômica expressa na produção de mercadorias. Em resumo, um jornalismo desenvolvido no sentido da expansão do setor cooperativo dentro do processo de modernização da agricultura.

É esse processo que vai, de fato, determinar o surgimento e desenvolvimento do cooperativismo empresarial e dessa imprensa. Como fato histórico, esse processo de modernização agrícola mostra conexões entre o Estado, os grupos dirigentes, fração da classe dos empresários rurais, a classe dos pequenos produtores, a expansão do setor cooperativo e de sua produção agrícola.

Essas partes formam a unidade de análise que dá origem à imprensa de cooperativas: a modernização da agricultura ou expansão do capitalismo na agricultura. Assim, nosso método de pesquisa tem como ponto de partida a modernização da

agricultura e, após, as determinações políticas e económicas entre essas partes. Como um dos resultados dessas determinações surge a imprensa de cooperativas, que é o que nos interessa.

Sintetizemos este percurso. O Estado, articulado com a classe dos empresários rurais, expande a produção agrícola (trigo) a partir dos anos finais da década de 1950. Surge e cresce o cooperativismo empresarial, dirigido por esta classe.

Na década de 1970 a produção agrícola é intensificada pelo mercado favorável para a soja e pelos estímulos estatais para a agricultura. É neste contexto que surge a imprensa do cooperativismo empresarial.

Aqui está o ponto central deste trabalho: pesquisar essa imprensa do cooperativismo empresarial de produção agrícola, inserido no processo de modernização da agricultura no RS, procurando responder as seguintes questões básicas: por que surgiu essa imprensa?, quais são os seus objetivos?, que natureza jornalística essa imprensa desenvolveu? Faremos isso pesquisando as determinações que ocorreram entre a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul, o cooperativismo empresarial e o surgimento e desenvolvimento de veículos jornalísticos.

Essa é a realidade que fundamenta nossa pesquisa. Como realidade, só pode ser compreendida através de um método que privilegie a análise das determinações que formaram essa imprensa. E após, que realize o processo onde essas determinações revelam-se como síntese, como concreto pensado. Como diz Marx (1978:116),

"O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação".

Um jornal ou uma revista do cooperativismo de produção não pode ser compreendido por uma análise de conteúdo cujas

referências são somente aquilo que explicitam. A pesquisa em jornalismo, para ser fecunda, não pode ser reduzida a uma mera descrição, adotando-se um processo de trabalho onde o método aparece separado do objeto. Esta metodologia traz consigo a categoria da aparência como decisiva, base e ponto predominante da observação.

Mas o jornalismo precisa mais do que o peso da aparência para consolidar sua teoria. Como objeto de estudo o jornalismo - e qualquer tipo de fenômeno - deve ser pesquisado como uma síntese das determinações que concorrem para a sua existência. Por isso, aqui, o objeto está dialeticamente ligado ao seu método de investigação.

Esta imprensa, como fenômeno que surge num dado momento histórico (processo de modernização da agricultura) para cumprir determinados objetivos de grupos dirigentes do cooperativismo empresarial, uma fração do empresariado rural que predomina neste processo, já indica o método de sua pesquisa, ou seja, para nossos fins, histórico-dialético. Como coloca Kosik (1976:14),

"A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O "conceito" e a "abstração", em uma concepção dialética têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa".

A imprensa de cooperativas deve ser pesquisada através de um método que privilegie a análise de seu surgimento e desenvolvimento dentro de uma determinada realidade. Um método onde os fatos dessa realidade não são unidades de observação capazes de explicar-se a si mesmos. Como diz Kosik (1976:30),

"O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus

planos e dimensões". (grifos do autor)

E, após, Kosik (1976:41) diz,

"Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade". (grifos do autor)

Analisando o método de investigação, Kosik (1976:31) sistematiza o método dialético para conhecimento da realidade,

"O método da investigação compreende três graus: 1) minuciosa apropriação da matéria, pelo domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis; 2) análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; 3) investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento."

Assim, esta pesquisa mostra o processo de modernização agrícola, historicamente compreendido como a expansão do capitalismo na agricultura - essa é a totalidade estudada -, as classes sociais rurais envolvidas nesse processo e a consolidação do cooperativismo empresarial de produção agrícola - origem da imprensa de cooperativas. Após, são analisados três casos: os jornais Cotrijornal e O Interior, e a revista Agricultura & Cooperativismo.

Esses casos são desenvolvidos no sentido de demonstrar as relações entre classes e grupos intelectuais em cada veículo e direções predominantes. Seguindo, pesquisa-se a relação entre esse jornalismo e política e tecnologia.

Inspirados pela teoria da hegemonia, trabalharemos no sentido de demonstrar que a imprensa de cooperativas

desenvolve direções políticas hegemônicas dos grupos dirigentes do cooperativismo empresarial desenvolvido no processo de modernização da agricultura. Mas isso não significa uma reprodução total e fiel dos conceitos da teoria da hegemonia de Gramsci e estudada por vários autores.

Essa teoria tem como ponto central a relação entre o Estado e Sociedade Civil, construída, portanto, com um grau de abstração que totaliza a sociedade capitalista. Como um caso particular de uma organização política-econômica da agricultura, e sua diversidade de situações conjunturais/estruturais, o fenômeno do cooperativismo empresarial, criado e desenvolvido pela modernização da agricultura, apresenta em linhas gerais e em algumas linhas específicas, com ajustes e restrições, correspondência com elementos da teoria.

A escolha dos três veículos analisados deve-se às suas realidades dentro do cooperativismo empresarial de produção agrícola. Esses três veículos surgem em plena modernização da agricultura e representam situações relevantes, em nosso entendimento, para esta escolha.

O Cotrijornal, criado em 1973, foi o primeiro jornal desta imprensa. É editado até hoje pela Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda (Cotrijuí), de Ijuí, uma das cooperativas genuínas do cooperativismo empresarial. Mostra em sua existência as direções de seu grupo dirigente e também a interferência de grupos políticos-intelectuais no seu projeto editorial.

O Interior surge em 1974, como o segundo jornal desse cooperativismo. Logo, vide tabelas 1, 2, 3, em (anexo II, 361-365), surgem outros jornais de cooperativas no Rio Grande do Sul (e também em Santa Catarina e Paraná).

O Interior foi criado através de uma fundação, a Fundação da Produtividade, com sede em Carazinho, constituída por seis cooperativas empresariais da região: Cooperativa Tritícola Carazinho Ltda (Coopera), Cooperativa Tritícola Palmeirense Ltda (Copalma), Cooperativa Tritícola Mista Alto Jacuí Ltda (Cotrijal), Cooperativa Tritícola Taperense Ltda (Cotrisoja),

Cooperativa Tritícola de Espumoso Ltda (Cotriel) e Cooperativa Agrícola Soledade Ltda (Coagrisol).

Por isso, esse jornal foi constituído de maneira muito diferente dos outros jornais. Em primeiro lugar, sempre pertenceu a uma fundação. Em seu início à fundação referida, hoje, à Funcoop, que tem como mantenedora a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (Fecotrigio).

A primeira fundação, enquanto sede em Carazinho, condicionou o jornal como representante dos interesses dos empresários rurais da região de trigo e soja, como também dos interesses das cooperativas referidas. Após, quando esta fundação é mantida pela Fecotrigio, em Porto Alegre, o jornal assume a manifestação dos interesses políticos dessa federação.

Em segundo lugar, soma-se a isto o fato de sua periodicidade semanal, desde o seu início até março de 1990. De todos os jornais de cooperativas do RS apenas dois desenvolveram periodicidade semanal: o SB Jornal, de uma cooperativa (Cotrisabal) e O Interior. Mas o primeiro, criado em 1979, circulou até 1982, somente. A revista Agricultura & Cooperativismo foi criada em 1976 pela Fecotrigio e desenvolveu um projeto editorial que buscava a integração da classe dos pequenos produtores ao setor cooperativo.

O fato de buscar a integração dos pequenos produtores ao setor cooperativo diferencia essa revista de O Interior, que surge desenvolvendo uma linha jornalística dirigida à classe dos empresários rurais. Já o Cotrijornal constituiu-se num jornal cujo projeto editorial é a expansão da cooperativa como empresa.

Assim, os três veículos singularizam, em suas especificidades, formas diferentes do jornalismo desenvolvido pelo cooperativismo empresarial, mas que totalizam as classes e a estrutura política-econômica desse cooperativismo. Por isso, nossa escolha por esses veículos.

Para esse trabalho foi feita uma pesquisa com 61 jornalistas⁴ (cinco respondendo questionários singulares e 56 respondendo questionários padrão), dois desenhistas de

imprensa⁵ e 65 técnicos (engenheiros-agrônomo, médicos-veterinários, zootecnistas e outros)⁶ que responderam questionários padrão sobre jornalismo agropecuário, ou agrícola. Nessa pesquisa,⁷ a referência desse jornalismo é o desenvolvido por empresas de comunicação comerciais, regionais e nacionais, cooperativas de produção agrícola, federações de cooperativas ou por outras empresas ligadas à agricultura (agroindústrias, de pesquisa e extensão rural). Ou seja, é o jornalismo cujo objeto é a agricultura.

Assim, procuramos captar o entendimento desses profissionais sobre esse jornalismo que, generalizado, constitui-se, empiricamente, em jornalismo agrícola, agropecuário. Perguntou-se sobre esse jornalismo desenvolvido por todas as empresas referidas, não mencionando especificamente o praticado pelo cooperativismo de produção, porque a intenção era buscar o entendimento desse jornalismo no seu sentido mais abrangente - o jornalismo que tem como objeto a agricultura. Este é o ponto de partida para chegar-se à especificidade do jornalismo desenvolvido pelo cooperativismo empresarial.

Isso se deve, em primeiro lugar, à evidência de que o processo de conhecimento estrutura-se da totalidade para a particularidade (da generalidade para a especificidade). Em segundo lugar, no caso particular de nossa pesquisa, as interrogações genéricas sobre o jornalismo que tem como objeto a agricultura nos permitem uma compreensão, ao mesmo tempo mais profunda e mais ampla, sobre a especificidade do jornalismo desenvolvido pelo cooperativismo de produção.

O que ocorre, e isso foi verificado, é um entendimento generalizado sobre todos os veículos que tratam de agricultura, onde está incluída a imprensa de cooperativas. Assim, deve-se partir da compreensão desse jornalismo para chegar-se à análise da imprensa de cooperativas.

A escolha dos profissionais referidos foi determinística. Buscou-se o aspecto qualitativo das respostas que são, na verdade, depoimentos sobre o assunto pesquisado. No caso dos jornalistas que responderam questionários padrão

escolheram-se profissionais que trabalham, ou trabalharam, em empresas de comunicação (jornais, revistas, televisão e rádio), cooperativas, Embrapa, empresas de assessoria em comunicação, agroindústrias, empresas de extensão e de pesquisa e difusão de tecnologia (estaduais), federações de cooperativas.

Dos profissionais pesquisados, oito trabalharam, em passado recente, em algumas dessas empresas, e foram escolhidos por suas experiências nesse jornalismo, e 48 trabalham nelas atualmente, sendo escolhidos pela experiência e atuação no presente. Quatro jornalistas que responderam questionários singulares foram escolhidos por suas atuações, passadas e presentes, em veículos que são analisados nos estudos de caso (e um quinto, que respondeu questionário singular, atua num veículo do cooperativismo empresarial do Paraná, acrescentando informações pertinentes a essa pesquisa).

A relação numérica entre o total (61) destes profissionais e empresas é a seguinte: empresas jornalísticas comerciais: 15, cooperativas e federações: 28, empresas de pesquisa agrícola e extensão rural: 10, assessorias: 3, empresas vinculadas à agropecuária: 5. A relação numérica por localização das empresas é a seguinte: Rio Grande do Sul: 27, Santa Catarina: 12, Paraná: 8, São Paulo: 8, Mato Grosso do Sul: 1, Minas Gerais: 2, Brasília: 2, Goiás: 1. A escolha dos dois desenhistas de imprensa deve-se à experiência e atuação desses profissionais na imprensa de cooperativas do RS.

Para a pesquisa com técnicos foram escolhidos profissionais de cooperativas, Embrapa e empresas de extensão rural e de pesquisa (estaduais). Escolheram-se técnicos de cooperativas não só do Rio Grande do Sul, mas também de Santa Catarina e Paraná no sentido de ampliar (em qualidade) a nossa compreensão e entendimento sobre o objeto de pesquisa. O cooperativismo de produção agrícola desenvolvido nesses três estados é semelhante em muitos aspectos.

Técnicos da Embrapa foram escolhidos por suas condições de pesquisadores da agricultura e difusores de tecnologia, e

técnicos de empresas de extensão rural e de pesquisa (estaduais) por suas atuações nestas áreas. Todas as posições técnicas permitem analisar este jornalismo do ponto de vista da difusão de conhecimentos de agricultura.

A relação numérica entre esses profissionais (65) e empresas é a seguinte: cooperativas: 40, empresas de pesquisa e extensão rural: 25. A relação numérica por localização das empresas é a seguinte: Rio Grande do Sul: 31, Santa Catarina: 9, Paraná: 10, São Paulo: 2, Mato Grosso do Sul: 3, Amazonas: 1, Goiás: 1, Rio de Janeiro: 2, Amapá: 1, Piauí: 1, Ceará: 1, Acre: 1, Pernambuco: 1, Paraíba: 1.

Junto com essa pesquisa recolhemos outros depoimentos de jornalistas e direções de cooperativas sobre questões pertinentes ao trabalho. Todo este material, sistematizado, está nos anexos I e II. Os depoimentos e os veículos mencionados, junto com a pesquisa bibliográfica e outras informações, serão o substrato para o desenvolvimento da pesquisa.

Portanto, o nosso plano de trabalho é assim sistematizado:

O Capítulo 1 analisa o processo de modernização agrícola no RS e o cooperativismo empresarial. Nesse capítulo o que nos interessa são os fatores políticos-econômicos dessa modernização, as classes sociais e hegemonia no cooperativismo empresarial, e, não ainda, a imprensa de cooperativas.

O Capítulo 2 analisa o caso do Cotrijornal: seu surgimento e desenvolvimento e as classes sociais que, juntamente com grupos profissionais-intelectuais, definem esse jornal em diferentes etapas.

O Capítulo 3 analisa o caso de O Interior: seu surgimento e desenvolvimento e as classes sociais que, juntamente com grupos profissionais-intelectuais, definem esse jornal em diferentes períodos.

O Capítulo 4 analisa o caso da revista Agricultura & Cooperativismo: seu surgimento e desenvolvimento e as classes sociais e grupos profissionais-intelectuais que definem esse

veículo durante o período de sua circulação.

O Capítulo 5 analisa essa imprensa em sua dimensão política. Pesquisa o caráter de direção da imprensa de cooperativas, desenvolve um conceito para a mesma, analisando, ainda, a sua expansão e retração.

O Capítulo 6 analisa essa imprensa na veiculação de tecnologia. Desenvolve, assim, conexões entre o jornalismo de cooperativas e informação de tecnologia, analisando sua qualidade como jornalismo científico.

NOTAS

- 1) O jornalismo aqui pesquisado refere-se somente ao desenvolvido pela imprensa de cooperativas. Outros meios de comunicação de cooperativas são citados, mas não são objetos de pesquisa. Os termos "agrícola", "agricultura" e "agropecuária" têm correspondência não só etimologicamente mas principalmente pelo sentido econômico. Por isso, os usaremos num mesmo sentido. O Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1975), por exemplo, define agrícola como 1) "relativo à agricultura: produtos agrícolas", 2) "que se dedica à agricultura: país agrícola", 3) "que tem base, baseado na agricultura: economia agrícola". Agricultura como 1) "arte de cultivar os campos; cultivo da terra; lavoura, cultura", 2) "conjunto de operações que transformam o solo natural para produção de vegetais e animais úteis ao homem". E agropecuária como "teoria e prática da agricultura e da pecuária, nas suas relações mútuas". Já o Dicionário de Economia (1987) define agricultura como "atividade produtiva integrante do setor primário da economia. Caracteriza-se pela produção de bens alimentícios e matérias-primas decorrentes do cultivo de plantas e da criação de animais".
- 2) Daqui em diante "setor cooperativo" refere-se às cooperativas singulares e sua federação (Fecotriga) ligadas às produções de trigo e soja.
- 3) Os veículos impressos de cooperativas vendem espaços para publicidade, mas não se pode por isso conceituá-los como veículos comerciais convencionais. Essa publicidade é veiculada no sentido de diminuir os custos para as cooperativas e sua Federação, de procurar um equilíbrio entre custos e receitas.
- 4) Estamos considerando todos esses profissionais como jornalistas, mesmo que alguns não sejam formados em cursos de comunicação ou não sejam regularizados no Ministério do Trabalho, porque trabalham no jornalismo relacionado com a agricultura, e o que nos interessa é a compreensão desses profissionais sobre o tema pesquisado.
- 5) A denominação "desenhistas de imprensa" é dada pelos próprios profissionais. Segundo eles é mais exata essa denominação porque realizam outros trabalhos além de cartuns, como gráficos, mapas, ilustrações, etc.
- 6) Desses 65 técnicos, 57 são engenheiros-agrônomo, três são médicos-veterinários, dois são zootecnistas, um é técnico agrícola, um é economista (com mestrado em administração rural) e um é relações públicas (com mestrado em extensão rural). Desempenham as funções de técnicos, pesquisadores, difusores de tecnologia, pesquisadores/técnicos em extensão rural e outras, mas usaremos o termo "técnico", em sentido amplo, como referência a esses profissionais.
- 7) Algumas questões, por terem sido consideradas desnecessárias na redação desse trabalho, não serão consideradas.

1 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

1.1 O COOPERATIVISMO EMPRESARIAL NO RIO GRANDE DO SUL

No desenvolvimento recente da agricultura gaúcha dois produtos agrícolas contribuíram para a expansão do capitalismo no campo, processo que ficou conhecido como "modernização da agricultura": trigo (a partir da década de 1950) e a soja (o mais importante produto de mercado na década de 1970). Por modernização da agricultura¹ entende-se o processo de mudanças estruturais na produção agrícola: emprego de tecnologia e de força-de-trabalho assalariada. O objetivo fundamental desse processo é a produção capitalista de mercadorias agrícolas dinâmicas.

Para essa produção o Estado articulou-se com os produtores de trigo. E o trigo, inicialmente, e a soja, após, são as mercadorias envolvidas no processo de criação e consolidação das cooperativas que são objeto de nossa pesquisa. O trigo, como base econômica para o surgimento do cooperativismo empresarial. A soja, como cultura que expandiu, na década de 1970, esse cooperativismo.

O trigo desenvolveu-se na lavoura empresarial como uma produção capitalista, ou seja, com trabalho assalariado. Os capitalistas do trigo, conhecidos como "granjeiros", tinham, alguns, origem rural (agricultores que conseguiram acumular, transformando-se em empresários rurais), outros, origem urbana (comerciantes e outros profissionais). O trigo, para eles, era apenas um negócio - um negócio capitalista. Ou como diz

Benetti (1982:161),

"Esses homens, os "granjeiros", eram uma classe de produtores rurais que podiam ser arrendatários ou não. Podiam lavrar grandes ou médias extensões de terra, mas tinham todos eles um traço em comum: o de serem empresários, empresários individuais privados. A exploração da terra para eles, era uma esfera específica de aplicação e valorização do capital." (grifos da autora)

Foram esses empresários rurais - uma classe diferenciada em relação aos pequenos produtores - que formaram e dirigiram o cooperativismo de produção tritícola e a esse associaram-se os pequenos produtores. E, como coloca Frantz (1982:53),

"As preocupações no sentido de obter a cooperação dos pequenos produtores ficam claras ainda em outras ocasiões. No Relatório da Diretoria (...) diz-se o seguinte: (...) necessário se faz salientar aos senhores associados, muito especialmente aos pequenos produtores, que a Cooperativa somente poderá agir com maior desembaraço, caso venha a contar com a totalidade da produção (...)."

E logo após, Frantz (1982:54) salienta,

"Por outro lado, o colono (pequeno produtor - HAS) era por vezes levado a se associar à Cooperativa mais por necessidade do que por convicção."

Mas esse cooperativismo, mesmo envolvendo a classe dos pequenos produtores, surgia com a ação social que marcava os negócios na agricultura dos "granjeiros" - a racionalidade de empresa. Isso implicava num projeto empresarial. Segundo Benetti (1982:162),

"Eles (os "granjeiros"- HAS) eram, com efeito, empresários modernos capazes de formular estratégias globais de crescimento, visando a consolidar um bloco agroindustrial autônomo (...). Entre eles e os demais agricultores que faziam parte da cooperativa, houve, portanto, uma diferenciação de tipo ideológico que se traduziu nos diferentes projetos que os mesmos tinham para a cooperativa. Ou, simplesmente, porque os primeiros possuíam um

projeto e os segundos não (...). Isso implica dizer que esses empresários modernos de que estamos a falar não foram o produto do desenvolvimento da cooperativa; eles foram uma precondição ao seu desenvolvimento (...)".

Esta foi a gênese do cooperativismo empresarial do RS, tendo por base as cooperativas tritícolas, e que trazia uma ação social nova em relação ao cooperativismo de décadas atrás, de moldes tradicionais, baseado nos "Princípios de Rochdale"², formado por pequenos produtores - a racionalidade de empresa. Por isso, esse cooperativismo tornou-se um cooperativismo empresarial. Ou, segundo Duarte (1986:85),

"Este cooperativismo (baseado nos "Princípios de Rochdale" - HAS) cedeu lugar ao cooperativismo empresarial que melhor respondeu às exigências da dinâmica do capitalismo mais desenvolvido. O novo cooperativismo surgiu da articulação "funcional" entre a doutrina cooperativista já existente e formas de organização econômica típicas do modo de produção capitalista, constituindo-se, portanto, em uma forma "híbrida" de organização cooperativa."

Esse cooperativismo empresarial surge com as cooperativas tritícolas fundadas nas regiões do Planalto (Centro Ocidental, Sudoeste, Noroeste e Nordeste), Depressão Central (Centro Oriental) e Escudo Sul Rio-Grandense (Sudoeste, Centro Ocidental e Sudeste), vide mapa 1, em (anexo II, 374), entre 1955 e 1959³. Em 1958 é criada a Fecotrigo, sigla que então significava Federação das Cooperativas Tritícolas do Rio Grande do Sul. Esse cooperativismo surge, desde o início, articulado com o Estado, ou como diz Frantz (1982:42),

"O mais forte argumento de que se valeu o Estado para persuadir os produtores a se associarem foi o princípio segundo o qual as unidades armazenadoras a serem construídas (...) seriam repassadas às cooperativas. Como os produtores não tinham onde estocar sua produção, nem, tampouco, dispunham de recursos próprios para projetos desta natureza, compreende-se que tenham acedido facilmente à idéia de sua associação."

Ou como coloca Sorj (1980:28) referindo-se ao papel do Estado na agricultura, nesse período,

"Em fins da década de 1950, e claramente a partir da década de 1960, há uma quebra nos mecanismos de integração da agricultura no padrão de acumulação industrial, seja em termos políticos, seja em termos econômicos, que irá exigir uma reorganização da agricultura a partir da intervenção do Estado e dos grupos chamados a orientar a nova dinamização da produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação."

A presença do Estado na agricultura gaúcha, através das cooperativas, era motivada pelo interesse estatal no aumento e modernização da produção de trigo, no sentido de substituição das importações desse cereal. Formou-se, portanto, uma combinação entre os interesses do Estado e os interesses dos "granjeiros", a classe dos empresários rurais. Para o desenvolvimento desta produção o Estado propõe aos "granjeiros" a formação de cooperativas. Segundo Benetti (1982:41),

"No que se refere ao poder público, o interesse na organização dos produtores em torno da cooperativa tinha a ver com sua política mais ampla de substituição das importações de trigo e, portanto, de estímulo ao desenvolvimento da triticultura nacional. Ora, um dos principais instrumentos escolhidos pelo Estado para implementar essa política foi justamente induzir a associação dos produtores em cooperativas."

E como diz o então presidente da Fecotrigo, Jarbas Pires Machado, em Fecotrigo (1986:15),

"(...) pelo braço do Estado, surgiram as cooperativas tritícolas, com a função, dada pelo Estado, de implantar, desenvolver e sustentar a triticultura nacional. Daí também derivou o surgimento da própria Fecotrigo".

Assim, o cooperativismo empresarial era formado pela classe dos empresários rurais articulada com o Estado que, através das cooperativas e financiamentos, desenvolveu a

produção agrícola. A esse cooperativismo associaram-se os pequenos produtores, consolidando uma organização política-econômica onde as duas classes estão envolvidas, mas apenas uma, através de seu grupo dirigente, mantém a direção, como veremos adiante.

1.2 CLASSES SOCIAIS E HEGEMONIA NESTE COOPERATIVISMO

Os empresários rurais e os pequenos produtores configuram-se em duas classes: os primeiros são proprietários/arrendatários de áreas cuja finalidade é a valorização do capital, seu móvel é o lucro capitalista, empregam força de trabalho assalariada, produzem, exclusivamente, mercadorias agrícolas; os segundos são proprietários (ou mantêm outras relações de produção) de pequenas extensões, essas áreas são terras de trabalho dos membros da unidade familiar⁴ (reprodução da força de trabalho e produção de mercadorias), não empregam força de trabalho assalariada (a não ser esporadicamente).

Os empresários rurais produzem em médias ou grandes áreas⁵. O caráter de classe está relacionado com a área de produção e, conseqüentemente, a acumulação (capitalização) ou não no estabelecimento. Portanto, o que decide a estratificação social é a condição de acumulação de capital possibilitada pela área de produção.

Os empresários rurais consolidaram-se como classe pela expansão e consolidação do capitalismo na agricultura. Os pequenos produtores formam, nesse processo, uma classe subordinada, dominada economicamente. Isso significa que, na verdade, não fogem da condição de "assalariados" em seus próprios estabelecimentos. Como diz Amin et alii (1977:31-32),

"Não é mais, na realidade, um produtor mercante livre que produz primeiro o que quer e como quer, e depois vende uma parte disso. Está reduzido a uma condição vizinha à do proletário a domicílio."

Esta dominação mostra um movimento que se dá

historicamente: primeiro essa dominação é através de capitais comerciais, após por capitais agroindustriais. E, como mostra a tabela 5, existe a tendência de diminuição de estabelecimentos de pequena produção e o aumento no número de médios e grandes estabelecimentos. Logo, o que está ocorrendo, historicamente, é a expansão de médios e grandes estabelecimentos.

Mas não são apenas os meios de produção que diferenciam essas duas classes. Esta é a condição material para a formação das classes sociais. A outra condição é o nível político. É esse nível que consolidará as classes sociais, através do Estado. É o Estado, como força política de classes que vai determinar a existência e consolidação das classes sociais. Os dois níveis, econômico e político, dão-se, simultaneamente, historicamente.

Esse movimento é a determinação política do Estado e vai se constituir, historicamente, no projeto político das classes que formam esse Estado. E, como analisa Gramsci (1978A:224) referindo-se ao conceito de Estado,

"(...) comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a Sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), (...)".

Sociedade Política, para Gramsci, é o Estado (área da coerção); Sociedade Civil são as organizações privadas (área da ideologia, do consentimento). Em Gramsci, a Sociedade Política e a Sociedade Civil formam o Estado Integral que, assim constituído, desenvolve sua hegemonia em toda a sociedade. Essa hegemonia desenvolve-se no campo ideológico (busca do consenso), onde está presente a coerção. Como diz Staccone (1991:91),

"(...) o consentimento é assegurado pela hegemonia

cultural e filosófica e pelas organizações privadas da sociedade civil, enquanto a dominação é exercida legalmente através do aparelho estatal". (grifos do autor)

Analisando o conceito de hegemonia de Gramsci, Poulantzas (1977:133) diz,

"Este conceito tem como campo a luta política de classes em uma formação capitalista, recobrando particularmente as práticas políticas das classes dominantes nessas formações. Poder-se-á assim dizer, localizando a relação entre o Estado Capitalista e as classes politicamente dominantes, que esse Estado é um Estado com direção hegemônica de classe". (grifos do autor)

E, conforme Staccone (1991:93),

"(...) a conexão entre as classes dominantes/dirigentes e o Estado não é instrumental, e sim orgânica, pois o Estado ao formar-se com elas e por elas vem a ser a sua imagem ideológica e política". (grifos do autor)

Consenso, coerção e direção política são palavras-chave da hegemonia. Analisemos a hegemonia no cooperativismo empresarial de produção. Nesse cooperativismo quem detém a hegemonia são os grupos dirigentes, fração da classe dos empresários rurais. Isso porque, em primeiro lugar, no nível estrutural, mantém a primazia econômica. São proprietários/arrendatários de áreas com a finalidade de ampliar o capital e para isso desenvolvem a produção agrícola em bases empresariais.

Em segundo lugar, no nível superestrutural (ideológico), esses grupos, em relação à sua classe, têm os mesmos interesses e, por isso, a ideologia assumirá uma direção política. Como coloca Coutinho (1981:84),

"Portanto, para Gramsci, a ideologia - a filosofia, a concepção do mundo - é algo que transcende o conhecimento e já se articula diretamente com a prática, com a política".

Esses interesses são também do Estado, demonstrando essa situação do surgimento e desenvolvimento do cooperativismo empresarial uma conexão entre a Sociedade Política (Estado) e a Sociedade Civil (classe dos empresários rurais) para efeitos concretos no desenvolvimento da agricultura.

Esse desenvolvimento é a direção que tomou o Estado articulado com a classe dos empresários rurais. A modernização da agricultura foi um processo desencadeado pelo Estado conjuntamente com a classe dos empresários rurais, constituindo-se numa direção hegemônica - atendendo os interesses políticos e econômicos de uma classe dominante.

O projeto que colocam em ação para dar curso à modernização - o cooperativismo empresarial, estimulado e financiado pelo Estado - atende esses interesses. Esta é a práxis⁶ dessa classe social, ou seja, um projeto político e econômico segundo seus interesses particulares.

Os pequenos produtores ingressam no cooperativismo empresarial por problemas na comercialização da produção, o que ocorria também na classe dos empresários rurais. Logo, existiam entre as duas classes alguns interesses coincidentes - e isso faz os pequenos produtores aderirem a esse projeto. Essa adesão é intensificada a partir de 1962, quando inicia a compra estatal do trigo, sendo essa comercialização intermediada pelas cooperativas, o mesmo ocorrendo com o crédito oficial, repassado pelas cooperativas.

Os pequenos produtores, enquanto pequenos produtores, diferenciam-se dos grandes produtores, como classe. São os meios de produção, como base material, que condicionam a diferenciação dessas classes. Como diz Stavenhagen (1979:30) referindo-se à constituição das classes sociais,

"(...) a base econômica da constituição das classes sociais, o critério fundamental para sua integração: a relação com os meios de produção". (grifos do autor)

Os pequenos produtores aderem a esse projeto como classe subordinada, mas como produtores de mercadorias. E esta

produção de mercadorias será a base de consenso entre as duas classes dentro do cooperativismo. Ao mesmo tempo, aqui está presente a ação estatal que, ao nível estrutural, mantém essa classe como pequenos produtores, já que essa situação é uma determinação do Estado (e das classes hegemônicas).

Essa determinação se dá historicamente: em 1850 é decretada a Lei de Terras que dificulta a aquisição de terras pelos imigrantes europeus, vide Guimarães (1968), obrigando-os a trabalharem pequenas áreas, ou seja, forçando a formação de uma classe de pequenos produtores.

Movimentos políticos de pequenos produtores ocorreram intensamente no período anterior a 1964.⁷ Com o golpe militar estes movimentos foram reprimidos e até hoje nada ocorreu no sentido de uma efetiva reorganização agrária, eliminando-se os minifúndios e os latifúndios. Em 1985 é promulgado o Plano Nacional de Reforma Agrária, vide MIRAD (1985), mas que não foi efetivado. A coerção nessa classe de pequenos produtores existe no sentido de que o Estado assegura pelas leis (e pela força, quando for o caso) a posição dos grandes produtores.

Em outras palavras, a coerção se expressa no sentido de que a classe hegemônica, e isso ocorre em toda a sociedade, tem ao seu lado o Estado atuando na consolidação de sua posição de classe, onde a propriedade constitui-se em base fundamental.

Se, por um lado, a coerção estatal atua na consolidação das classes sociais, por outro lado, na Sociedade Civil, a classe dirigente atua na busca de consentimento em relação às outras classes com o objetivo de desenvolver sua hegemonia. Para isso ela atua dentro do bloco histórico, e como diz Staccone (1991:72),

"Um bloco histórico realiza-se, efetivamente, quando um grupo social, economicamente ativo, consegue o consenso dos demais grupos sociais sobre o seu projeto de sociedade, já em fase de realização prática. Forma-se, então, pela ação teórica-prática de uma classe fundamental, um sistema social complexo, cuja direção fica a cargo dos intelectuais orgânicos nascidos das entranhas dos grupos sociais dirigentes (...)" (grifos do autor)

Na teoria da hegemonia a concepção de bloco histórico é representada pela totalidade da sociedade. Conforme Portelli (1987:76),

"Este (bloco histórico - HAS) reúne o conjunto da estrutura e da superestrutura, portanto as classes subalternas e o sistema hegemônico".

O sistema hegemônico é formado pelas classes hegemônicas (dirigentes) e os grupos auxiliares (intelectuais), excluindo-se as classes subalternas. E, como diz Gruppi (1978:67-68),

"As classes sociais, dominadas ou subalternas (...) participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. E a ideologia das classes dominantes corresponde à função histórica delas, e não aos interesses e à função histórica - ainda inconsciente - das classes subalternas. Vemos assim a ideologia das classes ou da classe dominante chegar às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia".

No sistema hegemônico estão excluídas as classes subalternas, aqui entendidas como as classes dominadas, política, ideológica e economicamente. Esse sistema é consolidado pela atuação dos intelectuais que, como diz Gramsci (1979:3-4),

"Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc."

Esses intelectuais, ligados às classes dirigentes,

exercem funções organizativas e conectivas nos planos da estrutura (produção económica) e superestrutura (ideologia). Assim, segundo Portelli (1987:84),

"O carácter orgânico do vínculo entre estrutura e superestrutura reflete-se exactamente nas camadas de intelectuais cuja função é exercer esse vínculo orgânico: os intelectuais formam uma camada social diferenciada, ligada à estrutura - as classes fundamentais no domínio económico - e encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que dará a essa classe homogeneidade e direcção do bloco histórico. Evidencia-se, assim, o carácter dialético do vínculo orgânico".

Portanto, os intelectuais, juntamente com as classes dirigentes, atuam no Estado Integral (Sociedade Civil e Sociedade Política). Mas, como diz Glucksmann (1990:46),

"A determinação do lugar dos intelectuais não deriva apenas das superestruturas ou da ideologia: ela parte daquilo que é específico ao modo de produção, às forças produtivas modernas: o aparelho de produção". (grifos da autora)

No cooperativismo empresarial esses intelectuais são alguns integrantes da própria classe dos empresários rurais (os que pensaram o projeto e tomaram as direcções das cooperativas, formando os grupos dirigentes desta classe), técnicos das ciências agrárias, profissionais de outras áreas e jornalistas. No primeiro caso, estes intelectuais apresentam-se, de fato, como intelectuais orgânicos.

Nos outros casos, estes profissionais, na condição de trabalhadores-intelectuais, são cooptados, seja por emprego, seja por algum interesse de valorização profissional, seja por interesse político-ideológico, ou qualquer outro interesse.

A imprensa de cooperativas surge e desenvolve-se pela ação dos grupos dirigentes. E para entendermos as razões dessa ação é preciso analisar a acumulação no cooperativismo empresarial, o que será feito a seguir.

1.2.1 A NECESSIDADE DE ACUMULAÇÃO NESTE COOPERATIVISMO

O cooperativismo empresarial - como o próprio nome diz - só poderia ser desenvolvido com o princípio fundamental do capitalismo: a acumulação. Isso, numa cooperativa, significa restringir ao mínimo a distribuição dos lucros entre os associados.⁸ (Ao mesmo tempo, o Estado participa financiando a expansão dessas organizações. Mas aqui está sendo analisada a capitalização pelos associados). Vejamos essa questão mais de perto.

O que é uma cooperativa? É uma associação de produtores que integralizam quotas-partes para sua capitalização e onde, nas decisões em assembléia, cada um tem um voto. A cooperativa, assim constituída, recebe a produção de seus associados, comercializando e/ou industrializando essa produção.

Desta maneira, a cooperativa não deixa de ser um empreendimento capitalista com a característica de associar produtores de mercadorias. As mercadorias da cooperativa formam o somatório das mercadorias de seus associados. E, como qualquer negócio, o associado procura o lucro. Esse lucro, no caso, é procurado pela cooperativa. Ocorre aqui um problema que sempre esteve presente. Esse lucro, no vocabulário cooperativista, é chamado de "sobras".

A cada final de um ciclo produtivo são os associados que, em assembléia geral, devem decidir o destino dessas "sobras".⁹ Mas, ao mesmo tempo, a capitalização é um processo inevitável em uma empresa. Pela dinâmica da acumulação capitalista esse processo não se constitui apenas em "vontade" das pessoas que dirigem o empreendimento, mas é um fenômeno que possui sua própria lógica.

Essa necessidade de acumulação estará presente desde o início e será mais forte à medida que ocorre essa acumulação. Por isso, a capitalização também ocorre através da comercialização da produção, descontando-se um percentual do valor da produção comercializada. Assim, os empresários rurais, com as cooperativas, formaram um empreendimento

coletivo que tem, na verdade, a acumulação como objetivo. Esse objetivo, idealmente, era apenas um projeto, idealizado como é qualquer projeto, mas que, depois de existir concretamente, mostra e faz valer a sua própria lógica.

A acumulação de capital nas cooperativas procura um caminho - e o encontra nos planos de expansão. O capital, uma vez formado inicialmente, deve ser aumentado. E aqui entra novamente a racionalidade empresarial dos dirigentes. Afinal, o que é racionalidade empresarial a não ser o objetivo da reprodução ampliada do capital?

Quem administra este capital na cooperativa é o seu grupo dirigente (uma fração da classe dos empresários rurais que assume efetivamente o papel de coordenação empresarial). Benetti (1985:269) denomina estes produtores de "empresários cooperativistas" ("uma categoria que se distingue da dos demais produtores rurais por possuírem um projeto de longo prazo para o setor") e coloca,

"O piso da acumulação na cooperativa é dado por lei. O quanto na prática ela pode elevar-se do mesmo depende do grau de controle que os "empresários cooperativistas" possam exercer sobre o processo de acumulação, mas especificamente sobre a distribuição do excedente".

Assim, existe a seguinte situação: por um lado, o grupo dirigente administrando o capital no sentido da acumulação, e de outro, os associados, procurando para si o retorno desse capital.

Este procedimento manifesta-se nas duas classes de produtores, mas aqui é preciso explicitar a relação mercantil da pequena produção com a cooperativa. Como modo de produção subordinado, a pequena produção liga-se ao setor capitalista através de relações mercantis. É por sua produção de mercadorias que a pequena produção estabelece seu contato com o setor capitalista. Portanto, a pequena produção configura-se como um modo de produção mercantil simples.

Suas mercadorias não são geradas de forma tipicamente capitalista, são produções especializadas ou não, mas na

situação onde a reprodução da força de trabalho é produzida pelos próprios membros da unidade familiar. Esta situação permite os pequenos produtores prescindirem do lucro médio de sua atividade como também da renda da terra (quando proprietários), vide Marx (1980), o que não ocorre com os empresários rurais.

O fato da reprodução ser produzida pelos próprios membros da unidade mascara uma relação mercantil desigual - caracterizada pela transferência de valor (na forma de excedente econômico) desses estabelecimentos. Como diz FEE (1982A:19),

"O confronto das duas racionalidades traz em seu bojo uma transferência de valor que será apropriada pela forma de produção regida pelas leis do capital".

Além de um complemento de utilidades para a reprodução, o pequeno produtor precisa comprar meios de produção para o seu trabalho. Isso é apenas possível através da venda de mercadorias. É nessa venda que ocorre transferência de valor da pequena produção aos capitais com quem ela mantém relações mercantis.¹⁰ É neste sentido que a pequena produção torna-se "funcional" ao capital.

Em outras palavras, por sua própria condição de pequeno produtor, produzindo de forma subordinada em relação aos capitais com quem mantém relações mercantis, esse produtor, junto com sua família, reproduz sua unidade de produção baseando-se na auto-exploração.

Por isso, quando a cooperativa (um capital que mantém relações mercantis com os pequenos produtores-associados) apresenta uma quantidade determinada de "sobras", certamente nesse total está incluído o valor do excedente produzido e transferido por esses próprios produtores. E esses, procurando receber sua parte, não estão fazendo nada mais do que tentar resgatar o que eles mesmos produziram e transferiram. Já os empresários rurais, quando procuram resgatar estas "sobras", buscam uma parte que pode ser considerada um lucro a mais (além daquele já praticado na comercialização).

No conjunto dos associados da cooperativa, existem os produtores que produzem e transferem excedente e por isso não acumulam, e os produtores que, ao contrário, produzem e acumulam, de forma tipicamente capitalista, o excedente. Esta é a base econômica das duas classes que formam o cooperativismo empresarial. E essa é a grande diferenciação econômica entre essas classes.

São essas duas classes que formam o lastro de produção¹¹ das cooperativas, mas a sua direção é executada pelo grupo dirigente. Desta maneira, forma-se uma divisão, a nível administrativo, entre o grupo dirigente e o quadro social. Os jornais atuam nesta situação procurando o consenso do quadro social para os projetos de expansão do grupo dirigente, onde a capitalização e a entrega da produção de cada associado torna-se fundamental. A cooperativa deve eliminar os "desvios" de produção de seus associados para outras empresas - capitais que concorrem na comercialização de produtos agrícolas.

Essa divisão será aumentada pela própria expansão da cooperativa como empresa. Isso significa uma separação entre a cooperativa (como empresa) e o quadro social. Essa divisão é consequência da dinâmica empresarial e é um fenômeno analisado por Benetti (1982:166) como autonomização da cooperativa,

"Ao autonomizar-se do produtor, a cooperativa passa a ter o controle direto dos meios de produção aí existentes; passa a decidir sobre o destino do lucro gerado em suas atividades específicas e passa a controlar o processo de trabalho que aí se desenvolve. Torna-se, neste sentido, uma verdadeira unidade de produção, isto é, um centro autônomo de acumulação de capital." (grifos da autora)

O grupo dirigente procura reter o excedente via projetos de expansão das cooperativas. É uma ação típica da racionalidade capitalista. Mas, aqui, essa ação significa, sobretudo, uma ação política - esse grupo atua politicamente em busca de aceitação para seus projetos. Porque, mesmo que o capital tenha sua própria lógica de acumulação (e obedecendo estritamente esta lógica a ação empresarial não seria mais do que um reflexo automático), a cooperativa, como uma associação

de produtores, pode escolher entre as possibilidades dessa acumulação.

Benetti (1982:158), embora não aceitando a tese da expropriação (o que para nós é válida), coloca a questão da dominação econômica ("a cooperativa - HAS) (...) procurará subordinar os interesses (dos produtores - HAS) aos seus, buscando tornar-se a instância superior disciplinadora da propriedade econômica e da gestão dos recursos econômicos individuais existentes nos estabelecimentos rurais e coletivos" (a cooperativa - HAS)), dizendo,

"(...) essa dominação econômica passa, bem entendido, por uma dominação de tipo ideológico através da qual a cooperativa, ou melhor, seus dirigentes, buscarão o consenso dos produtores. Trata-se de um trabalho que visa, antes de tudo, a "conscientizar o produtor do que ele deve pensar".¹² Quando esse grupo dirigente falha na tarefa de conseguir a coesão interna - o que pode ocorrer quando o processo de autonomização ultrapassar certos limites críticos - sobrevém uma crise de poder, a qual pode significar a alteração nas formas de dominação até então exercidas".

Por isso, esse grupo atua politicamente. Porque se ele se separa administrativamente, deve agregar o quadro social às suas políticas de ação. Junto a sua classe procurando afirmar sua posição de grupo dirigente, direcionando efetivamente os interesses políticos-econômicos dessa classe e procurando manter o consenso para a continuidade do projeto empresarial. Junto aos pequenos produtores em busca de consenso no sentido de legitimar este projeto empresarial.

O que faz os grupos dirigentes, enfim, é buscar o consenso do quadro social no sentido de desenvolver as organizações, o que implica desenvolver a produção agrícola do quadro social. Isso significa direção política-econômica expressa na produção de mercadorias dentro do setor cooperativo, uma direção hegemônica. Especificamente na análise dessa imprensa essa direção pode ser compreendida como a síntese de três direções políticas: ideológica, reivindicatória e tecnológica/econômica.

Essas direções formam o material jornalístico dessa imprensa: política-ideológica (divulgação/valorização do cooperativismo no sentido da expansão das cooperativas), política-tecnológica/econômica (divulgação/valorização de conhecimentos tecnológicos-econômicos para a produção agrícola; seu conteúdo são conhecimentos de produção: os conhecimentos tecnológicos-econômicos que em processos de produção têm o objetivo de gerar mercadorias agrícolas), política-reivindicatória (divulgação/afirmação de reivindicações econômicas ao Estado para essa produção).

Ou seja, são direções cuja unidade é uma direção política-econômica expressa no desenvolvimento da produção de mercadorias dentro do setor cooperativo. A imprensa de cooperativas torna-se resultado de uma ação política dos grupos dirigentes com o objetivo de, procurando desenvolver a produção agrícola do quadro social, consolidar as organizações, agregando os produtores via produção de mercadorias.

Essa ação é consequência da própria dinâmica do capital que, se de um lado, implica no fenômeno da autonomização (presente, em intensidades diversas, nas cooperativas), também condiciona a tomada de direções para a expansão desse capital.

1.2.2 GRUPOS DIRIGENTES E BASE SOCIAL DESTA HEGEMONIA

A classe dos pequenos produtores pode ser considerada subalterna em relação à sociedade, pela sua situação estrutural, mas no interior do cooperativismo a sua existência se dá em dupla condição: é uma classe subalterna formada por produtores do mesmo ramo de produção da classe dos empresários rurais e que possui perspectivas econômicas - e isso significa uma posição ativa no sentido de interesse na produção agrícola.

Se existe esse interesse como produtores rurais, a sua relação com os empresários rurais tem contradições no nível econômico e, por extensão, no nível político. Mas é pela existência dessas contradições que os grupos dirigentes

procuram estabelecer sua hegemonia, agregando os pequenos produtores às cooperativas e, por extensão, às suas direções políticas. Ou como diz Bobbio et alii (1986:581),

"A hegemonia atua como princípio de unificação dos grupos dominantes e, ao mesmo tempo, como princípio de disfarce do domínio de classe".

Essas direções são desenvolvidas na modernização da agricultura (expansão do capitalismo), um processo político-econômico que dentro do bloco histórico estabelecido tem como objetivos os interesses gerais das classes hegemônicas da sociedade e os interesses particulares da classe dos empresários rurais, como analisado em 1.3.

E esse processo expandiu-se com o cooperativismo empresarial que, buscando os interesses particulares de uma classe, atinge os objetivos gerais do conjunto da economia. Para isso, esse cooperativismo configurou-se em organizações políticas-econômicas hegemônicas onde estão incluídas a classe dos empresários rurais, os grupos dirigentes, grupos profissionais-intelectuais e a classe dos pequenos produtores, que adere ao projeto da primeira classe e que é a base social onde a hegemonia é exercida.

É a classe dos empresários rurais que forma e dirige esse cooperativismo.¹³ Segundo Benetti (1982:162),

"("os granjeiros" - HAS) ocuparam as direções das cooperativas desde o seu nascimento, perpetuando-se no poder quer como seus diretores, quer como ocupantes de outros altos cargos de direção".

Com o seu desenvolvimento consolidam-se os grupos dirigentes, em cada cooperativa, que assumem efetivamente o papel de coordenação empresarial. São esses grupos que, de fato, predominam no setor cooperativo, pois criam e desenvolvem as políticas de ação. Isso significa desenvolver um cooperativismo que combinando o "espírito de empresa" e uma ideologia coletiva (cooperativismo), mostra-se capaz de cooptar a classe dos pequenos produtores, a maioria dos

associados, vide tabela 13.

Esses grupos dirigentes são parte da classe dos empresários rurais, com papel dominante particular, num sentido particular que Poulantzas (1977:137) dá ao termo, referindo-se ao "bloco no poder",

"(...) composto de várias classes ou frações politicamente dominante. Entre essas classes e frações dominantes, uma delas detém um papel dominante particular, o qual pode ser caracterizado como papel hegemônico". (grifos do autor)

Os grupos dirigentes, em relação à sua classe, com seu papel dominante particular, mantêm um papel diretivo vinculado ao projeto empresarial e às políticas de seus interesses, o que não deixa de ser uma direção hegemônica. Mas uma direção que tem como objetivo assegurar a predominância de sua classe nesse cooperativismo e no processo de modernização agrícola, o que equivale à continuidade de sua ação como grupos dirigentes nas cooperativas.

Em relação à classe dos pequenos produtores, os grupos dirigentes têm um papel efetivamente hegemônico, não só porque é a sua classe que detém a hegemonia no setor cooperativo e na modernização agrícola, mas sobretudo porque sua ação é assegurar essa hegemonia.

Os grupos dirigentes assumem, de fato, o papel político de sua classe. Em sentido amplo, esta classe é a dirigente na modernização da agricultura e no cooperativismo de produção. Mas, na prática, no desenvolvimento dessa modernização e do cooperativismo, são os grupos dirigentes que concretamente representarão os interesses de sua classe. Pela administração desses interesses ocorre a formação desses grupos, e por isso o papel hegemônico está localizado nesses grupos.

É essa condição de hegemonia que possibilita, mesmo sendo fração de uma classe em minoria, numericamente, a direção política-econômica das cooperativas. São os grupos que, por isso, predominam e detém o poder de direção. Uma direção hegemônica, já que como grupos dirigentes representam não só os interesses de sua classe como também os "interesses"

dos pequenos produtores.

Esses interesses apresentam pontos de coincidência porque as duas classes atuam no mesmo ramo de produção - são classes de produtores rurais. A produção de mercadorias universaliza os interesses e é a base de consenso nesse cooperativismo. E em algumas análises deste cooperativismo aparecem as expressões "pacto social" e "aliança". Falkembach (1985:188), concluindo, coloca a questão do pacto social, dizendo,

"Contudo duas questões fundamentais (...) merecem ser retomadas para profundamento: a questão do pacto social e a questão da contradição capital-trabalho. Ambas se colocam em razão do novo padrão de desenvolvimento agrícola então em vigor e poderão constituir-se em questões teóricas contra cujo avanço a prática política da FECOTRIGO pode esbarrar".

Seguindo, Falkembach (1985:188) diz,

"Mesmo justificando a reforma agrária a partir da ciência da concentração da propriedade fundiária, é interessante detalhar as formas de submissão do trabalho ao capital, hoje presentes no cenário da agropecuária".

Esta análise é feita num período em que o grupo dirigente da Fecotrigo, em momento de crise, vide 3.2.2, procura assegurar o desenvolvimento do cooperativismo via fortalecimento da ligação com a maioria do quadro social, como diz Jarbas Pires Machado, então presidente da Federação, em Fecotrigo (1986:19),

"A cooperativa, hoje, terá sua vida e seu desenvolvimento na relação direta em que redefinir o seu pacto social interno. Haverão de ser os interesses dos médios e pequenos produtores - que podem admitir, sem dúvida nenhuma; a colaboração e a aliança dos grandes produtores - será, sob o comando do interesse dos pequenos e médios que a Cooperativa irá encontrar o seu novo rumo e o seu novo papel no momento histórico brasileiro". (grifos do autor)

Como analisado no caso de O Interior, a Fecotrigo em

certo momento assume a reforma agrária como uma de suas reivindicações. Porém, também, como é analisado em 5.1.1, essa reivindicação tinha limites claros, não ferindo os interesses de classe dos empresários rurais.

Uma aliança nesse cooperativismo deveria supor não só força política por parte dos pequenos produtores, já que força política é necessária para estabelecer alguma aliança, como também que a classe dos empresários rurais, através do seu grupo dirigente assumisse, de fato, a questão estrutural da terra no sentido dos interesses dos pequenos produtores. Para Portelli (1987:77-78) há assimilação indevida da noção de hegemonia com a de aliança,

"A fonte essencial de erro provém da base social da hegemonia. Esta pressupõe, por definição, a existência de uma classe dirigente e de classes dirigidas".

Entendemos que esse cooperativismo expressa uma articulação política no sentido de um "pacto social", isto é, um "pacto" fundamentado em alguns interesses comuns, gerais, enquanto todos são produtores rurais. Mas um "pacto social" onde predomina e se desenvolve uma situação de direção, de hegemonia - a classe representada no cooperativismo empresarial por seus grupos dirigentes é a classe que predomina na modernização agrícola.

1.3 A EXPANSÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Como vimos, o Estado atua na direção da agricultura no RS, através dessas cooperativas, no sentido do aumento e modernização da produção de trigo. A industrialização brasileira, implementada a partir de 1930 pelo Estado, exigia uma agricultura capaz de fornecer bens de reprodução para a força de trabalho do setor urbano-industrial.

Principalmente nos centros industriais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro - os grandes mercados para a produção agrícola do Sul. Com o desenvolvimento industrial nesses pólos, forma-se, na verdade, uma periferia para a produção de

alimentos e o RS, como outros estados periféricos dessa industrialização, aparece como região cuja função era a produção de alimentos.

A agricultura, nessa política de industrialização, consolida-se como um setor subsidiário do setor urbano-industrial. E é interessante notar que, no caso do RS, há uma coincidência de datas, entre o segundo quinquênio da década de 1950, época de criação das cooperativas tritícolas, e o ano de 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial do país superou a renda do setor agrícola, segundo Oliveira (1981). A política de industrialização, iniciada em 1930, conseguiria, 26 anos depois, colocar o setor urbano-industrial como líder no processo de acumulação.

Se foi o Estado que implementou e criou as condições para o desenvolvimento da industrialização brasileira, vide Oliveira (1981), foi também o Estado que condicionou a agricultura aos interesses dessa industrialização. Assim, a agricultura tornou-se um setor econômico subsidiário da acumulação capitalista no setor urbano-industrial, tendo algumas funções como: produção de alimentos para a força de trabalho no setor urbano-industrial a preços que permitem reduzir o custo de reprodução (salários), fornecer força de trabalho a esse setor, aumentando a oferta e, conseqüentemente, barateando seu custo, fornecer matérias-primas para a indústria e tornar-se um mercado para a produção do setor urbano-industrial.

Essas funções podem ser entendidas como interesses gerais para o conjunto da economia capitalista brasileira. Como interesses particulares da classe dos empresários rurais, envolvidos no cooperativismo empresarial do RS, pode-se considerar a expansão dessa classe (em número de estabelecimentos médios e grandes e, conseqüentemente, produção de mercadorias agrícolas).

O caráter subsidiário da agricultura deve ser entendido da seguinte forma. Quando a lavoura empresarial participa na redução do custo de reprodução, ou no fornecimento de matérias-primas para a indústria, isso se dá através de

acréscimos de produtividade. Conforme FEE (1982A:16),

"A agricultura capitalista cumprirá a função redutora do custo de reprodução da força de trabalho quando, mediante acréscimos de produtividade, ocorrer uma diminuição no tempo médio de trabalho requerido para gerar as mercadorias que compõem a cesta de consumo do trabalhador, ou seja, quando houver um rebaixamento do valor dos meios de subsistência".

Portanto, a lavoura empresarial não transfere valor para o setor urbano-industrial, como ocorre com a pequena produção. Na oferta de força de trabalho, a lavoura empresarial contribuirá no sentido de prescindir de mão-de-obra à medida que incorpora tecnologia. Desta forma, esse segmento, ao mesmo tempo que se torna mercado para a produção do setor urbano-industrial, libera força de trabalho. Segundo FEE (1982A:16),

"(...) essas inovações (tecnológicas - HAS), por conduzirem a uma densidade de capital fixo cada vez mais elevada, permitem liberar mão-de-obra para outros setores da economia. Sob tais circunstâncias, por conseguinte, a agricultura capitalista estará possibilitando a formação de novos contingentes humanos requeridos pela acumulação industrial".

O mesmo não ocorre com a pequena produção que, ao fornecer força de trabalho ao setor urbano-industrial, está liberando mão-de-obra de sua unidade familiar. Desta maneira, a lavoura empresarial, produzindo para o mercado interno ou externo, configura-se como o segmento onde se desenvolve a acumulação capitalista na agricultura. Para isso, contribui o Estado que, via estímulos econômicos, vide 3.3, viabiliza a expansão desses estabelecimentos para dar curso a sua política de produção de produtos dinâmicos.

As cooperativas surgiram e se desenvolveram dentro dessa política estatal. Isso porque era necessário organizar a produção agrícola, com cooperativas no locus de produção, colocando em prática as políticas governamentais para o setor. Assim, temos o Estado, que aparece como o agente modernizador, e as cooperativas, como agentes executoras de suas políticas.

As cooperativas constituíram-se como o braço político-económico do Estado para organizar e desenvolver a produção agrícola. Neste sentido, as cooperativas foram um meio fundamental para a expansão e consolidação do capitalismo na agricultura. Para isso, era preciso, primeiro, organizar os responsáveis diretos por esta produção - os produtores.

E, para consolidar esse processo, é formada a sua federação - a Fecotrigo. Essa, desde 1958, ano de sua criação, uma federação de cooperativas tritícolas gaúchas, mas a partir do início da década de 1970 até 1980 tornando-se uma federação de cooperativas de trigo e soja não só do RS, como também de outros estados. Após, passa a ser novamente uma federação de cooperativas gaúchas, com o papel de coordenação política do setor cooperativo de produção agrícola.

Criadas as cooperativas tritícolas, o setor cooperativo coordenado por essa federação incrementa a expansão da produção agrícola. Na década de 1970 com um outro grão, símbolo da agricultura gaúcha nesse período - a soja. Conforme FEE (1983:154),

"A soja foi uma das culturas que mais cresceu entre 1968 e 1981 no País, apresentando incrementos de 1.075% na área cultivada e de 2.188% na quantidade produzida. Sua produção concentrou-se basicamente em cinco estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso. No entanto, foram os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná que geraram, juntos, sempre mais de 73% da oferta física nacional no período."

A soja (cultura de verão), formou, junto com o trigo (cultura de inverno), a base económica da agricultura desse setor nos anos 70, resultando numa agricultura cujo sinónimo era o "binómio trigo-soja". Com o trigo buscava-se a auto-suficiência nacional desse produto, com a soja buscava-se aproveitar os altos preços que o mercado internacional oferecia. Os jornais, neste contexto, serão veículos para a direção política-tecnológica/económica, no sentido de expandir essas duas culturas.

A soja já era cultura importante na década de 1960, mas

foi a partir dos anos 70 que ela se tornou realmente expressiva. Em meados de 1973 ocorre um fato econômico em relação à soja, mudando o perfil da agricultura gaúcha e, em consequência, dessas cooperativas. Uma inesperada procura internacional pelo grão aumenta fortemente o seu preço. Para uma melhor visualização da evolução desses preços, vejamos a tabela que segue.

TABELA 4 - PREÇOS DA SOJA, EM CHICAGO, NOS PERÍODOS DE 1971/72 A 1979/80

<u>Período de Comercialização</u>	<u>Preços na Bolsa de Chicago</u> (preço real, dólares/ton. base 91, média/período)
1971/72	412,94
1972/73	766,27
1973/74	729,54
1974/75	694,18
1975/76	627,54
1976/77	657,99
1977/78	543,39
1978/79	583,80
1979/80	493,71

Fonte: Jornal Gazeta Mercantil (05/03/92)

Esta valorização da soja, junto com crédito farto e subsidiado pelo Estado, vide 3.3, impulsionou a expansão do capitalismo na agricultura gaúcha. Dissemos "impulsionou" porque essa expansão é devida também ao trigo e ao arroz. Esse segundo, um produto dinâmico típico da lavoura empresarial. Como conclui Beskow (1986:173),

"A forma de organização assumida pela produção de arroz no RS diferencia-se radicalmente das demais regiões com significado na produção nacional, distinguindo-se pelo predomínio dos seguintes fatores: grande produção irrigada, arrendamento capitalista, trabalho assalariado, utilização intensiva de meios de produção de origem industrial em todas as etapas do processo produtivo, elevada produtividade da área cultivada e da força de trabalho, alta lucratividade e forte apoio político-econômico a nível institucional, tanto estadual como federal".

Esta expansão do capitalismo significou basicamente: diminuição no número de estabelecimentos de pequena produção, expansão do trabalho assalariado na lavoura empresarial, manutenção do quadro de concentração da propriedade fundiária, uso intensivo de mecanização, migração rural, produção para o mercado externo (exportação de soja), subordinação da pequena produção agrícola aos capitais (comercial/agroindustrial) e a afirmação da articulação da economia agrícola gaúcha aos centros dinâmicos do país, como diz FEE (1982A:56),

"(...), foi com a expansão acelerada da cultura da soja que se referendeu de forma mais decisiva a articulação da economia agrícola do Rio Grande do Sul com o pólo dinâmico nacional."

1.3.1 DESINTEGRAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO

A diminuição de estabelecimentos de pequena produção pode ser percebida na tabela que segue.

TABELA 5 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA, NO RS, EM 1960, 1970, 1975, 1980 E 1985

Grupos de Área (ha)		Estabelecimentos				
		1960	1970	1975	1980	1985
10	10	100.132	177.519	153.735	161.141	181.777
10	20	110.162	143.774	132.213	131.825	135.464
20	50	113.659	126.849	120.650	115.863	113.108
50	100	28.644	30.446	30.911	30.674	30.768
100	200	12.005	14.530	14.773	15.367	15.471
200	500	8.744	10.949	11.055	11.597	11.754
500	1000	3.731	4.348	4.609	4.804	4.908
1000	2000	1.945	2.136	2.286	2.320	2.357
2000	5000	960	959	956	935	862
5000	10000	169	121	123	118	94
10000 e mais		48	19	14	16	16
Totais		380.199	511.650	471.325	474.660	496.579

Fonte: FIBGE (1991) (Sem declaração: dois estabelecimentos em 1960, 653 em 1970, 297 em 1975, 626 em 1980 e 593 em 1985. Esses estabelecimentos não estão computados nos totais).

Em 1981 o setor cooperativo contava com 226.168 associados. E, comparando-se a estrutura fundiária desses

associados naquele ano, conforme tabela 13, com a estrutura fundiária do estado, conforme essa tabela, no ano de 1980, pode-se dizer, grosso modo, que, no período 1980-81, 44% dos estabelecimentos de até 50 ha, 73% dos de 50 até 500 ha e 40% dos de 500 ha e mais, estavam ligados ao setor cooperativo.¹⁴

Como se nota, nessa tabela, houve um decréscimo no número de estabelecimentos de 10 até 20 ha e de 20 até 50 ha, no período após 1970. No estrato de 20 até 50 ha esse decréscimo é constante nos três censos após 1970. O que acontece, assim, é a desintegração de estabelecimentos de pequena produção pela perda da capacidade de reprodução.

Essa desintegração significa basicamente: perda gradativa da terra e a venda da força de trabalho de seus membros para o setor urbano-industrial e para estabelecimentos agrícolas capitalizados (esta é a origem dos empregados permanentes e temporários).

Deve-se observar ainda que no RS existe uma clara divisão em microrregiões segundo as áreas médias das propriedades, conforme Costa (1988, anexos). Assim, por exemplo, a região do Alto Uruguai é caracterizada por propriedades entre 10 a 20 hectares e a região da campanha, por propriedades com mais de 200 hectares.

Isso, de alguma forma, impede uma maior desintegração de estabelecimentos de pequena produção, já que pela concentração de áreas médias semelhantes ocorrem dificuldades no sentido de agregação (compra e/ou arrendamento) dessas áreas. Ainda, os sistemas de integração tendem a manter os estabelecimentos.

Conforme a tabela 5, essa perda gradativa da terra pode ser indicada, por um lado, pelo aumento no número de estabelecimentos de até 10 ha e também nos de 10 a 20 ha (aumento esse, nesse estrato, entre 1980 e 1985, mas ainda esses estabelecimentos apresentam número menor em relação a 1970).

E, por outro lado, pelo aumento no número de estabelecimentos com mais de 50 ha. Configura-se, assim, numa extremidade, a tendência de expansão da minifundização, e na outra, a expansão no número de médios e grandes

estabelecimentos - base da lavoura empresarial. E como coloca Frantz (1982:117-118), referindo à modernização da agricultura na região do Planalto no RS,

"(...) com a modernização acelerada da produção agrícola regional e com a expansão da soja, intensificou-se o processo de sua diferenciação social (pequenos produtores - HAS), fazendo com que um certo número deles alcançassem realizar uma acumulação de capital, enquanto que outros conseguiram apenas manter-se na produção. No entanto, um número significativo foi simplesmente eliminado do processo de produção agrícola. Mesmo assim, a euforia da soja funcionou durante um certo tempo ainda como uma espécie de "cortina de fumaça" dificultando¹⁵ a percepção clara do que de fato estava ocorrendo".

Se, por um lado, ocorre essa desintegração de estabelecimentos, por outro, unidades que continuam produzindo estão acopladas ao capital (comercial/agroindustrial). Esse acoplamento significa transformação das atividades desses estabelecimentos, ou seja, uma produção subordinada aos capitais. Em outras palavras, ocorre a reprodução das unidades na base de uma produção subordinada. Segundo Santos (1982),

"(...) o capital impõe suas determinações ao processo de trabalho camponês: (...) transforma as regiões camponesas em viveiro de força de trabalho para os setores agrícola e urbano-industrial (...); leva os camponeses a produzir alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, estabelecendo a produção de valor de troca; provoca a extensão da jornada de trabalho da família camponesa; efetua o controle parcial do processo produtivo camponês; (...); efetiva, mediante relações de troca desiguais, a exploração do valor gerado pelo camponês; e, finalmente, produz a pauperização relativa das famílias camponesas".

Neste período de expansão do capitalismo a subordinação da pequena produção fecha seu ciclo pela articulação com os capitais comercial/agroindustrial e assim pode-se dizer que o modo de produção capitalista domina a agricultura. Essa articulação ocorre via integração com os capitais, em sistemas

diversos, mas com a característica da pequena produção ser subordinada.

Essa subordinação significa basicamente que a existência das unidades de pequena produção vai depender da sua capacidade de produzir mercadorias. O que ocorre é um acoplamento destas unidades pelos capitais no sentido da submissão econômica. Ou, como diz Duarte (1986:86), referindo-se ao cooperativismo empresarial,

"A inserção da pequena produção nas cooperativas tritícolas selou o seu rumo histórico como classe dominada, a qual vem desempenhando um papel no sistema produtivo, análogo ao do proletariado e antagônico ao capital."

1.3.2 A MANUTENÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

Ao mesmo tempo nota-se, na tabela 5, um crescimento no número de estabelecimentos de 50 até 2.000 ha. Esta é uma tendência a partir da década de 1960. A lavoura empresarial, impulsionada pelo trigo, arroz e soja, avançou, via arrendamento, sobre o latifúndio (terras de pecuária), já que a região do Planalto (principalmente para o caso da soja na década de 1970), não oferecia mais áreas disponíveis. Esse movimento da lavoura empresarial, através do arrendamento (uma clássica situação do capitalismo na agricultura), conforme FEE (1982A:39-40),

"(...) vem desvinculando a propriedade do uso da terra, de modo que as duas estruturas tendem a não mais se confundir. Em outras palavras, embora a fronteira de apropriação da terra estivesse definida, as possibilidades de sua utilização ainda não se haviam esgotado. Assim, o avanço do capitalismo no campo transforma a estrutura de uso do solo, mantendo praticamente intocada a estrutura de propriedade".

Desta forma, existe uma articulação entre as estruturas de propriedade e de uso da terra. Em outras palavras, uma articulação entre frações do empresariado rural (arrendatários) e o grande proprietário. Conforme FEE

(1982A:38),

"(...) ao se expandir sobre áreas inseridas no interior do latifúndio, a lavoura empresarial indiscutivelmente beneficia o grande-proprietário rural, canalizando para ele, sob a forma de renda da terra, parte do excedente gerado. Assim, é possível que em virtude da valorização progressiva da terra, o latifundiário tenda a fortalecer-se como proprietário, o que levaria ao aprofundamento do processo de concentração da propriedade no meio agrário do Estado".

A propriedade e o uso da terra no RS, no período de 1970 a 1985, segundo FIBGE (1991) e FEE (1982A:45), podem ser descritas analisando-se três condições da terra: próprias, arrendadas, próprias e arrendadas. O número de estabelecimentos de até 50 ha na condição "terras próprias", em relação ao total do estrato, diminui, percentualmente, de 67,9% para 65,5%; no arrendamento, de 17,2% para 14,2%; na condição "terras próprias e arrendadas" essa variação é positiva: de 3,5% para 8,3%.

O número de estabelecimentos de 50 até 500 ha na condição "terras próprias" diminui de 69,5% para 65,6%; no arrendamento, de 15,1% para 13%; na condição "terras próprias e arrendadas" essa variação é positiva: de 8,5% para 14,6%. O número de estabelecimentos de 500 ha e mais na condição "terras próprias" diminui de 64,4% para 62,6%; no arrendamento, de 13% para 12%; na condição "terras próprias e arrendadas" essa variação é positiva: de 18,7% para 21,4%.

Nota-se que a menor variação negativa na condição "terras próprias" ocorre nos estabelecimentos de 500 ha e mais. O mesmo ocorre no arrendamento. Ao mesmo tempo, os estabelecimentos, nesses três estratos, apresentam variações positivas na condição "terras próprias e arrendadas". E a maior variação ocorre no estrato de 50 até 500 ha, onde se encontram os médios estabelecimentos que, na condição "terras próprias" apresentam a maior variação negativa. Isso indica que, se esses estabelecimentos diminuem em número na condição única da propriedade, aumentam numa condição mista onde está

presente o arrendamento.

Vejamos a evolução das áreas nesses três estratos, tomada em relação à área total de cada estrato, entre 1970 e 1985, segundo essas condições. No estrato de até 50 ha, a área de "terras próprias" diminui, percentualmente, de 75,6% para 71,2%; no arrendamento, de 12% para 10,7%; na condição "terras próprias e arrendadas" esta variação é positiva: de 4% para 9,4%.

No estrato de 50 até 500 ha, a área de "terras próprias" diminui de 66,8% para 63,4%; no arrendamento, de 16,4% para 14%; na condição "terras próprias e arrendadas" essa variação é positiva: de 10,5% para 16,4%. No estrato de 500 ha e mais a área de "terras próprias" apresenta leve decréscimo, de 64,1% para 64%; no arrendamento, essa área diminui de 10,8% para 9,8%; e na condição "terras próprias e arrendadas" essa variação é positiva: de 20,7% para 22,2%.

Nota-se a diminuição das áreas próprias nos estratos de até 50 ha e de 50 até 500 ha. No estrato de 500 ha e mais praticamente não houve variação, apenas um leve decréscimo. O maior decréscimo nessa condição ocorre no estrato de até 50 ha. Nas áreas de terras arrendadas há decréscimos nos três estratos, mas o menor ocorre no estrato de 500 ha e mais. Na condição "terras próprias e arrendadas" as variações são positivas nos três estratos, mas a maior variação ocorre no estrato de 50 até 500 ha.

Observa-se, assim, que as áreas próprias diminuem nos estratos de até 50 ha e de 50 até 500 ha. Ao mesmo tempo, se o arrendamento, na condição única, diminui nos três estratos, mostra tendência de expansão através da condição mista, principalmente no estrato de 50 até 500 ha.

Portanto, se de um lado, a propriedade, seja por estabelecimentos, seja por área, é praticamente mantida no estrato superior (acima de 500 ha), por outro, no estrato inferior (até 50 ha) e no estrato intermediário (de 50 até 500 ha) a propriedade diminui, apenas pela condição mista ocorre expansão.

Ao mesmo tempo, nessa condição está presente o

arrendamento, assim, o uso da terra é praticado e desenvolvido principalmente pelo estrato intermediário. É esse uso que pode ser indicado como possível razão da diminuição no número de estabelecimentos do estrato superior. A tabela que segue mostra a participação percentual dos estabelecimentos e de suas áreas em relação ao total de estabelecimentos e área agrícola do estado, em 1970 e 1985.

TABELA 6 -PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS E DE SUAS ÁREAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA AGRÍCOLA DO ESTADO, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA, NO RS, EM 1970 E 1985

<u>Grupos de</u> <u>Área (ha)</u>	<u>1970</u>		<u>1985</u>	
	<u>Estab.</u>	<u>Área</u>	<u>Estab.</u>	<u>Área</u>
— 50	87,59%	27,32%	86,66%	25,46%
50 — 500	10,93%	31,16%	11,68%	32,84%
500 —	1,48%	41,52%	1,66%	41,70%

Fonte: FIBGE (1991)

Em 1970 o total de estabelecimentos era 511.650 e a área agrícola total do estado 23.807.181 ha; em 1985, o total de estabelecimentos era 496.579 e a área total 23.821.692 ha.

Observa-se que, em 1970, os estabelecimentos de até 50 ha representavam 87,59% do número total de estabelecimentos e ocupavam 27,32% da área agrícola total do estado. Em 1985 essa participação diminuiu, tanto no número de estabelecimentos como na área total. Ao mesmo tempo, os estabelecimentos de 50 até 500 ha e de 500 ha e mais aumentam suas participações, tanto em número como na área total.

1.3.3 A EXPANSÃO DO TRABALHO ASSALARIADO

A expansão do trabalho assalariado pode ser percebida na tabela que segue.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO (EMPREGADOS PERMANENTES E TEMPORÁRIOS), NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA, NO RS, ENTRE 1970 E 1985

Grupos de área (ha)	1970			1985		
	Permant.e	Empregados Média/ Estab.	Tempor.	Permant.e	Empregados Média/ Estab.	Tempor.
— 50	14.274	0,03	24.990	25.799	0,06	45.408
50 — 500	22.663	0,41	15.808	47.066	0,81	38.375
500 —	26.595	3,51	8.649	49.773	6,04	22.572
Totais	63.532		49.447	122.638		106.355

Fontes: FEE (1982A) e FIBGE (1991)

Os empregados são homens e mulheres, com 74 sem declaração e que não estão computados nos totais.

Em relação ao assalariamento de força de trabalho nota-se, nessa tabela, que nos estabelecimentos de até 50 ha houve um acréscimo no número de empregados (mesmo assim a média de empregados permanentes por estabelecimentos continua muito baixa). Mas, deve-se lembrar - e isso é importante - que nesse estrato estão compreendidos os estabelecimentos típicos dos cinturões verdes nas cidades de médio e grande porte (que utilizam força de trabalho assalariada) e que fogem ao padrão da pequena produção aqui analisado.¹⁶

Já nos estabelecimentos de 50 até 500 ha e com mais de 500 ha este aumento no número de empregados é significativo. No primeiro grupo de área, e para o caso de empregados permanentes, esse crescimento foi de 107,67% (correspondendo a quase um empregado permanente por estabelecimento), e para os estabelecimentos com mais de 500 ha, 87,15% (correspondendo a seis empregados permanentes por estabelecimento). No caso de empregados temporários,¹⁷ os estabelecimentos de 50 até 500 ha acusam um incremento de 142,75% e os estabelecimentos com mais de 500 ha, 160,97%.

1.3.4 A MIGRAÇÃO RURAL

A migração rural é analisada a seguir.

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL NO RS
ENTRE 1960 E 1991

<u>Ano</u>	<u>Urbana</u>	<u>Rural</u>
1960	2.380.783	2.985.937
1970	3.553.006	3.111.885
1980	5.250.940	2.522.897
1991	6.994.134	2.141.345

Fonte: FIBGE (1991A) e FIBGE (1992)
Estas populações são residentes.

Como se nota, a população rural em 1970 é superior em relação à população de 1960 (embora os dois totais não apresentem diferenças significativas considerando-se o período). Já em 1980, essa população diminui em aproximadamente 590 mil pessoas em relação a 1970. Em 1991, essa população diminui em aproximadamente 380 mil pessoas em relação a 1980.

Mas, se a população residente mostra decréscimo no período 1970-1980, o pessoal ocupado nos estabelecimentos não apresenta redução proporcional. Em 1970 e 1980, como expõe Oliveira (1985B:149), o total de pessoal ocupado nos estabelecimentos, segundo os censos agropecuários, era: em 1970, 1.446.813; em 1980, 1.747.230 (com 278.804 não residentes nos estabelecimentos); em 1985, segundo FIBGE (1991), 1.747.235 (com 294.927 não residentes nos estabelecimentos).

Assim, o que ocorre é que nos estabelecimentos permanecem apenas as pessoas necessárias para a produção, ou seja, a força de trabalho, além de existirem outras situações¹⁸ que diminuem a população nos estabelecimentos. Analisando a migração, Oliveira (1985B:151) diz,

"A intensidade da emigração rural correlaciona-se ao enorme crescimento que vinha apresentando a população vinculada às explorações agrícolas de cunho familiar. E essa reprodução da força de

trabalho já não contava com as mesmas possibilidades de absorção através de uma acentuada proliferação minifundiária, conforme ocorreu nas décadas de 60 e 70 (...)".

O que decide a permanência da população na agricultura, num sentido, é a condição de trabalho. Forma-se uma relação entre a necessidade e permanência de força de trabalho. Pode-se dizer, assim, que, se de um lado, em estabelecimentos capitalizados (onde é empregada intensivamente a mecanização), após absorver um quantum determinado de mão-de-obra, prescinde de assalariados, por outro, na pequena produção, pela escassez de terra e uma produção subordinada, intensifica-se a migração. Como resultado, diminui constantemente a população rural.

Como exemplo da evolução da mecanização no RS pode-se citar Furstenau (1990A:215),

"No que se refere à utilização de tratores, a agricultura paulista apresentava-se mais avançada do que a gaúcha, ou seja, havia em 1960, em São Paulo, um trator para cada 710 ha, enquanto no Rio Grande do Sul o mesmo trator servia a 1.428 ha. A evolução desta relação é mais rápida no Rio Grande do Sul, pois, em 1980, enquanto São Paulo tinha um trator para cada 145 ha, o Rio Grande do Sul possuía um para cada 200 ha."

E, segundo Furstenau (1990A:228), em 1985, no RS, havia um trator para cada 174 ha.

Ao mesmo tempo, a permanência da população na agricultura, principalmente no caso de pequenos produtores, relaciona-se às oportunidades de emprego no setor urbano-industrial. Uma análise nesse sentido, em relação ao RS, no período 1975-1985, é feita por Fauth (1991). Partindo do pressuposto "de que a retração no crescimento da economia brasileira determinou expectativas menores no êxodo rural, favorecendo o incremento da produção alimentar", Fauth (1991:222), conclui,

"Quanto à análise dos dados censitários sobre o número de estabelecimentos agrícolas e o de pessoal

ocupado no campo, observou-se que, nos dois casos, houve um comportamento de retração no último quinquênio dos anos 70. Mas a expansão desses números nos primeiros cinco anos da década de 80 mostra que essa situação se inverte. Este movimento pode ser tomado como um indicio de que o homem foi induzido a permanecer no meio rural em função das condições insatisfatórias de sobrevivência nas cidades, e isso permite inferir que o incremento da produção de subsistência favoreceu a canalização de um excedente maior de alimentos aos mercados domésticos".

Em tabela, Fauth (1991:219) indica a variação percentual do pessoal ocupado nos estabelecimentos do RS. Especificamente na categoria "responsável e membros não-remunerados da família", no estrato de até 10 ha, essa variação no período 1980-75 foi de -8,49%; já no período 1985-80 essa variação foi positiva, 10,11%. No estrato de 10 até 20 ha, no período de 1980-75, essa variação foi de -12,46%; no período de 1985-80, -1,05%. No estrato de 20 até 50 ha, no período 1980-75, essa variação foi de -15,70%; no período 1985-80, -8,18%.

E, como pode-se observar na tabela 5, os estabelecimentos de até 10 ha aumentam, em número, a partir de 1975. O mesmo ocorre com os estabelecimentos de 10 até 20 ha, a partir de 1980. Os estabelecimentos de 20 até 50 ha, contudo, apresentam tendência de redução a partir de 1970. Nota-se, assim, que se a crise econômica do país a partir da década de 1980, seguiu, em determinada medida, o pequeno produtor na agricultura, ao mesmo tempo intensificou-se o processo de minifundização.

1.3.5 PRODUÇÃO DE SOJA E TRIGO

As exportações de soja para o exterior, pelo RS, evoluem, conforme Conceição (1986:106), de 692.090 toneladas em 1972 para 2.146.781 toneladas em 1975, quando a produção total, segundo FEE (1983:157), chega a 2.173.600 toneladas no primeiro ano e 4.688.500 toneladas no segundo.

A partir dos anos 80 a soja, como produto de exportação do RS, perde, gradativamente, sua importância relativa na participação do total de produtos exportados. Conforme

Teruchkin (1990B:642) , em 1979, o complexo soja (grão, farelo e óleo) participava com 41,65% das exportações do estado. Já em 1985 essa participação cai para 29,35% e, em 1988, esse percentual é de 22,55%.

Nesse período, a área colhida do produto, no estado, segundo Furstenau (1990A:233), decresce de 3.987.502 ha em 1980 para 3.157.413 ha em 1987 - praticamente a mesma área de 1975 que, segundo FEE (1982) foi de 3.113.286 ha. (A partir de 1975 a área evolui constantemente, chegando a 4.031.826 ha em 1979).

A produção de soja que, segundo FEE (1983:157), era de 5.107.000 toneladas em 1976, chega a 6.088.300 toneladas em 1981. A partir desse último ano decresce e chega em 1991, segundo Zero Hora, de 14/5/1993, a 2.220.502 toneladas. Em 1992 essa produção, segundo a assessoria econômica da Fecotrigo foi de 5.629.537 toneladas. E segundo o jornal referido a estimativa de safra para 1993 é de 6.016.210 toneladas.

No caso do trigo a maior produção na década de 1970, segundo FEE (1983:139) ocorre em 1976, com 1.809.000 toneladas. Na década de 1980, segundo Furstenau (1990A:235), a maior produção ocorre em 1986, com 1.811.169 toneladas. E em 1992, segundo o jornal mencionado, a produção foi de 905.332 toneladas.¹⁹

Do total da produção de soja do RS, na década de 1970, o setor cooperativo coordenado pela Fecotrigo comercializou entre 70% a 80% dessa produção e no caso do trigo a comercialização ficou entre 85% a 95%.²⁰ E, na década de 1980, segundo dados da assessoria econômica da Fecotrigo, a participação desse setor na comercialização de soja e trigo, foi a seguinte: em 81/82, 86,04% da soja e 93,02% do trigo; em 84/85, 60,13% da soja e 88,31% do trigo; em 87/88 (último período da série), 49,75% da soja e 76,63% do trigo. Na safra de 1992 a participação desse setor foi de 50% no caso da soja e 70% no trigo.

1.3.6 EXPANSÃO E CRISE DO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL

A década de 1970, para as cooperativas, significou um período de expansão. Como coloca Osório et alii (1985:17),

"É Jarbas Pires Machado, presidente da Fecotrigo, quem diz: "Não se tem notícias, no mundo inteiro, de um desenvolvimento como o experimentado pelo cooperativismo gaúcho, na década de setenta. As taxas reais de crescimento superaram os cem por cento anuais"".

E conforme Benetti (1985:253),

"As cooperativas foram a mais importante alavanca do crescimento e da modernização das atividades agrícolas no Estado na década de 60 e, principalmente, na de 70, podendo-se afirmar que elas passaram a representar a parte principal e mais moderna das atividades primárias desenvolvidas no Estado".

A Fecotrigo, mesmo sendo a federação desse cooperativismo, também torna-se uma unidade de produção, como diz Benetti (1982:89),

"Na segunda metade da década de 70, a FECOTRIGO projeta e executa a instalação de duas unidades de processamento de soja (...). Em 1977, mediante a associação de capital e tecnologia de terceiros, é criada uma subsidiária (...) na área da produção de herbicidas e inseticidas agrícolas".

E como diz a apresentação do primeiro Anuário Expressão, da revista Agricultura & Cooperativismo (outubro/78),²¹ que comemora os 20 anos da Fecotrigo,

"Existem, seguramente, muitas maneiras de se comemorar um aniversário importante como esse. Afinal, são 20 anos de trabalhos. É bem verdade que, em alguns momentos, conhecemos o peso da derrota. Mas, decididamente, as conquistas nos sorriram a maior parte do tempo. Por isso a dificuldade da comemoração. Poderíamos fazer festas, por exemplo; inaugurar uma nova fábrica, com corte-de-fita e tudo; ou lançar mais um barco carregado de grãos no

Estuário do nosso belo Guaíba (...). Preferimos, entretanto, uma comemoração diferente. (...). E não poderia ser diferente: o aniversário também é das 65 cooperativas filiadas à FECOTRIGO e de seus 190 mil produtores (...). Foi do trabalho e da união desta gente que as cooperativas cresceram. E foi do trabalho e da união das cooperativas que a Federação chegou até onde está. Por isso tudo, o lançamento da EXPRESSÃO/78 (...)".

Mas o espírito dessa época - uma euforia sustentada pela dependência da agricultura em relação ao Estado (que por isso direciona essa mesma agricultura para seus interesses) e pelos preços do principal produto (soja) - é sintetizado por uma propaganda do Banco do Brasil e veiculada em Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/79)²² que diz,

"Plantou, o Governo financia.
Colheu, o Governo compra.
Perdeu, o Governo paga."

1.3.6.1 SOJA E TRIGO NA IMPRENSA GAÚCHA NA DÉCADA DE 1970

A agricultura, nesse período, com o papel predominante das cooperativas, obviamente, teve destaque na imprensa gaúcha e nacional. Mas é interessante observar como os dois principais jornais de Porto Alegre trataram o assunto soja e trigo. O Correio do Povo, fundado em 1895, sempre ligou-se aos interesses da agropecuária.²³

A partir de 1958 edita um suplemento específico para esse setor - o "Correio do Povo Rural", de formato tablóide e de circulação semanal. Fechou em 1984, voltando em 1986, e hoje é um jornal tablóide.

O jornal Zero Hora começou a circular em maio de 1964, em formato tablóide, e em 1984 começa a editar um suplemento semanal dedicado à agropecuária, o "Campo & Lavoura". A tabela que segue mostra a evolução do número de vezes que as palavras "soja" e "trigo" fizeram parte das manchetes dos dois jornais, nos anos de 1965, de 1972 a 1981, e 1991.

TABELA 9 - NÚMERO DE VEZES QUE AS PALAVRAS "SOJA" E "TRIGO" APARECERAM NAS MANCHETES DO CORREIO DO POVO E ZERO HORA EM 1965, DE 1972 A 1981, E 1991

CORREIO DO POVO

	<u>65</u>	<u>72</u>	<u>73</u>	<u>74</u>	<u>75</u>	<u>76</u>	<u>77</u>	<u>78</u>	<u>79</u>	<u>80</u>	<u>81</u>	<u>91</u>
soja	1	3	14	12	27	15	23	10	5	6	-	-
trigo	2	6	10	10	12	21	14	10	9	3	1	-

Observações: manchetes da contra-capa. Neste período o jornal trouxe, na manchete de capa: uma vez trigo em 65, uma vez trigo e soja em 74, duas vezes soja em 77, duas vezes trigo em 78, duas vezes trigo em 79, três vezes soja em 80. Esses números já estão incluídos na tabela.

ZERO HORA

	<u>65</u>	<u>72</u>	<u>73</u>	<u>74</u>	<u>75</u>	<u>76</u>	<u>77</u>	<u>78</u>	<u>79</u>	<u>80</u>	<u>81</u>	<u>91</u>
soja	-	-	-	3	5	3	3	-	4	7	3	-
trigo	-	1	1	1	1	2	3	-	2	2	-	1

Observações: manchetes da capa. Para trigo, nos dois jornais, também foram consideradas as palavras triticultura e tritícola, no sentido de produção.

Fontes: arquivo do Correio do Povo e Projeto Memória RBS

Nota-se, nessa tabela, que a Zero Hora não dedicou nenhuma manchete para a soja em 1973, um ano movimentado para o produto. Já o Correio do Povo dedicou 14 manchetes para esse produto. A diferença entre os dois jornais no tratamento dos produtos soja e trigo é evidente. Em 1976, por exemplo, ano em que a auto-suficiência nacional de trigo foi assunto largamente discutido no setor cooperativista de produção, a Zero Hora dedicou duas manchetes para o produto enquanto o Correio do Povo dedicou 21 manchetes.

Mas é em relação com a soja que se observa claramente a ascensão de sua importância a partir de 1973 até os últimos anos da década - justamente o período de maiores preços para o produto, conforme pode ser visto nas tabelas 4 e 10.

A soja não foi assunto apenas nos jornais. Para a televisão o produto era assunto importante. A RBS-TV, por exemplo, que cobre todo o estado, criou em março de 1977 um programa, "Panorama Económico", com duração de quatro minutos e apresentado às 22 horas, de segunda à sexta-feira, e os

produtores eram parte significativa de sua audiência. Como conta a jornalista Ana Amélia de Lemos (anexo II, 356), então produtora e apresentadora desse programa,

"Certamente, do espaço total do programa, a metade era dedicada à agricultura e a soja era assunto prioritário na época de sua comercialização. Alí, a informação mais importante era a cotação do produto. De tanto falar em soja fiquei conhecida como a "mulher da soja". Vale lembrar, para dar uma idéia da audiência do programa, que certo dia, em 1978, entrevistei uma pessoa sobre a safra norte-americana de soja e no dia seguinte ninguém comercializou o produto nas cooperativas gaúchas (...). A verdade era que os produtores rurais não iam dormir sem antes assistir o programa e conferir as cotações."

1.3.6.2 A CRISE DO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL

O que aconteceu naquela década, para justificar a euforia da revista da Fecotriga, as manchetes nos jornais e a audiência do programa de TV referido, foi um período de expansão para as cooperativas de trigo e soja. Mas, já em 1982 a mesma revista (Anuário Expressão/82)²⁴ publicava uma reportagem com o título "Seminário Indica Como Enfrentar Crise". Uma crise econômica.

Conforme Benetti (1985:272-277) pode-se apontar, em resumo, as seguintes razões para essa crise: a) ausência de capitalização no período que antecedeu a expansão da soja; b) necessidade de crescimento pela expansão da soja (com esse grão as cooperativas entram em um mercado que exigiu uma série de custosas atividades para que nele se participasse. Com esse mercado o grão deveria ser comercializado, armazenado e exportado, crescendo o capital imobilizado. Isso significou endividamento porque esse capital, pela sua própria natureza, não oferecia rentabilidade compatível com o investimento); c) investimentos para formar complexos agroindustriais; d) necessidade de crescimento pelo recuo da expansão da soja (como diz Benetti (1985:274), "(...) é porque estão em crise que as cooperativas têm que crescer, nem que para isso tenham que aumentar seu endividamento."); e) investimentos

redundantes (segundo Benetti (1985:275)," (...) cada parte (cooperativa - HAS) funcionou como se fosse o todo, constituindo-se, nesse sentido, como um universo, e mais, como um universo em expansão".); f) expansão financiada, em sua maioria, com créditos de curto prazo (e em dólares).

Para completar este quadro, a partir dos anos 80 o mercado internacional indica uma diminuição dos preços da soja, como pode ser visto na tabela 10, na página seguinte. E será essa crise no cooperativismo empresarial, a partir da década de 1980, o motivo para uma retração da imprensa de cooperativas, com a extinção de veículos, vide tabela 1 em (anexo II, 361-362). Ou como diz Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/82),²⁵

"A imprensa cooperativa passa por uma fase de ajustamento, com os jornais se redefinindo em função do momento vivido pelo sistema."

Seguindo, o texto noticia a extinção de alguns veículos. Essa mesma fonte traz também reportagem sobre o jornal O Interior, veículo da Fecotrigo, vide 3.2. Diante da crise econômica enfrentada pelas cooperativas e explicando a nova circulação do jornal (agora estadual) que exigia significativos recursos do setor cooperativo, o texto descreve o crescimento do volume de publicidade veiculada e coloca,

"Esse crescimento da publicidade é importante para a viabilização do jornal por suas próprias pernas, sem ônus para as 80 filiadas."

TABELA 10 - PREÇOS DA SOJA, EM CHICAGO, NOS PERÍODOS DE 1980/81 A 1990/91

<u>Período de Comercialização</u>	<u>Preços na Bolsa de Chicago</u> (preço real, dólares/ton. base 91, média/período)
1980/81	497,16
1981/82	363,01
1982/83	345,21
1983/84	408,05
1984/85	299,08
1985/86	254,88
1986/87	238,14
1987/88	309,78
1988/89	330,84
1989/90	249,51
1990/91	232,29

Fonte: Jornal Gazeta Mercantil (05/03/92)

Ao mesmo tempo, pela crise econômica do país, é reduzido substancialmente o volume de crédito rural para a produção. Conforme Falkembach (1985:185),

"(...) em 1983, o dinheiro aplicado em crédito rural de custeio pelo Banco do Brasil e pelos bancos comerciais representou, em termos reais, 20% a menos que o aplicado em 1980. A queda nas aplicações de 1984 foi estimada em 64% em relação a 1980. Também o custo financeiro do crédito rural apresentou uma elevação muito grande em razão do aumento da correção monetária: o custo do dinheiro aumentou de 45% em 1982 para 100% da correção monetária em 1984. As reduções do crédito, em razão dos ajustamentos nos VBCs aprovados pelo Conselho Monetário Nacional em 1984, foram desfavoráveis principalmente ao pequeno produtor."

Portanto, a partir dos anos 80 desaparecem, gradativamente, os dois fatores principais que estimularam a agricultura desse cooperativismo na década de 1970: os preços da soja e o crédito estatal, farto e barato. A imprensa de cooperativas atua nessa situação reivindicando o estímulo estatal para o setor. Mas o que fica é o endividamento. Como diz Benetti (1985:279),

"Pode-se concluir aqui que, se é verdade que o endividamento levou o cooperativismo à crise, não é

menos verdade que a crise econômica reforçou o endividamento e, portanto, a crise do setor."

Na estrutura do Produto Interno Bruto do RS, segundo FEE (1990:41) e FEE (1991), em 1970, a agropecuária representava um percentual de 19,62. Naquele ano, a indústria participava com 26,55 e o setor de serviços com 53,83. Em 1980, a agropecuária decresce para 15,42, a indústria cresce para 31,29 e o setor de serviços praticamente apresenta o mesmo índice, 53,29. Já em 1989, em declínio constante nessa série temporal, a agricultura participava com 8,98 do produto, a indústria com 35,54 e o setor de serviços com 55,48. Cresceu a indústria, portanto, e decresceu a agropecuária.

Tomadas as taxas médias anuais de crescimento, por quinquênio, segundo FEE (1990:433), observa-se que a agropecuária gaúcha cresceu 2,9% no período 1970-75. Já no quinquênio 1975-80 esse crescimento foi de 3,6%; no período 1980-85, 1,1% e no período 1985-89, 3%. Observa-se, portanto, que o maior crescimento ocorreu no segundo quinquênio da década de 1970.

Ao mesmo tempo, deve-se observar que dentro da agropecuária, conforme FEE (1990:44), a lavoura dos principais grãos do RS participava, em 1970, no valor bruto da produção do setor, com 67,6% e a pecuária com 32,4%. Já em 1980, a participação da lavoura é de 61,2% e a da pecuária 38,8%.²⁶ Mas dentro desse quadro a soja teve significativo desempenho, principalmente no primeiro quinquênio da década de 1970. Segundo FEE (1983:397-398),

"(...) no primeiro quinquênio dos anos 70, a concentração da atividade produtiva ocorreu em torno da soja, que cresceu à inusitada taxa de 37% a.a.".

Temos, pois, o substrato político-econômico em que a imprensa de cooperativas surge e se desenvolve: um período da modernização da agricultura que, estimulada e financiada pelo Estado, condicionou a expansão da classe dos empresários rurais, a retração e subordinação da classe dos pequenos

produtores e a expansão das cooperativas.

Um quadro, portanto, de contradições. Os grupos dirigentes precisam manter um fluxo de mercadorias crescente nas cooperativas pela própria dinâmica do capital. Mas é por essa produção que resultam as contradições e, em consequência, a necessidade de hegemonia. Os grupos dirigentes procuram "administrar" essas contradições para manter sua hegemonia.

Por exemplo, no Encontro Estadual de Comunicação e Educação Cooperativa,²⁷ realizado em 1980 e registrado em Fecotrigó (s/d:70), o então presidente desta federação, Jarbas Pires Machado, analisando a necessidade de correção monetária do capital integralizado pelos associados nas cooperativas, diz,

"Se nós compararmos a grandiosidade da empresa cooperativa com a pobreza da grande maioria dos associados, será que alguma coisa não nos chama a atenção? Será que a cooperativa tem que estar tão rica e o produtor tão pobre?"

Ao mesmo tempo, a classe dirigente não pode abrir mão de seus interesses essenciais e isso implica na manutenção de um quadro estrutural que assegure sua existência como classe dominante no processo de modernização agrícola. Quando o Estado recua no financiamento dessa modernização, e isso significa diminuição do seu papel como agente estimulador, continua o processo de expansão do capitalismo na agricultura, com formas e intensidades diversas.

A imprensa de cooperativas desenvolve-se neste quadro de contradições. E atua no sentido de que é capaz: produzindo um jornalismo político-econômico cuja direção é a produção de mercadorias dentro do setor cooperativo. Para isso, valoriza o fortalecimento das cooperativas e a tecnologia moderna para processos de produção, afirmando ainda (pela divulgação e defesa) as reivindicações econômicas do setor cooperativo ao Estado.

Ao mesmo tempo, esse jornalismo, em alguns momentos, edita matérias sobre questões estruturais da agricultura. Enfim, procura fazer um tipo singular de jornalismo - um

jornalismo de cooperativas de produção agrícola.

A seguir, nos três capítulos que seguem, analisaremos os casos do Cotrijornal, O Interior e Agricultura & Cooperativismo. Esses casos são analisados no sentido de destacar as direções que se acentuam nos veículos no desenvolvimento de cada projeto editorial. Essas direções modificam-se em determinados períodos, como no caso do Cotrijornal e O Interior. Ainda, essas direções não são encontradas em forma "pura", "exclusiva", e nem poderia ser diferente. Os veículos apresentam sempre conteúdos que correspondem a essas direções.

Mas o que nos interessa é buscar nesses projetos editoriais as linhas jornalísticas mais significativas, e que estruturam as direções, num aspecto qualitativo. Isso é referenciado em manchetes e títulos de capa (que indicam as matérias principais), editoriais, suplementos, matérias editadas, ou seja, não significando dimensões em termos de espaço significa uma determinada linha acentuada em sucessivas edições. Os depoimentos sobre os veículos reforçam essa análise qualitativa.

NOTAS

- tecnologia na produção da foi um processo que se verificou historicamente - principalmente nos países subdesenvolvidos - de forma retardatária em relação a outros setores. Não deve, pois, surpreender que a
- 1) A modernização da agricultura significa a expansão do capitalismo no campo porque desenvolve o assalariamento de força de trabalho para a produção de mercadorias agrícolas dinâmicas (mercadorias de mercado interno e/ou externo, estimuladas pelo Estado, como trigo e soja. Esses produtos são gerados como mercadorias, portanto, o que determina sua dinamicidade é o seu valor de troca). Pela própria natureza do processo de produção na agricultura esse assalariamento pode ser permanente ou temporário. Essa produção de produtos dinâmicos emprega tecnologia em nível intensivo. Ao mesmo tempo, outros produtos, como leite, carnes, e outros grãos, tornaram-se mercadorias buscadas por agroindústrias cooperativas e não-cooperativas, dinamizando a produção de mercadorias agrícolas. O arroz é a primeira cultura produzida no RS em bases capitalistas, a partir da primeira década deste século. O processo de modernização com a produção de trigo em bases empresariais inicia a partir de meados da década de 1940. Mas o período enfatizado é a partir da década de 1950, pelo desenvolvimento dessa produção e pela expansão no número de cooperativas tritícolas criadas a partir de meados dessa década. Brum (1988:60-61) analisando a modernização da agricultura diz: "O fenômeno da modernização da agricultura pode ser definido como o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. (...) Pode ser definido ainda como sendo um processo de modificações nas relações sociais de produção. (...) Outra característica é a transformação capitalista da agricultura. À medida que o processo de modernização se implanta e avança, a agricultura tende a especializar-se, orientando-se para um ou dois produtos (raramente mais), em cada região. Esta tendência em direção à monocultura, de um lado, cria dificuldades e estrangulamentos à pequena propriedade rural e aos produtores autônomos e, de outro lado, viabiliza e estimula a empresa rural, grande e média, onde se estabelecem as relações capitalistas de produção, com os proprietários dos meios de produção (terras, máquinas, etc.) assumindo o papel de patrões e os trabalhadores diretos, destituídos dos meios, assumindo a condição de assalariados rurais". Silva (1982:29) sobre a modernização da agricultura diz: "Aí vem a solução mágica: vamos modernizar a agricultura! Só com o aumento da produtividade é que teremos boas rendas; daí se poderem pagar maiores salários e dar mais emprego! E então aparecem as formulações de política e seus instrumentos para acelerar a modernização. Um dos mais importantes, ou pelo menos aquele sobre o qual se tem dado grande ênfase é o crédito rural, que parece de sucesso pouco provável". (grifos do autor) E FEE (1982A:52) coloca: "A capitalização do campo e a introdução de moderna

tecnologia na produção agrícola foi um processo que se verificou historicamente - principalmente nos países subdesenvolvidos - de forma retardatária em relação a outros setores. Não deve, pois surpreender que a abundância de mão-de-obra rural e a disponibilidade de terras férteis no Brasil, como em outros países, viessem a permitir, durante muito tempo, que a demanda interna por produtos alimentares fosse atendida sem que ocorressem maiores inversões no setor, e sem significativas mudanças nos métodos de produção. Somente a partir do intenso desenvolvimento industrial e do crescimento demográfico urbano ocorrido a partir dos anos cinquenta é que se verifica - portanto, determinado pelo setor não-agrícola - a mais intensa capitalização do campo. Nessas circunstâncias, a introdução de progresso técnico na agricultura não se justifica, como ocorreu nos países desenvolvidos, pela sua ação "poupadora de mão-de-obra", mas pela necessidade de se manter em constante crescimento a oferta de produtos agrícolas, o que somente seria possível - levando-se em conta as condições histórico-estruturais da agricultura brasileira - pelo uso intensivo de capital fixo. Dessa maneira, a escassa utilização de mão-de-obra, num país que se caracteriza por uma abundante oferta de trabalhadores, aparece como consequência da introdução de progresso técnico, e não como fator determinante para sua aplicação". Após, FEE (1982A:72-73) analisa a força de trabalho na lavoura empresarial e pequena produção, no RS, num período importante da modernização da agricultura: "(...) enquanto a categoria dos assalariados permanentes apresentou uma expansão de 25% entre 1965 e 1972, a dos temporários sofreu um acréscimo da ordem de 41%. A expansão mais significativa dessa modalidade de emprego caracteriza bem o crescimento da produção gerada a partir de relações capitalistas. Pode-se observar, também, que se ocorreram algumas reduções no volume de permanentes, tal não se deu na categoria dos temporários. Dessa forma, a produção das pequenas propriedades, ao satisfazer suas necessidades de mão-de-obra através da utilização quase exclusiva da força de trabalho familiar, vem-se apresentando como uma fonte estável de emprego. Por outro lado, a empresa rural tem configurado a situação inversa, comparecendo como um gerador importante de empregos sazonais. A hipótese que se lança é sobre a existência de uma relação entre a estabilidade do emprego no segmento pequeno-proprietário e a instabilidade do mesmo na lavoura empresarial. A relação seria estabelecida pelo deslocamento da mão-de-obra entre esses dois segmentos da lavoura rio-grandense. Nos períodos em que aumenta a demanda por mão-de-obra na lavoura empresarial, seus requisitos por força-de-trabalho temporário seriam, pelo menos em parte, satisfeitos pelos habitantes das pequenas propriedades". A evolução da lavoura empresarial e da produção de soja e trigo em bases empresariais, no RS, pode ser visto em FEE (1982A:99-100). Em 1950 a

participação percentual desses produtos no valor bruto da produção da lavoura empresarial era a seguinte: soja, 2,2%; trigo, 47,59%. O terceiro produto desta lavoura, e que completa percentualmente a produção bruta, é o arroz. Como a lavoura empresarial aqui analisada é a especializada em soja e trigo, citaremos apenas os percentuais desses produtos. Em 1960 a soja participava com 10,23% e o trigo com 46,72%; em 1970 a soja participava com 19,28% e o trigo com 49,97%; em 1975, o último ano dessa série, a soja participava com 52,4% e o trigo com 19,21%. A participação percentual dos segmentos produtivos (agropecuária colonial, ou pequena produção, lavoura empresarial e pecuária tradicional) no valor bruto da produção da agricultura do RS, entre 1950 e 1975, é a seguinte: em 1950 a agropecuária colonial participava com 51,79%, a lavoura empresarial com 26,83% e a pecuária tradicional com 21,38%; em 1960 a agropecuária colonial participava com 53,76%, a lavoura empresarial com 26,42% e a pecuária tradicional com 19,82%; em 1970 a agropecuária colonial participava com 46,81%, a lavoura empresarial com 38,98% e a pecuária tradicional com 14,21%; em 1975, último ano dessa série, a agropecuária colonial participava com 40,99%, a lavoura empresarial com 50,66% e a pecuária tradicional com 8,45%. O processo de modernização da agricultura estende-se aos estados do Sul do país, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, principalmente o Paraná. Como diz Brum (1988:92): "Já na segunda metade da década de 60, e principalmente nos anos setenta, o processo de modernização da agricultura, iniciado no planalto gaúcho cerca de vinte anos antes, invade rapidamente o Paraná, provocando uma rearticulação do processo produtivo. A modernização da agricultura paranaense é puxada sobretudo pela expansão da cultura da soja, tendo o trigo como cultura secundária. Se foi rápido o processo de colonização do Oeste do Paraná, muito mais veloz ainda foi o processo de modernização de sua agricultura. Em apenas dez anos, expandiu-se e consolidou-se". Essa modernização impulsionou o cooperativismo de produção, baseado nessas culturas referidas ou em outros produtos. Observa-se, por exemplo, em Delgado (1985:168-172), conforme a tabela "Principais Cooperativas Centrais ou Singulares com faturamento de até 100 milhões de cruzeiros em 1980", que de 26 organizações de todo o país, naquele ano, sete eram de centrais ou cooperativas singulares do Paraná e uma de Santa Catarina (central envolvendo 12 cooperativas tendo como produção predominante o leite). Esta tabela indica ainda que sete organizações eram gaúchas, com uma, a Cotrijuí, atuando no Mato Grosso do Sul, o que vai ocorrer também com a Cotrisa nos anos iniciais da década de 1980.

- 2) Estes princípios foram criados por 28 tecelões que em 1844 e na comunidade denominada como Rochdale, na Inglaterra, fundaram a primeira sociedade cooperativa. Essa cooperativa era de consumo. Como diz OCB (s/d): "O que são Cooperativas? Trata-se de Sociedades de Pessoas,

sem fins lucrativos, de natureza civil, não sujeitas a falência. A que se destinam as Cooperativas? A execução de qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, tendo como base pessoas que, organizando-se, obrigam-se, mutuamente, a concorrer com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum e efeitos sociais expressivos. (...). O cooperativismo - movimento em função do qual crescem, se mobilizam e se consolidam as Cooperativas - tem a finalidade de difundir os ideais em que se baseia para que haja maior e melhor desenvolvimento econômico e social em todas as sociedades. Criado na Inglaterra, em 1844, pelos famosos pioneiros Rochdale, o cooperativismo se baseou em princípios próprios que tornam as Cooperativas sociedades com características únicas em todo o mundo. São eles: a) livre adesão - qualquer cidadão poderá participar de uma Cooperativa, ingressar ou sair dela quando desejar. (...). b) controle democrático - as decisões são tomadas em Assembléias Gerais, órgãos supremos das Cooperativas, que deliberam, democraticamente, em função do princípio majoritário - são decisões da maioria que prevalecem em Sociedades Cooperativas, que, assim, são "controladas" pelas pessoas que delas participam. c) neutralidade política, racial e religiosa - em Cooperativismo não haverá quaisquer discriminações de natureza política, racial ou religiosa. (...). d) educação permanente - o estímulo à educação e aprimoramento dos associados e seus dependentes é fundamental em cooperativismo. A própria participação, em cooperativismo, desde que solidária, já é uma forma de educação prática das pessoas para a vida em coletividade. Todavia, Cooperativas devem desenvolver esforços educativos para atrair, quando possível, novas pessoas, e para tornar mais conscientes as pessoas que nelas estejam. E, onde não há Cooperativas, a educação será desencadeada para que pessoas e grupos se apercebam de suas vantagens e as fundem em função de necessidades, aspirações e interesses. Portanto, a educação cooperativista, em sentido amplo, terá em vista: educação cooperativista propriamente dita - a) para atrair novos sócios e, b) reforçar a participação dos que já sejam associados; educação para o cooperativismo - a fim de motivar ou despertar pessoas e grupos para as vantagens do cooperativismo". No RS esses princípios foram difundidos por Theodor Amstad, um padre suíço, que, no início do século, estimulava a criação de cooperativas. Em 1902 esse padre organizou a primeira cooperativa do Brasil, uma cooperativa de crédito localizada em Nova Petrópolis (RS). Como diz A & C (dezembro/77), "Sua preocupação era fundar cooperativas de acordo com as necessidades de cada grupo e região". Este cooperativismo era formado por pequenos produtores que criaram cooperativas mistas ou coloniais, quando de produção agrícola. Mas, como diz Duarte (1986:39), "(...) com as alterações efetivadas na economia nacional, a partir do final da década de 1950, o setor rural e o cooperativismo agrícola passariam a sofrer

profundas transformações". Seguindo, Duarte (1986:40) diz: "Dentro deste contexto, que progressivamente incluiria também a presença de um novo tipo de cooperativas, bem mais desenvolvido empresarialmente, ao qual eram dirigidos os créditos e demais incentivos governamentais, as cooperativas coloniais foram desaparecendo ou se transformando em cooperativas cuja atuação fosse mais condizente com as exigências e políticas governamentais". Como pode-se observar em um modelo de estatuto de cooperativa agropecuária, em OCB (s/d), os associados desse tipo de cooperativa precisam, necessariamente, ser produtores, ou seja, não podem ser assalariados. Diz o artigo 3º: "Poderá ingressar na Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique à atividade agrícola, pecuária ou extrativa, por conta própria, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo, dentro da área de ação de sociedade, que possa livremente dispor de si e de seus bens, (...). No ato do ingresso, o interessado comprovará a legitimidade de seus direitos sobre o imóvel".

- 3) Em 1957 são fundadas as cooperativas tritícolas de Campos Borges (nessa época distrito de Espumoso), Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Erechim, Encruzilhada do Sul, Carazinho, Frederico Westphalen, Lavras do Sul, Getúlio Vargas, Palmeira das Missões, Não-Me-Toque, Sarandi, São Sepé, São Luiz Gonzaga, Santa Bárbara do Sul, Sananduva, Lagoa Vermelha, Jaguari e Tucunduva. Em 1958 são fundadas as cooperativas tritícolas de Vacaria e Cachoeira do Sul. Em 1959 é fundada a cooperativa tritícola de Espumoso. Nota-se que as cooperativas, em sua maioria, são fundadas em 1957. Esse ano é demarcado como o início do desenvolvimento do cooperativismo empresarial. Mas, em 1955, já havia sido fundada a cooperativa tritícola de Passo Fundo, e em 1956 as cooperativas tritícolas de São Borja, Santiago e Santo Ângelo. Segundo FIBGE (1990) Cachoeira do Sul e Jaguari estão localizados na região da Depressão Central. São Sepé, Encruzilhada do Sul e Lavras do Sul na região do Escudo Sul-Riograndense. Os outros municípios estão localizados na região do Planalto - que apresenta o maior número de cooperativas criadas. Na história do cooperativismo gaúcho outras cooperativas são criadas antes de 1955 e outras, fundadas na década de 1950, não se constituíram, especificamente, em cooperativas tritícolas. Mas o período enfatizado nessa pesquisa é o referido.
- 4) As unidades de pequena produção caracterizam-se pela força de trabalho familiar, ou seja, a família é responsável pelo trabalho nos estabelecimentos (emprego de trabalho assalariado é mínima e esporádica), um trabalho coletivo em duas direções: produção da reprodução dessa força de trabalho (valores de uso) e produção de mercadorias (valores de troca), numa situação de baixos níveis de capitalização. Essas unidades podem ser consideradas como um modo de produção não-capitalista.

Estamos considerando os estabelecimentos de até 50 ha como unidades de pequena produção. Ressalva-se, porém, que isso não pode ser considerado em termos absolutos, ou seja, não será essa área determinada que define, por si, a pequena produção. Essa área, contudo, além de estabelecer um corte para o uso de informações censitárias, indica um padrão desses estabelecimentos, como diz FEE (1982A:22), "Neste segmento produtivo a força de trabalho é quase exclusivamente familiar, (...), e a atividade produtiva é geralmente desenvolvida em estabelecimentos próprios, com área inferior a cinquenta hectares". Ou como diz Benetti (1985:272), numa análise sobre o cooperativismo empresarial: "(...) associado típico da cooperativa, o pequeno produtor familiar, cujo tamanho médio da propriedade mais comum é de até 50 hectares". Sobre a temática da pequena produção alguns autores podem ser indicados, como Garcia Jr (1983), Martins (1975) e (1986), Sandroni (1980), Nakano (1981), Moreira (1981), Santos (1982) e (1984), Silva (1980), Silva (1982), Sorj (1980), Wilkinson (1986). Os pequenos produtores, além de proprietários, podem se constituir em arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros, ou manter outras relações de produção.

- 5) Conforme Incra (1973:57) o critério básico para a definição do tamanho da propriedade é o seguinte: pequenas propriedades - áreas com menos de 50 ha; grandes propriedades - áreas com mais de 500 ha. Áreas médias, assim, estão compreendidas entre 50 e menos de 500 ha. Já Incra (1992:31-32) propõe em projeto de lei o seguinte: "Para efeito da classificação da propriedade rural quanto ao tamanho, a lei classifica (no Rio Grande do Sul - HAS): pequena propriedade - até 65 ha, média propriedade - de 66 a 200 ha". Assim, grandes propriedades são aquelas com mais de 200 ha. É interessante notar que um estudo de custo de produção da Fecotriga relativo a 1976/77 e encartado na revista Agricultura & Cooperativismo (fevereiro/77) usa como critério de análise a área de 256 hectares, como é dito: "A empresa agrícola neste estudo possui uma área total de 256 ha, tamanho este muito frequente na zona de produção de trigo e soja no Rio Grande do Sul". Sobre as classes sociais envolvidas no processo de modernização da agricultura no RS, Brum (1988:147) diz: "Segundo o professor Telmo Rudi Frantz, da Universidade de Ijuí, nas regiões de agricultura modernizada "os agricultores podem ser classificados em dois grupos sociais básicos: empresários capitalistas e camponeses". Ambos convivem nas mesmas cooperativas há mais de duas décadas, unidos por interesses comuns mais gerais, que ocultam em parte as contradições entre eles, que são administradas pelas diretorias e gerências ou camufladas. Os empresários, geralmente denominados de granjeiros, constituíram-se a partir dos anos cinquenta, graças aos incentivos estatais à produção de trigo, e aumentaram significativamente seu número no final dos anos sessenta e na década de 70 com a expansão da soja". E,

conforme Duarte (1986:47): "São, pois, estes dois elementos, o Estado e os granjeiros, que inicialmente iriam fazer parte da genealogia do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul. (...) Subseqüentemente, outro elemento irá contribuir para a genealogia e a própria dinâmica do cooperativismo empresarial: os pequenos produtores". (grifos da autora) Com a expansão do capitalismo na agricultura acentuam-se as diferenças entre as classes dos produtores rurais. E aqui deve-se notar que não é uma área "média" que definirá uma classe específica, mas sim a condição de acumulação de capital, o que vai implicar em relações de produção capitalistas, numa situação de produção agrícola que ocorre em áreas com tamanho e qualidade suficientes para uma produção ampliada. Por outro lado, em alguns estabelecimentos de pequena produção o processo de capitalização também ocorre. Isso acontece quando esses estabelecimentos apresentam níveis de acumulação (mecanização, uso de força de trabalho assalariada e área, em tamanho e qualidade) com tendência crescente, assumindo, assim, características empresariais. Uma empresa rural pode ser constituída por uma unidade familiar, tendo o chefe da família como coordenador da operação agrícola, e a força de trabalho pode ser formada por membros dessa unidade e empregados (permanentes e/ou temporários). O que se enfatiza aqui é uma racionalidade de produção para o mercado e níveis de acumulação existentes. Os estabelecimentos capitalizados intensificam o processo de acumulação. Esse movimento implica em aumento de área. Assim, outros estabelecimentos devem perder área, vender força de trabalho. Polariza-se, desta maneira, um processo de acumulação de capital, consolidando e expandindo a classe dos empresários rurais, de um lado, e um processo de reprodução/desintegração, de outro, no caso dos pequenos produtores. Fandino (1993) analisa as formas "capazes de acumular capital", "de subsistência" e "marginalizados" em estabelecimentos familiares (podendo ou não utilizar mão-de-obra assalariada). "Capazes de acumular capital" são os estabelecimentos que têm capital total acima da média das propriedades de dois módulos rurais; "de subsistência" são aqueles cujo capital total é superior ao limite dos estabelecimentos marginalizados, mas inferior à média de capital total das propriedades com dois módulos rurais; "marginalizados" são os estabelecimentos cujo capital total é inferior à média de capital das propriedades com exatamente um módulo rural, havendo aí necessidade de recursos de atividades não-agrícolas. Esses estabelecimentos estão envolvidos com diversas atividades agrícolas, com exceção da uva e fumo e não incluem áreas com mais de 500 ha. Trabalhando com dados do censo, ponderados por amostragem, no período 1984-1986, algumas conclusões são as seguintes: a) 16% do total dos estabelecimentos está incluída na forma "capazes de acumular capital", 20% na forma "de subsistência" e 64% na forma "marginalizados"; b) a capacidade de acumular

capital ocorre nos estratos de 20 até 50 ha, de 50 até 100 ha, de 100 até 200 ha e de 200 até 500 ha, mas 59% dos estabelecimentos "de subsistência" e 11% dos marginalizados encontram-se no estrato de 20 até 50 ha (havendo 2% dos estabelecimentos "de subsistência" no estrato de 50 até 100 ha). Nessa pesquisa observa-se ainda que: 61,5% do total dos estabelecimentos do estado estão incluídos na forma "marginalizados", 19,4% na forma "de subsistência", e 15,6% na forma "capazes de acumular capital".

- 6) Estamos aqui fazendo referência à práxis no seu sentido utilitário, prático, e não no seu sentido filosófico. A práxis no seu sentido utilitário pode ser entendida como ação de indivíduos que buscam seus próprios interesses. Essa práxis, como diz Kosik (1976:11) "(...) não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade" (sentido filosófico), (grifos do autor). A práxis utilitária manifesta-se na busca de interesses restritos, particulares, e assim forma-se uma concepção própria de política, ou segundo Kosik (1976:201), "como uma técnica calculista e racionalística (...)". Quando grupos de empresários rurais criaram o cooperativismo empresarial tinham como projeto apenas os seus interesses, ou seja, os interesses de sua classe. Atuaram politicamente para conseguir seus objetivos, e na concepção de sua política, procuraram a adesão dos pequenos produtores. Assim, cooptaram a classe dos pequenos produtores ao projeto de cooperativismo empresarial, onde desenvolvem sua hegemonia. Essa práxis corresponde a uma ação social racional para conseguir determinados fins. Conforme Weber (1991:15): "A ação social, como toda ação, pode ser determinada (...) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como "condições" ou "meios" para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente (...)". (grifos do autor) Os empresários rurais são capitalistas, têm mentalidade de empresa e, portanto, suas ações têm sentido e racionalidade empresarial. Para a expansão do cooperativismo empresarial buscaram a adesão da classe dos pequenos produtores, e para isso desenvolveram junto com uma ação política uma ação econômica. Por isso, a ação dos empresários rurais foi uma ação política-econômica, e será essa ação que estará presente no desenvolvimento do cooperativismo empresarial.
- 7) É importante observar que o golpe militar de 1964 teve como um de seus argumentos o início de uma reforma agrária decretada pelo presidente João Goulart em 13 de março daquele ano. Sobre as lutas camponesas nesse período, vide Martins (1981) e Forman (1979).
- 8) Segundo o coordenador de Educação e Recursos Humanos da Fecotrigo, José Rui Tagliapietra, estima-se que os percentuais das "sobras" (lucro - HAS) distribuídas entre os associados limitaram-se entre 10% a 15% acima da

capitalização prevista por lei, nas décadas de 1970 e 1980, nas cooperativas filiadas a essa federação. (depoimento ao autor)

- 9) Esta capitalização, no caso das "sobras", ao final de um exercício, é regulamentada pela Lei Cooperativa 5.764/71 que estabelece um mínimo de 15% de capitalização destas "sobras" em dois sentidos: 10% para o Fundo de Reserva, que serve para cobrir eventuais perdas no futuro. Os 5% restantes devem ser direcionados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. Logo, 85% estão à disposição da assembléia. Este percentual é distribuído em fundos, criados em assembléia, que também decide sobre a capitalização no momento da comercialização.
- 10) Deve-se observar que, se a soja, por exemplo, em alguns períodos, devido a alta dos preços, proporcionou lucro para os pequenos produtores, esse lucro foi correspondente ao volume de produção, ou seja, relativo à área cultivada. Qualquer "lucro" será correspondente a esse volume de produção, usando-se intensivamente a mão-de-obra da unidade junto com a tecnologia disponível. Conforme analisado em nossa dissertação de mestrado, Schuch (1985), a questão de transferência de valor está centralizada na forma de geração das mercadorias nessas unidades. Deve-se observar ainda a existência de mercados cativos, venda de safras antes ou durante o plantio, incapacidade do pequeno produtor em "segurar" seu produto durante o período de comercialização por problemas de liquidez, e a formação dos preços por oligopsônios (poucos compradores). O que ocorre, enfim, são processos de ligação entre os produtores e os capitais nas mais diversas formas, mas em situações de dependência do pequeno produtor aos capitais.
- 11) Conforme o coordenador de Educação e Recursos Humanos da Fecotrigo, José Rui Tagliapietra, estima-se que os produtores com áreas de até 50 ha (pequenos produtores), participam, aproximadamente, com 60% da soja comercializada com as cooperativas do sistema Fecotrigo. No caso do trigo estima-se que esse percentual é em torno de 40%. Aceita-se esses percentuais para as décadas de 1970 e 1980. No momento da comercialização o associado autoriza a cooperativa decidir o destino da produção. Ainda, todos seus associados são produtores. Por força de estatuto o associado deve ter uma relação com a produção a nível de produtor, isto é, não pode ser assalariado. Pode ser proprietário, arrendatário ou manter qualquer outra relação de produção, mas sempre na posição de produtor. Assim constituído, esse cooperativismo pode ser considerado um cooperativismo de produção agrícola. (depoimento ao autor)
- 12) Os parênteses da autora indicam a nota: "Manifestação de um técnico ligado a uma importante cooperativa sobre o trabalho desenvolvido nos núcleos de produtores". Essa "conscientização" do produtor, por outro lado, é levada a efeito pela imprensa de cooperativas.
- 13) A partir de 1980 o grupo dirigente da Fecotrigo inicia uma discussão sobre a gestão democrática e eficiência

empresarial. Como diz o então presidente da federação, Jarbas Pires Machado, em Fecotrigo (s/d:6)"(...) problemas que hoje se apontam como principais: desvio de produção; falta de capital de giro; distanciamento entre direção e associados (...) e uma série de problemas que se convive diariamente, têm origem e substância no tipo de organização social e de estruturação econômica em que as cooperativas se encontram. Dentro disso, se chega à conclusão de que, para inverter essas situações, só podemos e precisamos urgentemente de nos valer de duas bandeiras prioritárias: a primeira que seria a gestão democrática e a segunda a eficiência empresarial". Após, esse dirigente cooperativista, em Fecotrigo (s/d:63), diz: "Hoje se vê cooperativas em dificuldades extremas. (...) E a responsabilidade sobre isso a direção da cooperativa deve chamar a si, em primeiro lugar. Será que não é ela que está trancando a possibilidade do associado participar mais?" Já A & C (setembro/80) na matéria "Cooperativas terão mais força com os associados organizados" diz: "E o objetivo que se busca com essa mexida é um só: aumentar a eficiência empresarial das cooperativas e, ao mesmo tempo, criar um estrutura forte que permita ao agricultor produzir, via sistema cooperativista, tudo que precisa para a lavoura (os insumos) e industrializar toda a sua produção, melhorando sua renda". Após, o texto continua: "(...) este passo não é o único a ser dado. "O tipo de organização cooperativa que hoje temos precisa ser estabelecido em novos moldes, onde possa haver o pleno exercício da democracia", diz Jarbas (Jarbas Pires Machado, então presidente da Fecotrigo - HAS)". Seguindo, o texto explica a "gestão democrática": "(...) todos os associados participando e decidindo, conjuntamente, em benefício de todos". (grifos do texto) Já em Fecotrigo (1986:19) o então presidente dessa federação, Jarbas Pires Machado, diz: "E pequenos e médios produtores lutaram - e lutam - no sentido de buscar e de cobrar que a administração da cooperativa lhes atenda de forma mais adequada, de forma mais eficiente, de forma mais justa, mas sem que o seu interesse fundamental e básico esteja, efetivamente, na condução dos rumos da cooperativa". Essa postura política da Fecotrigo relaciona-se à crise econômica que o setor começa a sentir a partir dos anos finais da década de 1970 e que faz a federação buscar apoio na maioria dos associados das cooperativas. Essa crise intensifica-se com a crise da Centralsul e o alto endividamento do setor.

- 14) Não se consegue chegar a um número exato porque um associado pode utilizar mais que uma área de produção e, ainda, em grupos de área diferentes. Embora esses casos, no setor cooperativo, sejam residuais. Ao mesmo tempo, estamos usando o ano de 1981 porque foi nesse ano que, pela primeira vez, é divulgada a estrutura fundiária dos associados das cooperativas filiadas à Fecotrigo. Essa estrutura está publicada em Agricultura & Cooperativismo (novembro/81) (nº 67). Por outro lado, embora a condição

da propriedade da terra na forma individual seja predominante, aproximadamente 95% dos estabelecimentos em 1980, segundo FIBGE (1991), existem outras formas de propriedade particular, de entidades públicas, etc. Mas entendemos que os percentuais apresentados oferecem uma noção significativa da participação dos estabelecimentos do setor cooperativo no conjunto dos estabelecimentos do estado.

- 15) A reportagem "Dez anos de soja", publicada em O Interior, em junho-julho de 1983, do jornalista Pedro Osório et alii (1985) é um material jornalístico que procura descrever esse tempo de expansão do produto. A reportagem recebeu o primeiro lugar no Prêmio Badesul de Jornalismo de 1983. O mesmo ocorre com o livro de fotografias da fotógrafa Jaqueline Joner et alii (1979). Editado pela Assembléia Legislativa do RS o livro traz fotografias publicadas em A & C e O Interior. Na apresentação, intitulada "Santa Soja Cheia de graça...", o jornalista André Pereira diz: "Foi tão significativa a época afamada como a da "euforia da soja" que surgiram até orações, por este Rio Grande afora, elevando o grão de leguminosa à categoria de santa. (...). De repente, este castelo de ilusões tombou. (...). Antes mesmo de se constituir um documentário que, futuramente, servirá como referência dessa época expressiva pela qual passam os nossos produtores, este trabalho é o pungente depoimento dos próprios agricultores com suas expressões carregadas de tensões, desesperanças e impotências".
- 16) Em Porto Alegre, por exemplo, FIBGE (1991) registra, em 1985, 8.066 estabelecimentos de até 50 ha de um total de 9.613. Esses estabelecimentos, embora sendo de pequena produção, fogem ao padrão dos estabelecimentos aqui analisados, já que estamos nos referindo às unidades envolvidas no processo de modernização da agricultura (baseada nas culturas de trigo e soja) e no cooperativismo empresarial de produção agrícola.
- 17) A definição de pessoal ocupado (onde está incluída a categoria de empregados temporários) de FIBGE (1991) são "as pessoas, com ou sem remuneração, que na data do Censo encontravam-se executando serviços ligados às atividades do estabelecimento (...)". Assim, são apenas indicações no período do censo que estipulam o número desta força de trabalho em outros meses. E certamente não há precisão nesses dados. Sobre isso diz FEE (1982A:68): "Consequência disso é que parte da mão-de-obra temporária, que flutua durante o ano, não é captada. Isso é particularmente importante para avaliar o pessoal ocupado nos médios e grandes estabelecimentos agrícolas, na medida em que a contagem possivelmente subestima o volume de trabalhadores temporários". Em nota, essa fonte dá exemplos da falta de precisão nestes números: "As informações referentes ao número de trabalhadores temporários variam conforme a fonte utilizada: segundo o IBGE (...) o número de empregados temporários em dezembro de 1970 era de 90.670; segundo o INCRA (...), o "número máximo de assalariados

temporários" era de 175.058 e de 247.107 nos anos de 1965 e de 1972, respectivamente; pelo IRGA (Instituto Riograndense do Arroz - HAS) (...), o número de trabalhadores temporários da cultura do arroz na safra de 1973/74 era de 76.543 assalariados".

- 18) Como diz Oliveira (1985B:150), "O decréscimo da população rural sem redução proporcional do pessoal ocupado correlaciona-se, afora as razões de ordem técnica e econômica, com importantes mudanças na dinâmica populacional: 1) o aumento do número de trabalhadores rurais e agricultores residentes no meio urbano; 2) as proporções excepcionalmente elevadas que vinham assumindo as frações jovens e sua emigração cada vez mais cedo, 3) a redução da prolificidade das famílias jovens. As estatísticas demográficas indicam que a população em idade até 14 anos retrocedeu da proporção de 42,7% em 1970 para 35,1% em 1980. O número médio de filhos tidos, por mulheres de 25 a 34 anos, passou de 3,7 para 2,8, e de 5,0 para 4,7 no agregado de todas as idades. As famílias com seis ou mais integrantes retrocederam de 37,1% para 23,6%. Ao mesmo tempo, a migração da população rural intensifica-se como consequência da não realização de uma reforma agrária e de mecanismos políticos-econômicos para o desenvolvimento da pequena produção agrícola. Neste quadro, algumas cidades gaúchas montam esquemas de repulsão aos migrantes. Conforme noticia o jornal Correio do Povo, do dia 3 de março de 1993, com o título "Migração gera debate no Piratini", "Mais de 50% dos municípios gaúchos estão agindo contra a ocupação de áreas públicas.(...). A Federação das Associações de Municípios do RS também vai enviar documento ao governador, solicitando medidas para manter o homem no campo (...)" . Sem moradia, famílias moram em beiras de estradas, como noticia a mesma matéria, dizendo que um prefeito "adiantou que aproveitará o encontro para dizer ao governador que as obras de duplicação da RS 239 não poderão ser concluídas porque 150 famílias - das 1.200 que moravam às margens da estrada - deverão permanecer no local". Já na edição de 10 de abril, o mesmo jornal publica matéria sobre migrações internas no RS usando dados recentes da FIBGE. Dizem alguns trechos: "O abandono de regiões de monocultura (do trigo e da soja) para os municípios desenvolvidos colocaram Gravataí em primeiro lugar na relação destes movimentos migratórios, seguido de perto por outras cidades industriais, como São Leopoldo e Cachoeirinha. A sub-região Celeiro do Rio Grande e os municípios de Três Passos, Santo Angelo e Santa Rosa tiveram uma diminuição populacional de 5,21% em dez anos, mais especificamente no período posterior ao "milagre da soja". O mesmo aconteceu na região Sul do estado, na Campanha e no Centro. Para o professor da UFRGS, Luiz Roque Klering, isso significa que agricultores e peões de estâncias também migraram para os centros urbanos".
- 19) Em tabelas, Furstenau (1990A:233-235) mostra que a menor produtividade do trigo, no período 1980-1987, foi em

1982, com 395 Kg/ha, e a maior em 1987, com 1.786 Kg/ha. E, conforme gráfico em Zero Hora, de 14/5/1993, em 1992 essa produtividade foi de 1.850 Kg/ha. A área colhida, neste período, variou de uma área de mínima de 634.187 ha em 1984 para uma área máxima de 1.358.522 ha em 1980. Já no caso da soja, a produtividade variou de 1.008 Kg/ha em 1986 a 1.595 Kg/ha em 1981. A área colhida variou de 3.157.413 ha em 1987 a 3.987.502 ha em 1980. E, conforme Zero Hora, de 14/5/1993, a estimativa para a safra 1992/93 é de 1.956 kg/ha, com uma produção de 6.016.210 toneladas, numa área colhida de 3.075.772 ha. Na década de 1970 e anos finais da década de 1960, segundo FEE (1983:154), "a produtividade (da soja - HAS) oscilou entre um mínimo de 0,78 t/ha em 1968 e um máximo de 1,63 t/ha em 1977. Em 1968, segundo tabela desta fonte, a área colhida do produto foi de 557.000 ha e, em crescimento constante, essa área chega em 1979 a 4.031.800 ha. Tomando-se por base tabela de FEE (1983:139) a produtividade do trigo entre 1968 a 1979, apresenta a menor produtividade em 1972, com 356 Kg/ha, e a maior em 1978, com 1.210 kg/ha. A área colhida do produto variou de 757.700 ha em 1968 a 2.010.000 ha em 1976.

- 20) Estimativa da assessoria econômica da Fecotrigo. (depoimento ao autor)
- 21) Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/78), Porto Alegre, Fecotrigo, outubro de 1978, nº 30
- 22) Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/79), Porto Alegre, Fecotrigo, outubro de 1979, nº 42
- 23) O Correio do Povo, da forma como se constituiu, antes de 1984, foi o jornal de empresa jornalística que representou os interesses políticos-econômicos dos produtores da lavoura empresarial e dos pecuaristas. Já Zero Hora não apresenta esta mesma característica em relação à agropecuária. Mas o jornal apresenta inúmeras matérias sobre as mais diversas situações da agricultura no período analisado. O Correio do Povo até 1984 tinha formato standard e dedicava sua primeira página para notícias nacionais e internacionais e sua contra-capa para assuntos estaduais.
- 24) Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/82), Porto Alegre, Fecotrigo, dezembro de 1982, s/nº
- 25) Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/82), Porto Alegre, Fecotrigo, dezembro de 1982, s/nº
- 26) Como coloca FEE (1990:43): "Durante a década de 80, a lavoura no Estado teve um crescimento de 2,6% a.a., superior ao de -1,8% a.a. verificado na pecuária, aumentando sua participação no VBP (Valor Bruto da Produção - HAS)) global. Esse desempenho contrasta com a década de 70, quando a pecuária se expandiu mais que a lavoura, 5,9% a.a. contra 3,9% a.a.". Este crescimento da pecuária foi devido à avicultura. Por pecuária entende-se a produção animal e sub-produtos. Conforme o economista Jorge Accurso, coordenador do Núcleo de Contas Regionais da FEE (em depoimento ao autor), entre 1970 e 1980, a bovinocultura (de corte) apresentou um crescimento físico

de 38,7%, a suinocultura 69,3% e a avicultura 452,9%. Este crescimento físico significa abate mais variação de rebanho (estoque). Sobre a lavoura, diz FEE (1983:398): "(no segundo quinquênio da década de 1970 - HAS) a cultura da soja mostrou claramente sinais de estabilização. (...) certo é que a soja evoluiu a taxas muitíssimo menores do que as do período anterior, aproximando-se da evolução de vários produtos, como o arroz e o milho. Sendo assim, fica caracterizado para o quinquênio um tipo de crescimento de agropecuária relativamente mais diversificado". Como diz Fürstenau (1990A:225): "É importante frisar que a "performance" da lavoura de grãos na década de 80 só foi possível devido à política de modernização do setor levada a efeito nos anos 60 e 70. Essa capitalização foi gerada pela colocação maciça de recursos na atividade agrícola e foi a base sobre a qual se assentou a agricultura no limiar dos anos 80". O desempenho da produção de grãos na década de 1980 deve-se ao trigo e, principalmente, ao arroz (um produto que, entre 1982 a 1988, 20%, em média, da produção total do estado, foi comercializado pelas cooperativas do sistema Fecotriga. Como diz Fürstenau (1990A:227): "Essas duas culturas apresentaram incrementos no rendimento médio que foram significativos e se refletiram no volume de produção. Deve-se salientar que, no que se refere ao arroz, o crescimento no volume de produção deveu-se também ao aumento da área cultivada". Deve-se dizer ainda que essas cooperativas, embora a ênfase nas produções de trigo e soja, desenvolvem tecnicamente e comercializam os principais grãos e produtos de origem animal da agricultura do estado.

- 27) Comunicação e Educação Cooperativa é um trabalho político-ideológico realizado pelas cooperativas junto aos seus associados, principalmente pequenos produtores. É organizado no Departamento de Comunicação e Educação e consiste na organização de núcleos de associados para cursos, reuniões, contatos com associados, enfim, organização do quadro social no sentido de sua integração às cooperativas. No RS, a partir dos anos finais da década de 1970, duas universidades, UFSM e Unijuí, organizaram o curso de "Tecnólogo em Cooperativismo" para formar profissionais especializados em cooperativismo, sendo a área de comunicação e educação um campo de atuação. Esses profissionais, quando atuam nesses departamentos, são também responsáveis pelos programas de rádio. Alguns também editam jornais, quando a cooperativa não conta com jornalista profissional. Mas a imprensa de cooperativas, devido à especificidade do trabalho jornalístico, e também à legislação profissional, situou-se em lugar próprio nas cooperativas. Por essa especificidade, em 1977 foi criada a Associação de Jornais e Revistas de Cooperativas (Ajoccop), desativada no início da década de 1980.

sucedidos em 1973, revelaram à direção da COTRIJUI que deveriam ser tomadas medidas urgentes referentes

ao seu sistema de recebimento e de comercialização deste produto (...). A comercialização da safra de soja daquele ano deu origem a profundos descontentamentos por parte significativa do corpo social da cooperativa (...). Logo começou a correr boato de que teriam sido favorecidos alguns produtores."

E, mais adiante, Frantz (1982:173-174), continua,

2 - O CASO DO COTRIJORNAL

2.1 PRIMEIRA FASE (1973-1978): A EXPANSÃO DA COOPERATIVA COMO DIREÇÃO

A criação do Cotrijornal deu-se numa circunstância que parece ter fugido ao controle do grupo dirigente da cooperativa. O que aconteceu foi o seguinte. Na comercialização da soja, em meados de 1973, as cooperativas praticavam dois tipos de venda do produto: preço do dia e preço médio. O preço do dia era praticado pelo produtor que poderia esperar melhores preços; o preço médio era praticado pelo produtor que precisava vender por problemas de liquidez. Mas a espera (ou especulação) foi compensada com preços superiores. Aconteceram assim diferenças significativas entre as modalidades de comercialização e o óbvio: alguns produtores recebendo bem mais pelo produto do que outros.

É fácil entender a reação desses últimos. O que ocorria, na verdade, era uma comercialização com oscilações fortes que mostravam preços diferentes a cada dia. Uma situação de mercado que se confrontava com o produtor mostrando que em razão de dias podia-se ganhar ou perder dinheiro. Ou como analisa Frantz (1982:172), com detalhes, esse episódio na Cotrijuí,

"As modificações globais ocorridas no mercado da soja somadas a uma série de problemas específicos sucedidos em 1973, revelaram à direção da COTRIJUI que deveriam ser tomadas medidas urgentes referentes

fundamental ao seu sistema de recebimento e de comercialização deste produto (...). A comercialização da safra de soja daquele ano deu origem a profundos descontentamentos por parte significativa do corpo social da cooperativa (...). Logo começou a correr boato de que teriam sido favorecidos alguns produtores."

E, mais adiante, Frantz (1982:173-174), continua,

Em outras palavras, busca-se o diagnóstico do quadro social para o método de comunicação existente convocando-se uma reunião com representantes dos núcleos de base. Através das Emissoras de Rádio e através de contatos diretos com líderes de núcleos foi possível, num prazo de menos de 24 horas, reunir 300 delegados representantes de 150 núcleos, cobrindo praticamente toda a área de ação da COTRIJUI (...). Durante a reunião, os agricultores manifestaram as razões do seu descontentamento, queixando-se de modo especial da falta de informações referentes à sistemática de comercialização em vigor (...). Embora não contentes, os agricultores aceitaram as explicações e a situação foi contornada, deixando algumas importantes lições para a experiência da COTRIJUI (...) ficou claro que problemas de comunicação persistiam. Apesar dos programas radiofônicos, das reuniões de convênio COTRIJUI/FIDENE (mais de 200 núcleos organizados), dos cursos, das palestras, etc., ainda o associado não recebia as informações suficientemente claras e ao nível de não haver possibilidades de ignorá-las. Foi então colocada em ação uma antiga idéia, nascendo o COTRIJORNAL (...).

A primeira vista, portanto, o Cotrijornal surgiu para tornar-se um veículo de informação numa das etapas mais importantes da produção agrícola - a comercialização. E, de fato, esse episódio da comercialização da soja parece ser convincente para justificar a criação de um jornal, principalmente numa cooperativa com aproximadamente 8 mil associados, na época. Mas certamente existiam outros fatores, tão ou mais importantes como esse para que uma cooperativa agrícola editasse um jornal.

Como visto em 1.1 os empresários rurais que assumiram a direção das cooperativas, como a Cotrijui, concebem esse empreendimento em bases empresariais. E para isso era

fundamental o fator acumulação. Essa necessidade de acumulação no cooperativismo sempre foi um motivo de tensão entre a direção e o quadro social. Nessa situação, a idéia de um jornal abrange bem mais do que um simples veículo de informação. Pensa-se, rigorosamente, em um veículo que mostre e justifique ao associado, em fatos concretos, o resultado dessa capitalização, e por isso a sua necessidade. cooperativa

Em outras palavras, busca-se o consenso do quadro social para o método de trabalho da direção e, por extensão, a cooptação, pela idéia de propriedade coletiva, desse quadro social para os projetos de expansão. A manchete da primeira edição do Cotrijornal é ilustrativa: "É Dos Agricultores o Maior Terminal"¹. A matéria, nas páginas internas, que tem como título "É dos Agricultores o Maior Terminal Graneleiro da América Latina", assim inicia, ingulares, uma cooperativa de

segundo grau, a Cooperativa Central Gaúcha de Leite, e por isso a na "Numa área de 12.500 metros quadrados, em plena área do futuro Super Porto, em Rio Grande, ergue-se o maior terminal graneleiro mantido por uma Na ed organização particular, em toda a América Latina. É a primeira obra construída naquela área e pertence a coloniza discussão aos agricultores desta região do Estado. Pode-se trazer os dizer que é o resultado da força de união, atestado profissão eloquente do elevado grau de unidade que existe educação) e de um professor da Fiden, sobre o assunto, entre os agricultores associados na COTRIJUI."

Vejamos algumas manchetes nas edições que seguem. "Cotrijuí No Mercado Comum Europeu"², "Presidente Geisel Viu Nosso Terminal"³, "Cotrijuí: Realizações de 74 e Perspectivas Para 75"⁴, "Este Porto Leva a Marca da Agricultura Gaúcha"⁵, "Banco do Brasil Levou Financistas de Vários Países ao Terminal da Cotrijuí em R. Grande"⁶, "Cotrijuí Observou a Amazônia Legal"⁷, "Cotrijuí em Casa Nova"⁸, "Cotrijuí Assumiu Posto Agropecuário de Ijuí"⁹, "FAO Analisa Projeto Cotrijuí-Amazônia"¹⁰, "Cotrijuí na Europa"¹¹, "Tecnologia da Cotrijuí Vai Conquistar o Irã"¹², "FAO Vê Futuro no Projeto da Cotrijuí na Amazônia"¹³, "Cotrijuí/Pedritense: Campanha e Serra Unem-se na Produção de Alimentos"¹⁴, "Cotrijuí Alarga Suas Fronteiras"¹⁵, "Cotrijuí 1º Lugar em Exportação"¹⁶, "Láurea Exportação: Bloch Editores Premiou a Cotrijuí-Cotriexport"¹⁷

Esta linha editorial do Cotrijornal - explicitada como a manifestação das ações do grupo dirigente e, assim, a afirmação da cooperativa como centro político-econômico do conjunto dos associados - continua até o final de 1978. Essa primeira fase do Cotrijornal, 1973-1978, pode ser entendida como um jornalismo da atuação do grupo dirigente e seus projetos. Esse jornalismo divulga a expansão da cooperativa como empresa tendo como público os produtores-associados.

Quando o produtor-associado aparece no jornal, de forma significativa, em reportagens, é em pautas determinadas pelos projetos da cooperativa. É o caso da edição de dezembro/77.¹⁸ Com o título "Novos Caminhos Para o Leite" uma reportagem traz depoimentos de produtores sobre esse produto. Mas esse assunto era de interesse da cooperativa. A Cotrijuí havia formado, junto com outras cooperativas singulares, uma cooperativa de segundo grau, a Cooperativa Central Gaúcha de Leite, e por isso a necessidade de fomento nesta área.

Na edição de fevereiro/78¹⁹ o jornal traz um projeto de colonização na Amazônia que a Cotrijuí iniciava e colocava em discussão para seus associados-minifundiários. E para isso trazia os depoimentos de dois minifundiários, de dois profissionais da cooperativa (áreas técnica e comunicação e educação) e de um professor da Fidene, sobre o assunto.²⁰

Seguindo, o jornal repete essa pauta, com depoimentos de minifundiários, como na edição de março/78.²¹ E, na edição de maio/78²² um editorial do jornal diz,

"Somente no Rio Grande do Sul existem mais de 500 mil famílias vivendo em pequeninas propriedades. Esse contingente, que representa uma grande força de trabalho, precisa de oportunidade para a ocupação de novas áreas".

Nessa mesma edição, uma matéria sobre o assunto diz,

"Para o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, o projeto de colonização que a COTRIJUI está desenvolvendo atualmente na Amazônia é um exemplo muito importante. Além de distributivo, é agregador, pois está levando para uma região carente

de tecnologia a experiência e a alta qualificação do produtor gaúcho. O ministro enfatizou, ainda, outro aspecto favorável na experiência da COTRIJUI na Amazônia: a difusão do espírito e da organização cooperativista (...).".

Qual o interesse da Cotrijui nesse projeto de colonização? Com um quadro social composto em sua maioria por minifundiários a cooperativa colocava em discussão um projeto de colonização que poderia conduzir a um aumento no número de estabelecimentos com áreas "médias" na sua área de ação, como pode ser visto numa entrevista com o coordenador deste projeto, com o título "'A Amazônia é uma solução'", na edição de novembro/77,²³

"Quando se identifica um candidato imigrante ele deve possuir uma propriedade menor que 36 hectares. (...) Mas não podemos, por exemplo, transferir um agricultor que tivesse 10 hectares e vendesse para um outro agricultor que tivesse 8 hectares. Resultaria desse agrupamento um agricultor com 18 hectares e não resolveria o problema. Deverão resultar dos agrupamentos propriedade com mínimo ou superior a 36 hectares. (...) Mas não se estimulará que as grandes propriedades passam a comprar as pequenas. Porque a estrutura da área da COTRIJUI é eminentemente de cultivo familiar e nós não queremos destruir essa estrutura porque achamos muito boa do ponto de vista social. Estimularemos as estruturas tipo familiar, mas economicamente eficiente. E o limite é 150 hectares". (sic)

O jornal, ao mesmo tempo que pauta esse projeto de colonização (tratado como reforma agrária) pro desenvolve matérias sobre a diversificação da produção. A razão principal desta mudança nos rumos da produção estava ligada aos dois produtos principais: trigo e soja.

O trigo, por problemas climáticos, constituía-se numa cultura arriscada e mantinha preços oficiais, por sua compra pelo Estado, o que acentuava a dependência desta produção ao governo em relação aos seus custos de produção; a soja, pela tendência de queda nos seus preços - o que de fato aconteceu nos anos posteriores.

O grupo dirigente da cooperativa, logo, procurava saídas

para o binômio "trigo e soja", que, juntamente com a questão da terra, eram planos de ação, ou como diz o editorial do jornal na edição de fevereiro/78,²⁴

"A solução tem que ser buscada no próprio meio rural e ao nosso ver atacando, ao mesmo tempo, em três frentes: Reforma Agrária, reorientação da produção e fortalecimento das cooperativas"

Fortalecimento das cooperativas significa capitalização. E o jornal, em sua edição de agosto/78,²⁵ traz reportagem sobre a capitalização da cooperativa. Com o título "É Chegada a Hora de Ter Capital Próprio", a abertura da matéria assim diz,

"A necessidade que as cooperativas sentem de capitalizar sobre todos os produtos que comercializam para seus associados aumenta a cada ano que passa (...). É sabido que se a cooperativa capitalizar sobre todos os produtos entregues (além do trigo, soja, leite, carne, lã, etc.), os custos baixarão porque não precisará mais de buscar dinheiro nos bancos comerciais (...). A curto e médio prazo, o associado terá resposta da injeção de capital dada na cooperativa, com a construção de armazéns, melhor assistência técnica, hospitais e um processo de diversificação mais dinâmico e independente. Então, acreditamos que não vale mais perguntar porque não se capitalizou até agora, mas sim se vamos ou não capitalizar para enfrentar mais solidamente o futuro."

A seguir, a matéria apresenta seis depoimentos de produtores-associados - todos favoráveis à proposta de capitalização. E logo, na edição seguinte, de setembro/78,²⁶ o jornal traz ampla entrevista (seis páginas) com o dirigente cooperativista Ruben Ilgenfritz da Silva, presidente da cooperativa, já com aproximadamente 17 mil associados, e com área de atuação em 20 municípios gaúchos, vide mapa 2 em (anexo II, 375) e em quatro municípios do Mato Grosso do Sul.

Com o título "Cooperativismo Precisa Encontrar o Seu Modelo na Economia Brasileira", a matéria é uma análise conjuntural/estrutural da Cotrijuí. Em certo trecho o entrevistado sintetiza,

"É evidente que cabe aos dirigentes levantar alguns problemas. E lembram os associados, que por ocasião da última assembléia, na apresentação do relatório, se levantava duas questões: estrutura do poder e capitalização. Ou outros três itens que têm composto o tema diário das nossas reuniões, mantidas através do nosso convênio com a FIDENE, são o crescimento da cooperativa, a capitalização e a diversificação."

Até aqui, pode-se concluir o seguinte: 1) fatos ocorridos na comercialização de soja em 1973 indicaram a necessidade de um veículo de comunicação, 2) assim, o grupo dirigente tomou a iniciativa de criar um jornal - o Cotrijornal, 3) esse torna-se um veículo cuja direção era a divulgação dos projetos da cooperativa, buscando o consenso dos associados para essas políticas de ação.

Juntamente com essas matérias, o jornal publicava reportagens e artigos técnicos sobre agricultura e cooperativismo e informações sobre comercialização. Completava seu projeto editorial com notícias diversas sobre a cooperativa e assuntos gerais. O produtor-associado aparece, de forma significativa, em reportagens, apenas a partir de dezembro de 1977, em assuntos que eram projetos do grupo dirigente.

Pode-se dizer, assim, que a pauta do jornal era a cooperativa como empresa. O Cotrijornal constituiu-se num jornal de sustentação do projeto político-econômico da cooperativa como empresa. Conforme o jornalista Raul Quevedo (anexo I, 24), seu primeiro editor,

"Os objetivos do jornal foram, de início, contribuir com a organização mantenedora, para consolidar e ampliar essa economia jovem, dando respaldo de mídia à direção da cooperativa."

E, após, o jornalista Raul Quevedo (anexo I, 25), diz,

"Parece que já estão bem claros os objetivos do jornal. Primeiro, fazer-se elemento porta-voz da cooperativa ante o universo humano do quadro social".

E, logo após, Marques (1984:123) complementa,

Mais adiante, o jornalista Raul Quevedo (anexo I, 26) complementa,

"O Cotrijornal sempre procurou cumprir seu papel de órgão representativo da cooperativa, sua mantenedora, e sem afastar-se das bases, preencher uma lacuna que existia na região rural de sua influência, que era despossuída de jornais."

E, em depoimento à revista Agricultura & Cooperativismo, de julho/76,²⁷ o jornalista Raul Quevedo diz, referindo-se ao Cotrijornal,

"Assim levamos um pouco de cultura ao agricultor ao mesmo tempo em que divulgamos os empreendimentos da cooperativa."

Entendemos que já se pode definir o papel do Cotrijornal nesta fase. Ele surge em uma situação típica de conflito (entre grupo dirigente e quadro social) e é editado com o objetivo de divulgar os projetos da cooperativa, e sua própria expansão, buscando o consenso desse quadro social para as políticas de ação da cooperativa como empresa.

Ao mesmo tempo que o Cotrijornal desenvolve seu projeto editorial, a Fidene, instituição de ensino superior de Ijuí, mantém com a Cotrijuí um convênio de trabalho para a organização de núcleos de agricultores através de seu Instituto de Educação Permanente (IEP). Esse convênio foi formalizado em 1970, e, como diz Marques (1984:124),

"Os núcleos de base do meio rural passavam, cada vez mais, a se envolver com a problemática da COTRIJUI, (...). Junto a eles se fazia permanente a presença das três instituições: o Sindicato assumindo e conduzindo as lutas de caráter reivindicatório, o IEP preocupado com a condução pedagógica do trabalho e com o aprofundamento das questões econômicas e sociais na definição ideológica-política do movimento, e a COTRIJUI voltada para a assistência técnica e creditícia, (...)."

E, logo após, Marques (1984:125) complementa,

"Desta confluência de interesses, nascia o Convênio COTRIJUI/FIDENE, em maio de 1970, oficializando uma colaboração institucionalizada das duas organizações mais responsáveis pelas condições de transformação social da região, centralizadas no processo produtivo e no processo ideológico." (grifos nossos)

O que ocorria nesta situação era o seguinte. A Fidene, através do IEP, desenvolvia um trabalho político-ideológico com os pequenos produtores. Em 1972, conforme Marques (1984:159),

"O Convênio COTRIJUI/FIDENE atuava em 19 municípios, desenvolvendo um trabalho de organização e animação de núcleos de base, cursos e reuniões com agricultores."

A Fidene, pelo IEP, e através deste convênio, atuava junto aos pequenos produtores no sentido de fortalecê-los como classe social e motivá-los à participação política na cooperativa (e também nos sindicatos). Afinal, como coloca Marques (1984:161),

"Os pequenos proprietários rurais eram vistos como a categoria social estrategicamente mais decisiva, tanto por sua força operativa direta no sistema de produção como por sua expressão numérica."

Junto com a afirmação o autor traz uma nota sobre o entendimento da Fidene (IEP) em relação à classe dos pequenos produtores e o trabalho que deve ser desenvolvido,

"Uma categoria condenada a trabalhar a terra, com lucros ou sem lucros, na dependência de fatores externos, como o do preço dos produtos, o do crédito para os insumos e o dos intermediários na comercialização. O sentido do trabalho a ser desenvolvido se especifica em levar a categoria, como um todo, a operar mais decisivamente através da cooperativa, não apenas como solução mais expedita para os problemas do preço, do crédito e da comercialização, mas como motivação política de

definição da classe. Os estrangulamentos agora sentidos deverão ser esgotados até chegar-se ao próprio sistema de produção, onde se geram as contradições fundamentais. A categoria deverá fortalecer, através da cooperativa e dos sindicatos, seu poder de barganha, como instrumento político para levar às mudanças e ao alento na caminhada"

A Fidene, através do IEP, com esse trabalho de educação junto aos pequenos produtores, constituía-se, assim, no agente motivador político desses agricultores. Atuava onde esse trabalho era mais profícuo, na formação e organização de núcleos de pequenos produtores - exatamente nas bases dessa classe social.

Neste contexto, a Fidene questiona o projeto editorial do Cotrijornal posto em prática.²⁸ A Fidene faz uma pesquisa de opinião sobre o jornal e como conta o jornalista Raul Quevedo (anexo I, 26),

"Esse comportamento editorial não foi bem aceito por algumas lideranças da área do magistério superior do lugar - que apesar de leigas em comunicação social, não hesitaram em sussurrar contra a linha assumida. O termo "sussurrar" é correto, porque o fizeram às escondidas, à revelia do editor, através de uma pseudo pesquisa de opinião, preparada com perguntas cujos quesitos eram sugestões para as respostas."

Esta pesquisa não foi localizada no Museu Antropológico Diretor Pestana, de Ijuí, centro de documentação da Fidene. Mas, como se vê na ata nº 1 do Conselho Editorial do Cotrijornal,²⁹ de outubro de 1979, a Fidene está presente na nova linha editorial praticada a partir daquele ano. Das 17 pessoas que assinam a ata, cinco são da Fidene (do IEP e de outros setores da instituição), nove da Cotrijuí e três do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí.

2.2 SEGUNDA FASE (A PARTIR DE 1979): AGORA, UM CONSELHO EDITORIAL

A partir de 1979 o Cotrijornal torna-se também um veículo de discussão dos problemas específicos do pequeno produtor-associado e da própria cooperativa - uma cooperativa

que em seu surgimento era conhecida como a cooperativa "dos grandes" (produtores - HAS), (Frantz, 1982). A manchete da edição de março/79³⁰ "A Terra Escapa do Jovem Rural" chama para a matéria "Temos Medo do Futuro" que é uma mesa-redonda com os jovens rurais discutindo a questão do minifúndio. Na edição de abril/79³¹ o jornal inicia uma discussão sobre a estrutura do poder na cooperativa, em julho/79³² o assunto principal é o sindicalismo e a edição de setembro/79³³ questiona a própria cooperativa. Com a manchete "Problemas da Cooperativa" o jornal diz "Quinze associados fazem uma análise crítica da cooperativa e dos serviços que ela presta. Vale a pena capitalizar, não desviar a produção e participar integralmente de uma estrutura que foi montada para 18 mil pessoas?"

A edição de novembro/79³⁴ traz a questão da previdência rural com a manchete: "Por Que Esta Diferença? Funrural X INPS". E, em dezembro/79³⁵ o jornal traz a cobertura do protesto dos pequenos produtores neste assunto da previdência. Com fotografia de uma passeata de agricultores a capa traz a manchete "O Agricultor Vai As Ruas" e o olho: "A mobilização do homem rural na luta por seus direitos na área da previdência".

O Cotrijornal mostra uma linha jornalística que inclui também questões específicas da maioria do quadro social. Como diz a jornalista Dária Luchese, então repórter e atual editora do Cotrijornal, em (anexo I, 6),

"No início da década de 80 ele (Cotrijornal - HAS) mudou bastante na linha editorial, passando a ser mais um espaço para a discussão das questões que fazia o dia-a-dia do produtor. Era uma época, embora pareça um tanto romântica, em que se trazia o associado para o jornal para falar, às vezes, até contra a cooperativa. Ele opinava e brigava por melhores preços para o leite, fazia movimento nas ruas, queria ter direito a saúde, falava sobre sindicalismo, reforma agrária ... Enfim, queria e brigava por isso, por melhores condições de vida."

Essa linha jornalística é motivada pelo Conselho Editorial, então criado, onde está presente o grupo

intelectual da Fidene (IEP). Como visto, havia o convênio Cotrijuí/Fidene onde a segunda instituição participava através do IEP de um trabalho de organização de núcleos de pequenos produtores. Logo, a Fidene desenvolvia um trabalho político-ideológico com esses produtores.

Nesse contexto, um jornal como o Cotrijornal, órgão oficial da Cotrijuí, com tiragem suficiente para o quadro social, certamente foi visto como um meio de comunicação fundamental com os associados. Desde o primeiro número do Cotrijornal a Fidene participava diretamente do jornal através de um suplemento infantil, elaborado por sua Escolinha de Arte. Na edição de dezembro/73³⁶ esse suplemento ganha um nome: Cotrisol.

Por outro lado, com seu trabalho político-ideológico junto aos pequenos produtores, certamente o grupo do IEP percebe, concretamente, que a linha editorial do Cotrijornal na sua primeira fase não se identificava com as preocupações da maioria dos associados - os pequenos produtores. Por exemplo, conforme relatório³⁷ de reunião no núcleo de Saltinho, em março/78, os produtores de leite questionavam: "O fornecedor paga sem saber o que é (capitalização)".

Segundo relatório³⁸ de reunião no núcleo de São Miguel, em maio/78, os produtores colocavam em discussão as seguintes questões: "Porque o agricultor está empobrecendo", "O soja depende muito do mercado externo. Tudo depende da bolsa de Chicago, que a gente nem sabe onde fica".

E, conforme relatório³⁹ de reunião em junho/78, no mesmo núcleo de São Miguel, os produtores concluíam sobre o assunto capitalização: "O associado nunca viu um retorno do porto de Rio Grande como era prometido". E perguntavam: "Será que, de fato, nós integralizando também com outros produtos, diminuirá os juros para a cooperativa?" (sic)

Com essas situações percebe-se que o Cotrijornal, com seu projeto editorial onde predominavam realizações da cooperativa, estava distanciado do quadro social. Isso porque enquanto os associados discutiam o relacionamento com a cooperativa e seus problemas conjunturais/estruturais

enquanto pequenos produtores o Cotrijornal enfatizava a expansão da cooperativa como empresa.

Mas quem discutia com o associado os seus problemas, como produtores e associados de uma cooperativa? A Fidene, através do IEP. E, conforme Seibel (1989:152), referindo-se ao trabalho do IEP junto aos associados da Cotrijuí,

"O IEP busca adotar novos métodos de organização, mais críticos e orientados para a diferenciação social dos segmentos associados na cooperativa. O IEP propunha que os núcleos deixassem de ter somente um caráter de canal de informação e se tornassem fórum de críticas dos camponeses ao desenvolvimento social, político e econômico da região, bem como na propagação do cooperativismo".

Pode-se compreender, assim, as razões da "intervenção" da Fidene (IEP) sobre o jornal. Primeiro, através de uma pesquisa de opinião. Após, através da presença de pessoas ligadas à instituição no Conselho Editorial. Ao mesmo tempo, essa linha editorial deveria mudar por causas conjunturais/estruturais na agricultura.

Por um lado, pelo esgotamento da monocultura da soja, porque os preços desse produto mostravam fortes tendências de baixa no final da década de 1970, o que de fato acontece. A "euforia da soja" terminava. Eram necessárias novas fontes de produção - e daí a diversificação da produção, com novas estruturas a serem montadas, novos processos de trabalho e, principalmente, conseguir a aceitação dos produtores para essas novas produções, dentro do cooperativismo, como a produção de leite, por exemplo. Afinal, como observa Coradini (1982:51),

"(...) a palavra "cooperativa", tal como é usada por muitos produtores, serve para indicar a empresa a que entregam suas matérias-primas, seja uma associação de produtores, seja uma empresa privada de capital nacional ou estrangeiro. Acontece frequentemente ouvir-se falar de empresas privadas de laticínios como de "cooperativas". E, de fato, não pode existir muita diferença aos olhos dos produtores, entre os dois tipos de empresas: as duas têm o mesmo comportamento, oferecem as mesmas

Para vantagens, etc". Conselho Editorial cuja função

básica é discutir a edição que está circulando e sugerir

Por outro lado, porque ressurgiam, com intensidade, outras questões que envolviam o pequeno produtor, como a previdência social, a saúde e a falta de terra. Em 1978 ocorre um conflito entre colonos e índios Caigangues na Reserva Indígena de Nonoai, região do Alto Uruguai do RS. E, como diz Costella (1992:15),

de outubro/79, por exemplo, registra a sugestão de "um aprofundamento na questão de como o agricultor

"Com a expulsão dos colonos da Reserva Indígena, e pela situação precária em que ficaram, foram forçados a buscar uma alternativa de sobrevivência, lutar por um pedaço de terra".

agrícola. Um aspecto da "política

Esse acontecimento tem desdobramentos nos anos seguintes e no final de 1980 forma-se um dos mais importantes movimentos políticos de agricultores sem-terra no estado, em Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta. Esse movimento tomou repercussão nacional e colocou em discussão a reforma agrária - reprimida após o golpe militar de 1964. Diante, não vai

prejuízo. E, também, como outra razão, a crise econômica-financeira que se intensifica no setor, provocando a busca de apoio nos associados para o enfrentamento dessa crise. Como diz Marques (1984:246),

entando a luta". A seguir, decide-se que "a

redação deverá participar e fazer matéria" sobre um simpósio

(reforma "(...) as ações educativas desenvolvidas no contexto

A ata do cooperativismo gaúcho mobilizavam de certa

agricultor maneira os produtores rurais associados e criavam

noticiário algum espaço para as lutas pelo poder decisório nas

acontecendo cooperativas, espaço que se ampliava na conjuntura

quinzenal de crise econômica-financeira, que o cooperativismo

consideradas boas". Seguindo, sugere-se uma matéria sobre a

barra

Isso demandava um projeto editorial que buscasse a coesão

do quadro social, incluindo reivindicações sócio-políticas da

maioria do quadro social, como previdência social, saúde,

falta de terra, etc. E é o associado, assim, que o jornal

busca a partir da segunda fase. Não apenas como fonte de

matérias, mas também como participante nas pautas dessas

matérias. Des de um pacote econômico do governo, registra que

Para isso, é criado um Conselho Editorial cuja função básica é discutir a edição que está circulando e sugerir matérias para o próximo número. Um Conselho formado por intelectuais da Fidene (IEP), sindicalistas (sindicato dos trabalhadores rurais), dirigentes e técnicos (do departamento técnico e departamento de comunicação e educação), da cooperativa, associados, basicamente pequenos produtores.

A sua ata nº 1,⁴⁰ de outubro/79, por exemplo, registra a sugestão de "um aprofundamento na questão de como o agricultor está interferindo na pecuária, que está mudando". Após, é dito que "ficou decidido que se voltaria novamente ao assunto saúde". Um sindicalista "colocou o aspecto da "política agrícola"". Registra-se que "a matéria "Santa Soja" foi amplamente debatida".

Na ata nº 2,⁴¹ de novembro/79, observa-se que um agricultor sugere "mais uma matéria sobre defensivos". Levanta-se a questão de um editorial que "está malhando o Ministério da Saúde". E, "se levando adiante, não vai prejudicar o trabalho que a Cooperativa está fazendo com o Funrural". Um técnico do departamento de comunicação e educação da cooperativa "acha que quem tem que opinar é quem está enfrentando a luta". A seguir, decide-se que "a redação deverá participar e fazer matéria" sobre um simpósio (reforma agrária) promovido pela Fetag.

A ata nº 3,⁴² de janeiro/80, registra a sugestão de um agricultor para que o Cotrijornal "tivesse uma página com notícias gerais, a fim de informar ao associado o que está acontecendo no mundo". Outro sugere que o Cotrijornal fosse quinzenal e "menor". É registrado que "as matérias foram consideradas boas". Seguindo, sugere-se uma matéria sobre as barragens no rio Uruguai e que "deverão tomar áreas de terras dos associados da Cotrijuí". "Ponderou-se que talvez isso não seja possível no próximo número, mas que a matéria interessa muito".

A ata nº 4,⁴³ de 28 de janeiro de 1980, que discute a edição deste mesmo mês e que trazia como matéria principal as repercussões de um pacote econômico do governo, registra que

"o pessoal considerou que a matéria é realmente muito difícil de ser interpretada". Como disse um agricultor, "talvez eu não tenha entendido tudo, mas muita coisa deu pra clarear".

A seguir, analisa-se o jornal página por página. O título da página três, "O Preço da Planta", é criticado: um técnico considerou que "poderia ser mais sugestivo". Após, é discutida a matéria da página quatro, "O Agricultor é Culpado da Frustração?". Discute-se "se o problema do trigo realmente é a meteorologia ou não". Um agricultor acha "o tempo o principal responsável", o presidente da cooperativa coloca "que o problema era da pesquisa". É salientada "a dependência que o produtor tem dos financiamentos". Um agricultor diz "que outros foram os responsáveis e agora nós estamos aí com a batata quente".

Analisa-se uma matéria sobre manejo e o presidente da cooperativa sugere que "se fizesse uma apresentação mais detalhada dos inimigos naturais". Discute-se uma matéria sobre comercialização da soja, e um representante do sindicato levanta "a questão da concorrência". Considera-se como "boa uma matéria sobre hortigranjeiros".

Esta análise segue e chega-se à pauta da próxima edição: "mesa-redonda sobre o Modelo Agrícola, adiantamentos/juros, arroz, medicina comunitária em Dom Pedrito, entreposto em Ajuricaba, capitalização e estrutura do poder, previdência social (últimos acontecimentos)".

Esse conselho não apresenta uma estrutura fixa, tanto em número como nas representações das pessoas. É um conselho itinerante, faz reuniões tanto na sede da cooperativa como em unidades da sua área de ação. Ao mesmo tempo, o jornal também é avaliado em núcleos de associados.⁴⁴

O Cotrijornal, com este conselho, procura as bases da cooperativa - os pequenos produtores. Uma linha jornalística onde questões conjunturais/estruturais deste agricultor, como previdência social, sindicalismo, falta de terra, relacionamento com a cooperativa, a própria cooperativa, políticas de crédito, o modelo agrícola, preço dos produtos, endividamento dos agricultores e questões técnicas/econômicas

da agricultura, são pautas de matérias. É uma situação de crise que direciona esta linha editorial para as bases da cooperativa.

Uma crise que combina diminuição dos preços do principal produto (soja), necessidade de incrementar novas produções, redução no crédito estatal, problemas de safras, questões sócio-políticas da maioria do quadro social, a relação associado-cooperativa. O Conselho Editorial torna-se um canal para a discussão coletiva disso tudo, aproximando os agentes envolvidos na agricultura da cooperativa.

A cooperativa, como empresa, precisa desenvolver suas linhas de produção, manter suas direções política-tecnológica/econômica, reivindicatória e a ideológica, ao mesmo tempo que procura coesão no seu quadro social. Como não usar esse meio de comunicação para agregar e expressar situações do quadro social e da cooperativa?

O jornal, nessa situação, será um veículo de aglutinação da maioria do quadro social e dos grupos que atuam na cooperativa. Nessa conjuntura, o Conselho Editorial democratiza a elaboração do jornal e assim surgem as duas condições para o desenvolvimento desse projeto editorial: legitimidade e aceitação dessa linha jornalística.

Avaliando edições e sugerindo pautas, o Conselho Editorial torna-se um espaço de discussão de questões do quadro social. Na ata nº 9,⁴⁵ de agosto/80, por exemplo, é registrado que "um agricultor diz que o êxodo é fruto da estrutura em que estamos vivendo. (...) A máquina, o crédito, o juro, as leis criadas de direito de posse, só servem para tocar o trabalhador rural do campo". Outro agricultor diz "que o êxodo é fruto do desespero pela falta de terra, de melhores condições de vida". E outro agricultor coloca que "a culpa é da própria estrutura. Todo mundo estava pensando que a solução era a soja e o trigo".

Assim, o jornal publica matérias sobre consequências sociais da modernização agrícola, como a proletarianização na agricultura, como na edição de fevereiro/março/81,⁴⁶ com a manchete "E a Enxada Volta à Lavoura", cujo editorial diz em

2. alguns trechos,

Como "E todo esse pessoal nada mais são do que novos grupos de migrantes, de ex-agricultores que tiveram de abandonar suas terras e hoje perambulam sem ter muito o que fazer. São os "primos pobres" do tal estouro da soja. E, levando isso em conta, é que se pode concluir que a volta da carpidinha deve ser analisada um pouco além dos simples fatores de ordem econômica, que determinaram a redução no uso dos herbicidas. A capina envolve hoje toda uma questão social, a velha questão da terra".

E sobre a previdência social, dependência do agricultor pelos financiamentos, preços da soja, sindicalismo, protestos de produtores de leite, cooperativa e cooperativismo, o papel da mulher na agricultura, planejamento familiar, alternativas de produção (diversificação), questões técnicas e econômicas da agricultura, colonização, o movimento dos colonos sem terra, a questão da terra. Em junho/85⁴⁷ o jornal publica um suplemento de 14 páginas sobre a reforma agrária. O editorial, com o título "Caminho Aberto" assim inicia,

"Poucos países têm tanta terra nas mãos de tão poucos, como no Brasil (...)."

E concluía,

"Este caminho, que certamente levará também a uma maior organização e participação de milhões de marginalizados do campo e da cidade, está aberto a toda a sociedade. O Cotrijornal está ao lado dos que se dispõem a percorrê-lo, e por isso elaborou este caderno especial. É a sua contribuição para que o debate vá adiante e é também a sua forma de solidariedade aos que não se negam a encará-lo como decisivo para a construção da democracia."

Vejamos as classes e grupos envolvidos neste jornalismo e que formam esse Conselho.

Além do grupo dirigente e pequenos produtores, atuam no jornal (pelo Conselho Editorial) os seguintes grupos profissionais-intelectuais: técnicos da cooperativa (dos departamentos técnico e de comunicação e educação), sindicalistas, grupo da Fideam (IEP) e jornalistas. Analisemos estes grupos.

2.3 CLASSES E GRUPOS ENVOLVIDOS NESTE JORNALISMO

Como visto em 1.2 nesse cooperativismo existem duas classes sociais, empresários rurais e pequenos produtores (a maioria do quadro social). Vejamos, por exemplo, a tabela que segue.

TABELA 11 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DA COTRIJUI E ESTRUTURA FUNDIÁRIA ENTRE 1981 E 1990

<u>Grupos de Área</u> (ha)	<u>1981</u> <u>Associados</u>	<u>Grupos de Área</u> (ha)	<u>1990</u> <u>Associados</u>
— 50	14.185	— 100	11.853
(— 20)	(12.335)	(— 25)	(8.408)
50 500	2.555	100 300	1.898
500	881	300	309
Totais	17.621		14.060

Fontes: Agricultura & Cooperativismo (novembro/81)⁴⁸ e Cotrijui (1991)⁴⁹

Observações: esses números são de associados no RS. Até 1990 a área de ação da cooperativa compreendia algumas áreas no MS. O número de associados com estabelecimentos de até 20 ha, em 1981, e com até 25 ha, em 1990, estão destacados para uma melhor visualização e não estão computados nos totais.

Em 1981, 80,5% dos associados da Cotrijui produziam em estabelecimentos de até 50 ha, típicos de pequena produção. A estratificação do quadro social da cooperativa em 1990 não traz o número de associados com até 50 ha, mas, segundo essa estratificação, 59,8% dos associados produziam em estabelecimentos de até 25 ha e 84,3% em estabelecimentos de até 100 ha. Em 1973-74, período de criação do Cotrijornal, a Cotrijui tinha 8.374 associados, segundo Frantz (1982). A estrutura fundiária desses associados não é apresentada.

Além do grupo dirigente e pequenos produtores, atuam no jornal (pelo Conselho Editorial) os seguintes grupos profissionais-intelectuais: técnicos da cooperativa (dos departamentos técnico e de comunicação e educação), sindicalistas, grupo da Fidene (IEP) e jornalistas. Analisemos estes grupos.

Os técnicos da cooperativa são engenheiros-agrônomo, médicos-veterinários e técnicos agrícolas. Fazem parte do departamento técnico, que tem a função de prestar assistência técnica aos associados. Nesse trabalho, os técnicos atuam no sentido de desenvolver a direção política-tecnológica/econômica.

São trabalhadores-intelectuais com formação científica de agropecuária. Existe claramente o conceito de competência, pelo saber científico. Essa é a sua fonte de poder. Podem ser enquadrados, sociologicamente, no tipo weberiano de dominação legal, vide 6.1.2.1.

São trabalhadores-intelectuais mas possuem, como técnicos, um estatuto próprio de atuação. Como corporação geram e executam as políticas de ação para a área técnica - neste sentido, possuem um espaço próprio entre os grupos profissionais-intelectuais.

O interesse dos técnicos no jornal é a publicação de matérias técnicas, seja participando como fontes, seja com artigos assinados. Procuram a aceitação dos produtores para processos de produção (ao mesmo tempo que procuram também produzir ascendência). O jornal, como veículo de comunicação com os associados, é usado para a publicação de conhecimentos de produção. No Cotrijornal, como diz a jornalista Dária Luchese (anexo I, 9),

"O técnico participa do jornal desde a elaboração da pauta. Ele participa, ao lado do associado, do comunicador, do gerente, na discussão do jornal. Sugere pautas, escreve artigos e fornece dados para matérias mais técnicas."

Os sindicalistas são pequenos produtores e/ou trabalhadores rurais exercendo, no caso, uma função política no sindicato. Portanto, é um grupo político que representa os interesses dos pequenos produtores e trabalhadores rurais. Os sindicatos são uma instituição desses produtores cujo objetivo principal é a direção política de suas lutas.

Esse grupo político vai atuar no jornal reforçando a

inclusão de assuntos de interesse do pequeno produtor, com os quais está organicamente ligado. Ao mesmo tempo, a Fidene, através do IEP, liga-se aos sindicatos da região de forma política, de assessoramento, de direção. Como diz Marques (1984:160), referindo-se ao convênio Cotrijuí-Fidene,

"A partir de 1973 faziam-se frequentes os encontros das diretorias dos sindicatos da região, com ajuda financeira da COTRIJUI e assessoria pedagógica do IEP".

E como diz Marques (1984:215-216) referindo-se à relação IEP-sindicatos nos anos finais da década de 1970,

"Os Sindicatos de Trabalhadores de Ijuí e da região, assessorados pelo IEP, conduziam com autonomia maior lutas específicas, sendo os sindicatos da área de ação da COTRIJUI permanentemente acompanhados no planejamento, execução e avaliação de suas atividades, entre as quais avultavam, em todo o período, as relacionadas com o atendimento à saúde do trabalhador rural".

O grupo da Fidene são intelectuais dessa instituição (IEP e outros setores) que trabalham no sentido da organização e participação política dos pequenos produtores nos sindicatos e na cooperativa. São professores/pesquisadores dessa instituição.

Esse grupo profissional-intelectual representa os interesses políticos-econômicos dos pequenos produtores. Isso é possível porque a Fidene tem hegemonia sobre essa classe.

A Fidene tem essa hegemonia porque sua ação vincula-se a uma história de relacionamento político com os pequenos produtores. Como instituição a Fidene é originária de uma faculdade de filosofia criada por segmentos da Igreja Católica e isso vai implicar em uma posição política-ideológica específica.

No início da década de 1960, no RS, surgiram dois movimentos sociais envolvendo pequenos produtores e trabalhadores rurais: o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e a FAG (Frente Agrária Gaúcha).⁵⁰ O MASTER era criado com dois objetivos fundamentais: reforma agrária e

sindicalização.

A FAG era formada basicamente pela Igreja Católica e propunha sindicalização, assistência técnica, associativismo, legislação do trabalho, previdência social, etc. Forma-se como reação ao MASTER. A FARSUL, organização política de grandes proprietários, liga-se à Igreja Católica contra o MASTER.⁵¹ E, como resume Frantz (1982:107) em indicação de notas,

"Para a FARSUL as palavras-chaves seriam: "organização agrária, "humanização agrária" ou "valorização da vida agrária" no lugar de "reforma agrária". Grosso modo, pode-se dizer que, para o MASTER, a Reforma Agrária implicava na expropriação do latifúndio mal explorado pagando-se nenhuma ou fraca indenização. Para a Igreja uma indenização "justa" (segundo os preços do mercado da terra) se impunha a fim de não se atentar contra o "direito natural" da propriedade privada. Para a FARSUL a expropriação não deveria ter lugar."

O golpe militar de 1964 extermina o MASTER e o sindicalismo de trabalhadores rurais que após se desenvolve com sua federação, FETAG, incorpora a ideologia da FAG. Que ideologia era essa? Uma ideologia cujo limite era uma legislação trabalhista, previdência social, assistência técnica, sindicalização e associativismo. É essa ideologia que embasa o trabalho do IEP junto aos pequenos produtores. Para Seibel Como diz Marques et alii (1972:14), descrevendo a história do Movimento Comunitário de Base de Ijuí (MCBI) que dá origem ao trabalho de organização de núcleos de pequenos produtores, referindo-se ao ano de 1962,

"Pensava-se na maneira prática de atingir e mobilizar também o meio rural, quando providencialmente surgiu a Frente Agrária Gaúcha, como movimento de conscientização e promoção dos agricultores, através da educação de base e do associativismo, em especial da sindicalização rural."

E conforme Marques (1984:285) referindo-se à ideologia da faculdade de filosofia que dá origem à Fidene,

"Interpenetravam-se o nacionalismo

desenvolvimentista dos isebianos⁵² e o pensamento católico progressista de cunho social alicerçado no existencialismo cristão e no personalismo e em reação ao capitalismo e ao socialismo "real", ambos vistos como sistemas de desumanização e de manipulação política das massas (...). A emergência do povo, como categoria política com poder de decisão, implicaria em "tomada de consciência", mediada pela intervenção pedagógica de intelectuais engajados nas mesmas lutas políticas (...). Tais idéias e tal pedagogia penetravam (na faculdade de filosofia de Ijuí - HAS). Encontravam nos capuchinhos o terreno fértil da tradição franciscana do anti-intelectualismo, do vitalismo e da valorização da sabedoria dos simples".

É claro que de 1962 para cá muita coisa mudou. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura consolidou-se polarizando, de um lado, os empresários rurais, e de outro, os pequenos produtores, ao mesmo tempo que ocorrem formas de relacionamento capital-pequena produção no sentido de subordinação desses estabelecimentos. É essa expansão e consolidação das relações capitalistas que intensifica as contradições nas bases dos pequenos produtores, porque são esses a sentir, de fato, as formas da expropriação capitalista.

Nesse contexto, a Fidene, através do IEP, incentiva a participação política nos sindicatos e na cooperativa. Para Seibel (1989:153),

"O IEP torna-se a expressão de um grupo de intelectuais do cooperativismo que o percebem como um⁵³ fenômeno também político, além do econômico."

O cooperativismo torna-se um espaço fundamental para a discussão política, de questionamentos, de participação. Pela compreensão que a Fidene (IEP) tem de cooperativismo, esse deve existir, ser melhorado, aperfeiçoado, democratizado. E isso significa, no caso de nossa análise, trazer para o Cotrijornal as questões que envolvem a maioria do quadro social da cooperativa.

A presença desses intelectuais é importante para a

se formação dessa linha editorial. Isso porque esses intelectuais trazem para o jornal questões políticas de interesse dos pequenos produtores, as questões que são discutidas junto aos agricultores. E como diz Marques (1984:215) referindo-se à "ação educativa direta do IEP junto aos produtores rurais", no período 1978-80,

"(...) procurando comprometer, na e pela ação, o maior número possível de agricultores e familiares na discussão dos problemas comuns, na avaliação dos serviços prestados pela cooperativa, na condução de lutas conjunturais específicas".

E, conforme Marques (1984:215) nesse período o IEP contatou com 5.200 pessoas, realizando 413 reuniões de núcleos e 101 encontros de lideranças rurais. Ao mesmo tempo, a Fidene através do IEP, assessora o grupo dos técnicos em comunicação e educação da Cotrijuí, no trabalho de, segundo Marques (1984:216),

"(...) promover encontros que visavam à participação do quadro funcional na definição da política global da Cooperativa".

Esses técnicos trabalham diretamente com os associados, organizando núcleos de produtores, discutindo assuntos sobre a cooperativa e questões relacionadas com esses produtores. Nesse sentido, esse grupo torna-se importante pela atuação com o associado. Os intelectuais da Fidene (IEP), formaram, antes de tudo, um grupo político, com hegemonia em outros grupos como os sindicalistas e técnicos de comunicação e educação e na classe dos pequenos produtores. E, como diz Marques (1984:217),

"O IEP advogando uma participação mais direta e mais crítica passava a ser mal visto pelos escalões intermediários que operavam a máquina administrativa da Cooperativa e por grupos dos "grandes" associados".

Esta nova postura editorial do Cotrijornal, não deixa de

ser uma postura reformista-reivindicatória, mas com a discussão da falta de terra, mostrando situações de proletarização na agricultura e do movimento dos colonos sem terra, o jornal mostra fatos que envolvem consequências da modernização da agricultura.

Esse espaço, por outro lado, amplia-se por outras razões. Afinal, não havia os desdobramentos do movimento dos agricultores sem-terra que surge em 1978-80, forçando o sindicalismo dos trabalhadores rurais a assumir esta luta?⁵⁴ a cooperativa não incluía em seus planos um projeto de colonização na Amazônia?, a "Nova República" não ensaia seus projetos, como a reforma agrária?, em 1986, um ex-presidente⁵⁵ da cooperativa não assume a presidência do Incra no meio de uma conjuntura onde a reforma agrária é um assunto predominante?, o país não inicia um período de democratização política?

Tudo isso não só legitima como permite ao jornal a publicar matérias sobre questões dos pequenos produtores, como a falta de terra, acompanhando acontecimentos nesse sentido (movimento dos colonos sem terra), previdência social, proletarização na agricultura, etc. E isso se torna significativo pelo fato da cooperativa abrigar empresários rurais e pequenos produtores.

Portanto, nesse período, forma-se a combinação entre a vontade de pessoas que participam no jornal e circunstâncias conjunturais/estruturais. Dessa combinação resulta uma postura editorial em que questões relacionadas diretamente com a classe dos pequenos produtores também são motivo de reportagens.

Um outro grupo profissional-intelectual são os jornalistas. São em número de dois a três. A esses cabe fazer o jornal, envolvendo os interesses das duas classes sociais e dos grupos. São esses interesses que darão as diretrizes para as edições. Mas, a responsabilidade do trabalho de edição será dos jornalistas. Assim, o que fazem? Procuram operacionalizar a avaliação do jornal através do Conselho Editorial, que também vai sugerir pautas.

Com esse conselho legitima-se o projeto editorial porque, através dele, atende-se os interesses envolvidos. Os jornalistas desempenham esta função fazendo do jornal um trabalho coletivo. Um trabalho que, refletindo os interesses da maioria dos associados, aproxima o jornal do quadro social, fortalecendo a relação pequenos produtores-cooperativa.

Os jornalistas, fazendo um jornal através deste conselho, não assumem uma posição de intelectuais "dirigentes" de um projeto editorial. Eles sistematizam as edições, mas a direção desse projeto editorial é diluída entre as classes sociais e os grupos envolvidos. Mas, afinal, não seria essa a situação mais correta de um jornal de cooperativa?

Esta fase do Cotrijornal é marcada pela busca da coesão do quadro social. Essa coesão é procurada pelo tempo de crise que a cooperativa e os associados sentem. No sentido econômico, pelo lado da cooperativa, assegurar fontes de produção e fortalecer a ligação com o associado. No sentido político, pelo lado dos pequenos produtores, a possibilidade de discutir questões específicas dessa classe social.

A partir dos anos finais do primeiro quinquênio da década de 1980 o Conselho Editorial desmobiliza-se. O convênio Fidene - Cotrijuí chega a um ponto de "esfriamento agudo" no período 1983-84,⁵⁶ quando os intelectuais da Fidene (IEP) deixam de participar nesse Conselho e a discussão sobre o jornal desenvolve-se através de pequenos grupos, com reuniões sem registro de ata e com menor sistematização e intensidade em relação a anos anteriores.⁵⁷

Quem participa são gerentes de unidades, representantes de sindicatos, agricultores, técnicos dos departamentos técnico e de comunicação e educação da cooperativa, técnicos da Emater, professores estaduais e jornalistas. São pessoas que representam a cooperativa e instituições envolvidas na agricultura da região.

A partir do segundo quinquênio da década de 1980 o jornal forma, gradativamente, uma linha jornalística onde predominam assuntos técnicos/econômicos. Diz a jornalista Dária Luchese (anexo I, 29),

Cotrijornal.

"A orientação de hoje é insistir na necessidade de se aumentar a produtividade, tornando a propriedade eficiente. "Precisamos eleger prioridades dentro da nossa propriedade e fazê-las produtivas", disse o presidente no discurso de posse, renegando o "de tudo um pouco"."

E, de fato, o Cotrijornal mostra uma linha jornalística onde os assuntos técnicos/econômicos são mais acentuados.⁵⁸ Essa linha tem como principal suporte o grupo profissional-intelectual dos técnicos.

Mas suas matérias não têm os técnicos como fontes apenas. Essas matérias são direções de produção para os associados, as produções agropecuárias que a cooperativa precisa desenvolver para incrementar o fluxo de mercadorias em sua estrutura empresarial.⁵⁹ Para isso, direciona uma política tecnológica/econômica em busca de eficiência produtiva junto aos seus associados. Conforme a jornalista Dária Luchese (anexo I, 10),

"Um programa (de produção de leite - HAS) lançado pela Cotrijuí está levando os produtores a aumentarem sua cota diária de entrega de produto. Isto significa que aquele produtor eventual, que continua insistindo em entregar cinco litros de leite, se não se ajustar e não se profissionalizar, poderá perder o caminhão de recolhimento de leite".

O que se acentua na linha do jornal é a direção política-tecnológica/econômica. Ao mesmo tempo, o jornal continua sendo discutido, e isso significa que se procura manter a ligação com o quadro social no sentido de avaliação e sugestões de pautas.

O importante a frisar nesse caso do Cotrijornal é a criação deste Conselho, que abriu espaço para uma discussão coletiva sobre o desenvolvimento do jornal.

Quando este é criado, forma-se uma situação onde é possível discutir, conjuntamente, todos os interesses de classes e grupos envolvidos na cooperativa. Na prática, no trabalho real, discutiu-se e decidiu-se, conjuntamente, o

Cotrijornal. Pode-se dizer que essa situação moldou um projeto editorial onde interesses da maioria dos associados manifestaram-se. É certo que situações de crise contribuíram para isso, mas também é certo que os sujeitos aí envolvidos tinham vontade e determinação para suas ações.

Atualmente, a produção, com produtividade, de mercadorias, torna-se a direção predominante.⁶⁰ Uma produtividade buscada pela cooperativa e necessária ao produtor. Na conjuntura econômica de hoje, com a perspectiva do Mercosul que eliminará taxas de importação a partir de 1º de janeiro de 1995, a agropecuária gaúcha deve conseguir níveis de competição com produtos concorrentes da Argentina e Uruguai. Os laticínios são um exemplo.

A cooperativa, nessa conjuntura, direciona uma política-tecnológica/econômica no sentido da produtividade. O que não deixa de ser uma posição indispensável. Mas, ao mesmo tempo, é certo também que questões estruturais da classe dos pequenos produtores persistem e se tornam barreiras para conseguir níveis desejados de produtividade. E isso certamente deve ser colocado em discussão junto à tecnologia. O que pode ser feito.

Quando o Conselho Editorial é formado, desenvolveu um jornal representativo do quadro social e com isso indicou a possibilidade, e um avanço na imprensa de cooperativas, de um jornalismo ser feito coletivamente. Gradativamente é desmobilizado, mas, mesmo com a perda de sistematização e intensidade conseguidas em relação a anos anteriores, como ocorre atualmente, o Cotrijornal tem consigo uma experiência acumulada no sentido de fazer um jornal coletivo. E isso pode ser ativado em seu futuro.

2.4 CONCLUSÃO Pode-se supor que os intelectuais da Fide (IEP) têm significativo papel neste Conselho, por ser um grupo

político. Concluindo, pode-se dizer que o Cotrijornal foi criado para buscar o consenso do quadro social da Cotrijuí para os projetos de expansão da cooperativa. O Cotrijornal desenvolve

um jornalismo procurando valorizar a idéia de expansão da cooperativa como empresa. Seu jornalismo direciona a expansão e a importância da cooperativa, e do cooperativismo, como assuntos principais em suas edições. O que predomina é uma direção política-ideológica.

Esta primeira fase do jornal ocorre no período de 1973-1978. Após, em sua segunda fase, o Cotrijornal, influenciado, de um lado, pelo seu Conselho Editorial, e de outro, por situações conjunturais/estruturais da agricultura, torna-se um jornal cujo projeto editorial também privilegia a defesa de reivindicações específicas da classe dos pequenos produtores - a maioria do quadro social da Cotrijuí - ao mesmo tempo que desenvolve-se a política tecnológica/econômica e a política-reivindicatória relativa à produção agrícola da cooperativa.

A partir do segundo quinquênio da década de 1980, o jornal, gradativamente, assume uma linha onde predomina a direção política-tecnológica/econômica, mantendo as direções política-reivindicatória e ideológica. O Cotrijornal, em seu jornalismo, mostra a presença acentuada do grupo profissional-intelectual dos técnicos. Isso indica que o Cotrijornal desenvolve um jornalismo cujo sentido é a ênfase na produtividade da produção agrícola, onde estão incluídas, além das perspectivas dos associados, as perspectivas da cooperativa.

O Conselho Editorial possibilita a inclusão de reivindicações específicas dos pequenos produtores, quando também ocorre a defesa do setor cooperativo. O Conselho Editorial atua na busca da coesão do quadro social e, em consequência, no fortalecimento da cooperativa.

Fazendo isso, o Conselho atua no sentido da hegemonia aí desenvolvida, mas numa forma política diferente da praticada na primeira fase. Pode-se supor que os intelectuais da Fidene (IEP) têm significativo papel neste Conselho, por ser um grupo político-intelectual com predominância em relação aos sindicalistas técnicos de comunicação e educação e pequenos produtores.

Em resumo, quando o grupo dirigente da cooperativa criou o Cotrijornal, procurou o consenso do quadro social para suas políticas de ação através de um jornalismo cujo objetivo era a valorização da cooperativa como centro econômico dos produtores. Pode-se supor que isso foi consequência da expansão econômica da cooperativa na década de 1970 devido às condições favoráveis (preços da soja e crédito estatal) que ocorreram até os anos finais daquela década.

Assim, entendemos ser lícito concluir que essa situação definiu o projeto editorial do Cotrijornal, em seu início: um jornalismo cujo objetivo era valorizar o crescimento da cooperativa, buscando o consenso do quadro social para essa expansão.

Portanto, era um jornalismo que sustentava a posição da cooperativa como empresa em expansão. A presença do grupo intelectual da Fidene (IEP) no jornal caracteriza um rompimento desse projeto editorial. O Cotrijornal muda para fortalecer a cooperativa, e o cooperativismo, num outro sentido - como uma associação de produtores capaz de manifestar interesses da maioria do seu quadro social em áreas sócio-políticas. Isso significou uma mudança no método desse jornalismo, desenvolvido agora por um Conselho Editorial.

O Conselho Editorial politiza este jornal numa outra dimensão: abrindo espaços para reivindicações específicas dos pequenos produtores e para discussões sobre o cooperativismo, dando consistência à direção política-ideológica, pois procura agregar o quadro social em torno da cooperativa partindo de questões deste quadro social.

Com isso, traz para dentro da cooperativa as posições políticas da maioria do quadro social. E abrindo espaço para estas posições, divulga e defende as reivindicações da classe dominada politicamente nesse cooperativismo. Neste momento, assumindo as lutas da maioria dos associados, o jornal mostra-se representante do conjunto dos produtores, aproximando a relação pequeno produtor-cooperativa

O que Conselho Editorial fez, em outras palavras, foi uma correção de rumo no projeto editorial do Cotrijornal no

sentido de que esse jornal se tornasse representativo de questões e interesses do quadro social da cooperativa. A partir dos anos finais do primeiro quinquênio da década de 1980 esse Conselho desmobiliza-se e após o Cotrijornal acentua a direção política-tecnológica/econômica que busca níveis de produtividade na produção agrícola.

- 5) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, agosto de 1975, n.º 22
- 6) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, setembro de 1975, n.º 23
- 7) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, novembro de 1975, n.º 25
- 8) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, janeiro de 1976, n.º 27
- 9) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, março de 1976, n.º 28
- 10) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, abril de 1976, n.º 29
- 11) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, maio de 1976, n.º 30
- 12) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, julho de 1976, n.º 32
- 13) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, agosto de 1976, n.º 33
- 14) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, janeiro de 1977, n.º 38
- 15) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, março de 1977, n.º 39
- 16) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, setembro de 1977, n.º 45
- 17) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, outubro de 1977, n.º 46
- 18) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, dezembro de 1977, n.º 48
- 19) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, fevereiro de 1978, n.º 50
- 20) Como se observa no jornal, nessa e em outras edições, as matérias que envolvem depoimentos trazem as mais diversas situações sobre a falta de terra, como alternativas e organização da produção, consequências da migração, e a discussão sobre a colonização. Esse projeto é desativado no transcorrer da década de 1980.
- 21) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, março de 1978, n.º 51
- 22) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, maio de 1978, n.º 52
- 23) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, novembro de 1977, n.º 47
O coordenador do Projeto de Colonização do Cotrijui na Amazônia era o economista Edgar Ivo Lima, então secretário da Agricultura do RS no início da década de 1980.
- 24) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, fevereiro de 1978, n.º 50
- 25) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, agosto de 1978, n.º 54
- 26) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, setembro de 1978, n.º 55
- 27) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Cotrijui, julho de 1976, n.º 3
- 28) Como diz o professor Adelar Francisco Baggio, em depoimento ao autor: "O jornal não podia ser apenas um espelho da cooperativa em torno do grupo dirigente, mas era preciso um veículo que desse voz aos produtores, às suas lutas, contradições sentidas, suas experiências, abrindo espaço para grupos específicos como mulheres, e que fosse intensificada a comunicação entre os produtores e entre os produtores e a cooperativa". O professor Adelar Francisco Baggio, então diretor do Centro de Ciências Agrárias da Fidene, era também presidente da Fidene entre 1981-87 e reitor da Unijuí entre 1984-87. Atualmente é docente dessa instituição.
- 29) Arquivo do Cotrijornal
- 30) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, março de 1979, n.º 61
- 31) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijui, abril de 1979, n.º 62

NOTAS

- 32) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, julho de 1979, n^o 64
- 33) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, setembro de 1979, n^o 66
- 34) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, novembro de 1979, n^o 68
- 35) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, dezembro de 1979, n^o 69
- 36) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, janeiro de 1980, n^o 70
- 1) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, julho de 1973, n^o 1
- 2) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, dezembro de 1973, n^o 5
- 3) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, março de 1974, n^o 8
- 4) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, janeiro de 1975, n^o 16
- 5) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, agosto de 1975, n^o 22
- 6) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, setembro de 1975, n^o 23
- 7) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, novembro de 1975, n^o 25
- 8) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, janeiro de 1976, n^o 27
- 9) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, março de 1976, n^o 28
- 10) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, abril de 1976, n^o 29
- 11) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, maio de 1976, n^o 30
- 12) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, julho de 1976, n^o 32
- 13) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, agosto de 1976, n^o 33
- 14) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, janeiro de 1977, n^o 38
- 15) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, março de 1977, n^o 39
- 16) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, setembro de 1977, n^o 45
- 17) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, outubro de 1977, n^o 46
- 18) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, dezembro de 1977, n^o 48
- 19) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, fevereiro de 1978, n^o 50
- 20) Como se observa no jornal, nessa e em outras edições, as matérias que envolvem depoimentos trazem as mais diversas situações sobre a falta de terra, como alternativas e organização da produção, consequências da migração, e a discussão sobre a colonização. Esse projeto é desativado no transcorrer da década de 1980.
- 21) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, março de 1978, n^o 51
- 22) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, maio de 1978, n^o 52
- 23) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, novembro de 1977, n^o 47
O coordenador do Projeto de Colonização da Cotrijuí na Amazônia era o economista Edgar Irio Simm, ex-secretário da Agricultura do RS no início da década de 1970.
- 24) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, fevereiro de 1978, n^o 50
- 25) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, agosto de 1978, n^o 54
- 26) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, setembro de 1978, n^o 55
- 27) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, julho de 1976, n^o 3
- 28) Como diz o professor Adelar Francisco Baggio, em depoimento ao autor: "O jornal não podia ser somente um espelho da cooperativa em torno do grupo dirigente, mas era preciso um veículo que desse voz aos produtores, às suas lutas, contradições sentidas, suas experiências, abrindo espaço para grupos específicos como mulheres, e que fosse intensificada a comunicação entre os produtores e entre os produtores e a cooperativa". O professor Adelar Francisco Baggio, então diretor do Centro de Ciências Agrárias da Fidene, era também presidente da Fidene entre 1981-87 e reitor da Unijuí entre 1984-87. Atualmente é docente dessa instituição.
- 29) Arquivo do Cotrijornal
- 30) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, março de 1979, n^o 61
- 31) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, abril de 1979, n^o 62

- 32) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, julho de 1979, nº 64
- 33) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, setembro de 1979, nº 66
- 34) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, novembro de 1979, nº 68
- 35) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, dezembro de 1979, nº 69
- 36) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, dezembro de 1973, nº 5
- 37) Relatório da reunião com fornecedores de leite realizada na Escola de Saltinho, em 29/3/78, com a participação de 15 pessoas (associados e técnicos da Cotrijuí e do convênio COTRIJUI/FIDENE). Analisado no Museu Antropológico Diretor Pestana, da Fidene, em Ijuí.
- 38) Relatório da reunião realizada no núcleo de São Miguel, em 25/5/78, com a participação de 15 agricultores, cinco esposas de agricultores, 10 jovens, um técnico e estudantes do curso de Tecnólogo em Cooperativismo da Fidene. Analisado no Museu Antropológico Diretor Pestana, da Fidene, em Ijuí.
- 39) Relatório da reunião realizada no núcleo de São Miguel, em 27/6/78, com a participação de 15 agricultores, 11 jovens, duas senhoras e três representantes do convênio COTRIJUI/FIDENE. Analisado no Museu Antropológico Diretor Pestana, da Fidene, em Ijuí.
- 40) Arquivo do Cotrijornal. A análise das atas desse Conselho mostra dificuldades, como falta de nomes e/ou identificação da pessoa, registros como "foi colocado", "foi analisado", "foi considerado", etc., e falta de clareza/legibilidade. Ainda, algumas atas são sucintas, levando-se em conta o número de participantes.
- 41) Arquivo do Cotrijornal.
- 42) Arquivo do Cotrijornal.
- 43) Arquivo do Cotrijornal.
- 44) Um relatório da reunião de avaliação da edição de setembro/80, realizada na unidade de Ajuricaba, diz o seguinte: "Pontos positivos: em geral o jornal de setembro está muito bom. (...) aspecto destacado foi o fato de que as reportagens estão mais curtas. Pontos negativos: manchete "MUDARAM OS DESCONTOS". Dá margens a interpretações erradas pois não mudaram os descontos, o que daria a idéia para alguns de que antes estavam incorretos. Mudou a mecânica de processamento dos descontos. (...) Sugestões para o jornal de outubro: a) destacar e aumentar a matéria sobre acontecimentos ocorridos nas Unidades sobre a vida da Cooperativa. (...). b) aprofundar o tema PLANEJAMENTO FAMILIAR (...). c) reportagem sobre o Posto de Resfriamento de Leite de Ajuricaba: reformulação das linhas de coleta - resultados; entrevistar produtores sobre os primeiros resultados; reportagem com produtores já organizados na produção leiteira. d) sobre financiamento da soja: questionar a liberação de financiamento de soja sem a inclusão do adubo, pelo fato de ter sido com VBC muito baixo - consultar os agricultores se foi válido; ver a opinião dos agricultores e sindicatos de como deveria ser um financiamento de soja. e) dar continuidade em reportagens sobre a pecuária, como a realizada nos últimos números (...). f) sugestão: as manchetes na capa deveriam

aparecer com um resumo da matéria, a exemplo do jornal "Zero Hora". Já o relatório de uma reunião de avaliação do Cotrijornal, realizada em novembro/80, na unidade de Augusto Pestana, diz o seguinte: "Deveria constar o nome completo do associado junto às fotografias, quando as mesmas são colocadas em uma matéria do jornal, entrevistas, etc. Sendo assim, identificará logo a pessoa! Poderiam aparecer mais matérias sobre pecuária do pequeno produtor (...). Obs: comentaram que as matérias feitas sobre saúde já estão ficando muito polêmicas. Seria muito bom se entrevistassem "os ministros" para ver o que eles dizem sobre a previdência (ante-projeto), (foi opinião de um associado)". Relatórios elaborados por funcionários do departamento de Comunicação e Educação da Cooperativa. Arquivo do Cotrijornal. (grifos do texto) Observa-se que discute-se forma e conteúdos do jornal. Em algumas reuniões do Conselho Editorial também são discutidas questões de forma, como tamanho de matérias, títulos, palavras usadas. O planejamento gráfico do Cotrijornal é semelhante ao de O Interior, com o uso de cartolas, selos, sub-títulos, traços, diagramação que procura equilíbrio entre fotografias e texto. O mesmo ocorre com o texto, que procura desenvolver uma narrativa com expressões coloquiais, como este, por exemplo, da edição de dezembro/85 e janeiro/86, com o título Seca "Muitas famílias já foram morar na cidade": "Quem chega pela primeira vez na localidade de Linha Jacques, às margens do rio Turvo, no município de Tenente Portela, não vê nada de novo, além de muita terra dobrada plantada a bico de máquina. Mas quem mora ali pela região garante que muita coisa tem mudado nestes últimos anos, quando muitas famílias de agricultores, desanimados pelas constantes frustrações de safras e dívidas se acumulando nos bancos, têm deixado a terra para ir morar na cidade, em busca de melhores condições de vida. "Já vi muita gente sair daqui para trabalhar de empregado na cidade, conta a dona Gládis Pereira Martins, moradora na Linha Jacques há cinco anos". Um exemplo do texto sobre assuntos técnicos pode ser este, publicado na edição referida, com o título Linho e Tremoço "Duas excelentes alternativas para ocupação do solo": "O cultivo do linho não é recente na região, mas o interesse técnico pela cultura vem crescendo de forma significativa, pois é mais uma alternativa a se firmar e ser levada adiante no trabalho de rotação. A Cotrijuí, através do CTC (Centro de Treinamento da Cotrijuí - HAS) e em conjunto com a Fecotriga, vem participando dos Ensaios Regionais de Linho. (...) O tremoço é outra cultura que vem recebendo a atenção da Cotrijuí. Os primeiros trabalhos de introdução, avaliação e seleção de materiais de tremoços doces - as espécies branco, amarelo e azul - começaram a ser feitos em 1976. O interesse pelo programa de tremoço tem várias razões: é uma excelente alternativa de ocupação e proteção do solo no inverno; é planta melhoradora do solo e indicada para adubação verde; tem potencial de produção de grãos para consumo animal e

humano - variedades doces - e ainda, tem potencial de produção de forragem para animal".

- 45) Arquivo do Cotrijornal.
- 46) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, fevereiro/março de 1981, n^o 82
- 47) Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, junho de 1985, n^o 125
- 48) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, novembro de 1981, n^o 67
- 49) Cotrijuí - Programa Para a Próxima Década. Ijuí, Cotrijuí, 1991
- 50) O Master vinculava-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Segundo Tambara (1983:63-64): "A ideologia do Master aproximava-se do PCB (...), embora isto não queira dizer que este tivesse grande influência nos rumos do movimento. (...). O MASTER possuía como bandeira dois objetivos: a reforma agrária e a sindicalização. (...) A FAG possuía uma linha de ação baseada num comportamento tipicamente anticomunista, que era visto como uma ideologia exógena à realidade social, isto é, não adequada às peculiares condições histórico-sociais da sociedade gaúcha (...). "Diante desta situação a FAG concluiria que era preciso propagar no campo o espírito de associativismo, solidariedade, fraternidade e justiça social (...)" (citação de fonte, Fetag, usada pelo autor).
- 51) Como coloca Frantz (1982:107-108): "A FARSUL e a Igreja Católica associaram-se temporariamente sobre a base de sua oposição comum a uma Reforma Agrária radical como a reclamada pelo MASTER. (...) A sindicalização desenvolvida pelo MASTER foi considerada de inspiração comunista pelos segmentos sociais mais conservadores do RS o que passou a lhe custar a oposição aberta da Igreja. A FARSUL e a Igreja divergiam, no entanto, na parte que concerne à forma de agir. Para a FARSUL tratava-se simplesmente de impedir a organização independente dos pequenos produtores agrícolas; para a Igreja tratava-se de orientar um movimento, quer dizer, controlá-lo para não cair na proposta do MASTER. É neste quadro que a Igreja (...) cria a FAG (...)"
- 52) O autor refere-se ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, instituição de estudos em ciências sociais que existia no período anterior a 1964.
- 53) Para Seibel (1989:153) o conteúdo idealista de cooperativismo do IEP teria "como consequência a subordinação de seu trabalho intelectual aos segmentos burocráticos do próprio sistema cooperativo".
- 54) Como observa Gaiger (1987:86), sobre o sindicalismo de trabalhadores rurais e o movimento dos agricultores sem-terra: "(...) o movimento dos sem-terra motivou a formação de uma dissidência política, origem da primeira corrente de oposição na história da federação estadual". É interessante notar que no VII Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, realizado em julho de 1976, em Porto Alegre, a carta de reivindicações inclui a reforma agrária entre outras, como legislação trabalhista, educação e

habitação rural e fundos para a saúde. E como diz a reportagem de A & C (agosto/76) sobre este congresso: "Como impedir que 37 mil agricultores gaúchos deixem o campo, anualmente, para buscar emprego nas cidades e que outros 25 mil saiam do Estado, à procura de terras para trabalhar? (...) Estas foram algumas perguntas feitas pelos produtores, mas que nem mesmo representantes do Governo, convidados a participar do Congresso, souberam responder". O presidente do sindicato de Ijuí coloca: "O problema chave é a estrutura fundiária e há anos se discute as mesmas coisas e vamos continuar discutindo. Não adianta falarmos de educação rural, habitação, eletrificação se é a matéria-prima que falta ao agricultor".

- 55) O dirigente cooperativista Ruben Ilgenfritz da Silva, presidente da Cotrijuí de 1972 a 1985, assumiu a presidência do Incra de junho de 1986 a junho de 1987. Essa cooperativa, de 1957 (ano de sua fundação) a 1966, foi presidida pelo dirigente cooperativista Nilo Bonfanti. Em 1966 o dirigente cooperativista Luis Fogliatto, ex-conselheiro na gestão anterior, é eleito presidente. Pelo seu falecimento, o dirigente cooperativista Ruben Ilgenfritz da Silva, vice-presidente, assume a presidência em 1972. De 1985 a 1991 a cooperativa foi presidida pelo dirigente cooperativista Oswaldo Olmiro Meotti. A partir de 1991 a cooperativa é novamente presidida pelo dirigente cooperativista Ruben Ilgenfritz da Silva.
- 56) Depoimento do professor Adelar Francisco Baggio ao autor. Expressão colocada pela fonte.
- 57) Esse Conselho a partir dos anos finais do primeiro quinquênio da década de 1980, perde, gradativamente, a organização e a intensidade nas discussões conseguidas. Segundo a jornalista Dária Luchese (em depoimento ao autor) a discussão que ainda ocorre sobre o Cotrijornal é através de pequenos grupos, em unidades da cooperativa, numa forma diferente do que já ocorreu com esse Conselho Editorial. Mas a intenção é reativar esse Conselho.
- 58) O Cotrijornal, em sua segunda fase, mostra uma combinação entre as direções política-tecnológica/econômica, ideológica e reivindicatória ao mesmo tempo que expressa questões sócio-políticas de pequenos produtores. Mas observa-se que a partir do segundo quinquênio da década de 1980 a direção tecnológica/econômica gradativamente predomina. Isso significa maior ênfase em matérias técnicas/econômicas. Mas na edição de outubro/89 o jornal traz como manchete "Sem Terra Dez Anos de Luta" e chama para uma reportagem sobre o Movimento dos Sem Terra em Encruzilhada Natalino, nas páginas centrais. Vejamos, por exemplo, os assuntos principais de algumas edições recentes, transcrevendo-se a manchete, o resumo do olho entre parênteses e a fonte. "Novo Rumo Para a Diversificação" ("Escala mínima de produção é a proposta lançada pela Cotrijuí no seminário sobre Alternativas de Produção."), abril/91; "Mais Porco em Menos Tempo" ("Lançado (...), o novo programa cooperado de suínos

(...)" , outubro/92; "Agropecuária Parceria Fortalecida" ("Em meio ao debate, os novos prefeitos falam das suas prioridades para a agricultura"), novembro/92; "Culturas de Inverno/92 Bom Desempenho" ("As culturas de inverno, com exceção da aveia, tiveram um bom ano"), dezembro/92. As edições de 1993, seis até junho, trazem manchetes e chamadas sobre assuntos técnicos/econômicos. O mesmo acontecendo nas contra-capas. A edição de junho/93 é assim composta: na capa, manchete e duas chamadas sobre assuntos técnicos/econômicos; na página 2, editorial sobre microbacias hidrográficas e um artigo de um vereador sobre agricultura; na página 3, seis matérias, duas sobre assuntos técnicos/econômicos, uma sobre sindicalismo, duas sobre cooperativismo e uma nota sobre feira de produtos coloniais; nas páginas 4 e 5, matéria sobre a safra de verão 92/93; nas páginas 6 e 7, matéria sobre microbacias hidrográficas; na página 8, matéria sobre a assistência agrotécnica da cooperativa; na página 9, matérias sobre abate de bovinos e arroz; na página 10, matéria sobre modernização do portos e citricultura paulista; nas páginas 11, 12, 13, 14 e 15, matéria sobre milho; na página 16, matéria sobre sanidade animal e artigo técnico sobre suinocultura; na página 17, artigo sobre mercado externo; na página 18, artigo técnico sobre solos; na página 19, matéria sobre produção de leite e Coluna do Leite; na página 20, matéria sobre viticultura e a coluna "Pesquisa & Desenvolvimento Agrícola"; na página 21, alguns classificados, matérias gerais sobre eventos e a coluna "Acontecimentos de Julho" (demonstrações técnicas, cursos, reuniões técnicas, etc.); nas páginas 22 e 23 informações de economia rural da divisão agrotécnica da cooperativa (preços de produtos, evolução destes preços, índices econômicos, etc.); na contra-capas, propaganda institucional da cooperativa e Emater sobre microbacias hidrográficas.

- 59) O Cotrijornal de junho/julho/87 traz a matéria "Diversificação Uma idéia consolidada" que ilustra como a cooperativa desenvolve sua direção política-tecnológica/econômica. Inicia o texto: "Quando a Cotrijuí, lá pela década de 70, começou a falar em diversificação da produção, mais parecia que estava falando para as paredes. Afinal, quem iria acreditar numa proposta que sugeria plantar colza, mais aveia, centeio, cevada, mais milho, feijão, hortigranjeiros, forrageiras, criar galinhas, peixes e suínos, numa época em que a soja e o trigo ainda eram donos das lavouras na região? Hoje a diversificação da propriedade é uma idéia consolidada e sem volta. Uma nova realidade está aí, para mostrar que a Cotrijuí, já há mais de 15 anos atrás, quando teve a coragem de envolver seus técnicos e produtores na discussão da proposta, estava coberta de razão". O texto segue: "A Cotrijuí tem em andamento, atualmente, 12 programas de diversificação, "alguns avançando mais que outros, mas cada um atendendo a um tipo de realidade e de necessidade", explica o diretor agrotécnico. Na área

animal, são seis programas".

- 60) Como diz a jornalista Dária Luchese (anexo I, 9): "A linha do jornal, considerando sempre - principalmente nos dias de hoje - que o político deve ficar para os sindicatos e federações e o econômico para a cooperativa, é dada pela direção que também participa na sugestão de assuntos. A orientação de hoje é insistir na necessidade de se aumentar a produtividade, tornando a propriedade eficiente".

3 - O CASO DE O INTERIOR

3.1 PRIMEIRA FASE (1974-1981): A MODERNIZAÇÃO DO AGRICULTOR COMO DIREÇÃO

O Interior circulou pela primeira vez em 28 de outubro de 1974, na região das seis cooperativas que instituíram a Fundação da Produtividade, sua editoria: Carazinho, Palmeira das Missões, Almoço-Toque, Tapera, Espumoso e Soledade. Todas cooperativas da região do Písnallo (mesorregião Noroeste) e que atuavam em treze municípios, vide mapa 2 em (anexo II, 375).

Tablóide e semi-diário, o jornal começa sua existência aproveitando-se um visita do general Ernesto Geisel, então presidente da República, a Carazinho, na época da colheita de trigo. Na primeira edição¹, com a manchete "Presidente Geisel Inicia a Nossa Colheita" é explicado o objetivo da fundação que edita o jornal,

"O que há pouco mais de um ano, para muitos, parecia apenas uma utopia, hoje é palpável: a instituição de uma Fundação pelas cooperativas agrícolas, com a finalidade de promover de todas as formas o maior desenvolvimento da agricultura, através da divulgação de novas técnicas da pesquisa e da doutrina cooperativista e a conseqüente integração das comunidades agrícolas (...)."

A Fundação da Produtividade era criada para desenvolver as áreas de educação e comunicação do cooperativismo. Para isso, a primeira etapa era constituir um jornal.

Aqui, repete-se a criação e desenvolvimento de um jornal por grupos dirigentes do cooperativismo empresarial. A Fundação da Produtividade foi instituída por seis cooperativas e, dessas, quatro foram fundadas na época do surgimento desse cooperativismo: Cotrijal (1957), Coopera (1957), Copalma (1957), Cotriel (1959). As outras duas não foram fundadas mais tarde, Cotrisoja (1966) e Coagrisol (1970). Essa fundação quando sediada em Carazinho, teve quatro presidentes: dois ligados à Coopera, 3 - O CASO DE O INTERIOR - todas cooperativas genuínas do cooperativismo empresarial.

Ao contrário do Cotrijornal, O Interior, assim

3.1 PRIMEIRA FASE (1974-1981): A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA COMO DIREÇÃO

O Interior circulou pela primeira vez em 28 de outubro de 1974 na região das seis cooperativas que instituíram a Fundação da Produtividade, sua editora: Carazinho, Palmeira das Missões, Não-Me-Toque, Tapera, Espumoso e Soledade. Todas cooperativas da região do Planalto (mesorregião Noroeste) e que atuavam em treze municípios, vide mapa 2 em (anexo II, 375). A edição de 21/02/75 é ilustrativa. Sua manchete é "Soja Tablóide e semanário, o jornal começa sua existência aproveitando-se uma visita do general Ernesto Geisel, então presidente da República, a Carazinho, na época da colheita de trigo. Na primeira edição¹, com a manchete "Presidente Geisel Inicia a Nossa Colheita" é explicado o objetivo da fundação que edita o jornal,

"O que há pouco mais de um ano, para muitos, parecia apenas uma utopia, hoje é palpável: a instituição de uma Fundação pelas cooperativas agrícolas, com a finalidade de promover de todas as formas o maior desenvolvimento da agricultura, através da divulgação de novas técnicas da pesquisa e da doutrina cooperativista e a conseqüente integração das comunidades agrícolas (...)."

A Fundação da Produtividade era criada para desenvolver as áreas de educação e comunicação do cooperativismo. Para isso, a primeira etapa era constituir um jornal.

Aqui, repete-se a criação e desenvolvimento de um jornal por grupos dirigentes do cooperativismo empresarial. A Fundação da Produtividade foi instituída por seis cooperativas e, dessas, quatro foram fundadas na época do surgimento desse cooperativismo: Cotrijal (1957), Coopera (1957), Copalma (1957), Cotriel (1959). As outras duas são fundadas mais tarde, Cotrisoja (1966) e Coagrisol (1969). Essa fundação quando sediada em Carazinho, teve quatro presidentes: dois ligados à Coopera, um à Cotriel e um à Cotrijal - todas cooperativas genuínas do cooperativismo empresarial.

Ao contrário do Cotrijornal, O Interior, assim constituído, não se moldou segundo os interesses específicos de uma cooperativa, mas amalgamou os interesses dos empresários rurais e do cooperativismo de sua região.

O jornal segue em suas edições tendo o trigo e a soja como assuntos principais, mas não apresenta em seu início um projeto editorial definido. As edições trazem assuntos gerais (saúde, polícia, educação, curiosidades, coluna social, horóscopo), alguns artigos técnicos assinados e esporte (esse com destaque na contra-capa).

A edição de 21/02/75² é ilustrativa. Sua manchete é "Soja" (preços e comercialização) e a capa traz as seguintes chamadas: "Meningite: Morte em Carazinho", "Normas Para O Trigo Já Saíram", "Aluguel de Casas É Problema", "Cotrisoja Abriu Supermercado", "Iron: Leis Esportivas São Falhas".

Em seu desenvolvimento o jornal começa a apresentar um projeto mais definido. E, como é dito no editorial da edição de 18/03/76³,

"Para que as aspirações do setor primário não sejam marginalizadas em relação aos demais setores de atividades é indispensável um meio de comunicação que represente a classe e tenha força de opinião". Dentro desta filosofia, buscando fortalecer o cooperativismo e impulsionar o desenvolvimento agrícola de uma das maiores regiões produtoras do Estado, foi criado o jornal O INTERIOR, (...)."

Como o jornal diz, seu papel, como um veículo "que tenha força de opinião" era: representar a agricultura (entendida

como "classe"), fortalecer o cooperativismo e impulsionar o desenvolvimento agrícola da região. E, como coloca o jornalista Waldir Heck, então diretor, (anexo I, 27),

"(...) articulado com as cooperativas de produtores (de trigo e soja, principalmente), visto que a modernização da agricultura exigia constante atualização dos produtores, principalmente no que se referia a mercado e novas tecnologias."

Quem eram estes produtores? O jornalista Waldir Heck (anexo I, 39) responde,

"(...) leitor padrão do jornal, o grangeiro (...)."

Junto com os "grangeiros" o jornal tinha como público definido também os técnicos. Segundo o jornalista Waldir Heck (anexo I, 36),

"Certamente os públicos mais receptivos ao jornal se situavam na faixa dos médios proprietários rurais do Planalto Médio - os chamados grangeiros e os técnicos. O jornal sempre se preocupou com as culturas agrícolas principais, como a soja, o trigo, o milho, etc. (...) Mas entre os pequenos produtores (...) também havia um grande número de leitores".

O jornal, assim, estabelece como seu público-padrão dentro da agricultura a classe dos empresários rurais ("grangeiros") e o grupo profissional-intelectual dos técnicos. É a modernização da agricultura que o jornal traz, explicitamente, como sua direção no projeto editorial, já que é a classe dos empresários rurais a executora dessa modernização.

Esse processo, por dinamizar a base técnica da agricultura, vai exigir um papel acentuado dos técnicos. Inserido na modernização, o jornal elege o mercado e novas tecnologias como pautas permanentes. A classe dos pequenos produtores aparece como secundária neste projeto editorial. Mas vejamos a tabela que segue.

TABELA 12 - NÚMERO DE ASSOCIADOS DAS COOPERATIVAS QUE INSTITUÍRAM A FUNDAÇÃO DA PRODUTIVIDADE E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM 1981

<u>Grupos de Área (ha)</u>	<u>Associados</u>
50	15.686
50 — 500	5.123
500	408
	<hr/> 21.217

Fonte: Agricultura & Cooperativismo (novembro/81). Estes associados, distribuídos nesta estratificação, fazem parte das seguintes cooperativas que instituíram a Fundação da Produtividade: Coopera (Carazinho), Copalma (Palmeira das Missões), Cotrijal (Ndo-Me-Toque), Cotrisoja (Tapera), Cotriel (Espumoso) e Coagrisol (Soledade). Estamos usando esta estratificação de 1981 por ser a mais próxima do período. Foi neste ano que, pela primeira vez, é publicada a estrutura fundiária dos associados das cooperativas filiadas à Fecotrigo. O jornal O Interior também não traz esta estratificação. Mas, mesmo que essa estrutura fundiária tenha se modificada em relação a anos anteriores, entendemos que ela oferece uma noção significativa da estratificação dos associados para o período em análise.

Nota-se, nesta estratificação, que 74% dos associados produziam em estabelecimentos de até 50 ha, ou unidades de pequena produção, e que 26% produziam em estabelecimentos com mais de 50 ha. É nesse percentual que se encontram os empresários rurais. Mesmo com essa maioria de pequenos produtores o jornal desloca de seu projeto editorial a questão agrária. Ou como responde o jornalista Waldir Heck (anexo I, 41), para a pergunta "Quais eram os assuntos proibidos ou pelo menos "problemáticos" no jornal?",

"Todos os assuntos que deslocavam as matérias prioritárias, isto é, aquelas que não se enquadravam no perfil da imensa maioria dos leitores deste jornal (em geral proprietários razoavelmente remediados e até bem sucedidos), eram consideradas problemáticas. Ex: cobertura às lutas dos Sem-Terra ou a sofisticação tecnológica das cabanhas dos grandes fazendeiros, seus usos e costumes, etc."

Ao descartar a "sofisticação tecnológica das cabanhas dos grandes fazendeiros" e as "lutas dos Sem-Terra", o jornal define claramente o seu papel. Isso porque o seu projeto

editorial correspondia à modernização da agricultura e isso significa que os interesses de sua posição jornalística deveriam ser os interesses da classe dos empresários rurais - os executores da política estatal de modernização.

É a agricultura de produtos dinâmicos (soja e trigo) o móvel desta modernização e não a bovinocultura. Já para o fato de descartar a questão agrária, o jornal não estava fazendo nada mais do que assumir a posição política dos empresários rurais (e também dos fazendeiros) - classes contrárias a uma reforma agrária.

Mas O Interior não se constituiu num jornal onde os empresários rurais e os técnicos eram apenas públicos. O jornal era parte das cooperativas que instituíram a Fundação da Produtividade. E o que queriam seus grupos dirigentes do jornal? Divulgar a tecnologia moderna, ser um veículo político da agricultura e atuar no fortalecimento das cooperativas.

Assim, a linha jornalística de O Interior é a direção política-econômica das cooperativas de sua região na década de 1970: desenvolver tecnicamente as produções de soja e trigo, reivindicar condições econômicas ao Estado e fortalecer o cooperativismo. Vejamos como o jornal atua em cada uma dessas direções.

3.1.1 A DIREÇÃO POLÍTICA-TECNOLÓGICA/ECONÔMICA

A direção política-tecnológica/econômica do jornal é desenvolvida não apenas em suas edições semanais, mas também através de suplementos e serão esses que enfatizamos para análise. Esses suplementos, inicialmente, são publicados em datas que possibilitam o planejamento da produção (plantio, combate às pragas, colheita, etc). Em 9/7/76⁴ o jornal traz seu primeiro suplemento, "Plantio de Soja". Em 12 páginas, a média de páginas do jornal é de 20, o suplemento procura esgotar o assunto, trazendo a técnica do plantio direto como assunto principal.

Os títulos das matérias são: "Fertilidade na Cultura de

Soja", "Como Evitar as Ervas Daninhas", "Combater as Pragas Também é Importante", "Plantio Direto: Um Aliado no Combate à Erosão", "O Sucesso do Plantio Direto Depende de Muitos Fatores", "As Recomendações do Plantio Direto", "Conheça Aqui Todos os Passos Para um Bom Plantio", "Aspectos Econômicos da Semeadura Direta na Cultura de Soja", "Na Queima da Palha Dinheiro Vira Fumaça".

Com exceção de uma entrevista com um engenheiro-agrônomo, todas as informações destas matérias são fornecidas pelo CNPT (Embrapa), de Passo Fundo, cidade próxima a Carazinho. Esse centro de pesquisa junto com a FUNDACEP (Fecotriga), de Cruz Alta, outra cidade próxima a Carazinho, serão as fontes mais importantes do jornal para as matérias técnicas.

Esse suplemento traz a técnica do plantio direto, com informações produzidas pela pesquisa, mas traz também publicidades de implementos e outros insumos correspondentes a esta técnica. Das 12 páginas, nove trazem publicidade. O suplemento veicula, assim, o conhecimento de produção produzido pela pesquisa, na forma de matéria jornalística, e os insumos produzidos pela indústria, na forma de publicidade. O jornal, como se vê, também se viabiliza economicamente pela publicidade comercial dos insumos que são introduzidos pela modernização da agricultura e cujo consumo ocorre principalmente na lavoura empresarial.

Fica claro que esta forma de publicação, no caso do suplemento, é uma eficiente estratégia de marketing, pois ao mesmo tempo junta as informações técnicas/econômicas com a publicidade de insumos ligados às tecnologias divulgadas. O Interior busca na publicidade uma forma de viabilização econômica já que as cooperativas participam apenas em parte das receitas, como diz o jornalista Waldir Heck (anexo I, 29-30),

após, em 22/10/76, novamente o trigo é pauta no suplemento com o título "Doenças No Trigo Assustam Produtor". E, em 24/10/76, "receitas: 60 por cento da propaganda veiculada e 40 por cento da venda de jornais em pacotes e assinaturas (...); publicidade: sem restrições, basicamente de insumos recomendados pelas cooperativas aos seus associados (...)." (grifos do depoente)

O Interior busca receitas através de publicidade no sentido de diminuir os "custos para" as cooperativas mantenedoras e também para sua expansão. Outros veículos também vendem espaços para publicidade no sentido de pagar os custos, mas a manutenção dos jornais não deixa de ser das cooperativas. Esta forma de viabilização econômica torna O Interior um jornal singular no conjunto dos jornais de cooperativas. Esses são, basicamente, financiados pelas próprias cooperativas,⁵ tornando-se setores dentro delas.

O Interior, ao contrário, constituiu-se num jornal que apresentava uma estrutura própria: desde seu início localiza-se separadamente das cooperativas, mantém uma administração própria e monta todos os setores para a produção do jornal, com exceção da impressão. Esta condição permite autonomia no sentido de se tornar um jornal não ligado e identificado a uma ou outra cooperativa, mas ser o veículo que representava o conjunto delas. Isso significou para o jornal o papel de aglutinador dos interesses dos empresários rurais e do cooperativismo de produção agrícola na região de trigo e soja.

Esses interesses, na área técnica/econômica, significavam maior produtividade na soja e no trigo. E o jornal atua nessa direção publicando suplementos, como este da soja, já descrito. Em 13/8/76⁶ o jornal publica um outro suplemento, com o título "Trigo: As Pragas Estão Chegando (Saiba Quando e Como Combatê-las)". Novamente com material técnico do CNPT o suplemento traz o conhecimento técnico/econômico produzido pela pesquisa para a produção de trigo. Em 18/9/76⁷ outro suplemento traz o assunto erosão, com o título "A Urgência da Conservação dos Recursos Naturais".

Logo após, em 22/10/76⁸, novamente o trigo é pauta no suplemento com o título "Doenças No Trigo Assustam Produtor". E, em 24/12/76⁹ o jornal publica o primeiro de seus "Cadernos de Agricultura", uma publicação mensal, com média de 16 páginas, que toma o lugar dos suplementos até então publicados.

Estes cadernos trazem o conhecimento de produção para as lavouras empresariais de soja e trigo. E aqui o material publicado não são apenas as "recomendações" da pesquisa. São os próprios pesquisadores, do CNPT e FUNDACEP, e técnicos das cooperativas, que se reúnem em mesas-redondas promovidas pelo jornal e discutem o assunto escolhido como pauta. O primeiro "Cadernos de Agricultura", de dezembro/76¹⁰, por exemplo, é uma análise da safra de trigo daquele ano. Já o caderno de janeiro/77¹¹ tem como assunto a soja (mercado e tecnologia). Em fevereiro/77¹² novamente o trigo é assunto. Na apresentação desse caderno é dito,

"Fixado o novo preço e definidas as linhas mestras da política para a nova safra, o produtor ainda continua cheio de dúvidas. E há quem diga que ele só vai se decidir a partir do mês de abril (...). Mas no meio dessas dúvidas, uma constatação é verdadeira: quem plantar, terá que fazê-lo utilizando a técnica. Tudo terá que ser rigorosamente planejado, desde tarefas simples como o preparo do solo às mais complicadas como a aplicação de fungicidas. E quem fizer isto, poderá obter bons lucros com o trigo, desde que o clima não seja completamente desfavorável (...). As informações reunidas neste Caderno estão baseadas em exemplos bem sucedidos da última safra. Se elas forem utilizadas, portanto, será dado um importante passo para aquilo que todos querem: o aumento da produtividade, na lavoura de trigo."

Esta série de "Cadernos de Agricultura" continua até abril de 1981, quando encerra a fase regional do jornal. E a soja e o trigo são assuntos permanentes, obedecendo-se sempre o calendário agrícola no sentido de buscar atualidade e, assim, interesse. O caderno de setembro/79¹³, por exemplo, traz como título "Trigo (Os cuidados na hora da colheita) Soja (A boa produção depende do começo)". E o do mês seguinte¹⁴ insiste: "Soja (Tenha um bom plantio) Trigo (Não perca mais na hora de colher)".

Com esses cadernos o jornal organiza e sistematiza as matérias sobre mercado e novas tecnologias no sentido de aprofundar esses assuntos. Mercado e novas tecnologias eram pauta permanente em todas as edições. Nos cadernos esses

assuntos eram aprofundados. Principalmente no caso das novas tecnologias junto com seus aspectos econômicos - assuntos que, pela sua própria natureza exigiam detalhes, discussões técnicas minuciosas, tabelas, quadros demonstrativos, etc.

O conhecimento de produção divulgado desta forma afina-se com a modernização da agricultura no período. Buscava-se mais produtividade na soja pelos altos preços que ela oferecia; buscava-se mais produtividade no trigo pelo estímulo estatal para a auto-suficiência nacional. Este conhecimento de produção tem como referência a lavoura empresarial. Mas chega também ao pequeno produtor. O jornal não tinha como público exclusivo os empresários rurais, mas sim o quadro social das cooperativas. O que era de interesse das cooperativas (e do Estado), já que o objetivo desta modernização era o aumento da produção destes produtos.

Assim, este conhecimento de produção, através do jornal, torna-se hegemônico em relação aos outros conhecimentos tradicionais do pequeno produtor, já que esse também está produzindo os dois produtos desta modernização, soja e trigo. O Interior assume esta direção política-tecnológica/econômica como um de seus objetivos. Contrata um engenheiro-agrônomo como assistente técnico que, como diz o jornalista Waldir Heck (anexo I, 33),

"(...) coordenava a participação dos demais técnicos, com a realização de muitas reuniões, definindo pautas e debatendo os principais problemas da lavoura."

E, mais adiante, o jornalista Waldir Heck (anexo I, 37-38) coloca que,

"(...) a difusão de tecnologia agropecuária, segundo muitos especialistas de centros de pesquisa e de extensão rural, teve no jornal um importante veículo. (...). Na fase regional chegou-se a fazer uma pesquisa que mostrou que 80 por cento dos leitores regulares do jornal liam unicamente, com regularidade, este jornal. Daí sua importância maior neste meio, onde, inclusive, era colecionado como uma publicação de importância por muitos leitores."

(...). Em vários estados brasileiros o jornal teve que se fazer presente, principalmente para contar que fórmula tinha encontrado para se tornar o que muitos afirmavam "o melhor jornal agrícola do Brasil". Exagero? Talvez não no Brasil da década de 70 e início da década de 80."

A fórmula de O Interior está na última frase do depoente. Foi a modernização da agricultura, que ocorria com intensidade no período referido, que fez o jornal. O Interior torna-se um produto dessa modernização, funcional e diretivo em relação à dinamização da agricultura. É essa funcionalidade que faz seus textos, com conteúdos técnicos/econômicos, apresentarem uma forma onde seqüências de um processo de produção são rigorosamente descritas no sentido de clarificá-lo, como este, por exemplo, no Cadernos de Agricultura de fevereiro/77,¹⁵

"A semeadura direta do trigo é um método no qual a semente é colocada no solo com um implemento que abre um buraco (ou sulco) através da resteva do cultivo anterior. O sulco precisa ser largo e profundo o suficiente para receber a semente e cobri-la bem. Esta é a única operação. Os inços são controlados pelo uso cuidadoso de herbicidas selecionados e pela competição da cultura plantada".

Esta funcionalidade significa mais do que servir aos interesses desta modernização. O jornal não estava separado dessa modernização; ao contrário, personifica esse processo em suas direções, como a política-tecnológica/econômica. É esta direção que condiciona o conteúdo de suas matérias técnicas/econômicas.

A modernização da agricultura, para os jornalistas, na aparência das observações que davam origem às reportagens, era uma situação de resultado, porque o jornal não questiona a sua essência enquanto um processo político-econômico dentro de um período historicamente determinado.

A sua funcionalidade, assim, estava diretamente ligada ao fato de que suas matérias significavam interesses do cooperativismo empresarial. Era isso que fazia o jornal publicar fases e/ou resultados de pesquisas avançadas na área

de soja e trigo na forma de reportagens. edição de 18/3/77¹⁹,

"E O Interior fez isto: transformava a tecnologia de centros de pesquisa em matérias jornalísticas, ou, em outras palavras, o conhecimento científico-técnico em reportagens. Afinal, a pesquisa trabalhava na direção da modernização tecnológica da agricultura e O Interior era o veículo que, em suas páginas, divulgava, afirmava e direcionava essa modernização. Emergência Será de Cr\$ 250,00 por Hectare: Agricultores Desapacionados", edição de 24/8/79²⁵, "O

3.1.2 A DIREÇÃO POLÍTICA-REIVINDICATÓRIA

O Interior desenvolve em seu jornalismo uma direção política-reivindicatória, aqui entendida como a manifestação de interesses econômicos dos empresários rurais e dos pequenos produtores em relação ao Estado. Conforme o jornalista Waldir Heck (anexo I, 29), 1976 começa a mudar. Isso diz Fariolani

(1988:63),

"A partir das opiniões e necessidades dos produtores rurais, que eram ouvidas e veiculadas todas as semanas, o jornal procurava dar respostas para estas questões e se engajava nas lutas e reivindicações da classe, portanto, um jornal claramente posicionado a favor dos leitores, procurando administrar da melhor forma possível os interesses e influências dos anunciantes."

Com a extinção, embora ainda não substancial, dos recursos canalizados ao setor".

O conjunto dos produtores rurais tem no jornal um veículo de reivindicações. Crédito rural subsidiado, preços mínimos de sustentação para produtos (milho, arroz, feijão, soja, etc.) e, principalmente, preços oficiais para o trigo (cuja compra era estatal) que estimulem a produção, são as principais reivindicações. contrário a esta política, com uma

Nesta direção o jornal posiciona-se exatamente no lugar dos produtores, usando com frequência as palavras "triticultor", "produtor", na maioria das vezes no singular, formando a idéia de representatividade.

As manchetes de algumas edições são ilustrativas disso. Por exemplo, edição de 9/1/76¹⁶: "Cr\$ 200,00 por Hectare: O Socorro ao Triticultor", edição de 16/1/76¹⁷: "Produtor Pede Cr\$ 133,00 para Plantar Trigo", edição de 18/2/77¹⁸: "Produtor

Decepcionado Com o Preço do Trigo", edição de 18/3/77¹⁹:
 "Produtor Diz que Só Planta Trigo Com Perspectiva de Lucro",
 edição de 1/4/77²⁰: "Produtor Ainda Fala em Reduzir Plantio de
 Trigo", edição de 7/7/78²¹: "Produtores Querem Mais de 40% no
 Aumento dos Preços Mínimos", edição de 1/9/78²²: "Cooperativas
 Pedem Mais Financiamento", edição de 5/1/79²³: "Produtor Pede
 Cr\$ 387,68 por Saco Para Plantar Trigo", edição de 20/7/79²⁴:
 "Auxílio de Emergência Será de Cr\$ 350,00 por Hectare:
 Agricultores Decepcionados", edição de 24/8/79²⁵: "O
 Cooperativismo Discute o Crédito", edição de 4/6/80²⁶:
 "Crédito Rural Vai Mudar".

Com esta direção O Interior reivindica preços que
 estimulem a produção e a permanência da política estatal de
 financiamento da agricultura com crédito farto e subsidiado
 que ocorreu com intensidade até meados da década de 1970, mas
 que, a partir de 1976 começa a mudar. Como diz Fürstenau
 (1988:63),

"Até meados dos anos 70, o processo (política de
 crédito rural - HAS) engendrado teve pleno êxito,
 havendo um aumento considerável do excedente
 agrícola gerado pelo incentivo creditício à
 produção (...). A partir de 1976 há um arrefecimento
 dos propósitos iniciais da política de crédito rural
 com a diminuição, embora ainda não substancial, dos
 recursos canalizados ao setor".

Esta diminuição no volume de crédito rural, junto com a
 diminuição dos subsídios neste crédito, continua nos anos
 posteriores, chegando em 1984 com taxas de juros praticamente
 iguais às de mercado para os escassos financiamentos. O
 Interior atua no sentido contrário a esta política, com uma
 posição em defesa de uma agricultura subsidiada, como é dito
 no editorial "Quem está sendo subsidiado?" na edição de
 1/7/77.²⁷ Dizem alguns trechos,

"De repente, em meio às dificuldades econômicas do
 país, volta-se a acusar a agricultura como bode
 expiatório da crise. Uma das acusações é a de que o
 setor agrícola está sendo subsidiado (...), quem
 está na realidade sendo subsidiado? Em primeiro
 lugar, o consumidor brasileiro; e em segundo, os

fornecedores dos insumos empregados na lavoura. Estes insumos são oferecidos ao agricultor a preços cada vez mais elevados. E ninguém levanta sua voz contra isso."

Com esta posição em defesa da manutenção da política estatal de financiamento subsidiado à agricultura, o jornal manifesta os interesses econômicos dos empresários rurais, já que são esses os principais favorecidos pelo crédito rural, mas ao mesmo tempo, os pequenos produtores começam a ingressar no crédito rural a partir de 1977, vide 3.3. O jornal, assim, representando os interesses dos empresários rurais, representa também os interesses dos pequenos produtores.

O que está em questão é o estímulo estatal para a agricultura, e isso significa uma política de financiamento subsidiado (uma política também defendida por alguns autores, como Nóbrega (1985)²⁸ e Munhoz (1982)²⁹), uma política de preços mínimos de sustentação dos produtos abrangidos por essa política e preços conforme os custos de produção para o trigo.

O jornal reivindica a manutenção do papel do Estado, como agente financiador, manifestando a possibilidade de redução da produção se os preços mínimos não corresponderem aos custos de produção. Como diz o jornal, em matéria com o título "Novos Preços Mínimos Poderão Reduzir Safras", na capa da edição de 22/7/77.³⁰ Dizem alguns trechos,

"O descontentamento dos produtores desta região, em relação aos novos preços mínimos, fixados esta semana pelo Conselho Nacional de Abastecimento, é generalizado. A medida em que são feitos os cálculos do custo da próxima lavoura de soja, que já começa a ser preparada, os agricultores concluem que o Governo está querendo desestimular o crescimento da agricultura (...). Qualquer dessas medidas, efetivamente postas em prática, fatalmente reduzirá a produtividade das lavouras."

Nesta fase, contudo, a direção política-reivindicatória do jornal não passa disso: apenas reivindica condições favoráveis para a produção agrícola. Seu limite é a dependência da agricultura em relação ao Estado. Mas ele não

discute essa dependência. Ao contrário, ele a aceita.

Ainda dentro de um período em que não se manifesta toda a intensidade da crise econômica no setor, como pode ser visto adiante, o jornal limita-se a reivindicar. E enfatiza a necessidade de estímulos econômicos do Estado para o desenvolvimento da agricultura. Para isso, a estratégia é a direção política-reivindicatória dos empresários rurais cooptando a classe dos pequenos produtores (interessada igualmente nos estímulos estatais).

É certo que a agricultura, pela sua própria natureza como setor produtivo, não pode prescindir da presença do Estado para seu desenvolvimento. Mas para isso a agricultura deve mudar estruturalmente, e isso significa modificar a estrutura da propriedade da terra. E o jornal não assume esta direção.

A defesa de incentivos estatais para o setor agrícola é legítima quando também se manifesta numa política que combine uma política agrária com uma política agrícola relacionada com as necessidades da população.

3.1.3 A DIREÇÃO POLÍTICA-IDEOLÓGICA

O cooperativismo, para o jornal, é a ideologia que legitima a existência e desenvolvimento das cooperativas. O cooperativismo é uma doutrina que deve ser divulgada, defendida e consolidada. O Interior é criado para ter esta função, através do seu jornalismo. A Fundação da Produtividade, editora do jornal, é formada para atuar na área de comunicação e educação do cooperativismo. O jornal constituía-se em veículo fundamental para isso. Como coloca o jornalista Waldir Heck (anexo I, 28),

"Em síntese, os objetivos da Fundação eram manter as atividades de educação e comunicação nas áreas do cooperativismo e da agricultura, podendo para isso criar os meios ou veículos apropriados para realizar esse trabalho de forma massiva, prioritariamente".

Assim, o jornal desenvolve uma direção política-ideológica para a divulgação e afirmação do

cooperativismo e, em 1980, a fundação, juntamente com a Fecotrigo e Incra, implementa o projeto "Cooperativismo nas Escolas", cujos objetivos eram, conforme Fecotrigo (s/d:50-51),

- 1) Difundir o Cooperativismo no meio rural (...);
- 2) Conscientizar o jovem da importância de suas potencialidades e possibilidades para a mudança gradativa e pacífica de seu meio;
- 3) Educar o jovem para a filosofia e política cooperativista com a finalidade de fortalecer o sistema cooperativista; (...).

O que se buscava com este projeto era a difusão e fortalecimento do cooperativismo junto a alunos de primeiro grau de escolas rurais. A intenção das instituições que desenvolvem este projeto era fortalecer o cooperativismo no sentido ideológico, como doutrina, como concepção de mundo. Ao mesmo tempo, o jornal noticia a criação de cooperativas e defende o cooperativismo como sistema político-econômico para a agricultura.

E, buscando o consenso dos associados, atua no sentido do fortalecimento econômico das cooperativas. Na edição de 10/11/78³¹ o jornal traz um suplemento, publicado e distribuído conjuntamente com outros dois jornais de cooperativas, Eco (Cotrirosa) e Cotrifatos (Cotrisa), num total de 36 mil exemplares, específico sobre capitalização.

O objetivo é o aumento de capital nas cooperativas e a agroindustrialização. Já na edição de 15/12/78³² este suplemento é novamente publicado, insistindo no assunto. Como o jornal diz,

"A necessidade de maior capital nas cooperativas está sendo considerada como um dos assuntos mais sérios para o futuro do sistema cooperativista e dos próprios agricultores."

Este caderno conjunto é publicado por mais duas edições, agora com a defesa das cooperativas no sentido político-jurídico devido a uma polêmica com uma Lei que

permitia a constituição de cooperativas por empresas. Mas é a capitalização que se impõe nesta conjuntura. A capitalização é vista pelo jornal como fundamental para as cooperativas. E, de fato, como visto em 1.2.1, o processo de acumulação é inevitável e possui sua própria lógica no capitalismo. Ocorre que nas cooperativas essa capitalização passa pela aceitação do quadro social.

O Interior busca esta aceitação nas reportagens sobre as assembléias onde invariavelmente as sobras são capitalizadas pelo destaque e sentido positivo que dá a isso, como na edição de 5/5/78,³³ com o título "Progresso e Sobras Capitalizadas", ou então em criativas formas de envolvimento direto de produtores nos planos de expansão do cooperativismo, como a fotonovela³⁴ publicada na edição de 20/12/79.³⁵ Mas, sobretudo, constantemente em suas edições onde as cooperativas são tratadas como centros políticos-econômicos fundamentais para os produtores.

Nesta direção o jornal aponta para a industrialização, pois assim haveria condições de reter a renda gerada no setor. O conceito dessa industrialização é a agroindústria cooperativa - indústrias de cooperativas. E, com efeito, não deixa de ser uma opção econômica para o cooperativismo porque, dentro do desenvolvimento capitalista, em sua fase de industrialização da agricultura, é uma via para a expansão das organizações.

3.2 SEGUNDA FASE (A PARTIR DE 1981): A DIREÇÃO DA AGRICULTURA PELA POLÍTICA-REIVINDICATÓRIA

Em 14/5/81³⁶ circula a última edição do jornal em sua fase regional. Em 22/6/81³⁷ O Interior, como "O Semanário do Produtor Gaúcho", título ostentado ao lado do logotipo, circula agora em nível estadual, com tiragem de 50 mil exemplares. Na apresentação dessa edição, com o título "Queremos um jornal vivo" é dito,

política, deixando de publicar sua revista, "Agricultura & Cooperativismo", vide capítulo 4. Como diz o jornalista

"Agora o jornal O Interior entra numa nova fase com o compromisso muito maior: ser o porta-voz do produtor gaúcho, circulando em todo o Estado (...)."

E, de fato, a partir desta fase o jornal acentua sua direção política-reivindicatória, ao mesmo tempo que desenvolve uma direção política-tecnológica/econômica. Mas, o que nos interessa para análise é a sua direção política-reivindicatória, pela sua importância nesse período. O que significava essa ênfase na direção política-reivindicatória? Basicamente uma linha jornalística que dirigia as reivindicações do setor com formas de mobilizações de protestos.

É uma postura editorial de enfrentamento com o governo, porque havia condições objetivas e vontade política para isso. Isto se manifestou num projeto editorial que colocou claramente a crise da agricultura como resultado de políticas do governo, como um setor condicionado e dependente destas políticas. A manchete da primeira edição desta fase é ilustrativa,

"Soja Mobiliza Produtores Do resultado de 1 saco de soja fica: 63% para pagar insumos e juros, 27% vai para a indústria e o comércio e apenas 10% fica para o produtor."

Esta direção política-reivindicatória intensifica-se nas edições que seguem, na forma de destaque, incentivo e, assim, fortalecendo os protestos (basicamente por preços de garantia à produção e crédito subsidiado) e denúncias pela diminuição do papel do Estado no desenvolvimento da agricultura. Essa direção do jornal é a direção política-reivindicatória da Fecotrigo, neste período empenhada em fazer valer sua condição de coordenador político do sistema cooperativo de produção.³⁸

Mesmo que formalmente o jornal continua sendo editado pela Fundação de Produtividade, essa agora é mantida pela Fecotrigo que faz do jornal seu veículo de representação política, deixando de publicar sua revista, "Agricultura & Cooperativismo", vide capítulo 4. Como diz o jornalista

Waldir Heck (anexo I, 32),

3.2.1 0 " (...) seus (da Fecotrigo - HAS) projetos políticos, com grandes mobilizações de produtores, já exigiam, no mínimo, um jornal mais ágil, com grande circulação junto às suas bases."

E é pelo jornal que a Fecotrigo, neste tempo de crise, critica e se posiciona em relação a seus adversários no campo político e econômico. De um lado, setores da indústria e comércio que acusam as cooperativas de entrar em seus mercados; de outro, acusações que relacionam a Centralsul (braço econômico da Fecotrigo) com práticas de monopólio no mercado de defensivos agrícolas.

Para o governo, como principal credor do endividamento dos produtores e do setor e responsável pelo crédito rural, fica um papel de reivindicação que move-se entre ameaças de redução de plantio a organização de mobilizações de protestos. É um enfrentamento com o governo no sentido de exigir uma política governamental de prioridade para a agricultura.

Nesse contexto, O Interior é editado em dois sentidos: 1) defende o cooperativismo, rebatendo acusações do comércio e indústria contra o setor e a Centralsul, 2) denuncia a crise na agricultura pelos altos custos financeiros e, conseqüentemente, de produção, destacando e estimulando os protestos de produtores.

O que ocorria nesse período e que explica o jornal como veículo de direção/afirmação (pela divulgação e defesa) da posição política da Fecotrigo era uma situação de crise não só pela redução do volume de crédito estatal, frustração de safras e endividamento do setor, mas também pelo papel econômico que o cooperativismo assumia através da Centralsul.

Essa central de cooperativas envolve-se num escândalo político-financeiro com repercussões negativas para o setor. Iniciado com acusações de monopólio no mercado de defensivos, esse episódio evolui, durante os primeiros anos desta fase do jornal, envolvendo setores do governo, multinacionais e um dos maiores bancos norte-americanos, vide Oliveira (1985) e

(1985A).

3.2.1 O COOPERATIVISMO COMO ARGUMENTO DE DEFESA

Esta situação de crise leva a Fecotrigo, através do jornal, buscar a coesão das cooperativas filiadas e, por extensão, dos produtores nelas associados. O jornal, assim, defende o cooperativismo, enquanto doutrina que tem como princípio a união de pessoas, como o argumento ideológico fundamental para sustentar a posição da Fecotrigo. Isso ocorre em situações onde o cooperativismo é acusado de entrar em áreas da indústria e comércio, como destaca a edição de 31/8/81,³⁹ com a manchete,

"Acusações Levianas As Cooperativas"

A resposta do presidente da Centralsul, (...), à proposta apresentada pela FIERGS

Ou então, a edição de 7/9/81,⁴⁰ com a manchete,

"Cooperativas Não Devem Limitar Suas Atividades"

E, em editoriais, como este da edição de 23/11/81,⁴¹ com o título "Ação Anti-Cooperativas",

"A história se repete: os grupos econômicos prejudicados em seus intentos de obter altos lucros às custas do trabalho alheio, se organizaram para impedir ou pelo menos retardar o desenvolvimento das associações de pessoas que se unem para formar uma organização cooperativista."

Mas, fundamentalmente, o jornal defende o cooperativismo no sentido de defender a Centralsul. Na edição de 30/11/81⁴² o jornal traz como manchete,

seguinte em sua edição de 29/11/82⁴⁴ que traz essa renúncia: primeiro, "Cooperativas Repudiam Acusações Contra a Centralsul"

E em sua contra-capas, a edição traz a nota "A Centralsul, O Cooperativismo e a Opinião Pública", assinada por 81 cooperativas, Fecotrigo e Ocergs, onde é dito em alguns

trechos, sendo, a manchete convoca para um seminário de cooperativas,

"As cooperativas de produtores rurais que compõem o sistema FECOTRIGO, em atenção à opinião pública dizem o seguinte: 1) Que o cooperativismo de produção rural do Rio Grande do Sul tem se desenvolvido e crescido, em todos os sentidos, destacando-se no campo econômico, pelo que crescem, em contra-partida, as mais variadas contestações de outros setores econômicos, alheios ao sistema. 2) A FECOTRIGO, a CENTRALSUL e as cooperativas gaúchas, como as demais cooperativas brasileiras, de produção rural, são do produtor, estão a serviço do produtor e realizam a aspiração do produtor. A CENTRALSUL é consequência de necessidades do produtor rural cooperativado e, por ele, produtor rural, é orientada e controlada (...). 5) Os objetivos da CENTRALSUL de desenvolver a agroindústria, de insumos e de transformação, são de absoluta decisão e responsabilidade do próprio sistema cooperativo (...)."

Seguindo, o jornal publica peças institucionais em defesa da Centralsul, como esta da contra-capa da edição de 23/7/82,⁴³ assinada pela central e composta de uma ilustração de agricultores, o título "Vamos Pegar Juntos", e o texto,

"A eficiência das organizações cooperativas está na participação ativa e consciente dos seus associados. O produtor rural acreditou na supremacia do seu trabalho e, agrupado, forjou os instrumentos com os quais realizou as obras que não conseguiria fazer sozinho. A ajuda mútua fez a realidade do cooperativismo. A aliança dos produtores gaúchos criou a maior estrutura de cooperativas do País e construiu um mundo de esperanças para as novas gerações. Todos pegaram juntos."

A crise da Centralsul evolui e leva seu presidente a renunciar. Mas esse é um fato que o jornal decididamente encontra dificuldades para noticiar. E O Interior apresenta o seguinte em sua edição de 29/11/82⁴⁴ que traz essa renúncia: primeiro, a renúncia não é manchete, apenas uma chamada, que diz,

"Centralsul Dalmolin renuncia e Strobel assume"

Segundo, a manchete convoca para um seminário de cooperativas,

"Um Debate Sobre O Que Precisa Mudar"

Terceiro, apresenta um editorial que não menciona o assunto, mas traz, implicitamente, a crise no cooperativismo devido ao caso Centralsul, ou como é dito em alguns trechos,

"- O cooperativismo está no seu ponto de ruptura. Este alerta, feito há uns dois meses pelo presidente da Fecotrigo, situa o momento que o sistema cooperativo de produção vive atualmente, (...). Mas o tempo é sobretudo uma simples sucessão de um dia após o outro e precisamos, portanto, reagir à crise, encontrar caminhos, buscar soluções (...). Nunca um seminário das cooperativas foi tão importante quanto esse."

Por fim, noticia a renúncia, em texto formal e em apenas uma página (que ainda veicula publicidade que toma significativo espaço). Sua abertura diz,

"Em reunião conjunta dos Conselhos de Administração e Fiscal da Centralsul, realizada no último dia 25, em Porto Alegre, foi apreciado o ato de renúncia do sr. Ari Dionísio Dalmolin, tanto da presidência da Central como das suas empresas coligadas."

3.2.2 O INCENTIVO PARA MOBILIZAÇÕES

Se o cooperativismo é defendido como ideologia de coesão para a sustentação do sistema, o jornal, ao mesmo tempo, incentiva o lado mais prático e real dessa união de produtores, através das mobilizações. Na edição de 18/1/82⁴⁵ o jornal traz como manchete,

"Leite: Um Novo Protesto. Agora Para Valer"

Já na edição de 12/7/82⁴⁶ o jornal inicia uma série de edições cujo assunto principal eram mobilizações de protestos. Sua manchete é,

produtores, mas, principalmente, estimulando esse movimento. No início "Produtores Mobilizados: É Hora de Protesto", com a manchete,

E o jornal diz na capa,

"O Grito do Campo"

"Agricultores e cooperativas cansaram de reivindicar e esperar pelo apoio prometido pelo governo. Com a safra frustrada, sem recursos para comercialização, os produtores sofrem a concorrência desleal do próprio governo. O momento é grave e o protesto pode tomar corpo já nesta quarta-feira, na Assembléia Extraordinária da Fecotrigo."

A edição seguinte, de 19/7/82,⁴⁷ traz novamente esta mobilização como assunto principal, com a manchete,

Já na edição de 13/8/82⁴⁸ a capa traz um selo desta concentração "Produtor de Novo nas Ruas"

Logo após, em 23/7/82,⁴⁸ é editada uma edição especial com a manchete,

Seguindo, a edição de 20/8/82⁵³ traz a manchete,

"Tudo Pronto Para o Protesto Dia 27"

E, uma semana depois, na edição de 2/8/82,⁴⁹ o jornal afirma em sua manchete, de 27/8/82⁵⁴ traz no selo desta concentração,

"Nós Vamos Até o Fim"

"Esquenta a Mobilização no Interior"

Ao mesmo tempo, é implementada a sua venda em bancas de jornais em Porto Alegre, a partir da edição de 31/1/83,⁵⁰ com o objetivo, como é dito,

"(...) para aproximar mais produtores e consumidores."

Na edição de 10/9/84⁵⁶ a manchete diz,

Esta política de mobilizações, onde o jornal assume um papel fundamental, continua e vai culminar com a concentração de 40 mil agricultores, no estádio "Beira-Rio", em Porto Alegre, denominado "O Grito do Campo", em outubro de 1984. O Interior prepara esta concentração noticiando reuniões preparatórias e destacando a importância do comparecimento dos

produtores, mas, principalmente, estimulando esse movimento. No início de agosto/84⁵¹ é publicada uma edição extra, com a manchete,

"O Grito do Campo"

Sua capa traz, em destaque, a data da concentração e o local, "2 de Outubro em Porto Alegre" e diz,

"No dia 2 de outubro, Porto Alegre verá a maior concentração de agricultores de todos os tempos. Esta edição mostra como as lideranças do campo organizam a manifestação e por que protestam."

Já na edição de 13/8/84⁵² a capa traz um selo desta concentração, que diz,

"Faltam 45 dias"

Seguindo, a edição de 20/8/84⁵³ traz a manchete,

"Começa a Preparação do Grande Encontro"

Após, a edição de 27/8/84⁵⁴ traz no selo desta concentração,

"Daqui Vai Ser o Grito do Campo"

"Esquenta a Mobilização no Interior"

Na edição seguinte, edição de 31/8 a 8/9/84⁵⁵ a manchete é,

"A Mobilização é Total Para o Grande Encontro"

Na edição de 10/9/84⁵⁶ a manchete diz,

"A Luta Por Um Novo Modelo Econômico"

Na edição de 17/9/84⁵⁷ a manchete diz,

"Faltam Duas Semanas"

Após, é publicada a edição extra, de 18/9 a 2/10/84,⁵⁸ com a manchete "Todos a Porto Alegre!" A capa é dedicada ao que diz o presidente da Fecotrigo, desta luta", sintetiza,

"(...) e mais que o movimento, o dia 2 de Outubro é uma tomada de consciência, de posição, que todos nós, como associados de cooperativas, de sindicato, como cidadãos participando de um partido ou da municipalidade, desenvolveremos e divulgaremos, e esse país haverá de mudar. É importante, então, que todos nós saíamos de onde estivermos, de cada coxilha, de cada rincão, de cada várzea, em cordões e caravanas, e nos dirijamos a Porto Alegre. E haveremos de levar faixas, para que as cidades, as estradas e os transeuntes nos vejam. Esse país haverá de nos ouvir, e essa Nação inteira haverá de seguir o nosso exemplo. Brasília esteja preparada porque, no dia 2 de Outubro, com muita força e muita fé, vai ouvir o GRITO DO CAMPO."

Na edição seguinte, de 24/9/84⁵⁹ a manchete diz,

A edição de 8/10/84⁶² e que traz os acontecimentos do protesto "O Grito do Campo" he esta posição da Fecotrigo,

E, na edição de 1/10/84,⁶⁰ um dia antes desta concentração, a capa do jornal traz a fotografia do estádio "Beira-Rio" e a manchete,

"Daqui Vai Sair o Grito do Campo"

Por que protestavam os produtores? Basicamente por uma redefinição do papel do Estado em relação à agricultura. A Fecotrigo percebe que as políticas de reivindicações tradicionais do setor ao governo decididamente esgotavam-se. E o momento político, com o término do regime militar e a formação da "Nova República", era estrategicamente propício para colocar a agricultura como setor fundamental nesse novo governo.

A Fecotrigo avança em suas reivindicações e, em vez dos tradicionais pedidos de crédito, preços para a produção, etc., exige um novo modelo político para o país, nacionalista, onde não só a agricultura pudesse, de fato, desenvolver seu papel produtivo, mas que também a sociedade brasileira retomasse o

desenvolvimento.

O documento publicado na edição extra de agosto/84,⁶¹ da Fecotrigo, e intitulado "As Razões desta Luta", sintetiza,

"A política agrícola é mera decorrência do modelo econômico; e este, mera consequência do modelo político."

Assim, a posição da federação e que é a direção do protesto "O Grito do Campo", era contrária à política do Fundo Monetário Internacional para o país e contra os modelos econômico e político vigentes. E a favor da "retomada do progresso", entendendo que para isso era necessária a normalidade democrática, crescimento econômico, desconcentração da renda nacional e uma política agrícola com prioridade ao mercado interno e "que tenha uma política fundiária adequada e justa".

A edição de 8/10/84,⁶² e que traz os acontecimentos do protesto resume em sua manchete esta posição da Fecotrigo,

"Grita Com a Gente, Brasil!"

Neste protesto compareceu, e foi figura de destaque, o candidato da Aliança Democrática à presidência da República, Tancredo Neves. A Fecotrigo consolidava com isso um compromisso político do futuro governo em relação à agricultura e, ao mesmo tempo, indicava aos pequenos produtores, a maioria dos associados das cooperativas filiadas, vide tabela 13, um pacto político, como nota-se em Falkembach (1985:183) analisando a questão da reforma agrária no "Grito do Campo",

"Acredita-se que esteja aí, implícita, uma opção política por um "pacto social" necessário à gestão democrática pretendida, hoje, pela FECOTRIGO e que pressupõe que o mais simples associado, independentemente de sua produção ou do tamanho da sua propriedade, deva ser ouvido "na hora de traçar os rumos e tomar decisões que dizem respeito a todos" (...). Contudo, fica clara a opção de "desapropriação, por interesse social, de áreas não aproveitadas".

E O Interior diz nesta sua edição,

"Liberdade, reforma agrária, política agrícola justa e Assembléia Nacional Constituinte". Essas foram as principais reivindicações apresentadas no discurso do presidente da Fecotrigo, Jarbas Pires Machado, em nome dos milhares de agricultores reunidos no Beira-Rio. São as condições indispensáveis para que o país volte a crescer e progredir, com a ajuda dos agricultores."

A "Nova República" é instalada e, pela indicação do ministro da Agricultura, o gaúcho Pedro Simon,⁶³ estabelece-se a ligação do governo com os agricultores do RS. Certamente essa indicação foi consequência do protesto. Um resultado concreto, portanto, o movimento tinha conseguido. E na edição de 16 a 22/3/85⁶⁴ O Interior traz uma manchete otimista,

"Nova República, Nova Agricultura"

Mas não demora muito para que o jornal volte com ameaças de novas mobilizações de protestos. A edição de 8 a 14/6/85⁶⁵ traz a manchete,

"Mobilização Geral dia 13"

E na edição seguinte, de 15 a 21/6/85⁶⁶ o jornal traz em sua capa,

"Mobilização Os Produtores estão cobrando os compromissos da Aliança Democrática, o fortalecimento do Ministério da Agricultura, o atendimento às reivindicações e o estabelecimento de uma política agrícola planejada. O Grito do Campo continua: nas ruas, nas praças, nos clubes, com as máquinas na estrada, os produtores continuam a luta. E prometem repetir a mobilização do dia 13 tantas vezes quantas forem necessárias."

O Interior, a seguir, cobre as frustrações dos Sem-Terra com o plano de reforma agrária da "Nova República", destacando as invasões de terras, como, por exemplo, diz a manchete da contra-capla da edição de 27/7 a 2/8/85,⁶⁷

"Sem-Terra Vão Acampar e Defender Reforma Agrária"

Mas não deixa de noticiar novos protestos. Na edição de 17 a 23/5/86⁶⁸ o jornal diz em sua manchete,

"Entidades Decidem Um Grande Protesto no dia 28"

E o sub-título,

"Isso, se o governo não voltar atrás. Todos estão contra os 40% de VBC para o trigo, o parcelamento dos AGFs, o aumento dos juros, importações de alimentos e preço para o leite."

Na edição seguinte, de 24 a 30/5/86⁶⁹ porém, o jornal mostra que esta ameaça surtia efeito, com a manchete,

"Governo Duve os Produtores"

E o sub-título,

"Reivindicações foram parcialmente atendidas e o protesto cancelado. Mas as entidades continuam mobilizadas"

Após, O Interior volta-se para atuar claramente na política partidária. O presidente da Fecotrigo candidata-se à suplente de senador⁷⁰ e a manchete da edição de 23 a 29/8/86⁷¹ diz,

"Produtores Rurais Entram Na Campanha Política"

E o sub-título,

"O cooperativismo concorre ao Senado e a várias cadeiras na Câmara Federal e Assembléia Legislativa"

Como o jornal coloca, o cooperativismo tornava-se um setor da sociedade que deveria disputar cargos eletivos. Com essa posição pelo jornal é afirmado o objetivo da Fecotrigo no

campo político - sustentar o papel da agricultura como setor produtivo dentro da nova correlação política.

O que ocorre depois deste período é uma desarticulação do projeto editorial de O Interior. A direção política-reinvidicatória, que fez a importância do jornal nessa segunda fase, gradativamente perde a intensidade conseguida. Em 1987 muda a direção⁷² da Fecotrigo que desde 1981 definia a linha jornalística do jornal. Em 1989 é extinta a Fundação da Produtividade e em seu lugar é criada outra fundação, a Funcoop, e, como diz seu presidente, jornalista Ayrton Kanitz (anexo I, 5),

"(...) cuja "vocaçãõ" é discutir as questões fundamentais da agricultura."

Ao mesmo tempo, a crise econômica provocada pela Centralsul⁷³ abala a federação. Soma-se a isso a crise econômica do país que atinge diretamente a agricultura e os preços do principal produto, a soja, que despencam no mercado internacional. Essa situação afeta o jornal, que é obrigado a mudar sua periodicidade, como resume o jornalista Ayrton Kanitz (anexo I, 4), descrevendo O Interior nos anos 80,

"Passou de semanário a mensário. Do contrário, teria fechado"

E assim, em março de 90, O Interior, após quinze anos de circulação com periodicidade semanal, torna-se um jornal mensal. Com uma linha, ou tema principal, segundo o jornalista Kanitz (anexo I, 2), que,

"(...) é o que interessa economicamente à maioria dos agricultores, mas raramente é matéria técnica. Normalmente é sócio-econômica ou política (mercosul, cooperativismo, etc.)."

Atualmente, o jornal é uma publicação que traz as principais discussões no sistema cooperativo (agribusiness, mercosul, política agrícola, cooperativismo, por exemplo), em reportagens e artigos assinados. Traz também notícias sobre as cooperativas filiadas à Fecotrigo.

Mas não deixa de ser um jornal que procura dar direções ao setor cooperativo. Nota-se, por exemplo, ênfase nos assuntos relacionados à agroindustrialização e ao Mercosul, numa forma de aglutinar interesses concretos dentro desse setor. É editado por dois editores, um coordenador geral e colaboradores. Apesar das dificuldades a Fecotrigo mantém seu jornal.

3.3 CLASSES E GRUPOS ENVOLVIDOS NESTE JORNALISMO

O Interior é um jornal cujo projeto editorial caracteriza-se pelo predomínio dos interesses da classe dos empresários rurais. Em sua primeira fase esses interesses estavam relacionados principalmente com a tecnologia moderna para as produções de trigo e soja. E o jornal desenvolve um jornalismo cuja direção era a divulgação e a discussão técnica/econômica dessa tecnologia. Essa, como conhecimento de produção, constituía-se no fator mais importante da agricultura no período porque era a possibilidade de aumentar a produtividade das duas principais culturas.

O jornal, assim, torna-se veículo com conteúdo técnico/econômico hegemônico porque atende os interesses da classe de produtores hegemônica - os empresários rurais. Esses, estimulados pelos altos preços da soja e o incentivo estatal para a produção de trigo, tornam-se os produtores que expandem essas culturas. Quando não proprietários de terras, arrendam áreas para a produção. Conforme FEE (1982A:37), por exemplo,

"(...) a FECOTRIGO calculou que o arrendamento incidia sobre 44% das áreas plantadas de soja e trigo, nas safras de 1975-76"

Esse arrendamento de terras significa que os preços dos produtos, principalmente soja, permitem a obtenção da renda da terra. A renda da terra é um acréscimo no preço de mercado, quando esses preços são formados tendo como base o lucro médio da economia; vide Marx (1980).

Para o desenvolvimento da lavoura empresarial os empresários empregam capital para a compra de meios de produção (equipamentos e insumos) que, junto com o conhecimento de como fazer, formam a base tecnológica. O objetivo é a produção de mercadorias dinâmicas, processo que desenvolve o assalariamento de força de trabalho. Um negócio lucrativo e ao mesmo tempo estimulado pelo Estado.

A agricultura no período era estimulada via crédito subsidiado.⁷⁴ Mas esse crédito foi claramente seletivo. Até 1975 somente os médios e grandes produtores usufruíam dele (ao mesmo tempo, o trigo era estimulado via compra estatal, e isso ocorria para todos os produtores). E, mesmo que após, os pequenos produtores recebam sua parte desse crédito, o volume concedido para essa classe é baixo. Conforme Fürstenau (1988:58),

"Inicialmente, o que se verifica é que, até 1975, as estatísticas do Banco do Brasil mostram a concessão de crédito somente para médios produtores (...). É provável que o crédito concedido pelas outras instituições integrantes do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural - HAS), especialmente as privadas, tenha se dirigido à faixa dos grandes produtores, obedecendo à racionalidade bancária. Nesse caso, verificar-se-ia que, até 1975, no Rio Grande do Sul, não era concedido crédito rural para pequenos produtores ou, o que é o mesmo, não foram efetivados contratos de crédito com valores baixos."

E logo após, Fürstenau (1988:58) diz que,

"A partir de 1977, houve uma diversificação na concessão de recursos por parte do Banco do Brasil. Os pequenos produtores efetuaram 35,7% dos contratos de crédito, com um valor que atingiu apenas 5,44% do valor do crédito. Situação inversa é encontrada com relação à participação dos grandes produtores que realizaram 4,43% dos contratos, mas receberam 20% em termos de valor".

Estes financiamentos subsidiados significam que o Estado estimulou os médios e grandes produtores. Portanto, com os altos preços da soja, de um lado, e a presença do Estado financiador, de outro, os empresários rurais consolidam-se

como capitalistas da agricultura. Para isso contribui, também, o estímulo estatal para o trigo.

Com o desenvolvimento da agricultura capitalista ocorrendo desta maneira, explica-se o projeto editorial de O Interior com suas direções: difundir, jornalisticamente, o conhecimento de produção mais avançado, reivindicar recursos estatais para a agricultura, fortalecer as cooperativas. E, sempre importante, afirmar essa agricultura como processo moderno e hegemônico.

Os pequenos produtores aparecem neste projeto editorial como classe secundária. É por isso que o jornal não apresenta a posição de discutir estruturalmente a agricultura, a estrutura de propriedade da terra, e também a questão de poder nas cooperativas.

As cooperativas, como sua federação, sempre foram dirigidas por um grupo restrito de produtores⁷⁵ - característica do cooperativismo empresarial. Mas o jornal não coloca esta questão em seu projeto editorial. Ignorando-a, atua no sentido de manter as direções em sucessivas gestões.

Os técnicos formam o grupo profissional-intelectual que será a fonte principal do jornal em sua primeira fase. O processo de intensificação da modernização dinamiza a base técnica da agricultura, e isso implica em necessidade de informação tecnológica/econômica. São os técnicos que explicam essa nova conjuntura. E como essa dinamização ocorre principalmente na lavoura empresarial forma-se um novo binômio nas páginas do jornal: técnico - empresário rural. Afinal, não é esse o público-padrão do jornal, conforme visto anteriormente?

Em sua segunda fase, o jornal acentua a hegemonia do grupo dirigente da Fecotriga neste cooperativismo porque será o veículo que sustentará o projeto político do grupo dirigente da federação. Nessa fase, o jornal mostra uma direção acentuadamente política-reivindicatória porque, agora, esta é a maneira de aglutinar os interesses dos produtores. Ao mesmo tempo, a sua direção política-tecnológica/econômica é ampliada, como diz o jornalista Waldir Heck (anexo I, 33),

"(...) com a coordenação da diretoria técnica da Fecotrigo que reunia agrônomos e economistas dos setores públicos e privados para debater assuntos levantados pelo jornal".

Os jornalistas são o grupo profissional-intelectual que desenvolvem este projeto editorial. Desenvolvem, mas não decidem sobre ele. Esse projeto é determinado pela própria posição do jornal no processo de modernização da agricultura. Esta posição já está definida a priori. A redação desenvolve um trabalho jornalístico,⁷⁶ mas sempre tendo como objetivo as políticas de atuação do jornal.⁷⁷

A redação de O Interior em sua fase regional era composta de dois a cinco repórteres, dois fotógrafos, um editor, um assistente técnico-agrônomo, dois a três correspondentes remunerados. E a falta de recursos humanos constituía-se no principal problema do jornal. Como responde o jornalista Waldir Heck (anexo I, 40) para a pergunta "Quais eram os principais problemas no cotidiano do jornal?",

"Falta de recursos humanos, materiais e financeiros (nesta ordem). Depois vinham os de conteúdo, repercussão e distribuição do jornal. Isto falando em cotidiano. Como problemas ou preocupação ampla e permanente estavam sempre a questão política ou diferenças ideológicas entre os dirigentes de cooperativas, técnicos, lideranças e, inclusive, entre os jornalistas e seus leitores."

Não era apenas O Interior que encontrava dificuldades em recursos humanos. Esta imprensa de cooperativas mostrou-se carente de profissionais formados em cursos de comunicação. É o que se pode concluir quando se nota, por exemplo, o que a diretoria da Associação de Jornais e Revistas de Cooperativas (Ajocoop) colocava como objetivo em seu plano de trabalho, em 1979, segundo o Anuário Expressão/79,⁷⁸

"(...) a divulgação da importância da comunicação rural junto às faculdades de comunicação (tentando obter maiores recursos humanos, que é a área de maior carência dos jornais e revistas de cooperativas), (...)."

3.4 CONCLUSÃO

Mas O Interior constituía-se num mercado de trabalho. E os jornalistas que lá trabalharam desenvolveram, em alguns momentos, um jornalismo que, mesmo com os limites identificados, não deixa de apresentar avanços na área da imprensa de cooperativas.

Isso significou reportagens que mostraram outro lado da modernização da agricultura: envenenamentos de trabalhadores rurais por agrotóxicos, a falta de terras para os pequenos produtores, o empobrecimento dessa classe, a migração para as cidades, a falta de perspectivas para os filhos dos minifundiários.⁷⁹ Observa-se, porém, que esses conteúdos são editados em alguns momentos do jornal, não sendo incorporados no desenvolvimento do projeto editorial.

Ao mesmo tempo, o cooperativismo, nesse período, era compreendido como uma forma de organização de pessoas para conseguir, conjuntamente, determinados objetivos, e que apresentava resultados concretos. Em 1974 é criada a primeira cooperativa de jornalistas do país - a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal).

Essa cooperativa fortalece a idéia do cooperativismo neste grupo profissional-intelectual,⁸⁰ pois realiza a aspiração de se fazer um jornal dos jornalistas, com o projeto editorial do Coojornal (jornal mensal da cooperativa). Essa cooperativa também será importante para a criação da revista "Agricultura & Cooperativismo" da Fecotrigo, vide 4.3.

Quando o jornal tornou-se estadual a redação é ampliada, com mais repórteres e edição chargistas. Nessa fase, o cooperativismo, como direção política-ideológica, estava implícita na direção política-reivindicatória, pois essa fortalecia a idéia de união, coesão, dos produtores. Além disso, pela crise económica do setor, formou-se uma situação favorável para o desenvolvimento de reportagens sócio-políticas. E a redação produziu essas matérias jornalísticas.

Assim, os interesses dos pequenos produtores, e assim fortalece a direção política dos grupos dirigentes. Buscando o fortalecimento do cooperativismo o jornal atua na direção

3.4 CONCLUSÃO

Concluindo, pode-se dizer que O Interior é o resultado da combinação dos interesses políticos-econômicos dos grupos dirigentes das seis cooperativas que instituem a Fundação da Produtividade, sua editora, em sua primeira fase. O Interior torna-se o veículo jornalístico desse cooperativismo empresarial desenvolvendo, por um lado, a direção política-tecnológica/econômica - uma resposta à necessidade de aumentar a produtividade nas culturas de trigo e soja, produtos-base da modernização agrícola.

Por outro lado, o jornal desenvolve uma direção política-reivindicatória - divulgação e defesa das posições econômicas dos empresários rurais em relação ao Estado. Ao mesmo tempo, o jornal mostra uma direção política-ideológica.

Essas três direções do jornal formam a totalidade dos interesses dos grupos dirigentes, mas é certo que a direção política-tecnológica/econômica destaca-se neste jornalismo na primeira fase do jornal, demarcada entre 1974 e 1981, quando é editado em Carazinho. Este período corresponde às expansões das culturas de soja e trigo e isso certamente explica a atuação do grupo profissional-intelectual dos técnicos nesse projeto editorial.

Nesta primeira fase são as direções política-tecnológica/econômica, reivindicatória e ideológica que manifestam a direção hegemônica dos grupos dirigentes. A direção tecnológica/econômica porque significa uma direção no sentido do aumento da produção agrícola. E isso inclui os pequenos produtores, já que esses também estão envolvidos com os dois produtos da modernização.

A direção política-reivindicatória porque o jornal manifesta os interesses dos empresários rurais e dos pequenos produtores em relação ao crédito rural e aos preços oficiais. Defendendo os interesses da classe hegemônica, o jornal assume também os interesses dos pequenos produtores, e assim fortalece a direção política dos grupos dirigentes. Buscando o fortalecimento do cooperativismo o jornal atua na direção

política-ideológica para a expansão das cooperativas.

Em sua segunda fase, a partir de 1981, a Fecotrigo faz de O Interior um veículo de sua direção política-reinvidicatória, porque, agora, pela crise na agricultura (e também da Centralsul) é essa direção que aglutina todos os produtores. O jornal desenvolve um jornalismo cuja direção é o estímulo à organização de movimentos de protestos de produtores rurais. Ao mesmo tempo, porém, direciona a política-tecnológica/econômica do setor.

Esta linha jornalística é condicionada pelo grupo dirigente da Fecotrigo que, pelo jornal, explicita seu projeto político-econômico - num primeiro momento, reivindicações econômicas do setor ao Estado, após, uma redefinição do modelo político em relação à agricultura. Com esse projeto editorial o grupo dirigente da Fecotrigo faz do jornal um veículo de sua direção política.

Isso porque esse período de crise condiciona uma clara e decidida direção da Fecotrigo no sentido de representar e defender o conjunto dos produtores (maioria de pequenos produtores). Ainda, colocando a reforma agrária na pauta de reivindicações, como aconteceu no movimento "Grito do Campo", mesmo com as restrições de "desapropriação, por interesse social, de áreas não aproveitadas", a Fecotrigo assume uma luta da classe que ela domina politicamente dentro do cooperativismo empresarial, fortalecendo sua direção hegemônica.

Mas o jornal, como se constituiu, não era um mero instrumento da Fecotrigo, mas sim a direção/afirmação (pela divulgação e defesa) de sua ação política neste período. A partir do segundo quinquênio da década de 1980 o jornal mantém suas direções, mas se desarticula seu projeto editorial, como desenvolvido. A federação mostra mudanças no seu grupo dirigente e, ao mesmo tempo, pela crise econômica na agricultura, torna-se mensal. Atualmente é um jornal mantido pela Fecotrigo para expressar e direcionar questões políticas-econômicas do setor cooperativo.

NOTAS

- 1) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 28/10/74, nº 1
- 2) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 21/2/75, nº 16
- 3) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 18/3/76, nº 71
- 4) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 9/7/76, nº 87
- 5) O Cotrijornal, por exemplo, sempre foi custeado pela Cotrijuí e somente a partir da década de 1980 os custos tornam-se significativos, como diz a jornalista Dária Luchese (anexo I, 8): "O jornal não se paga e nunca se pagou (...). Até o início de 80 o tamanho do anúncio era limitado - naquela época o discurso era de que o anúncio não tinha importância econômica nenhuma. (...). Hoje não tem mais esta limitação". O Cotrifatos, jornal da Cotrisa, também sempre foi custeado pela cooperativa. Somos testemunhas disso porque editamos esse jornal durante o ano de 1981. A questão dos custos não era considerada importante. O jornalista Hermínio Recco, do jornal Cocamar, (anexo I, 14), diz: "O custo médio por edição, (...), absorvidos pela cooperativa; (...), o jornal é pago através de publicidades (...). Geralmente o valor da publicidade vem cobrindo os custos do jornal". O jornalista Ayrton Kanitz (anexo I, 2) referindo-se a O Interior, editado atualmente, diz: "Sobre o custo médio por edição pode-se dizer que paga-se com assinatura e anúncios, mas é deficitário em 20 por cento do seu custo total". E como coloca a jornalista Sandra Paixão, editora do jornal O Recado, (anexo II, 360): "(...) custo (...), pagos pela Cooperativa, mantém publicidade através de agências, mas não procura por elas". E quando os jornais deixam de circular o motivo apontado são os custos. Como diz o gerente administrativo e financeiro da Cotrisa, Ione Costa, (anexo II, 358-359), referindo-se ao Cotrifatos: "Deixou de circular face a crise enfrentada pela COTRISA no ano de 1985, com a finalidade de redução de custos e face a saída dos quadros desta, do profissional responsável". Como diz também o presidente da Camal, Bernardo Voth, (anexo II, 359), referindo-se ao Camal Informa: "Deixou de circular pelo custo excessivamente alto da impressão e dificuldades em colaboradores (...)". Para O Interior, nesta fase, estes custos sempre foram importantes. Por isso, a publicidade sempre vista como fundamental, além de aproveitar uma dinâmica de mercado que propiciava a este jornal ser um adequado veículo para anúncios comerciais: uma modernização agrícola baseada em insumos modernos e um jornal que realmente chegava até as mãos dos produtores rurais.
- 6) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade,

- 29) 13/8/76, n^o 92
- 7) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 18/9/76, n^o 97
- 8) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 22/10/76, n^o 102
- 9) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 24/12/76, n^o 111
- 10) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 24/12/76, n^o 111
- 11) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 28/1/77, n^o 115
- 12) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 25/2/77, n^o 119
- 13) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 27/9/79, n^o 252
- 14) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 31/10/79, n^o 257
- 15) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 25/2/77, n^o 119
- 16) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 9/1/76, n^o 61
- 17) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 16/1/76, n^o 62
- 18) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 18/2/77, n^o 118
- 19) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 18/3/77, n^o 122
- 20) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 1/4/77, n^o 124
- 21) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 7/7/78, n^o 189
- 22) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 1/9/78, n^o 197
- 23) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 5/1/79, n^o 214
- 24) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 20/7/79, n^o 242
- 25) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 24/8/79, n^o 247
- 26) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 4/6/80, n^o 287
- 27) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 1/7/77, n^o 137
- 28) Nóbrega (1985:15) diz: "Defendo (...) a idéia de que a agricultura deve continuar a receber subsídios, de resto uma ação presente na política agrícola de todos os países, incluindo aqueles com baixa intervenção governamental". Mas ressalva: "Julgo inconveniente, porém, que se permaneça elegendo o crédito rural como o canal praticamente exclusivo dessa necessária ação do governo, pois que se trata de instrumento imperfeito, que, além de alcançar apenas os que têm acesso a uma instituição financeira, termina por disfarçar problemas estruturais sérios, os quais, assim, deixam de ser atacados por uma eficaz atuação oficial".

- 29) Munhoz (1982:11) diz: "A política de crédito à agricultura, favorecendo especialmente às propriedades de menor porte com juros reduzidos - desde que não pretenda jogar os demais produtores nos "juros de mercado" - constituiria, portanto, uma das facetas mais sábias no contexto da economia brasileira".
- 30) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 22/7/77, nº 140
- 31) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 10/11/78, nº 207
- 32) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 15/12/78, nº 212
- 33) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 5/5/78, nº 180
- 34) Com o título "A Saída Para Ganhar Mais" o jornal publica uma fotonovela tendo quatro agricultores como atores. Em oito páginas (na verdade um suplemento) a fotonovela mostra esses agricultores conversando sobre a criação de uma central de cooperativas, separada da Fecotrigo, específica para os setores de agroindustrialização e comercialização. Seis meses depois da publicação desse suplemento, em 24/6/80, foi criada a Central de Cooperativas de Produtores Rurais do Rio Grande do Sul (Centralsul). Assim, o cooperativismo gaúcho de produção, a nível de federação, ficava dirigido por duas entidades que atuavam em duas direções: para a Fecotrigo foi destinado o papel de coordenação política, para a Centralsul o papel de coordenação do complexo agroindustrial e comercialização (função que até então era desempenhada pela Fecotrigo). Esta fotonovela inicia mostrando três agricultores tomando chimarrão numa "bodega" e conversando sobre a soja. É uma cena típica da região de soja e trigo. Esses agricultores residem num distrito de Carazinho e são associados da Coopera. Os balões mostram o seguinte diálogo entre eles, no início: "Pois é, Oswaldo. Quanto será que vamos pegar pela soja desta vez", "Do jeito que anda custando os venenos e o óleo, precisa dar um preço muito bom!", "A gente se queixa e (...)." O diálogo continua e surge o assunto da cooperativa central, ou como diz um agricultor: "Por isso eu acho que nós temos que pensar muito bem nessas conversas que andam por aí. Olha que falam em juntar tudo, as cooperativas e a Fecotrigo, prá fazer uma grande organização central". Após, "chega o quarto agricultor (conselheiro da cooperativa)". Este explica detalhadamente como seria uma cooperativa central com agroindústrias. No final este diz "Não vamos esquecer que tudo isso aí é coisa nossa. Temos que pensar direitinho e seria bom que todo mundo discutisse o assunto, como nós estamos fazendo agora. Sim, porque de fato a gente tem que assumir o compromisso junto!" Os dois balões que seguem indicam o que dois agricultores estão pensando: "É bom mesmo que todos discutam este assunto!", "Veja só quanta coisa que existe envolvendo a vida da gente e dependendo da nossa união e da nossa decisão".

- 35) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 20/12/79, nº 264
- 36) O Interior, Carazinho (RS), Fundação da Produtividade, 14/5/81, nº 335
- 37) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 22/6/81, nº 336
- 38) Em junho de 1980 a Fecotrigo foi transformada na Centralsul e ao mesmo tempo foi criada outra federação, a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul - Fecotrigo. Até então, a Fecotrigo era a Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja, tendo sua abrangência principal no RS, mas vinculada a cooperativas de Santa Catarina e Paraná. Como diz Agricultura & Cooperativismo (julho/80) noticiando este fato: "A Centralsul cuidará de todas as atividades econômicas, empresariais e gerenciais do sistema, inclusive da administração de agroindústrias. E, ainda, vai se encarregar da industrialização e comercialização dos mais diversos produtos, operando por setores a serem constituídos pelas próprias cooperativas. Já a nova Fecotrigo atuará em três frentes principais: a política de representação das cooperativas e seus associados, a defesa econômica do homem do campo, e a união para o fortalecimento das cooperativas filiadas". Com esta divisão, a Fecotrigo deixa de ser uma federação-empresa, como ocorria anteriormente, e torna-se a instituição coordenadora das políticas do setor cooperativo.
- 39) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 31/8/81, nº 346. O que ocorria era que setores do comércio e indústria acusavam as cooperativas de entrar nas áreas comercial, industrial e de prestação de serviços. Para esses setores, era um "desvirtuamento" do cooperativismo o ingresso nessas áreas.
- 40) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 7/9/81, nº 347
- 41) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 23/11/81, nº 358
- 42) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 30/11/81, nº 359
- 43) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 23/7/82, nº 392
- 44) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 29/11/82, nº 410
- 45) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 18/1/82, nº 365
- 46) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 12/7/82, nº 390
- 47) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 19/7/82, nº 391
- 48) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 23/7/82, nº 392
- 49) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 2/8/82, nº 393
- 50) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 31/1/83, nº 418

- 51) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, agosto/84, s/n^o
- 52) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 13/8/84, n^o 498
- 53) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 20/8/84, n^o 499
- 54) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 27/8/84, n^o 500
- 55) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 31/8 a 8/9/84, n^o 501
- 56) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 10/9/84, n^o 502
- 57) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 17/9/84, n^o 503
- 58) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 18/9 a 2/10/84, s/n^o
- 59) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 24/9/84, n^o 504
- 60) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 1/10/84, n^o 505
- 61) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, agosto/84, s/n^o
- 62) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 8/10/84, n^o 506
- 63) Pedro Simon, atualmente senador pelo RS, foi o primeiro ministro da Agricultura do governo da "Nova República".
- 64) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 16 a 22/3/85, n^o 529
- 65) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 8 a 14/6/85, n^o 541
- 66) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 15 a 21/6/85, n^o 542
- 67) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 27/7 a 2/8/85, n^o 548
- 68) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 17 a 23/5/86, n^o 590
- 69) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 24 a 30/5/86, n^o 591
- 70) O dirigente cooperativista Jarbas Pires Machado, então presidente da Fecotriga, concorreu como suplente do então deputado federal José Fogaça, para o Senado, pelo PMDB, na eleição de 1986. A chapa elegeu-se.
- 71) O Interior, Porto Alegre, Fundação da Produtividade, 23 a 29/8/86, n^o 604
- 72) O dirigente cooperativista Jarbas Pires Machado assume como secretário da Agricultura no governo de Pedro Simon que nas eleições de 1986 elege-se governador do RS. Jarbas Pires Machado forma sua equipe na secretaria com os diretores da Fecotriga. A direção executiva da Fundação da Produtividade era uma das quatro diretorias da federação.
- 73) A Centralsul torna-se, de fato, uma empresa liquidada, mas formalmente continua existindo para, de um lado, garantir o arrendamento de seu patrimônio para outras empresas, e de outro, negociar com seus credores a questão dos débitos existentes. Essa empresa assume o

setor agroindustrial da Fecotrigo desenvolvido na década de 1970 e, segundo Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/82), no início da década de 1980 suas atividades abrangiam armazenagem, transporte e comercialização relacionadas com os principais produtos do setor cooperativo. Mantinha indústrias de óleo de soja, de rações, beneficiamento de arroz, defensivos, corretivos e fertilizantes, e produção de medicamentos veterinários. Sua receita de exportação (complexo soja) em 1981 foi de 153 milhões de dólares. Segundo Benetti (1985:263): "Em 31 de dezembro de 1984, o passivo da CENTRALSUL atingia Cr\$ 1 trilhão e 200 bilhões aproximadamente (...). Só para se ter uma idéia do significado do mesmo, refira-se que era maior do que as necessidades do Banco Sulbrasileiro para sua recuperação". Este banco foi assumido pelo governo federal com o nome de Meridional.

- 74) Como diz Fürstenau (1988:63) sobre o crédito rural para a soja: "Em relação ao total do crédito rural destinado à soja a nível nacional, o Rio Grande do Sul absorvia, no início da década (de 1970 - HAS), mais de 50% desses recursos. Apesar dessa participação diminuir, situando-se em torno de 40% no fim dos anos 70 e início dos anos 80, manteve-se num patamar bastante elevado (...)." Ou como coloca Fürstenau (1988:65) sobre o crédito rural para o trigo: "(...) a lavoura de trigo gaúcha recebe em torno de 20% do crédito agrícola existente no Estado, no início da década de 70. A partir daí, apresenta uma retração, mas mantém-se ainda elevado ao longo da década - em torno de 15%". Uma nota da autora diz sobre a taxa de juros: "A taxa de juros para empréstimos de custeio que havia se mantido, de 1968 a 1976, em 10%, a.a. para o pequeno produtor, foi elevada para 13%. Os demais produtores continuaram a receber os financiamentos a 15% a.a. como anteriormente". Essas taxas de juros, de 13% para o pequeno produtor, e 15% para os demais produtores, vigoraram até 1979, mas em dezembro desse mesmo ano, conforme Fürstenau (1988:45), em indicação de nota, "(...) as taxas aplicadas aos financiamentos de custeio passaram a ser de 24% a.a. para os (...) pequenos produtores, 33% para os médios e 44% para os grandes". Um ano após, em dezembro de 1980, segundo Fürstenau (1988:45), em indicação de nota, "A taxa de juros dos financiamentos de custeio passou, assim, (...) para 45% a.a. para os (...) pequenos produtores; (...) 54% para os médios; e 63% para os grandes". E, como nota Munhoz (1982:31), para esse período: "Para o financiamento de determinados financiamentos as taxas de juros podiam chegar até 73,8% a.a. Como regra, tanto no custeio como investimento, o financiamento seria de 100% apenas para os (...) pequenos produtores, 80% para os médios e 60% para os grandes produtores". O crédito rural para os pequenos produtores, embora previsto pelo SNCR, não torna-se significativo para essa classe. Como diz Fürstenau (1988:41), "Outro item que fez parte dos objetivos do SNCR, aparecendo explicitamente no texto da

lei que cria o sistema, refere-se à destinação de recursos aos pequenos produtores. Esta era uma proposta apenas formal das autoridades, já que desde o início o sistema promoveu a concentração dos recursos nas mãos dos médios e grandes produtores, especialmente dos grandes. A partir de meados da década de 70, parece ter havido uma certa preocupação das autoridades monetárias em implementar a diretriz de destinação de crédito rural para pequenos produtores. Durante o período compreendido entre 1975 e 1980, ocorreu um aumento do número de contratos favorecendo os pequenos e mini-produtores, mas que, em vista dos montantes irrisórios em termos de valor dos contratos, não alterou de forma significativa a estrutura de concentração observada desde a implementação do sistema". A classificação de mini, pequeno, médio e grande produtor obedece ao valor global da produção anual. Assim, segundo Munhoz (1982:33), nos financiamentos contratados em 1981, mini produtor era aquele com produção até Cr\$ 800 mil; pequeno produtor, produção acima de Cr\$ 800 mil e até Cr\$ 2,4 milhões; médio produtor, produção acima de Cr\$ 2,4 milhões e até Cr\$ 12 milhões; grande produtor, produção acima de Cr\$ 12 milhões. Em 1984, segundo Fürstenau (1988:46), "(...) as taxas de juros passaram a ser de 100% da correção monetária mais 3% a.a.". Para uma comparação entre essas taxas de juros e as taxas de inflação, entre 1968 a 1984, vejamos Ministério da Fazenda (1989) que, usando como fonte a FGV, indica as taxas de inflação: 1968 - 24,2%, 1969 - 20,1%, 1970 - 19,4%, 1971 - 20,3%, 1972 - 17,3%, 1973 - 14,9%, 1974 - 28,7%, 1975 - 27,9%, 1976 - 41,2%, 1977 - 42,7%, 1978 - 38,7%, 1979 - 53,9%, 1980 - 100,2%, 1981 - 109,9%, 1982 - 95,4%, 1983 - 154,5%, 1984 - 220,6%. Em síntese, o crédito rural tem as seguintes fases: a década de 1950 com crédito da CREA do Banco do Brasil, criada em 1937, mas que, reformada em 1952, como diz Munhoz (1982:21), "(...) criou linhas de financiamento visando à conservação, transporte e armazenamento da produção, (...); ampliou prazos de financiamento para a formação de culturas perenes; (...); introduziu empréstimos para investimentos; criou condições especiais para os pequenos produtores; estabeleceu diferentes linhas de financiamento a cooperativas (...)". Logo, em 1953, quando é criada a CACEX do Banco do Brasil, como diz Munhoz (1982:22), "(...) introduzia o Governo um sistema de taxas múltiplas de câmbio para as operações de comércio externo, instituindo o Regime de Agios e Bonificações. Em consequência as importações, dependendo de licenças prévias, obrigavam à aquisição de Promessas de Venda de Câmbio em leilões públicos, destinando-se o saldo dos recursos assim obtidos à (CREAI - HAS) - após o pagamento de bonificações aos exportadores e regularização de operações cambiais anteriores à nova legislação". Essa política, como coloca Munhoz (1982:23), "(...) propicia substanciais suprimentos para a cobertura das operações rurais, permitindo uma rápida expansão dos créditos (...)". Uma nota do autor sobre isso, diz: "Pode-se dizer

que os recursos provinham da própria agricultura, pois praticava-se, de fato, uma taxa cambial mais desvalorizada para as importações, predominantemente industriais, enquanto se pagava por exportações, quase na totalidade de produtos agrícolas, uma taxa valorizada. A diferença se agregava ao "Fundo de Agios e Bonificações". (grifos do autor) Na década de 1960, em seus primeiros anos, com a desativação dessa política referida, como coloca Fürstenau (1988:31), "(...) apesar das diferentes tentativas visando à diversificação das fontes de recursos para o financiamento rural, encontrou-se novamente o Governo, (...), com a responsabilidade de repassar os recursos necessários para a atividade agrícola, via Banco do Brasil". Assim, em 1965 foi criado o SNCR, quando o capital financeiro participa do financiamento à agricultura. Mas, como observa Nóbrega (1985:67) "(...) coube ao Banco do Brasil atuar como o maior supridor do crédito às atividades rurais (...)". É nessa década que o crédito rural se institucionaliza, com o Conselho Monetário Nacional determinando as suas diretrizes, origem e dotação de recursos. Ainda, é nessa década, em 1962, que foi instituída a comercialização estatal do trigo, sendo o Banco do Brasil o responsável pela compra do produto. Essa comercialização estatal foi extinta em 1990. Na década de 1970, como diz Munhoz (1982:38), "(...) notável foi a expansão do crédito rural no Brasil, tendo o número de contratos do (SNCR - HAS) crescido de 132,3% entre 1970 e 1980 - passando de 1,2 milhão para 2,8 milhões (...). Já em termos de valor os financiamentos concedidos a todas as finalidades passaram de Cr\$ 9,2 bilhões em 1970 para Cr\$ 859,2 bilhões em 1980, mas em termos reais (em valores de dezembro de 1980) o aumento foi de 87%". Por outro lado, segundo Fürstenau (1988:73): "A mudança relevante, no entanto, no período 1976-80, refere-se ao redirecionamento dos recursos segundo sua finalidade. Os créditos para investimento - longo prazo - perdem cada vez mais importância frente aos créditos de curto prazo. A preocupação das autoridades passa a ser o financiamento das safras, demonstrando a "desistência" de manter o projeto de mudanças estruturais do setor". Essa década apresenta crescimento econômico, principalmente em seus anos iniciais. Como diz Fürstenau: (1988:54): "O crescimento acelerado da economia verificado no final da década de 60 apresenta sinais de esgotamento em 1973. O Estado consegue, através do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento, colocado em prática a partir de 1974 - HAS), postergar a crise que só se estabeleceu de forma ampla a partir de meados dos anos 70". E como coloca Delgado (1985:79): "Esta política (financiamento rural - HAS) revela uma trajetória expansionista desde o início de sua formulação efetiva - a partir de 1967 - até 1976. Este subperíodo é marcado por um crescimento inusitado das aplicações reais de crédito (...). A orientação expansionista é retomada com menor vigor em 1978 e 1979, à luz do discurso oficial do governo de prioridade ao setor

agrícola, para ser revertida novamente a partir de 1980." Essa expansão do crédito rural é possível pelo crescimento econômico do país no período. Esse crescimento se dá, principalmente, nos anos finais da década de 1960 e início da de 1970. Conforme Pereira (1983:103): "Entre 1967 e 1973, o produto interno bruto cresce a uma taxa de 11,3%, enquanto que, entre 1974 e 1981, essa taxa baixa para apenas 5,4%". Mas, segundo Pereira (1983:114): "Em 1977, (...), nosso endividamento externo já havia alcançado um nível tão elevado que tendia a transformar-se em bola de neve. (...) e apenas os juros sobre essa dívida já alcançavam mais de dois bilhões de dólares". E sobre a concentração de renda, diz Pereira (1983:127-128): "A concentração de renda continuou a aprofundar-se em 1973 e 1974. (...) O conflito distributivo assume assim várias formas na economia brasileira. (...) mas é claro que acirrou-se sobremodo no período de desaceleração e crise que se estende de 1974 a 1982". E na década de 1980, como resume Fürstenau (1990A:213), "(...) o que ocorreu (...) foi o encurtamento do raio de manobra do Governo no que diz respeito à política agrícola. De um lado, o esgotamento das fontes dos recursos não permitiu que o Governo continuasse destinando o mesmo volume de recursos alocado, nas décadas anteriores, a baixo custo no setor agrícola. De outro, a tentativa de compensar a redução no volume de crédito através do incentivo à produção agrícola via elevação dos preços mínimos acima dos preços de mercado acabou por pressionar o "déficit" público, o que obrigou o Governo a recuar com relação àquele objetivo, voltando a fixar os preços mínimos abaixo dos preços de mercado". Os principais produtos dessa política de preços mínimos são arroz, feijão, milho, soja, sorgo, aveia, centeio e cevada. Conforme Fecotrigo (1992) os financiamentos para a soja, na safra 82/83, tinham juros de 45% a.a. Já na safra 83/84 o encargo compreendia 85% sobre a variação da ORTN mais juros de 3% a.a. Na safra 84/85, 100% sobre a variação da ORTN mais juros de 3% a.a. Na safra 85/86, 100% sobre a variação da ORTN (outubro/85 a fevereiro/86, quando foi extinta a correção monetária) mais juros de 3% de outubro/85 a junho/86. Na safra 86/87, juros de 10% a.a. Na safra 87/88, correção monetária igual variação plena da OTN mais juros de 9% para médio e grande produtor e 7% para pequeno produtor. Na safra 88/89, 9% de juros mais correção monetária. Na safra 89/90, 12% de juros mais correção monetária. Na safra 90/91, 9% de juros mais correção monetária. Na safra 91/92, 9% de juros mais TR para pequenos produtores e 12,5% de juros mais TR para médios e grandes produtores. O limite de financiamento, nesse período, da safra 82/83 a 91/92, apresenta percentuais diferenciados para pequenos, médios e grandes produtores, como também segundo o produto (soja, trigo, milho). No caso do milho, por exemplo, entre 1982 a 1992, esse percentual varia de 80% a 100% para pequenos produtores; 60% a 100% para médios e 40% a 100% para grandes produtores. No caso da soja, de 70% a 100% para

pequenos produtores; 30% a 100% para médios; 20% a 90% para grandes produtores. No caso do trigo, de 80% a 100% para pequenos produtores; 60% a 100% para médios; 40% a 100% para grandes produtores. O critério de classificação de pequeno, médio e grande produtor obedece ao valor da renda bruta anual. Em agosto de 1992 foi criada a UREF, valor que corrige o VBC e preços mínimos, e que também classifica os produtores para efeitos de financiamento. Pequeno produtor é aquele com renda bruta anual de 25 mil a 75 mil UREFs; médio e grande produtor, renda superior a 75 mil UREFs". Existe, ainda, a classificação de mini produtor, aquele com renda de até 25 mil UREFs. A UREF de novembro de 1992 correspondia a Cr\$ 1.932,24. O volume de crédito rural, como observá-se em Guia da Safra 93 (suplemento do jornal Folha de São Paulo), de 28 de março de 1993, na década de 1980 e anos iniciais da década de 1990, apresenta a seguinte evolução: em 1980 o volume deste crédito foi de 21 bilhões de dólares; em 1981, 18,2; em 1982, 18; em 1983, 14; em 1984, 8,2; em 1985, 12,4; em 1986, 16,1; em 1987, 14,1; em 1988, 8; em 1989, 10; em 1990, 4,8; em 1991, 7,2; em 1992, 8.

- 75) Vejamos, por exemplo, os dirigentes cooperativistas que assumem as presidências das cooperativas que instituíram a Fundação da Produtividade, a partir de 1974, ano de início do jornal. A Coopera era presidida por Marino Heck, tendo como vice-presidente Alexis Setti e Jaime Zart como superintendente. Na gestão seguinte, a partir de 1975, Alexis Setti assume a presidência, tendo Jaime Zart como vice-presidente, e permanecem nesses cargos até 1985. Em 1986 a cooperativa é dirigida por uma junta de liquidantes e em 1988 Vali Albrech assume a presidência até 1990. Após, Osvaldo Crestani, superintendente na gestão anterior, inicia seu mandato na presidência. A Cotriel era presidida por Armídio Bertani, que dirige a cooperativa até 1984. Após, de 1984 a 1987, a cooperativa é presidida por Setembrino Pagnussatti, ex-gerente. Em 1987 é presidida por Elony Klein e atualmente é presidida por Mário Bertani. A Copalma era presidida por Tadeu Cerski. Após, em 1976, por Décio Rangel, como interventor. Em 1978, por Carlos Hermann, também interventor. Em 1982 é dirigida pelo mesmo, agora como presidente. Em 1988 é presidida por Dalvo Fiad, vice-presidente em 1982, que a preside pelo menos até 1990. Atualmente é presidida por Ari Huning. A Cotrijal era presidida por Irmfried Schimdt, que permanece no cargo pelo menos até 1982. Em 1988 é presidida por Elói Berres e em 1990 é novamente presidida por Irmfried Schimdt, atual presidente. A Cotrisoja era presidida por Amândio de Alcântara, que a preside até 1981. Em 1982 a cooperativa é presidida por Romeu Kloeckner, ex-gerente, que permanece no cargo até 1990. Após é presidida por Darci Hartmann. A Coagrisol era presidida por Ervin Teichmann, que a preside até 1982. Em 1986 é presidida por Egydio Pederiva, ex-gerente. Em 1989 é presidida por Olavo Valendorff, ex-secretário de 1974 a 1982. Atualmente é presidida pelo mesmo. Vejamos agora os

dirigentes cooperativistas que presidem a Fecotrigo. Essa federação foi presidida de 1958 a 1960 pelo general Henrique Geisel, de 1960 a 1972 por Edgard de Almeida Perez, de 1972 a 1980 por Ari Dalmolin, de 1980 a 1987 por Jarbas Pires Machado, de 1987 a 1989 por Terciso Redin, de 1989 a 1992 por Odacir Klein e atualmente é presidida por Rui Polidoro Pinto, vice-presidente na gestão anterior. Fontes: Anuários Expressão da Fecotrigo em suas edições de 1978/79/80/82/88/90, Fecotrigo (s/d), informações verbais ao autor. Observações: alguns períodos de gestões estão incompletos porque não foi possível conseguir essas informações.

- 76) Em seu planejamento gráfico o jornal procura manter um equilíbrio entre fotografias, ilustrações e textos, fazendo uma diagramação onde cabem olhos, cartolas, sub-títulos, traços. Seus textos procuram uma forma coloquial, simples. Alguns exemplos são estes: Na edição de 21/10/77, uma matéria com o título "Está iniciando o plantio" diz: "Luceno Roethig é um dos poucos agricultores que já começou a semear sua lavoura de 50 hectares em Linha Cinco Irmãos. Mesmo sabendo que os custos de produção esse ano sejam bem maiores, Luceno afirma que não deixará de aplicar adubo e herbicida para colher bem no final da safra. "Comecei a plantar terça-feira e vou aplicar adubo em toda minha lavoura. Só nas partes em que plantei trigo. Os herbicidas também vou aplicar a mesma quantia que usei até agora. E por falar em trigo, se eu não tivesse plantado, já podia estar bem mais adiantado com meu plantio de soja". Na edição de 5 a 11/1/89, uma matéria com o título "Girassol ganha espaço nas lavouras gaúchas" diz: "'O girassol é uma excelente alternativa para diversificar as atividades no meio rural". A avaliação é do agricultor Marcos Souilljee que divide a lavoura com seu pai Joseph. Em 1987, eles resolveram destinar 16 hectares dos 400 que possuem no interior de Carazinho, para a cultura. (...) "A lavoura de girassol do ano passado superou todas as culturas", enfatiza Marcos".
- 77) Aqui cabe um testemunho pessoal. Este jornal surge em outubro/74 e já em dezembro trabalhei nele, até março. Após, todos os meses de julho, dezembro, janeiro e fevereiro (período de férias da universidade), sem exceção, até março/80, trabalhei na redação. A partir de março/76, quando em período de aulas (UFSM), fui correspondente. No segundo semestre de 1980 assumi a função de repórter e após a de chefe de redação até fevereiro/81, quando assumi a função de editor do jornal "Cotrifatos" (Cotrisa). Pois bem, como era determinada a linha do jornal? Pela sua posição no setor cooperativo. Para a redação estava claro que o jornal tinha que desenvolver uma linha já definida. E isso não deixava de ser aceito no sentido profissional, mas, ao mesmo tempo, muitas tentativas aconteceram para que matérias deslocadas do projeto editorial fossem feitas e publicadas. Algumas foram. Muitas pautas foram criadas e não foram feitas. Isso criou uma rotina de trabalho já que o calendário

agrícola repetia-se. O mesmo ocorrendo com o cooperativismo e as reivindicações econômicas. Ao mesmo tempo, no desenvolvimento desse jornalismo, o próprio cooperativismo e estas reivindicações começaram a ser discutidos pelos jornalistas. Alguns eram recém formados em cursos de comunicação, com participação no movimento estudantil. Por outro lado, havia o acompanhamento da imprensa alternativa, estimulando posições no trabalho jornalístico. Isso desenvolveu um posicionamento crítico que pretendia-se colocar no jornal. Esse, com um projeto editorial determinado, apresentava por isso limites determinados. Esta situação montou um quadro onde o jornal, como outras publicações da imprensa de cooperativas, eram considerados apenas pontos de emprego. Em sua segunda fase o jornal aumenta seus quadros na redação. Entre outras razões, como ser editado em Porto Alegre, uma é seu projeto editorial, que acentua o político. E como diz o jornalista Pedro Osório que trabalhou no jornal neste período (anexo I, 155), referindo-se ao papel de O Interior no movimento "Grito do Campo": "Resgata-se daqueles tempos e acontecimentos a postura - da Fecotrigo - ampliada pelo jornal de que o produtor deve ultrapassar as linhas da sua propriedade. Participar da política, eleger parlamentares e dirigentes comprometidos com a classe, organizar-se em agroindústrias. Nisso tudo há um viés corporativista, que não vem ao caso. Interessa-nos a capacidade do jornalismo de "jogar o produtor no mundo, comprometê-lo".

78) Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/79), Porto Alegre, Fecotrigo, outubro de 1979, nº 42

79) Sobre isso o jornal publicou reportagens como as seguintes, por exemplo, indicadas pelas manchetes ou títulos de capa: "O drama das 200 famílias na barragem de Passo Real São os Agricultores Sem Terra" (18/11/77); "A vida nas vilas O Drama do Colono que Sai da Roça" (2/2/79); "A vida nas vilas Como Vivem nas Cidades os que Saíram da Roça" (9/2/79); "A vida nas vilas Safristas e Bóias-Frias Aumentam na Região" (16/2/79); "A vida nas vilas Colonos: o que se faz por eles" (23/2/79); "Os médicos pouco sabem sobre os venenos agrícolas" (reportagem nas páginas centrais, 6/9/79); "Profissão Meeiro" (25/10/79); "Denúncia Este menino está envenenado" (29/11/79); "Uma história de Medo dos Venenos" (10/1/80); "Colonos Envenenados" (24/1/80); "O Que o Filho do Colono Está Pensando" (31/1/80); "Os Produtores de Fumo Abandonam Suas Terras" (14/2/80). Nota-se que estas matérias aparecem nos anos finais da década de 1970, quando intensifica-se a crise na agricultura. Até meados desta década o jornal publica algumas reportagens enfatizando a colonização no Mato Grosso, como as seguintes: "Mato Grosso: Tudo Começou Com Uma Cooperativa Diferente" (5/9/75, suplemento de quatro páginas); "Norte do Mato Grosso Uma Nova Terra Conquistada Pelos Agricultores Gaúchos" (30/1/76, suplemento de oito páginas); "Mato Grosso A Nova Terra dos

Gaúchos" (6/8/76, suplemento de doze páginas). Sobre a questão da terra no RS pode-se indicar a reportagem "A Questão do Minifúndio" (5/3/76). O Interior, como de resto a imprensa de cooperativas, deslocou de seu projeto editorial a questão agrária. Nem poderia ser diferente, já que o objetivo desta imprensa não relaciona-se com mudanças estruturais na agricultura. E, quando conflitos entre fazendeiros e colonos sem-terra ocorreram no Planalto Médio, foi organizado o PUR (Pacto de Unidade e Resposta Rural), um movimento armado de reação às invasões. Fazia parte da cúpula deste movimento, como diz o jornal Zero, de 20 de julho de 1985, o então presidente do Sindicato Rural (empregadores) de Carazinho, Vali Albrecht, e presidente da Coopera em 1988-90. Em sua segunda fase o jornal acentua matérias no sentido político/social da agricultura motivado pelo período de lutas reivindicatórias.

- 80) Significativo é o depoimento do jornalista André Pereira, com o título "O que é ser repórter dentro da cooperativa", referindo-se à Coojornal e publicado no número 8, agosto-setembro de 1976, do Coojornal: "Mas, com sua rigidez, esqueceu-se coisas importantes como a divulgação do princípio cooperativista. Assim, posso afirmar que para inúmeras pessoas tudo aconteceu ao nível intuitivo. Hoje, passado um ano e sete meses desde que me cooperativei e iniciei a prestar trabalhos na casa, está se tentando formar um grupo para estudar cooperativismo e ostentar um embasamento teórico, essencial para a ação prática da cooperativa e para o próprio cooperativado. Perdi as contas das vezes em que, acusadoramente, me cravaram perguntas como "Cadê o profissionalismo? Tu não ganha nada na cooperativa, como é que quer falar em mudanças do mercado, jornalismo decente?" Argumentei, espernei tentando explicar o que era cooperativismo, até dar-me conta de que havia uma mentalidade suficientemente sólida para decretar o fracasso do meu rebate. O modelo que todos conhecíamos era o que tínhamos vivido nos diários de nossas empresas comerciais, quando empregados do dr. Sirotski ou do dr. Caldas, onde se é remunerado para produzir uma cota de trabalho geralmente maior que a estabelecida em nossos contratos, obedecendo uma operação que chamamos profissionalismo. (...). Ser repórter aqui é exatamente isso: preocupar-se tanto com a qualidade de uma matéria quanto com a estrutura que estamos ajudando a criar".

É compreensível que, na época, se buscasse uma prática consolidada como a extensão rural para referendar o surgimento da revista. Porque o jornalismo agrícola confundia-se, como ainda hoje ocorre, com a extensão rural. E, de fato, o texto de A & C mostra influência da prática de extensão rural, quando o conteúdo são conhecimentos de produção.

Mas a realidade dessa revista foi um caráter jornalístico. E mais: um jornalismo inédito até então na imprensa de cooperativas, na forma de revista² e no padrão de texto, fotografia e cartuns. O jornalista Ayrton Kanitz, editor-executivo na época, (anexo I, 3), descrevendo a experiência dessa revista, diz,

4 - O CASO DE AGRICULTURA & COOPERATIVISMO

A revista Agricultura & Cooperativismo, ou A & C, como ficou conhecida, circulou pela primeira vez em março de 1976¹. Era uma revista com o mesmo formato das revistas semanais como Veja e Isto É. Capas sempre em policromia, média de 38 páginas em papel off-set de gramatura média, tiragem de 15 mil exemplares. Seu primeiro editorial assim definia sua linha editorial,

"Há muito que se vem teorizando sobre um dos mais importantes elementos da extensão rural: a comunicação. (...). A FECOTRIGO julgou que não poderia haver melhor momento para lançar o seu primeiro órgão de divulgação do que durante um encontro entre os responsáveis pela agricultura do Sul do País. O 1º Encontro Cooperativo de Assistência Técnica e Extensão Rural é a primeira experiência concreta de reunião de todos os agentes ativos e passivos da agricultura moderna. Logicamente não poderia faltar a eles um veículo novo, que os auxilie objetivamente no trabalho diário; de um lado, levando de um modo mais rápido e amplo as informações, a orientação, a formação e, de outro, fazendo com que essas novidades sejam assimiladas da forma mais natural possível".

É compreensível que, na época, se buscasse uma prática consolidada como a extensão rural para referendar o surgimento da revista. Porque o jornalismo agrícola confundia-se, como ainda hoje ocorre, com a extensão rural. E, de fato, o texto de A & C mostra influência da prática de extensão rural, quando o conteúdo são conhecimentos de produção.

Mas a realidade dessa revista foi um caráter jornalístico. E mais: um jornalismo inédito até então na imprensa de cooperativas, na forma de revista² e em padrão de texto, fotografia e cartuns. O jornalista Ayrton Kanitz, editor-executivo na época, (anexo I, 5), descrevendo a experiência dessa revista, diz,

"Foi uma revista que chegou a ser lida em grupo, por colonos, nas reuniões de núcleos. (...) permanecia nas mãos dos agricultores, por ser revista. Isto é fundamental - revista não se joga fora. Pode-se dizer que, para a época, foi criada uma linguagem simples que, supunha-se, os colonos liam com mais facilidade. (...). Capa a cores (...). Diagramação simples, corpo gordo para leitura vagarosa. Entrelinhamento espaçoso".

A & C era um veículo da Fecotrigo e editado pela Coojornal desde seu primeiro número até a edição de setembro/78³. A edição de outubro/78 é na forma do primeiro Anuário Expressão⁴ quando A & C começa a ser editada exclusivamente pela Fecotrigo. Nesta primeira fase é criado o jornalismo característico da revista. Como diz Coojornal (agosto-setembro/76)⁵,

"Dedicada aos assuntos de agropecuária e cooperativismo, esta Revista está introduzindo uma nova forma de jornalismo neste setor, que sempre foi abordado por inúmeras publicações. Além da qualidade editorial e da fiel obediência a critérios exclusivamente jornalísticos, A & C tem uma grande preocupação com a linguagem, a forma de se comunicar com os leitores; a grande maioria deles associada às cooperativas filiadas à Fecotrigo."

Que nova forma de jornalismo era esta? Basicamente um jornalismo do setor cooperativo que fez a classe dos pequenos produtores ser notícia. Com A & C essa classe torna-se pauta de matérias - esta é a característica da revista que nos interessa e que enfatizamos para análise. A & C fez um jornalismo com direções políticas do cooperativismo empresarial, acentuando os pequenos produtores em suas matérias jornalísticas.

Vejamos como a revista desenvolve este jornalismo nas direções política-tecnológica/econômica (produção agrícola) e política-ideológica (cooperativismo).

4.1 O JORNALISMO PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Podemos começar fazendo a seguinte pergunta: como a produção agrícola pode ser notícia? Tirando os casos clássicos de "anormalidades" que automaticamente produziram o conceito de notícia (por ex: frustrações de safras, oscilações acentuadas de preços, etc), essa produção só tem sentido jornalístico se o veículo tem interesse em valorizá-la dentro da economia do setor que dirige esse veículo.

Isto é, o que não é notícia para meios comerciais torna-se aqui material jornalístico. Em outras palavras, os editores e repórteres vêem, objetivamente, essa produção como motivo de notícia porque assim o determinam os interesses do veículo.

Por isso, são feitas as reportagens com uma linguagem que descreve quem pratica esta produção, os produtores, como isso ocorre e as orientações dos técnicos. Nesse jornalismo a notícia não é um fato que convencionalmente a originaria, mas processos de produção. O critério jornalístico é buscado em alguma "anormalidade" dentro desses processos, que pode ser, por exemplo, a falta de consenso diante de uma tecnologia. A matéria "É preciso muito cuidado para ajudar a terra", em A & C (fevereiro/78)⁶ é ilustrativa. Dizem alguns trechos,

"Quando se começou a aplicar calcário no estado, em 1967, com a famosa operação tatu que iniciou em Santa Rosa, os agricultores olhavam com um pouco de desconfiança aquele pó branco do qual muitos diziam milagres. Os que fizeram correção do solo com calcário naquele ano pioneiro, tinham garantido a calagem por cinco anos. (...). Mas foi no primeiro ano de utilização de calcário que o agricultor Atalípio (dono de 33 ha - HAS), resolveu branquear pela primeira vez. E diz por quê:

- Um vizinho tinha experimentado e deu resultado, a produção da soja dele foi o dobro mesmo.

Foi uma corrida para comprar calcário que não teve

igual. (...) de 1973 a 1975 o consumo do calcário aumentou em 345%. (...). Muita gente pensava assim: se eu boto seis toneladas por hectare e a produtividade aumenta imagina se eu botar 12 toneladas ... E foi aí que se descobriram os primeiros problemas. O trigo não reagia bem por causa das doenças que surgiam com a elevação do pH do solo. (...). Depois de distribuído tem outra operação que os técnicos chamam de incorporação ao solo (...). Pois nesta fase é que os técnicos mais se assustam. "O agricultor para ganhar tempo faz a calagem com a grade ou com o pé-de-pato", explica (...), o técnico da Embrapa. "Mas com estes equipamentos a incorporação nunca é feita direitinho, porque o calcário deve entrar na terra a mais ou menos 20 centímetros de profundidade. (...). Acontece, como conta o agricultor Auri Bigolin, que para fazer incorporação com arado se leva quatro horas para percorrer um hectare. "Enquanto isso", diz Auri, "com o pé-de-pato se leva só duas horas. Não é vantagem então usar o pé-de-pato?" Pois os técnicos insistem que está errado". (grifos do texto)

A matéria continua dizendo que "os pesquisadores que estão estudando o assunto do calcário não têm uma resposta pronta para esta pergunta: Qual a saída?" Apenas recomendações "para os agricultores, pelo menos, diminuir as dificuldades da lavoura e do seu bolso".

O que fez esta reportagem? Escolhida a pauta, calcário, entrevistaram-se dois agricultores com casos reais de aplicação deste corretivo do solo e técnicos de centros de pesquisa, Embrapa (CNPT) e CEP-Fecotrigo, e de uma cooperativa. O texto não só descreve mas analisa essa aplicação, colocando o que é feito e o que deveria ser praticado tecnicamente. Juntaram-se, portanto, situações reais de produção e entendimentos técnicos, onde produtores e técnicos discutiram o mesmo assunto.

Onde está o critério jornalístico desta reportagem? Em primeiro lugar, certamente pela importância deste insumo para o aumento da produtividade e também por ser um produto com programa especial de financiamento (na época o Programa Nacional de Calcário Nacional). Logo, esse insumo faz parte da modernização da agricultura.

Em segundo, pela pauta que identifica a aplicação de

calcário como uma técnica que não apresenta consenso entre produtores e técnicos, mas sim uma diversidade de opiniões. O critério jornalístico seria este: levantar um problema real na agricultura moderna e usando como fontes, produtores e técnicos, analisar a diversidade de situações e opiniões.

A natureza desse jornalismo, ao contrário da extensão rural, como um processo de atendimento e acompanhamento direto do técnico ao estabelecimento, pode ser entendida pela sua capacidade de ampliar, dentro do universo de seus leitores, situações particulares, mas que na verdade são generalizadas neste universo. As duas condições que sistematizamos para indicar o critério jornalístico do texto referido são generalizadas entre os produtores incluídos, de alguma forma, neste processo de produção.

O que a revista traz, em forma de reportagem, é um processo de produção generalizado na modernização da agricultura. Assim, enquanto a extensão rural particulariza o conhecimento e adoção de tecnologia, o jornalismo universaliza essa tecnologia no sentido de expor situações reais de sua incorporação e, principalmente, as opiniões de técnicos e produtores sobre ela.

Mas o jornalismo do cooperativismo empresarial invariavelmente tem como pauta um processo de produção. E por quê? Porque esse jornalismo tem como objetivo valorizar a realidade que o criou - a modernização da agricultura, composta, no sentido técnico/econômico, por processos de produção. Essa realidade não é igual para todos os agricultores, mas hegemônica. E A & C toma esta direção fazendo suas pautas no sentido de estimular a produção de mercadorias agrícolas, principalmente na pequena produção. Por

É esta produção que determina o seu jornalismo. A & C procura os pequenos produtores como pautas porque o seu jornalismo tem como direção essa produção de mercadorias. É esta classe que, neste período da modernização, apresenta-se numa situação limite entre a inclusão e exclusão desse processo.

E será, basicamente, a classe dos pequenos produtores a

referência para o jornalismo da revista. Isso tem seus motivos. Em primeiro lugar, porque essa situação limite traz consigo uma diversidade de situações técnicas/econômicas e sociais, ou "anormalidades", que proporciona os projetos de pautas; em segundo, porque é essa classe que, sendo maioria nas cooperativas filiadas à Fecotrig, vide tabela 13, precisa encontrar saídas para a reprodução de seus estabelecimentos e assim continuar produzindo dentro do sistema cooperativo.

Estas duas situações não ocorrem na classe dos empresários rurais. A atividade econômica dessa classe está consolidada e em expansão, e mudanças estruturais na produção têm apenas como objetivo intensificar essa expansão. Já na classe dos pequenos produtores a modernização agrícola condiciona uma série de determinações na produção e mesmo no destino das pessoas no sentido da reprodução/subordinação ou desintegração dos estabelecimentos.

É esta tensão nessa classe social que atrai o jornalismo de A & C. E, se objetivamente, o critério jornalístico existe claramente, a ideologia, como vontade e determinação política de editores e repórteres de escrever sobre essa classe, tem algumas condições de se expressar. Portanto, com A & C acontece o seguinte: procuram-se localizar situações na agricultura para a produção de matérias com determinados critérios jornalísticos e essas situações são encontradas numa classe social, a dos pequenos produtores.

Desta maneira, é idealizado e praticado um texto onde é contado o que acontece com a fonte (e ao mesmo tempo leitor). O conteúdo da matéria é uma determinada situação onde a fonte representa formas de existência de sua classe social, e isso de alguma maneira indica a forma que deve assumir o texto. Por exemplo, a matéria "Como aumentar 24 sacos por hectare", em A & C (março/76)⁷ assim inicia,

"Quando Honorino Bedeno passava na estrada de Tapejara, indo da sua casa na Vila Langaro, para a cidade, sempre ouvia algum desaforo: "Lá vai o burro", diziam os vizinhos. Honorino baixava a cabeça e seguia em frente, fazendo de conta que não ouvia. Mas na hora em que Honorino foi colher a soja

plantada em 10 hectares, os vizinhos ficaram de boca aberta. Ele teve até que alugar uma colheitadeira, "porque a muque não deu": em vez dos 300 ou 320 sacos que colhia normalmente, Honorino teve uma produção de 560 sacos".

E, mais adiante, o texto diz,

"Os vizinhos achavam que ele estava louco ao investir 13 mil cruzeiros para fazer correção e terraceamento nos 10 hectares plantados com soja (ao todo Honorino tem 22 hectares). Mesmo quando a soja começou a crescer e eram claras as diferenças entre as duas lavouras: na área trabalhada as plantas eram maiores, o verde da folha mais forte e as vagens mais carregadas. Eles só foram reconhecer depois da colheita, quando Honorino colheu 24 sacos a mais por hectare."

Este texto mostra uma situação nova na pequena produção - o uso de técnicas modernas. O que é comum, rotineiro, na lavoura empresarial, aqui se torna notícia. É um texto com expressões coloquiais, simples, na forma de uma narrativa, e é de se supor acessível, compreensível por estes agricultores. Não existe uma forma definida para o jornalismo de agricultura. E é certo o que diz Kotscho (1989:8),

"Pode-se fazer uma reportagem de mil maneiras diferentes, dependendo da cabeça e do coração de quem escreve, desde que essa pessoa seja honesta, tenha caráter, princípios. Não, não estou falando da tal "objetividade jornalística", da "neutralidade" do repórter, essas bobagens que inventaram para domesticar os profissionais que não se dobram aos poderosos de plantão, porque têm um compromisso maior com seu tempo e sua gente."

Mas neste jornalismo o conteúdo, um conhecimento de produção, condiciona, ou melhor, já traz indícios de como devem ser escritas estas informações. E a classe social que dá origem à matéria produz diferença nesta linguagem. Vejamos, por exemplo, uma outra matéria de A & C (junho/80)⁸ que descreve, com o título "Com plantio direto, 45 sacos por hectare", inovações técnicas na produção de soja de um empresário rural. A matéria assim inicia,

desenvolvimento estrutural da agricultura. Isso significa que esses transfer condições de movimento estabelecem E de A & C apenas e

"Bem no alto de uma coxilha em Pontão dos Buenos, município de Condor, está localizada a granja do seu Ernesto Rehn, associado da Cotripal de Panambi. Mas quem cuida mesmo da propriedade, de 280 hectares, é o capataz João da Costa, (...). Tanto ele como o patrão andam para lá de satisfeitos com os resultados que estão obtendo na lavoura. É que já há cinco anos eles utilizam o método do plantio direto na plantação de soja, do milho, do trigo e das outras culturas, inclusive nas pastagens. E a produtividade está sempre aumentando."

novas práticas de produção, como também mercado, nestas unidades produtivas, mecanico

Os dois textos têm a mesma linguagem? O segundo também apresenta expressões coloquiais, simples, e conta uma situação num processo de produção. Mas, enquanto o primeiro texto é construído de forma a desenvolver situações que mostram atitudes inéditas na pequena produção, o segundo conta a assimilação de tecnologia no sentido de mudança de um sistema convencional de produção (mas também moderno) para um sistema mais avançado. Os dois textos têm o mesmo objetivo: contar jornalisticamente processos de produção. Mas esses processos ocorrem em situações desiguais, em modos de produção diferentes.

da produção na vida destes produtores, isto é, uma linguagem

Este fato decide em muito as formas de texto. Para A & C o conceito de modo de produção não está presente (e nem poderia estar, já que conceitos teóricos sobre estruturas de produção não fazem parte do jornalismo, de qualquer jornalismo, e isso implica em abordagens que não explicam, de fato, situações determinadas), mas mesmo assim há claramente uma percepção das formas de estratificação social entre "pequenos agricultores" ou "minifundiários" e "grandes produtores" ou "granjeiros", e que atuam no mesmo ramo de produção.

Para a revista, uma técnica da agricultura torna-se importante para "pequenos" ou "grandes" produtores. É necessário incorporá-la. E, de fato, este entendimento tem sua razão de ser porque o produto final é importante para todos os produtores.

Ocorre que a pequena produção, sendo um modo de produção não-capitalista, está numa situação de subordinação diante do

desenvolvimento estrutural da agricultura. Isso significa que esses estabelecimentos estão abertos no sentido de transferência de excedente. Em outras palavras, esta é uma condição de classe estruturalmente transitória - seus movimentos podem se dar no sentido da desintegração dos estabelecimentos ou formas de integração com capitais.

É essa transitoriedade que certamente condicionou o texto de A & C, quando a pauta envolve pequenos produtores? Não apenas em pautas sobre novas tecnologias, como também mercado, novas opções de produção, cooperativismo, e outras situações nestas unidades de produção. Isso não foi um resultado mecânico, obviamente, mas o entendimento ideológico de editores e repórteres. Os pequenos produtores aparecem, na realidade, como a classe expropriada na agricultura, com suas consequências como falta de escolaridade, leitura, etc.

É de se presumir que com esta identificação os jornalistas percebem que deve ser feito um texto não apenas acessível, simples, compreensível, mas que, principalmente, coloque as palavras e expressões que realmente tenham significados na vida destes produtores, isto é, uma linguagem da cultura desses produtores, onde sua realidade (o conteúdo apreendido para as matérias) esteja refletida no texto.

As palavras desse texto são buscadas nos próprios produtores. Existe um esforço, e isso pode ser observado, de construir um texto com palavras e expressões dos próprios agricultores, uma linguagem que descreve as situações de suas vidas. (A nota 12 mostra, em resumo, outros textos envolvendo pequenos produtores). Em outras palavras, um texto no sentido de valorização do conteúdo (significados da realidade do pequeno produtor). Um conteúdo valorizado se quem escreve tem vontade e determinação para isso. Como diz Bakhtin (1988:36),

"A palavra é o fenômeno ideológico por excelência"
(grifos do autor)

E após, Bakhtin (1988:37), coloca que,

"É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico" (grifos do autor)

Mas essa valorização do conteúdo, e que vai determinar a forma do texto, tem, claramente, um limite condicionado pela Fecotrigô. Isso porque seu interesse nesse jornalismo é valorizar a agricultura e os agricultores, dentro do entendimento ideológico do cooperativismo empresarial, e isso seu texto faz, mas não é de seu interesse colocar esses produtores dentro do desenvolvimento estrutural real da agricultura, o que significaria identificar as formas de expropriação.

Portanto, esta linguagem acaba adequando-se a um determinado conteúdo. Um conteúdo de uma realidade compreendida ideologicamente pelos dirigentes do cooperativismo empresarial, ou, a pequena produção não é vista como um processo de expropriação permanente, a não ser nos casos de comercialização com intermediários (comerciantes e/ou empresas não-cooperativas). Se não fosse assim essa linguagem poderia superar os limites do que é entendido por agricultura e colocar esses produtores dentro de um quadro de existência maior.

Não fazendo isso, a revista isola essa realidade (conteúdo) da realidade maior, que é a sociedade capitalista, que, em última instância, decide o destino da pequena produção. Nas reportagens de A & C a pequena produção é vista como unidades que têm problemas, mas que podem ser superados com tecnologia, trabalho, outras produções e cooperativismo. Como diz a matéria "Rosas e soja entre os pessegueiros de Ibirubá", de A & C (maio/76)¹⁰,

"Guido Waldir Wahys, de Ibirubá, acredita na fruticultura como solução para os pequenos proprietários. Ele possui 6 ha e aproveita cada metro quadrado de terra. E, garante, tem lucro". (...) (Como diz o produtor - HAS) "Uma propriedade de 2,5 ha, com fruticultura orientada tecnicamente, pode significar o sustento de uma família de quatro

a cinco membros".

Ou, como diz a Carta do Editor em A & C (dezembro/76)¹¹,

"Quando foi lançada, há nove meses, esta revista escolheu a agricultura e o cooperativismo como temas básicos de suas preocupações editoriais. (...). Nesta edição dedicamos cinco páginas ao cooperativismo. Contamos a história bem sucedida da Cooperativa de Nova Petrópolis (...) e mostramos como, em Cruz Alta, o cooperativismo está sendo levado até as salas de aula (...). Nesta mesma edição, encontramos outro exemplo para se falar em cooperativismo: a situação dos plantadores de fumo que, sem uma estrutura forte das cooperativas que eles mesmo deixaram fechar, tornaram-se dependentes das empresas que industrializam e exportam a produção dos colonos. Temos, então, bons exemplos para o agricultor e o produtor em geral analisar, para ver e conhecer as vantagens do trabalho associativo, que no meio agrícola pode ir desde a produção até a comercialização ou a industrialização (...)."

A única forma de expropriação identificada seriam os intermediários (o cooperativismo seria uma forma de estancar essa expropriação). Daí o caráter técnico/econômico que assume os textos, com influência da extensão rural, e a valorização da pequena produção e do cooperativismo, como veremos adiante. Ao mesmo tempo, procuram-se situações onde a agricultura está dando certo, no sentido de apresentar opções¹² de produção para esses agricultores, procurar saídas econômicas, porque o que interessa às cooperativas é um produtor produzindo, como diz Loureiro (1981:153),

"A cooperativa não interessa um produtor falido, mas um produtor em ação, gerando mercadorias agrícolas, comprando insumos, realizando financiamentos. Só assim ela terá garantida sua fonte de acumulação."

Vejamos, por exemplo, a matéria "A fé em Ibiraiaras", de A & C (julho/76)¹³, que assim inicia,

"Devia ter umas 15 pessoas dentro do bar de seu Bolivar, em Ibiraiaras, quando Arcelino Poletto entrou para tomar um copo de vinho e escapar do

frio. Alguns jogavam cartas, num canto, outros enxugavam um traguinho de cana, da boa, com cerveja. Como o assunto era a batatinha, Arcelino já chegou contando novidades:

- Pois ontem à noite começou dar um tremor de terra lá perto da minha casa. O pessoal já andava meio apavorado quando eu fui e disse: "Calma pessoal. Não é nenhum terremoto. É só a minha plantação de batatinhas que tá crescendo, porco dio". Quem estava em volta caiu na risada. Mais do que da piada, o pessoal riu de faceiro. Em Ibiraiaras, quem planta batatinha ri à toa, de tão bom negócio que vem fazendo." (grifos do texto)

Em resumo, a matéria conta o desenvolvimento desta produção iniciando com a singularidade de um produtor, mas logo particularizando um mesmo comportamento para o grupo destes produtores, "Em Ibiraiaras, quem planta batatinha ri à toa, de tão bom negócio que vem fazendo". Após, recomenda essa produção, "E para todos os que possuem pequenas propriedades, naquela região, Otávio (um engenheiro-agrônomo - HAS) aconselha sem medo de errar: "Plantem batatinhas. Dá mais que soja". Concluindo, descreve uma doença do produto¹⁴ e expõe as recomendações técnicas,¹⁵ chamando a atenção para possíveis contatos com a pesquisa.¹⁶

O texto mantém a mesma linguagem em todos os assuntos abordados. A reportagem procura esgotar essa produção, desde o caso de um produtor até as recomendações da pesquisa. E é um texto que valoriza a pequena produção, o que é uma característica de A & C. É a transitoriedade da pequena produção que chama a atenção de A & C, e condiciona, certamente, o seu texto, mas o seu jornalismo (resultado de decisões políticas-ideológicas para as pautas e edições das reportagens, e onde está incluído o texto) é desenvolvido no sentido de apresentar soluções, via incremento da produção agrícola, a esses produtores.

A transitoriedade, assim, seria o ponto de percepção para desenvolver esse jornalismo, mas esse é feito no sentido de estimular a produção de mercadorias e o cooperativismo.

4.2 O COOPERATIVISMO COMO IDEOLOGIA DE COESÃO POLÍTICA

A & C surge no momento de expansão da modernização da agricultura e procura fortalecer, política e economicamente, o cooperativismo e a agricultura. Mas, para isso, destaca como decisiva a existência da pequena produção. Vejamos, por exemplo, a tabela que segue.

TABELA 13 - NÚMERO DE ASSOCIADOS DAS COOPERATIVAS FILIADAS A FECOTRIGO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM 1981 E 1990

<u>Grupos de área</u> (ha)	<u>1981</u> <u>Associados</u>	<u>1990</u> <u>Associados</u>
— 50	180.646	168.921
50 — 500	42.184	44.397
500 —	3.338	6.254
Totais	226.168	219.572

Fontes: Agricultura & Cooperativismo (novembro/81) e Anuário Expressão/90, s/d

Nota-se que, em 1981, 79,8% dos associados das cooperativas filiadas à Fecotrigo eram produtores em áreas de até 50 ha; em 1990 esse percentual cai para 76,9%. Ao mesmo tempo, em 1981, 18,6% desses associados produziam em áreas de 50 a 500 ha e 1,4% em áreas com mais de 500 ha. Já em 1990, respectivamente, esses percentuais aumentam para 20,2% e 2,8%. Em números redondos pode-se dizer que em 1981, 80% dos associados eram pequenos produtores e em 1990 esse percentual cai para 77%.

Por ser maioria nas cooperativas, essa classe torna-se importante do ponto de vista da produção. As cooperativas precisam manter seu fluxo de comercialização e a necessidade de produção será aumentada à medida que as cooperativas e a Fecotrigo avançam na agroindustrialização. Nesta situação, a produção dos associados é imprescindível. Não só como suprimento de produção, mas - e isso é fundamental - como um suprimento contínuo, sem interrupção. Assim, o aumento da produtividade era importante e daí a direção

política-tecnológica/econômica que assume a revista.

Mas, para manter essa produção dentro do setor cooperativo era preciso fortalecer a ligação pequeno produtor-cooperativa. Além disso, igualmente importante, as cooperativas precisam se capitalizar. Logo, os associados devem concordar com os projetos de expansão das cooperativas. O cooperativismo será a ideologia para isso. E A & C desenvolve um jornalismo valorizando o cooperativismo¹⁷ como um sistema político-econômico próprio para a agricultura. Cooperativismo e agricultura não poderiam existir separadamente.

Para A & C a agricultura é produção de mercadorias agrícolas, sim, mas que deve ter uma direção política-econômica - o cooperativismo. Fazendo isso, A & C atua na cooptação política-ideológica dessa classe para a consolidação das cooperativas. Nas suas edições o cooperativismo aparece como o sistema político-econômico "ideal" para os agricultores. Por exemplo, na edição de maio/76¹⁸ A & C traz a reportagem "Nos Núcleos, os pequenos aprendem a se defender", e diz no olho da matéria,

"Os pequenos agricultores do Alto Uruguai e Planalto Médio expõem seus problemas em grupo e buscam soluções próprias. Eles querem saber mais do que lidar com a terra. Eles dizem que cansaram de ser enganados."

E, após descrever a relação dos produtores diante de comerciantes, a matéria relata a formação de núcleos de agricultores cooperativados,

"O que é, enfim, cooperativismo? Essa pergunta nem sempre tem resposta entre os agricultores de uma outra extensa região agrícola gaúcha, a do Planalto Médio. Mesmo os que são sócios das cooperativas, têm dificuldade em responder à questão. Por isso, a Cooperativa Triticola de Passo Fundo Ltda, iniciou em 1974, intensa doutrinação entre os produtores da região. "Viu-se que eles não cooperavam com a cooperativa por pura falta de esclarecimento", afirma (...), coordenador do Setor de Assistência Técnica e Extensão Rural. E cita números para

mostrar que a campanha de esclarecimento tem tido resultados bastante satisfatórios: em 1975, a cooperativa recebeu, de pequenos agricultores, 150% a mais de produção do que em 1973."

Seguindo, A & C em sua edição de dezembro/76¹⁹ traz a reportagem "Nova Petrópolis, antes e depois da cooperativa", dizendo em sua abertura,

"Ninguém acreditava no futuro em Nova Petrópolis. E não era só a gente do lugarejo de 2.700 famílias, donas de pequenas propriedades, que desfazia de um destino melhor. Era triste ouvir os técnicos, as autoridades, analisarem os meios que poderiam desenvolver o município e depois balançar a cabeça, com desânimo. Não havia jeito, diziam, Nova Petrópolis não ia passar de um engano da história da colonização no estado."

Após, o texto descreve o que aconteceu para a criação de uma cooperativa e diz,

"Assim, nasceu, (...), a Cooperativa Agropecuária Nova Petrópolis com a missão de mudar o futuro da região."

O texto continua relatando o desenvolvimento da cooperativa e "o trabalho de conscientização dos associados" e conclui,

"Mas do que ninguém tem dúvidas é que Nova Petrópolis pode ser classificada em duas fases: antes e depois do cooperativismo."

A & C, no entanto, não se preocupou apenas com o cooperativismo na área de produção agrícola no RS. Para a revista, o cooperativismo deveria existir em todas as atividades econômicas, nas diversas regiões rurais do estado, e também nas cidades. Na edição de fevereiro/77²⁰, por exemplo, A & C traz ampla reportagem (seis páginas) sobre o cooperativismo na região de pecuária. Com o título "Experiência do Planalto faz escola na Fronteira" o texto traz a incorporação pela Cotrijuí de uma cooperativa de

pecuaristas, os problemas de uma outra cooperativa de carnes e a criação do primeiro lanifício formado por seis cooperativas.

Continuando, o texto coloca um projeto do ministério do Trabalho para criar cooperativas de trabalhadores no RS através de "um convênio que pretende criar novas cooperativas no estado e, depois, em todo o país" e um assessoramento de duas cooperativas gaúchas na colonização do Cerrado. Como diz o texto,

"O cooperativismo no Rio Grande do Sul provou que deu certo e está servindo de modelo a outros estados."

Na edição seguinte, de março/77²¹, A & C traz ampla matéria (cinco páginas) sobre casos de cooperativismo em outras áreas, além do trigo e soja. Com o título "O mau negócio da pesca", a abertura do texto diz,

"Pescadores de Tramandaí, colonos que plantam bananas em Torres, as centrais do leite e do malte e cevada em Carazinho e Ijuí, motoristas em Santa Maria. Alguns exemplos de como anda o cooperativismo no Rio Grande do Sul: mal, onde os associados não entenderam o cooperativismo; bem, onde o cooperativismo foi bem organizado."

A reportagem relata os casos do cooperativismo na produção de bananas, leite, malte e cevada, no setor de telefonia rural e de uma cooperativa de táxis. As edições de A & C seguem noticiando a criação de cooperativas, como na edição de junho/78²², com a chamada "Está nascendo uma Cooperativa: ela só vai trabalhar com maçãs", publicando reportagens sobre cooperativas singulares, como na edição de junho/81²³ com os títulos "Na Cotripal, quem manda é o associado" e "Participação de todos: a fórmula de recuperação da Cotrijuc", mostrando o que acontece com o cooperativismo em outros países, como na edição de julho/78²⁴, com o título "A força dos alemães" dizendo na abertura do texto,

"O sistema cooperativo alemão é dono do terceiro maior banco do país e controla a comercialização da maior parte do leite, manteiga, adubos, cereais,

além de diversas outras atividades que asseguram a participação dos produtores em quase todas as áreas do moderno processo produtivo."

E, por fim, trazendo os debates que são realizados dentro do sistema cooperativo liderado pela Fecotrigo, como na edição de setembro/81²⁵ com o título "É hora de caminhar com as próprias pernas" dizendo no olho da matéria,

"O cooperativismo gaúcho inicia um novo período na sua história: arruma-se internamente para vencer o atual momento de crise com soluções próprias, traçando uma nova política agrícola voltada para os reais interesses do produtor."

O cooperativismo, portanto, é a ideologia que o cooperativismo empresarial manifesta para a coesão dos produtores, principalmente os pequenos agricultores. É essa a ideologia que A & C apresenta, defende e direciona. Para a revista, o cooperativismo deveria existir também em outras áreas, além da agricultura, mas é nessa atividade econômica que esse sistema precisa realmente se desenvolver.

Fazendo isso, A & C afirma o cooperativismo como a ideologia própria para a agricultura. E assim "produz" o espaço para a atuação do cooperativismo empresarial, já que pelo desenvolvimento capitalista é essa a forma de cooperativismo que predomina na agricultura.

O jornalismo de A & C produziu significados para os produtores-leitores: valorização da agricultura, das comunidades rurais, da vida do pequeno produtor, de seu trabalho, e principalmente, do cooperativismo. Ao mesmo tempo, como outros veículos impressos do setor cooperativo, A & C não tinha caráter comercial. A Fecotrigo não produziu essa revista para buscar lucro. As assinaturas e a publicidade²⁶ eram buscadas para pagar seus custos. A intenção dessa publicação não era comercial, mas política-tecnológica/econômica e política-ideológica no sentido da produção e direção de mercadorias agrícolas dentro do setor cooperativo.

E isso pode ser observado não apenas nas matérias sobre como aumentar a produtividade de produtos dinâmicos como

também nas reportagens sobre novas opções de produção e na valorização da pequena produção, como faz a matéria "Boa produtividade com imaginação" de A & C (abril/78)²⁷. A reportagem assim inicia,

"Quando Nelson Nikolai começou a trabalhar com suínos há quatro anos, não imaginava que hoje ele estaria numa situação tão boa, ainda mais trabalhando em cima de apenas 10 hectares, na localidade de Linha Forquetinha em Lageado.(...). Mas qual é o segredo para se atingir uma produção de 250 mil quilos de carne de porco por ano e mais de 2.500 litros de leite por mês num minifúndio? "Muito trabalho e um pouco de imaginação", responde Nelson".

E, após contar o ingresso deste produtor numa cooperativa, a matéria conclui,

"Há quatro anos, quando seu pai morreu, Nelson não tinha quase nada e hoje em dia afirma orgulhoso que "melhorou mais de 300% e espero melhorar mais ainda". Tanto que sua mulher Iraci não precisa mais trabalhar até tarde da noite, ordenhando as vacas e pode ficar cuidando do filho recém-nascido".

Ou, na reportagem "No minifúndio, Nicolai ganha 30 mil por mês", de A & C (abril/80)²⁸, que diz,

"(...) ele foi escolhido como o "agricultor do ano" de Lageado, porque, através de um trabalho intenso, integrado²⁹ e diversificado, consegue tirar Cr\$ 30 mil mensais limpinhos de sua propriedade de apenas 10,8 hectares. Na verdade, uns 5 hectares, porque metade do minifúndio fica num morro cheio de pedras."

E, após, este produtor diz,

"Eu sou cooperativista, mas tudo tem que ser bem organizado. Na cooperativa, o lucro é visado a nós, associados, enquanto na firma particular quem ganha são os donos."

É esta direção política-econômica (que resume as duas direções de A & C) que irá desenvolver a hegemonia no

cooperativismo empresarial. Um setor com projetos de agroindustrialização e para isso era preciso produção de mercadorias. Como diz Falkembach (1985:178), caracteriza uma ação

capitalista, vide Weber (1981). Formase uma situação onde, usando "A partir dos anos 70, esse cooperativismo dito de produção, liderado pela FECOTRIGO, (...), optou pela estabelecimento de um grande complexo agro-industrial, fixando sua atuação nas questões econômico-empresariais."

É esta direção política-econômica que dá o caráter fundamental de A & C. Isso significou um jornalismo que valorizava o cooperativismo e a vida dos pequenos produtores, em reportagens que mostravam como viviam esses agricultores, seus processos de produção, seus costumes e tradições, e, ao mesmo tempo, valorizava, via intensificação de produção, a possibilidade de lucro pela geração de mercadorias. Vejamos por que.

Por cultura podemos entender a valorização de componentes da realidade objetiva, imputando-se significados a esses componentes, como diz Weber (1979A:92),

"Ela envolve uma estratégia econômica que combina a produção direta dos meios de vida (e por isso não "O conceito de cultura é um conceito de valor. A realidade empírica é "cultura" para nós porque e na medida em que a relacionamos a idéias de valor. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se significativos para nós". (grifos do autor)

A hegemonia existente no cooperativismo empresarial procura consolidar uma cultura em relação à agricultura. Que cultura é essa? Uma valorização de que a agricultura deve ser um negócio racional, produzir sistematicamente lucro, tendo como direção, sempre em sentido crescente, a produção de mercadorias. Enfim, uma cultura capitalista.

Ao mesmo tempo, a pequena produção é um modo de produção não-capitalista e isso implica dizer que aí existe uma cultura que não encontra correspondência, em sua totalidade, na cultura capitalista. Existe o móvel do ganho através da produção de mercadorias e também existe o móvel da produção da reprodução da unidade familiar, numa situação onde os

riscos são minimizados. Esta ação não pode ser caracterizada como tipicamente capitalista.

O simples impulso do ganho não caracteriza uma ação capitalista, vide Weber (1981). Forma-se uma situação onde, usando basicamente mão-de-obra familiar, esses estabelecimentos organizam o trabalho coletivo em duas direções: produção de valores de uso (subsistência) e produção de valores de troca (mercadorias).

Esta situação condiciona estes estabelecimentos a uma relação "funcional" com o setor capitalista, como visto em 1.2.1. Mas esta "funcionalidade" não significa ausência de contradições. E essas explicitam-se na subordinação e, em seu maior grau, na desintegração de estabelecimentos. Os pequenos produtores apresentam uma cultura que lhe é típica: a cultura da reprodução da unidade familiar junto com a produção de mercadorias. Martins (1986:126) referindo-se à economia caipira e que pode ser relacionada à pequena produção de que estamos tratando, diz, valorizando sua cultura de pequenos

produtores com as mais variadas pautas, desde o trabalho familiar, "Ela envolve uma estratégia econômica que combina a produção direta dos meios de vida (e por isso não pode ser classificada como uma economia capitalista) e a produção programada de excedentes comercializáveis. Por isso, o mercado e o dinheiro, cujo poder corrosivo para as sociedades tradicionais é conhecido, não alcançam necessariamente os fundamentos últimos da reprodução social desse tipo de produtor rural. Esse é o núcleo de preservação do tradicionalismo, como modo de vida e como cultura".

Esta cultura é submetida pela cultura capitalista. Isso significa que os pequenos produtores são objeto das determinações de uma cultura hegemônica. Conforme Williams (1979:91),

"São (as determinações - HAS) no mínimo também pressões derivadas da formação e do impulso de um determinado modo social: com efeito, uma compulsão de agir de formas que o mantêm e renovam"

Mas, ao mesmo tempo que sentem estas determinações e intensificam seu trabalho para as direções econômicas do

cooperativismo empresarial (cada vez mais produção de mercadorias) os pequenos produtores continuam reproduzindo, internamente, um modo de produção não-capitalista. É esta condição que torna a pequena produção "funcional" ao capitalismo.

E o jornalismo de A & C é desenvolvido neste sentido: ao mesmo tempo que valoriza a cultura típica do pequeno produtor (produção de mercadorias ao lado do trabalho de reprodução familiar) valoriza (imputando significados capitalistas) nessa produção já existente, uma ação típica da cultura hegemônica: a intensificação da produção de mercadorias, seja por produtos dinâmicos, seja por novas opções, e a ligação destas unidades ao cooperativismo empresarial.

A incorporação dessas unidades a esse cooperativismo significa trazer e consolidar a "funcionalidade" da pequena produção, ou seja, sua condição de servir aos interesses do capital. Para isso, as reportagens descrevem a existência destes agricultores valorizando sua cultura de pequenos produtores com as mais variadas pautas, desde o trabalho familiar, alimentação, ambiente, costumes, até as produções, constatando problemas, colhendo opiniões de produtores.

O que parece ser decisivo para A & C, por um lado, é a reprodução desses estabelecimentos, e por outro, a participação desses produtores no mercado de produção agrícola via cooperativas.

A revista direciona tecnologia para produtos dinâmicos, indica novas produções como opções e coloca o cooperativismo como sistema político-econômico para essa classe. Fazendo isso, A & C atua no sentido da cooptação e permanência dos pequenos produtores no cooperativismo empresarial, ou seja, um capital. Porque o que esse cooperativismo faz é incorporar essas unidades como qualquer outro capital, no caso, buscando novos associados e reforçando a ideologia do cooperativismo nos pequenos produtores já associados. Em janeiro de 1982,³⁰ A & C, a revista da Fecotrigo, circulou pela última vez. Em seu lugar foi mantido o jornal O Interior.

da pequena produção, dentro da expansão do capitalismo, no entanto, que explica o

4.3 CLASSES E GRUPOS ENVOLVIDOS NESTE JORNALISMO

Se há uma síntese para o jornalismo de A & C esta pode ser a pergunta: "e por que não o pequeno produtor?" A & C trouxe em suas páginas, em plena modernização da agricultura, a classe de produtores de um modo de produção não-capitalista. Isso tem sentido. O seu jornalismo buscava a cooptação e a afirmação desses produtores para o cooperativismo empresarial.

Para esse cooperativismo o decisivo era incorporar e consolidar os pequenos produtores às cooperativas porque isso significava trazer e manter no sistema cooperativo a "funcionalidade" da pequena produção, ou sua condição de servir aos interesses do capital que com ela mantém relações mercantis.

A Fecotrigo, como federação do cooperativismo empresarial, dirige esse jornalismo de A & C no sentido de valorização dos pequenos produtores, divulgando em suas reportagens tecnologias, pautando situações da agricultura e dos agricultores, indicando "saídas" econômicas para essa classe. Essas "saídas" invariavelmente eram produzir mais.

Isso significa que A & C procurou imputar significados de uma cultura típica capitalista ao mesmo tempo que valorizava a cultura típica desses produtores. Ou seja, intensificação da produção de mercadorias, valorizando o lucro, juntamente com relações de produção não-capitalistas.

Não questionando a base estrutural da pequena produção, ao contrário, valorizando o "trabalhador coletivo" que é a unidade familiar dos pequenos estabelecimentos, A & C estimulou o fundamental no capitalismo - a produção de mercadorias, uma direção hegemônica do cooperativismo empresarial.

Mas a compreensão ideológica do cooperativismo empresarial em relação à pequena produção é formada a partir do pressuposto de que essas unidades devem produzir usando, intensivamente, suas áreas de terra³¹. E isso é refletido pelo jornalismo de A & C. É a subordinação, da pequena produção, dentro da expansão do capitalismo, no entanto, que explica o

interesse da revista.

Estes estabelecimentos existem na agricultura e são subordinados estruturalmente pelos mais diversos capitais. O cooperativismo é um desses capitais mas surge com uma ideologia própria, capaz de materializar uma organização dos produtores. Esta classe é a mais sensível a isso pela sua situação económica. Assim, A & C faz do cooperativismo uma ideologia de coesão política desses produtores.

O grupo profissional-intelectual dos técnicos aparece no jornalismo de A & C como fonte para conhecimentos de produção. Ao mesmo tempo, a revista procura trazer o que dizem os técnicos e os produtores sobre o mesmo assunto. O produtor torna-se também uma fonte, e uma fonte importante, porque a revista privilegia as entrevistas com ele.

E, se os técnicos são entrevistados para dar suporte às matérias técnicas, buscando-se o conhecimento científico, os produtores são entrevistados no sentido de divulgar seus conhecimentos sobre a produção e situações de comercialização, preços, etc.

O segundo grupo profissional-intelectual são os jornalistas. A & C foi o resultado de um projeto editorial original na imprensa de cooperativas, na forma e conteúdos desenvolvidos.

Não só na seleção de pautas, na criação de um texto específico para processos de produção e num trabalho editorial que trazia em fotografias as imagens da agricultura, mas também em cartuns.³² Pelos seus cartunistas A & C procurava uma outra qualidade de informação, como diz o jornalista Ayrton Kanitz (anexo I, 5),

"A revista privilegiava o cartum (média de 6 a 10 por edição), por imaginar-se que esta era uma informação que ele (o agricultor - HAS) quase não tinha: a realidade vista pelo traço do desenhista".

E um texto que procura adaptar alfabetização, hábitos de leitura. E como respondem os desenhistas de imprensa Edgar Vasques e Neltair Abreu (anexo I, 211), para a questão "Na sua opinião, em que sentido o cartum contribui para elevar o nível

político e cultural dos produtores rurais?"

"Edgar Vasques: O humor ajuda a pensar sobre as questões pelas vias atraentes do desenho e do riso. Estimula uma compreensão dialética do tema e, assim, amplia a capacidade de posicionar-se e agir. Esse processo se aplica também, é claro, ao homem do campo, em especial no contexto de crise contínua em que ele vive. Neltair Abreu: Não penso que seja uma enorme contribuição, mas penso que com alguma pá de areia a gente ajuda para encher o caminhão. A verdade é que o humor funciona muito na base da identificação ideológica entre o desenhista e o leitor. Quer dizer, geralmente as pessoas riem um pouco de uma caricatura do Collor porque o desenho é ridicularizante, mas muito porque já estão putos da cara com ele. Então, a crítica é mais reforçadora de indignação do que criadora da indignação."

Alguns desses cartuns, como os de Neltair Abreu, criticavam comportamentos urbanos do ponto de vista do rural e essa inversão também é usada pela revista numa seção intitulada "Enquete" onde, em duas páginas, entrevistavam-se pessoas em Porto Alegre sobre a agricultura.

Essa enquete identificava a pessoa, em fotografia, nome e profissão e mostrava a resposta da pergunta feita. Na edição de agosto/79,³³ por exemplo, A & C perguntava "O que é uma cooperativa? Quem são os seus donos?", na edição de março/80³⁴ a pergunta era "O que é milho embonecado?", em abril/80,³⁵ "Quantos úberes tem uma vaca?", em maio/80³⁶ "O que é um mata-burro?", em julho/80,³⁷ "O que é uma lichiguana?", em janeiro/81,³⁸ "O que é o Proagro?", etc.

Mas é na criação de um texto próprio que esta revista define como devem ser escritas as matérias para os agricultores. O ponto inicial para encontrar a forma desse texto são os agricultores, principalmente os pequenos produtores. É essa classe que os jornalistas têm em mente quando o texto é pensado.

É um texto que procura adaptar alfabetização, hábitos de leitura e, sobretudo, incorporar palavras e expressões da cultura desses produtores. Como parâmetro desse texto, os jornalistas produzem um tipo ideal de pequeno produtor. O

resultado é um texto que tende a uma descrição de como vivem e produzem esses produtores, chegando às vezes a um "diálogo" entre quem escreve e quem é fonte.

A & C foi feita, inicialmente, pela Coojornal e surge no período de expansão da modernização da agricultura, quando o setor cooperativo de produção mostrava-se fortalecido economicamente. Era uma fase de euforia econômica para a agricultura. Por outro lado, o cooperativismo era compreendido por jornalistas como uma ideologia que trazia consigo uma forma de organização social do trabalho, como a própria cooperativa dos jornalistas, baseada no trabalho de seus associados.³⁹

A Coojornal era uma cooperativa de jornalistas com objetivo de desenvolver trabalhos a terceiros, como o caso de A & C, e os profissionais que aí trabalham percebem o cooperativismo como uma organização que, de alguma forma, mostrava resultados.⁴⁰ O mesmo acontecendo na agricultura que, no período, consolidava um status próprio na economia do estado.

Combinou-se, assim, para a direção política-ideológica da revista, o cooperativismo dos jornalistas com o cooperativismo empresarial de produção agrícola que, dirigindo ainda a publicação para uma direção política-tecnológica/econômica, formou seu projeto editorial, desenvolvido até sua extinção.

O cooperativismo de produção agrícola, de fato, era uma organização que apresentava significativo desempenho econômico. Portanto, com resultados reais. Isso certamente possibilitou a criação da revista,⁴¹ que chegou a ser considerada por uma instituição internacional de desenvolvimento agrícola "como a melhor publicação do gênero na América Latina".⁴²

Os jornalistas trazem para a revista critérios jornalísticos que são adaptados aos interesses do cooperativismo empresarial. E o objetivo era fazer uma revista onde esses critérios estivessem presentes. Por isso, os editores e repórteres procuram, na agricultura, pautas para desenvolver esse jornalismo. Mas suas matérias deveriam seguir

as políticas de ação da federação do cooperativismo empresarial que atua no fortalecimento das cooperativas singulares onde a classe dos pequenos produtores aparece como maioria.

Ao mesmo tempo, os pequenos produtores apresentam-se como a classe explorada na agricultura e é essa condição desses agricultores que proporcionam as pautas. No fundo, o que aconteceu com A & C foi uma maneira dos jornalistas de desenvolver um jornalismo sobre uma classe social que, sendo maioria na agricultura, é a que sofre, na sua existência, formas de exploração econômica.

Pelo desenvolvimento da modernização agrícola no período em que surge a revista, e que condiciona a importância da agricultura, e o interesse da Fecotrigo em cooptar os pequenos produtores ao cooperativismo empresarial, formou-se a situação onde foi possível mostrar esta realidade: como viviam e produziam os pequenos produtores.

Isso permitiu um espaço para a revista mostrar em fotografias (algumas vezes na capa) e reportagens, situações da realidade dessa classe. Matérias sobre trabalhadores rurais, endividamento e pobreza de pequenos produtores foram editadas. Como também matérias sobre a questão da terra.⁴³ Mas o que predomina na revista não são questões estruturais, e essas, mesmo quando abordadas, mostram limites.⁴⁴ O que predomina são os interesses do cooperativismo empresarial no sentido de direcionar suas ações.

São esses interesses que condicionam os critérios jornalísticos e o que predomina nas edições - tecnologias, cooperativismo, reportagens sobre realidades de produtos dinâmicos, opções de produção no sentido de viabilizar economicamente os estabelecimentos.

Em outras matérias o interesse é mostrar, expor, como vivem e produzem os pequenos produtores (entrevistando e fotografando o que ocorre dentro dessas unidades de produção), mas estimulando a produção de mercadorias dentro do setor cooperativo. Enfim, valorizando a cultura típica dos pequenos produtores e, ao mesmo tempo, valorizando ações econômicas de

uma cultura hegemônica.

Fazendo isso, A & C procura incluir essa classe social ao sistema cooperativo e estabelece direções - de um lado, uma direção política-tecnológica/econômica (produção de mercadorias) e de outro, uma direção política-ideológica (cooperativismo).

Ao mesmo tempo que desenvolveu um jornalismo valorizando os pequenos produtores, A & C estabeleceu as direções do cooperativismo empresarial, e com isso atuou no sentido de fortalecer e assegurar a hegemonia desse cooperativismo. O jornalismo de A & C foi, antes de tudo, um jornalismo político. E para seu desenvolvimento foram criadas formas que, tratando de processos de produção ou de cooperativismo, sempre buscaram a concepção de notícia.

A maior notícia, no entanto, era, sem dúvida, a subordinação, a desintegração de estabelecimentos e a migração de pequenos produtores, expulsos do campo pela modernização agrícola, mostrando o que significa a expansão do capitalismo na agricultura e a falta de uma efetiva reforma agrária. E a direção política desse fato deveria ser uma ampla e constante discussão da questão agrária. Afinal, a classe dos pequenos produtores não é a expressiva maioria neste cooperativismo?

O jornalismo de A & C desenvolve, em algumas edições, reportagens sobre questões da terra. Ao mesmo tempo, em algumas reportagens não relacionadas diretamente com o assunto, o texto inclui, mesmo em espaços que não vão além de frases, a falta de terra para pequenos produtores. Como, por exemplo, a reportagem "A mesa cheia e todos os filhos na escola", edição de março/79⁴⁵ que, abordando a diversificação da produção numa pequena propriedade, conclui, colocando a alternativa do produtor,

"Agora, se os meus filhos voltarem para casa, vou ter que partir é para o chiqueiro comercial". Pois, como diz ele, pouca terra é coisa que nem a diversificação consegue resolver..."

Ou a reportagem "O produtor na hora de enfrentar a

matemática", edição de maio/79,⁴⁶ que abordando a contabilidade agrícola, diz,

"E como, nesse caso, a pouca terra parece ser um problema mais grave para a sua família, de muito pouco importa ao minifundiário saber, com exatidão, sobre a contabilidade da sua propriedade".

A & C buscou a integração dos pequenos produtores, como produtores de cooperativismo empresarial. Seu limite jornalístico foi este. Assim, o jornalismo de A & C foi predominante no sentido de "o cooperativismo como sistema para a agricultura", "como e o que produzir", etc.

4.4 CONCLUSÃO

A & C foi uma revista do cooperativismo empresarial que teve como um de seus objetivos básicos a cooptação e o consenso da classe dos pequenos produtores ao sistema cooperativo de produção agrícola.

Para isso, a revista desenvolveu um jornalismo ideológico de divulgação e afirmação do cooperativismo como um sistema político-econômico próprio para a agricultura, e um jornalismo de caráter técnico/econômico para a produção. Essas duas direções da revista são, entre si, igualmente importantes.

A & C valorizou a classe dos pequenos produtores em suas edições porque buscava fortalecer a ligação pequeno produtor-cooperativa. Essa classe social sempre foi maioria nas cooperativas filiadas à Fecotrig e era (como ainda é) fundamental para manter a sua produção agrícola dentro do cooperativismo empresarial. Assim, o jornalismo de A & C procurou desenvolver e afirmar a coesão desses produtores a esse cooperativismo.

Para isso, A & C fez um jornalismo que valorizava a pequena produção em reportagens que tratavam do trabalho dos membros da unidade de produção. Mas as suas reportagens

indicavam que o sistema político-econômico próprio para os pequenos produtores, no processo de modernização da agricultura, era o cooperativismo. Desta forma, o que fez A & C foi buscar a integração de um modo de produção não-capitalista, "funcional" portanto ao capitalismo, ao sistema cooperativo.

A & C buscou a integração dos pequenos produtores, como produtores de mercadorias, ao cooperativismo empresarial. Seu jornalismo, com um texto que procura usar palavras e expressões dos próprios agricultores, é desenvolvido neste sentido: valorizando a cultura típica destes produtores (reprodução da unidade familiar e produção de mercadorias) mas, ao mesmo tempo, valorizando ações da cultura capitalista hegemônica (intensificação da produção de mercadorias).

Este projeto editorial, enfim, produziu um jornalismo que procurou desenvolver economicamente a pequena produção, associando esse desenvolvimento ao sistema cooperativo. Neste sentido, atuou no sentido de fortalecer o cooperativismo empresarial, econômica e politicamente - situações de interesse para a hegemonia aí desenvolvida.

Observa-se, no caso de A & C, que seu jornalismo enfatizou a produção de mercadorias na classe dos pequenos produtores. Discutindo técnicas, indicando novas opções de produção, A & C foi uma revista que buscou dar direções econômicas para a pequena produção. O que se pretendia, certamente, era a dinamização da produção agrícola nesses estabelecimentos inseridos no processo de modernização da agricultura.

É este processo que criou determinações para os pequenos produtores: desintegração de unidades familiares, subordinação aos capitais. O jornalismo de A & C procura oferecer formas para a viabilização econômica dessas unidades. E por isso a direção da produção de mercadorias junto com o cooperativismo. Este era o projeto editorial da revista. Portanto, um resultado da hegemonia do cooperativismo empresarial que, dentro do processo de modernização agrícola, condicionou um jornalismo para as bases dessa hegemonia.

NOTAS

- 1) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, março de 1976, s/n^o, exemplar de lançamento
- 2) A & C manteve um mesmo projeto gráfico, salvo mudanças não significativas, em todas as suas edições. Diagramada em três colunas, apresenta expediente, sumário, editorial e cartas nas páginas iniciais. Após, reportagens sobre agricultura e cooperativismo, matérias curtas sobre agricultura e cooperativas, duas páginas de enquete sobre a vida no campo (a partir da edição de fevereiro/79), duas ou três páginas de cultura gaúcha e página de cartum.
- 3) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, setembro de 1978, n^o 29
- 4) Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/78), Porto Alegre, Fecotrigo, outubro de 1978, n^o 30
- 5) Coojornal, Porto Alegre, Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, agosto-setembro de 1976, n^o 8
- 6) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, fevereiro de 1978, n^o 22
- 7) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, março de 1976, s/n^o, exemplar de lançamento
- 8) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, junho de 1980, n^o 50
- 9) Quando as reportagens de A & C relacionam outros produtores, e isso ocorre com menos frequência, seu texto, embora escrito de forma simples, clara, e com o estilo característico da revista, não é semelhante aos textos que envolvem pequenos produtores e que procuram mostrar a diversidade de situações de produção que ocorre nestes estabelecimentos no sentido de sua reprodução e mesmo das condições de vida destes agricultores. São textos que abordam assuntos da agricultura mostrando ações de produtores, mas a matéria é restrita a aspectos da produção. Por exemplo, a matéria "Adubo misturado pelo próprio agricultor", de dezembro/76, que assim inicia: "NPK pode significar apenas três letras para o agricultor. Mas para Edgar Egon Schewe - que tem 610 hectares de trigo em Cachoeira do Sul - representa uma economia de Cr\$ 40 mil em adubos, um aumento de 10% na produção e a certeza de estar dando à terra o que ela realmente necessita. Isso tudo porque ele deixou de comprar adubo das companhias e passou a comprar a matéria-prima em sacos, fazendo em casa a mistura". A matéria "Quando o gado pasta junto à lavoura", de junho/77, que diz em alguns trechos: "Outro que igualmente se lançou na soja foi o filho do ex-presidente Getúlio Vargas, Luthero Vargas. Mesmo com 5.347 hectares, 600 de pastagens, 3.500 cabeças de gado, plantéis de gado Charolês e Nelore, sentiu-se desprotegido só com a criação e, em 1973, plantou 200 hectares de soja. Isso porque o gado não pagava a despesa da fazenda, "pois em oito anos - reclama - o boi foi de Cr\$ 1,20 para Cr\$

5,40 o quilo e toda a despesa subiu no mínimo 10 vezes". Comparando os números, Luthero não resistiu. Aumentou a sua área de soja para 700 hectares e, no ano que vem, plantará mil". Ou a matéria "A tradição fica para trás. O que vale mesmo é o boi", de junho/80, que diz em alguns trechos: "Na fronteira ou no planalto, a pecuária está se apoiando na agricultura, e vice-versa. (...). Em resumo, o produtor tem hoje uma estrutura maior dentro da propriedade. Muitos ainda não se convenceram, mas os que fazem garantem que vale a pena. Um deles é o seu Sebastião Peres Filho, dono de 3 mil hectares em Livramento, onde tem um rebanho de 2.100 reses e 4.500 ovelhas, com pecuária de corte e de leite: - Acho que não se pode mais separar a pecuária da agricultura, porque uma tem que viver da outra. Nosso meio é hoje totalmente agropastoril, em que não falta a pastagem e o aproveitamento das restebas. O exemplo europeu está aí, mostrando que a entrada do gado leiteiro na pecuária é inevitável. O pecuarista moderno sabe que o grande negócio é fazer o ventre produzir".

- 10) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, maio de 1976, n^o 1
- 11) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, dezembro de 1976, n^o 8
- 12) Vejamos, por exemplo, algumas reportagens sobre produções agrícolas, indicando a presença dos pequenos produtores, transcrevendo-se o título e após, entre parênteses, um resumo do olho ou da matéria, da abertura ou citações do texto e a fonte. "Mais dinheiro da terra" (texto: "Conscientizar o produtor de que a produção de frutas e hortaliças "dá mais dinheiro que a soja, possui uma maior rotatividade, apresenta um rendimento por área bem maior e ainda tem a garantia de consumo o ano inteiro", está sendo o trabalho inicial da (Coopera - HAS). (...). O agricultor ficou viciado no trigo e na soja e hoje vem buscar na cidade, desde o pão até os legumes. A colônia deixou de ser colônia. Assim o superintendente da cooperativa, (...), define a situação dos três mil cooperativados - 60 por cento deles com propriedades médias de 12 ha". (...) - Aí, diz o superintendente, poderemos centralizar toda a produção na cooperativa e entregar o produto 50 por cento mais barato e com uma margem de lucro bem maior. (...) Por enquanto, existe apenas o esboço do projeto, que dará uma segunda opção ao pequeno produtor.), A & C (junho/76); "Um programa para dar mais força ao milho" (olho: "(...) a Secretaria da Agricultura vai lançar o programa do Milho" (texto: "Também é verdade que, principalmente em 1973, o milho perdeu para a soja. Mas os agricultores pequenos jamais perderam as esperanças no produto, nem o desejo de que seu novo esforço, para expandir a cultura, seja recompensado com justiça e com rapidez. (...). Francelino Duarte, 46 anos, morador da Coxilha do Fogo, perto de Encruzilhada, dono de um hectare de terra onde planta milho que é vendido, serve para alimentar seu casal de porcos e a sua

família, já abriu uma pequena ferraria ao lado de sua casa. "Peguei na ferraria porque o milharedo só dá mesmo prás despesas mal e porcamente. Mas a soja a mim não me agrada porque não é lavoura segura. No milho fico de sol a sol e de geada a geada mas é certo que dá. De fome não se morre tendo um hectare de milho".), "Os Lago plantam unidos. E ganham muito dinheiro" (olho: "Pai de quatro filhos, os lago formam uma família que resolveu não dividir os 48 hectares que possuíam, mas continuar juntos"), A & C (julho/76); "Chegaram a soja e o trigo. Chegou a riqueza" (texto: "Foi ensinada a técnica de corrigir o solo e, apesar da região ser de minifúndios (área média de plantio de 10 ha, por propriedade), estão mecanizando as lavouras. "Se esta técnica tivesse vindo dez anos antes, a situação estava muito melhor, lamenta o agricultor (...). Antes, a gente plantava uns 7 ha, na base da enxada, do arado. Hoje, com máquinas, passa pra lá de 30"").), A & C (setembro/76); "Trinta e sete anos depois, o início da mudança" (olho: "Os colonos voltam a pensar no leite, um problema de muitos anos", texto: "Para quem começa no pesado aos 12 anos de idade, 50 anos de serviço merecem uma boa aposentadoria. Mesmo só tendo 25 hectares, (...), o trabalho foi coisa que nunca faltou para seu Frederico (...). Nos últimos anos, largou a criação de porcos porque tinha muito prejuízo. Por isso ficou com somente 10 hectares de soja. O resto ficou para pequenas culturas, e pasto das 5 vacas leiteiras, crioulas, que pouco produziam. Quase só para o gasto".), A & C (julho/77); "Apicultura, uma renda fácil e esquecida" (abertura: "Como nosso estado tem regiões que estão se transformando em imensos pomares, a apicultura surge como uma ampla possibilidade de renda para o pequeno agricultor"), A & C (agosto/77); "Precisamos ir bastante além das lavouras" (texto: "E como aproveitar o homem rural na própria zona do minifúndio se com a pequena propriedade está cada vez mais difícil de sobreviver? - Criando as agroindústrias, disse (...), professor de Cooperativismo e economista (...)."), A & C (novembro/77); "Porco: do preço mínimo à central" (texto: "Varando as coxilhas e as serras do interior gaúcho, volta e meia se ouve falar o nome de um velho produto, que soa como uma esperança na boca dos sofridos e experimentados produtores: porco. Quanto mais se aproxima a área de minifúndio, mais se fala no bicho. Principalmente se a cooperativa local foi mal na comercialização da soja - já que no trigo não teve quem se salvou. Aí, então, se fala no porco até na sala do presidente".), grifo do texto, A & C (dezembro/77); "É a vez das hortaliças" (texto: "E seu filho, (...), anda tão entusiasmado com a horta que chega a jurar que é mais lucrativo cultivar hortaliça do que plantar soja"), A & C (março/78); "Quem teve o que dizer, disse. E sem rodeios" (reportagem das conclusões de um encontro de técnicos onde vários assuntos foram discutidos. O primeiro sub-título diz "Crédito: chegou a vez dos pequenos agricultores?" Após, discute-se a

diversificação de culturas: "Dizem os técnicos: o agricultor precisa plantar outras coisas. Em algumas regiões do estado o pequeno produtor já sentiu esta necessidade". Sobre produção de leite: "Recomendamos à Fecotriga a realização de um seminário para estudar os problemas de crédito aos pequenos produtores (...)". Após, discute-se máquinas agrícolas e suinocultura e sobre integração lavoura-pecuária é dito: "É preciso recomendar à Fecotriga que estabeleça e aprofunde estudos de pesquisa, (...), levando em consideração principalmente os pequenos e médios produtores". Após, discute-se participação e educação cooperativista), A & C (abril/78); "Todo mundo fala em diversificar. Quantos planejam em conjunto?" (abertura: "Aliás, como este mundo dá voltas! Pois não é que são os agricultores das cooperativas que nunca sonhavam com a soja, que estão mais seguros, hoje? Foi entre o milho, o porco, o leite, a mandioca, o pasto e o minifúndio que eles nasceram - e hoje têm até fábricas junto às roças."), A & C (agosto/78); "A salvação da lavoura?" (texto: "Atualmente Caxias tem 60 pequenos produtores de maçã, com menos de cinco hectares, que são responsáveis por 80% da produção de maçã do município. Mas o secretário (...) diz com tristeza que, em 1980, os pequenos produtores representarão apenas 30% da produção local de maçã."), A & C (setembro/78); "Na terra pode render. E no bolso do colono?" (abertura: "Mas então porque é que o milho continua sendo consumido apenas nos chiqueiros dos pequenos produtores em vez de entrar nas máquinas das indústrias de óleo? Por que nossa produção é ainda tão pequena que cerca de 80% dela nem sai da propriedade do colono - quando há um vasto mercado para ser explorado?"), A & C (novembro/78); "Desta vez nem milagre salva os minifúndios" (reportagem sobre a seca que afeta a produção de soja), A & C (março/79); "...e o colono não teve escolha. Mais uma vez" (reportagem que avalia a produção de trigo como a única cultura de inverno com crédito suficiente. Diz a abertura: "Chega a ser constrangedor confessar: estamos plantando trigo para ter acesso ao dinheiro do custeio! (...) Mas que esperança, pode ter o agricultor que escolher a aveia, a cevada, as pastagens, o linho, centeio, a colza, o tremoço?"), "E não é que plantar de tudo dá certo mesmo?" (olho: "A vizinhança andou até desconfiada que (...) tinha alguma combinação com São Pedro. Pois não é que, vasculhando todas as redondezas, indo com os olhos atentos nas lavouras de 15 de Novembro, que é um distrito de Ibirubá, não se encontra roça sem vestígios dos maltratos da seca? Só uma propriedade se salva no meio de tanta desolação: os 25 hectares que o Guido possui em súa com o sogro (...). Texto: "Mesmo assim botando a cabeça para funcionar, o Guido nunca se atirou feito maluco a investir, quando tinha outro meio ao seu alcance. O potreiro das vacas, por exemplo, foi tudinho feito com as tábuas que estavam jogadas pela propriedade, sem destino nem utilidade. (...) E o local onde a água era difícil mas

tinha que ser plantado o Guido fez apelo para os cataventos que são mais baratos que a irrigação por motor.), "O campeão brasileiro: da pobreza à superprodução" (olho: "Numa terrinha qualquer, perdida lá por cima dos morros da Serra Grande, em Três Coroas, dá para colher 50 toneladas de batata por hectare? Pois quem não acredita, que fale com (...). Não é por nada que ele já foi campeão brasileiro de colher batata, conseguindo graças ao seu batatal, sair da miséria e fazer com que seus filhos nunca pensassem em procurar emprego na cidade", texto: "Hoje, (...) já não tem só aqueles primeiros 25,5 hectares de terra. Foi, com o dinheiro da batata, comprando um pedacinho aqui, outro ali e juntou 89 hectares, que são trabalhados em sociedade com os filhos (...), todos casados".), A & C (abril/79); "Vamos comer 100 mil rês. E a pele vai para os EUA" (texto: "Já teve muita gente que tomou informações de deixar comichão nas idéias. Se um único casal de rês produz cinco mil filhotes por ano e, dali a mais de um ano, quando os girinos ficam adultos, já se pode negociar na base de (...) o quilo se tira um lucro de espantar. "É vantajoso sim", concorda (...). "A rã ocupa uma pequena área já que dois mil girinos vivem em um metro quadrado, comem pouco e é uma boa alternativa para a diversificação"), A & C (junho/79); "As pequenas culturas ainda resistem no sul" (abertura: "(...) não deixaram de existir aqueles que ainda colhem em quilos, ou em dúzias, em pequenas porções. Essas pequenas culturas, como são chamadas, estão longe, muito longe de merecer a devida atenção: permanecem mais por insistência de pequenos colonos. E não que eles peleiem muito por esta teimosia - até que gostam das suas rocinhas, porque descobriram nelas uma importante fonte de complementação de renda"), grifos do texto, A & C (julho/79); "Ter para comer, uma volta aos velhos tempos" (texto: "E por que o pessoal da cooperativa fala em propriedade bem diversificada? (...). Isto quer dizer que a grande maioria (90 por cento) vive em pequenas propriedades, sem muitas oportunidades de se dar bem na vida lidando só com trigo e soja - precisando, por isso, diversificar de verdade".), "Na falta do dinheiro, até o fumo pode virar moeda" (texto: "Ocorre que lá pelo alto dos morros da Serra do Botucaraí, onde fica sobradinho, o pessoal não tem muita terra - e, como é zona de minifúndio dos bem pequenos, dinheiro também é coisa meio rara no bolso dos agricultores. Daí que a cooperativa, sabedora da situação dos seus associados, resolveu aceitar o sistema de trocas - coisa que acabou se transformando numa tradição"), A & C (setembro/79); "Quem produz não se arrepende: recebe certo no fim do mês" (texto: "Mas a euforia da soja foi rápida, e logo os agricultores se aperceberam que estavam levando "tufo", em anos seguidos, quando só plantavam a soja. O que fazer então? Seu Arno Belinski, dono de 20 hectares, (...), diz que começou a "sair do chão" com as suas duas vaquinhas. "Eu diminuí a área da soja. (...). Depois comprei mais duas vacas de raça, (...)" E já faz uma

previsão otimista: "Se eu chegar a 100 litros diários, ganho mais que com a soja, toda a vida"), "Uma pequena propriedade, mas que tem de tudo" (texto "(...) qualquer um fica tentado em saber quem trabalha na propriedade de 23 hectares, (...). Com calma e atenção, a gente encontra de tudo na pequena propriedade: uma vaca, uma junta de bois, alguns porcos e algumas galinhas. Tem ainda uma modesta, mas bem cuidada horta (...)", A & C (março/80); "Aqui, ninguém tem prejuízo" (texto: "Como a Coopave está localizada em zona em que predominam os minifúndios, os seus 352 associados têm na avicultura sua principal atividade econômica"), A & C (maio/80); "O tomate nos projetos de diversificação" (texto: "Muitos outros agricultores estão ganhando com o tomate, mesmo que seja para pagar as despesas mais urgentes. O seu Eugênio Villa, que dedicou um cantinho dos seus 16 hectares em Santa Tereza (...) para este cultivo, não se arrepende: ganhou (...) no ano passado. Não é muito, mas já dá para pagar uma conta aqui e ali".), "Plante. Antes que seja tarde" (reportagem sobre reflorestamento. No sumário a revista chama para a matéria: "Tantas árvores derrubamos que nossas florestas quase desapareceram. Mas agora o agricultor descobre que a natureza dá lucros. E tudo pode mudar". No texto é dito: "Mas será que o colono que possui pouca terra, e não pode deixar a soja de lado, também não pode ter o seu pomar para garantir as coisas quando há uma frustração de safra? A solução é consorciar árvores com lavoura"), (agosto/80); "Coelhos, uma boa saída para a pequena propriedade" (olho: "Para quem não dispõe de recursos para grandes investimentos, aí está uma saída para diversificar a produção".), "Melhore sua produção" (texto: "O que é preciso para aumentar a produção de leite? (...) Mas se pode falar do mínimo necessário que cada produtor precisa para tirar das suas vacas uma produção que possibilite uma venda com razoável lucro financeiro"), A & C (setembro/80); "A criação de cabritos, ideal para os morros" (texto: "Mas, se é assim, vai viver do que o colono que nasceu e viveu sempre nestes morros pedregosos? O jeito é fincar o pé no chão e explorar a terra com outro tipo de atividade, que se adapte à natureza do lugar e que dê bons resultados. Como, aliás, já tem gente fazendo, com a caprinocultura"), A & C (novembro/80); "O tungue também rende dinheiro" (texto: "E é lá em Encantado (...), que encontramos o agricultor Remigio Salton, dono de um tungal que ocupa mais ou menos uns 40 hectares da sua propriedade. (...). Além do tungal ele possui mato de acácia e eucalipto, cria porcos e tem algumas vacas e ovelhas. Uma coisa não atrapalha a outra. (...) - A gente colhe uma vez por ano, entre maio e setembro. É tudo feito a muque, mas isso não é problema. A fruta madura vai caindo e a gente vai colhendo aos poucos. Não tem dia certo, como a soja. (...). E quanto à comercialização, seu Remigio? - Olha, faz 31 anos que plantei os primeiros pés e até hoje nunca fiquei com um quilo guardado em casa. Os preços variam, mas sempre

- 15) vendemos tudo. Assim, devagarzinho vamos fazendo a nossa vida.), grifos do texto, A & C (dezembro/80); "Um projeto para os minifundiários da fronteira" (texto: "Com isso vão acontecer profundas modificações na vida dos minifúndios que vivem exclusivamente do leite"), A & C (março/81); "A Cotrisul garantindo o pequeno produtor" (olho: "(...), a cooperativa compra tudo o que os seus associados produzem, por preços que nenhum atravessador paga. É o estímulo à diversificação em uma região onde predomina o minifúndio".), "Objetivo é baixar o custo de produção" (texto: "São só três vaquinhas, mas com elas o seu Celestino (...) tem em média 300 litros de leite, por mês, o que representa em dinheiro quase (...), limpinhos. Parece pouco, é verdade, mas é garantido".), A & C (maio/81); "A terra é pouca, mas seu Alípio planta de tudo" (texto: "Hoje, (...) possui 40 hectares (...), é sócio de duas cooperativas (...). (...) hoje ele extrai soja, milho, tremoço para adubação verde, feijão, arroz, cana-de-açúcar, planta árvores e ainda cultiva horta e pomar".), A & C (julho/81); "Agora, o reinado do milho?" (texto: "Mas esta virada, digamos assim, somente será positiva se levar em consideração que 90% dos 270 mil produtores de milho, (...), são minifundiários"), "Crise leva o criador à revolta e desespero" (texto: "Mas acabar com o porco nunca, pois sem ele (...) o minifúndio desanda".), "Amendoim dá um bom dinheiro no minifúndio" (texto: "Mesmo assim dá um dinheirinho certo todo ano. (...). Sem falar, que a palha recolhida da lavoura foi transformada em feno, para alimentar uma junta de bois de arado e uma vaquinha de leite que ele possui em sua propriedade de 11 hectares".), A & C (agosto/81); "Com técnica e bom preço, o feijão pode voltar" (olho: "O fracasso da suinocultura, a difusão de novas técnicas e preços mais atraentes empurram o pequeno produtor de volta para o feijão. Mas ainda persistem as incertezas da lavoura e os problemas de comercialização".), A & C (novembro/81); "O valor da abelha não está só no mel" (texto: "Nesse sentido, num minifúndio, alguém da família poderia se dedicar ao trato das abelhas, e aumentar a renda familiar".), "Um plano para avicultura de quintal" (texto: "(...) há um trabalho de pesquisa orientado para o minifúndio, que tem por meta desenvolver a produção de raças caipiras - carijó, especialmente - com vistas a estimular a avicultura de quintal nas pequenas propriedades gaúchas".), A & C (dezembro/81).
- 13) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigô, julho de 1976, n° 3
- 14) O texto diz: "É a murchadeira ou murcha, conhecida também como o câncer da batatinha. A batatinha apodrece na terra e no galpão e não há quem salve. E a murchadeira pode se transmitir pelo caminhão que levou a batata contabinada e traz adubo. Ou pelos utensílios que foram utilizados numa lavoura contaminada. Se der a murchadeira, o conselho para quem quiser continuar na batatinha é um só: trocar de terra, de município ou mesmo de região" (grifos do texto)

- 15) O texto diz: "Por isso tudo, Dala Libera e Otávio Thurow (o segundo um engenheiro-agrônomo - HAS) aconselham a: 1) utilizar somente a semente certificada; 2) não repetir o plantio na mesma área mais de dois anos; 3) não plantar tomate ou fumo próximo à lavoura de batatinhas, porque as três culturas têm doenças iguais (o preto); 4) desinfetar todos os utensílios com bactericidas para evitar qualquer contaminação; 5) distribuir calcário no solo apenas o suficiente para supri-lo com cálcio e magnésio e não para corrigir a acidez, quer dizer, não deve ser a mesma quantia que se usa para a soja; 6) solicitar, sempre, a ajuda de um agrônomo"
- 16) O texto, destacado, diz: "Quem quiser mais detalhes sobre o Plantio de batatinhas no Rio Grande do Sul deve escrever para a Embrapa, Campus Universitário CEP 96.100, Pelotas. A Embrapa publicou um trabalho chamado Sistemas de Produção para Cultura da Batata, em junho do ano passado."
- 17) Vejamos, por exemplo, algumas reportagens sobre cooperativismo, transcrevendo-se o título e após, entre parênteses, um resumo do olho ou da matéria, da abertura ou citações do texto e a fonte. "O sistema ganha força" (texto: "E as cooperativas crescem de importância na produção de trigo e soja gaúchos."), A & C (março/76); "O agricultor informado pelos seus próprios jornais" (texto: "Lançar um jornal é uma idéia tão comum, hoje, nas cooperativas gaúchas como a construção de um armazém"), grifos do texto, "A insegura produção de São José do Norte" (olho: "A pior praga que ataca a lavoura é o intermediário, que compra o produto pelo menor preço, sem pingar suor na terra fértil de São José do Norte". (esta matéria enfatiza o papel do intermediário na comercialização, como conclui o texto: "Assim, o grande problema da cebola continua sendo o da comercialização, onde aparece o intermediário explorando o agricultor").), A & C (julho/76); "Crianças e filmes nos planos da Cotrimaio" (olho: "A Cotrimaio já usa rádio e tem jornal. Agora, quer filmes e audiovisuais nos núcleos e cooperativismo nas escolas"), A & C (outubro/76); "Vinho A união faz a força" (olho: "Na região da uva a idéia de promover a fusão para enfrentar as grandes empresas está crescendo. Os colonos acham que dá certo, mas se for um cooperativismo forte e sem os vícios que nos tempos passados desacreditaram as cooperativas"), "A luta de 30 anos dos pequenos de Encantado" (olho: "Em Encantado, a história da cooperativa dos suinocultores virou lenda. Mas uma lenda muito real, mostrando como a união dos pequenos criadores de porco conseguiu acabar com a exploração dos grandes e poderosos frigoríficos que dominavam a região"), A & C (novembro/76). "Da Cotricruz à escola" (texto: "Desenvolver o espírito cooperativista nas crianças. Esta é a principal meta de um trabalho que vem sendo feito, há oito meses, nas escolas rurais do interior dos municípios de Cruz Alta e Pejuçara."), A & C (dezembro/76); "O fortalecimento pela integração" (olho: "O gigantismo de que estão sendo acusadas deve ser a meta das

cooperativas".), A & C (abril/77); "O que a França tem para ensinar" (texto: O movimento cooperativista na França chama a atenção pela sua força e pelo seu dinamismo".), A & C (maio/77); "A briga dos feirantes cariocas" (olho: "É contra o intermediário. Unidos em cooperativa, os feirantes estão armados".), "Em Languiru, a mais nova associada", "Os produtores de Encantado comemoram 30 anos de união", "Cooperativas vão assumir supermercados da Cobal", "União em comitê para fazer melhores compras", "Em Caxias do Sul, uma fusão de três entidades" (matérias sobre os assuntos indicados por estes sub-títulos), A & C (julho/77); "A cooperativa volta mais forte" (olho: "A Cicade ia fechar. Então seus associados se uniram e o governo apostou neles"), "Quando pequenos se uniram, o progresso começou a chegar" (olho: "Os produtores fizeram a cooperativa (...). Agora, ela ajuda a cidade a crescer".), A & C (agosto/77); "Os núcleos também estão nascendo em São Luiz Gonzaga" (texto: "Vendo o exemplo das outras cooperativas que progrediram com a ajuda participante dos associados, a de São Luiz Gonzaga resolveu planejar a criação dos núcleos, para se aproximar mais dos agricultores".), A & C (outubro/77); "A esperança nas centrais" (texto: "Sabe-se que os agricultores devem participar da industrialização de seus produtos. Por isso, as cooperativas de leite, malte e telefone vão indo adiante".), A & C (novembro/77); "A história 75 anos depois" (olho: "(...) faz exatamente 75 anos que os colonos da Linha Imperial, (...), se reuniram, (...), para fundar a cooperativa de crédito rural pioneira no país".), A & C (dezembro/77); "A busca de uma saída para o minifúndio de Santa Tereza" (olho: "Há quem fale em ir embora, em futuro sombrio. Ser operário na cidade, quem sabe? Por isso, a cooperativa não é só uma ponta de esperança dos associados-produtores. É a esperança da própria comunidade local".), A & C (janeiro/78); "As boas novas da Europa" (texto: "A Caixa Nacional de Crédito Agrícola, que pode ser comparada com o BNCC, no Brasil, é o maior banco francês e o terceiro maior do mundo. E de quem é esse banco? É das cooperativas".), "Fusão, um bom negócio" (texto: "Depois de quase quatro anos de conversas e desencontros, finalmente as duas cooperativas agrícolas (...) resolveram se unir e formar uma só".), A & C (fevereiro/78); "Um sistema para acabar com os nossos problemas?" (olho: "(...) parece que o cooperativismo brasileiro não tem volta. pois não é que até o Papa fala em cooperativismo?"), A&C (março/78); "A luta da mais antiga" (olho: "A cooperativa de Linha Cereja fez 58 anos. É a mais antiga da Fecotrigo"), "A Cotrisa no Mato Grosso" (texto: Ela (Cotrisa - HAS) saiu à procura de novos lugares onde poderia se desenvolver e acabou incorporando a (...) Copasul - no Mato Grosso do Sul, que estava encontrando alguns problemas, principalmente pela falta de consciência cooperativista do povo de lá".), A & C (maio/78); "Cooperativas se unem, por mais força e menos custos" (texto: "Mas lá do meio do minifúndio, de colonos

simples e trabalhadores, está vindo o melhor exemplo de união. Três cooperativas, de três municípios diferentes, resolveram acabar com o bairrismo e se unir".), A & C (agosto/78); "Em Boa Vista, os colonos trocam tudo o que produzem" (olho: (Em Boa Vista-HAS) os agricultores fazem o mesmo que há 30 anos atrás. E, além de vender sua produção, trocam".), "O bom exemplo da Cotrisal" (olho: "Numa época em que a maioria das cooperativas se vê às voltas com a falta de capital de giro, a Cotrisal, (...), vai empilhando investimentos".), A & C (novembro/78); "Passou o susto em Marau" (texto: "(...) depois de uma intervenção, (...), a Coopemarau parece que vai tirar o pé de barro. (...) a Cooperativa deverá fazer uma grande festa para os seus 2.500 associados, quando eles, no final das contas, vão conhecer a sua indústria (...)"), A & C (dezembro/78); "Todo mundo plantou junto em Bagé" (abertura: "Pois aqui no Rio Grande do Sul, em Hulha Negra, terra prometida aos colonos de Nonoai, houve um trabalho coletivo que, por momentos, encheu alguns de esperanças (...). Dizem que a experiência apesar de muito bem sucedida, não vai se repetir".), "O Kibutz, um exemplo de união em Israel" (olho: "Um sistema de vida que procura a igualdade para todos"), A & C (fevereiro/79); "A luta da associação para não ser destruída" (texto: "Foi mais ou menos há um ano que a notícia da formação de uma associação de produtores estourou pelo interior de Nova Bassano".), A & C (março/79); "Quem foi Dona Cândida?" (texto: "Hoje, com a sede transferida para a cidade mas conservando na linha Dona Cândida uma espécie de filial do seu setor de consumo, a cooperativa já tem 511 associados, quase todos eles minifundiários (...)"), A & C (maio/79); "A Cosulagri vive novos tempos" (texto: "Já autorizada pelo Conselho a direção começa a planejar a construção de um armazém no Distrito Industrial de Pelotas".), "Quando existe o debate, associado participa mais" (texto: "Nos momentos de crise, têm se saído melhor as administrações que mantêm esse diálogo constante com o quadro associado".), A & C (julho/79); "Quem não entrega produção tem que sair da cooperativa?" (texto: "Desde a bodega mais distante até o centro da cidade de Alegrete, os agricultores discutem apenas um assunto: a direção da cooperativa está mandando embora um grande número de seus associados".), "Pegando juntos para salvar a cooperativa" (texto: "Tudo começou com a escolha de uma nova diretoria e a disposição de dar continuidade (...) a dois projetos: o de diversificação da produção e o de incentivar o Departamento de Educação e Comunicação".), A & C (agosto/79); "Começa nova etapa nas cooperativas" (texto: "Assim, a sugestão aprovada é de que a atual Fecotriga seja transformada numa Central, que terá sob seu controle todas as atividades econômicas das cooperativas".), grifos do texto, A & C (novembro/79); "Quem produz vende, quem consome paga, mas no meio disso..." (abertura: O intermediário continua enriquecendo, enquanto o produtor e o consumidor ficam cada vez mais pobres".), "Em busca de

mais união" (texto: O que falta para uma maior participação dos associados na vida das cooperativas? Como evitar o famoso desvio da produção?), grifo do texto, A & C (janeiro/80); Publicação da fotonovela "A saída para ganhar mais", já referida em 3.1.3, A & C (fevereiro/80); "Uma Central para fortalecer os agricultores" (olho: "A transformação da Fecotrigo em Central e, paralelamente, a criação de uma nova Federação, marcam o início de uma grande mudança no cooperativismo gaúcho de produção".), A & C (março/80); "O início de uma grande caminhada" (reportagem sobre a criação da Fecotrigo), reportagem sobre quatro cooperativas, com os sub-títulos "A Coopasso entra em Tapejara", "E a Cosuel absorve a Coopercândida", "A nova arrancada da Copalma", "Na Cotrirosa, começa tudo de novo", A & C (abril/80); "O produtor em primeiro lugar" (entrevista com o indicado para a presidência da Fecotrigo), "Espumoso e Campos Borges formando uma só cooperativa" (texto: "Pode surgir dentro de poucos meses, mais uma grande cooperativa"), A & C (maio/80); "A cooperativa Holambra e a experiência dos holandeses" (abertura: "Reunindo 254 associados que faturam (...) uma média igual aos melhores produtores do mundo, as cooperativas Holambra se constituíram numa opção para os holandeses (...) que decidiram colonizar Jaguariúna e depois Paranapanema, em São Paulo".), "O cooperativismo nas escolas" (texto: "O objetivo é motivar os jovens para a idéia e a prática do cooperativismo (...)")., "A recuperação da Cotricampo" (texto: "Depois de passar por um período muito difícil (...) a (Cotricampo-HAS) começa a se recuperar"), A & C (junho/80); "Crianças vão descobrir a importância do cooperativismo" (olho: "Chegou a hora das crianças aprenderem que a união também é importante nas suas vidas. Em mais de 800 escolas do Planalto Médio, o cooperativismo vai entrar nas salas de aula".), "Agora, uma Central e uma Federação" (reportagem sobre a criação da Centralsul), "A força da Cooperativa" (olho: "Em seus 53 anos de atividades, a Cooperativa Agrícola de Cotia teve uma invejável expansão que a torna, hoje a maior da América do Sul".), "Mais união na fronteira gaúcha" (reportagem sobre uma cooperativa de lã), "Cotrel vai ocupar área no Mato Grosso" (texto: "Uma das regiões gaúchas onde é mais acentuado o problema do minifúndio é o Alto Uruguai (...). É por isso que a Cotrel está iniciando um projeto de colonização (...), no Mato Grosso"), "No ar, a primeira rádio cooperativa do país" (texto: "A rádio, (...), pretende, (...), difundir a doutrina cooperativista e as novas técnicas agrícolas (...)")., A & C (julho/80); "Na Sul-Brasil a produção é totalmente centralizada" (reportagem sobre a Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil, de São Paulo), "Desafio é vencer multinacionais do leite" (olho: "Só com a união de todas as centrais brasileiras poderemos ganhar o mercado, dizem os dirigentes da Cooperativa Central de Laticínios Paulista".), A & C (agosto/80); "Cooperativas terão mais força com os associados organizados" (reportagem sobre um

seminário de cooperativistas para "discutir e estabelecer uma nova estratégia de atuação, buscando uma prática comum para fazer aumentar a participação dos associados nas cooperativas".), A & C (setembro/80); "O poder na cooperativa é o próprio associado" (olho: "Não é só a capacidade empresarial e a eficiência (...) que caracteriza a Cosuel. Lá também é exercida, na prática, a democracia cooperativista".), "No Rincão do Sossego todos trabalham juntos" (olho: "São 45 famílias que se uniram para construir a escola, a igreja e até para comprar máquinas em sociedade".), "O cooperativismo nas escolas" (olho: "Em apenas meio ano de trabalho (...) o projeto Cooperativismo nas Escolas já alcançou resultados surpreendentes".), A & C (dezembro/80); "É hora de criar um sistema financeiro próprio" (olho: "Mas agora, com a criação da Central de Cooperativas de Crédito, todo o dinheiro gerado pelo trabalho dos associados, pode circular dentro do cooperativismo".), "Um novo desafio para o sistema" (texto: "De um lado, precisamos ter gestão democrática. (...). De outro, precisamos ter eficiência empresarial".), grifos do texto, "Comunicação, a base de tudo" (texto: " - A participação dos associados na vida da cooperativa e, ao mesmo tempo, a eficiência da cooperativa como empresa, são duas coisas que não podem ser separadas". Quem fala assim é (...) Mário Osório Marques, da Fidene, (...)), "A estrutura do poder na Cotrijuí" (texto: "E Ruben (presidente da Cotrijuí - HAS) questiona até mesmo a validade da tomada de decisões somente em assembleias gerais. Na realidade - diz ele - as grandes decisões acontecem no dia a dia". Depois, tem também a dificuldade do próprio associado em manifestar sua opinião num grande grupo".), "Uma cooperativa mirim" (texto: "(...) estas crianças são do Clube Cooperativo de Vista Alegre, uma cooperativa-mirim, onde os sócios não têm mais de 15 anos de idade".), A & C (janeiro/81); "Os representantes ajudando a decidir" (texto: "O novo sistema (participação de líderes de núcleos nas decisões das cooperativas-HAS) está agradando porque dá maior rapidez à tomada de decisões".), "Agricultor é dono de loja" (texto: "O cooperativismo conquista, com isso (sistema de crediário no setor de consumo de uma cooperativa - HAS), mais uma vitória, ampliando a sua participação na vida da comunidade".), A & C (fevereiro/81); "A cooperativa será tão eficiente quanto os associados exigirem" (olho: "O fortalecimento econômico da Cotrisel, (...), tem muito a ver com o trabalho de comunicação que ela desenvolve, buscando maior participação dos associados na tomada de decisões".), A & C (março/81); "Na Cotrimaio, tudo para evitar a solidão no poder" (olho: "Em Três de Maio, o trabalho de nucleação iniciado há seis anos mostra hoje, evidentes sinais de progresso (...).", "Buscando a produção na Casa do associado" (texto: "(...) a Cooperativa Mista Ourense - Camol, em vez de esperar que o produto seja trazido até os armazéns, utiliza cinco caminhões para buscá-lo no interior".), "Com nova

diretoria e planos para crescer mais" (reportagem sobre a diretoria da Centralsul), A & C (abril/81); "Buscando um cooperativismo democrático" (olho: "Em São Luiz Gonzaga, a Coopatrigo vive tempos democráticos, com grande participação dos associados na tomada de decisões".), "Eficiência empresarial junto com participação democrática" (olho: "Eficiência empresarial é o que não falta na Camil (...). Mas a participação dos associados não acontece só na entrega da produção: juntamente com a administração, eles definem toda a atuação da cooperativa".), A & C (maio/81); "O produtor busca sua independência econômica" (entrevista com o vice-presidente da Fecotrigo sobre a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul), A & C (junho/81); "A conquista do mercado só depende de união (olho: "(...) esta matéria é, antes de tudo, uma visão do universo do agricultor não-cooperativado, às voltas com os intermediários e com a falta de uma estrutura de comercialização para os seus produtos".), "Direção deve conhecer os interesses dos associados" (olho: "'Quanto mais o associado participa, menos a direção da cooperativa vai errar'. É assim que pensa o pessoal da Cooperodeio".), (reportagem sobre duas cooperativas recém filiadas à Fecotrigo), "Agora, só depende da participação de todos" (texto: "O cooperativismo de crédito rural começa a se fortalecer em todo o Estado".), A & C (julho/81); "Fecotrigo com novas filiadas" (olho: "Desde o mês passado, a Fecotrigo conta com mais três cooperativas filiadas (...)".), A & C (agosto/81); "Coagrisol implanta conselhos regionais" (olho: "Assentada em fortes bases empresariais e com seu quadro social organizado em 102 comunidades de base, a Coagrisol inicia uma nova experiência para democratizar o poder: a criação dos Conselhos Regionais".), A & C (setembro/81); "Capital Social terá tratamento mais justo" (olho: "A inflação liquida com o valor das quotas-partes. E as sobras, transformadas em fundos, não estão no nome dos associados. É uma situação que precisa ser radicalmente modificada".), "As novas filiadas da Fecotrigo" (reportagem sobre duas cooperativas recém filiadas à Fecotrigo), "A Cotrifred, superando uma fase crítica" (texto: "Mas há outros números que atestam a recuperação da Cotrifred: (...)".), "A Coopasso vai à Goiás" (texto: "Pois, o pessoal da Coopasso foi lá (em goiás - HAS), viu e gostou da área e das potencialidades da região".), A & C (novembro/81); "O caminho para um consumo organizado" (olho: "As 377 seções de consumo das 81 filiadas da Fecotrigo formam a maior rede de supermercado do sul do país".), "As novas filiadas da Fecotrigo" (reportagem sobre cooperativas recém filiadas à Fecotrigo), "Cotrisa: a crença no homem e no trabalho" (texto: "Quinta empresa agropecuária em crescimento de todo o país. Segunda cooperativa singular (...) do Rio Grande do Sul. São títulos que a Cotrisa (...) consegue no ano em que completa seus 25 anos".), "A solução ainda é continuar unidos" (entrevista com um fundador da Cotrel),

A & C (dezembro/81); "Patrimônio da Cotrisel em nome do associado" (texto: "A partir de agora, o associado da Cotrisel verá que o crescimento da cooperativa continuará a ocorrer na mesma proporção em que aumentará a sua participação no capital social."), "Na região agrícola, uma cooperativa de pecuaristas" (texto: "(...) a Agropastoril nasceu voltada para a pecuária, embora os seus associados também sejam agricultores."), A & C (janeiro/82).

- 18) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, maio de 1976, nº 1
- 19) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, dezembro de 1976, nº 8
- 20) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, fevereiro de 1977, nº 10
- 21) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, março de 1977, nº 11
- 22) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, junho de 1978, nº 26
- 23) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, junho de 1981, nº 62
- 24) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, julho de 1978, nº 27
- 25) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, setembro de 1981, nº 65
- 26) A & C mantinha duas fontes de receitas, além do patrocínio da Fecotrigo: assinaturas e publicidade. E, quando a revista não vendia o espaço interno de sua capa e espaços de sua contra-capa os anúncios ali veiculados eram da Fecotrigo. Para suas assinaturas contava com o trabalho dos departamentos de Comunicação e Educação das cooperativas.
- 27) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, abril de 1978, nº 24
- 28) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, abril de 1980, nº 48.
- 29) Em maio de 1980 o salário mínimo regional era, em valores nominais, Cr\$ 4.149,60, conforme Ano Econômico (1985/86). Isso significa que este agricultor conseguia 7,3 salários mínimos por mês. Onde está seu segredo para isso? Em duas produções especializadas (suinocultura e leite) e na produção de subsistência. Aqui cabe desenvolver um pouco este assunto para mostrar o que ocorre dentro da pequena produção com produções especializadas e integradas, em qualquer nível, e que não é analisado no jornalismo de agricultura. O texto diz que o produtor desenvolve a produção de 150 porcos, entrega o produto acabado a uma cooperativa, não compra a ração pronta, apenas o concentrado na cooperativa, e "faz a mistura". Não é nossa intenção especificar todas as etapas deste trabalho, mas certamente pode-se entender a quantidade de trabalho dispendido desde o plantio de milho (para a ração) até a entrega da mercadoria (cada animal com 100 quilos e seis meses de vida). Basta dizer que, apenas na alimentação, esta produção consome, por animal,

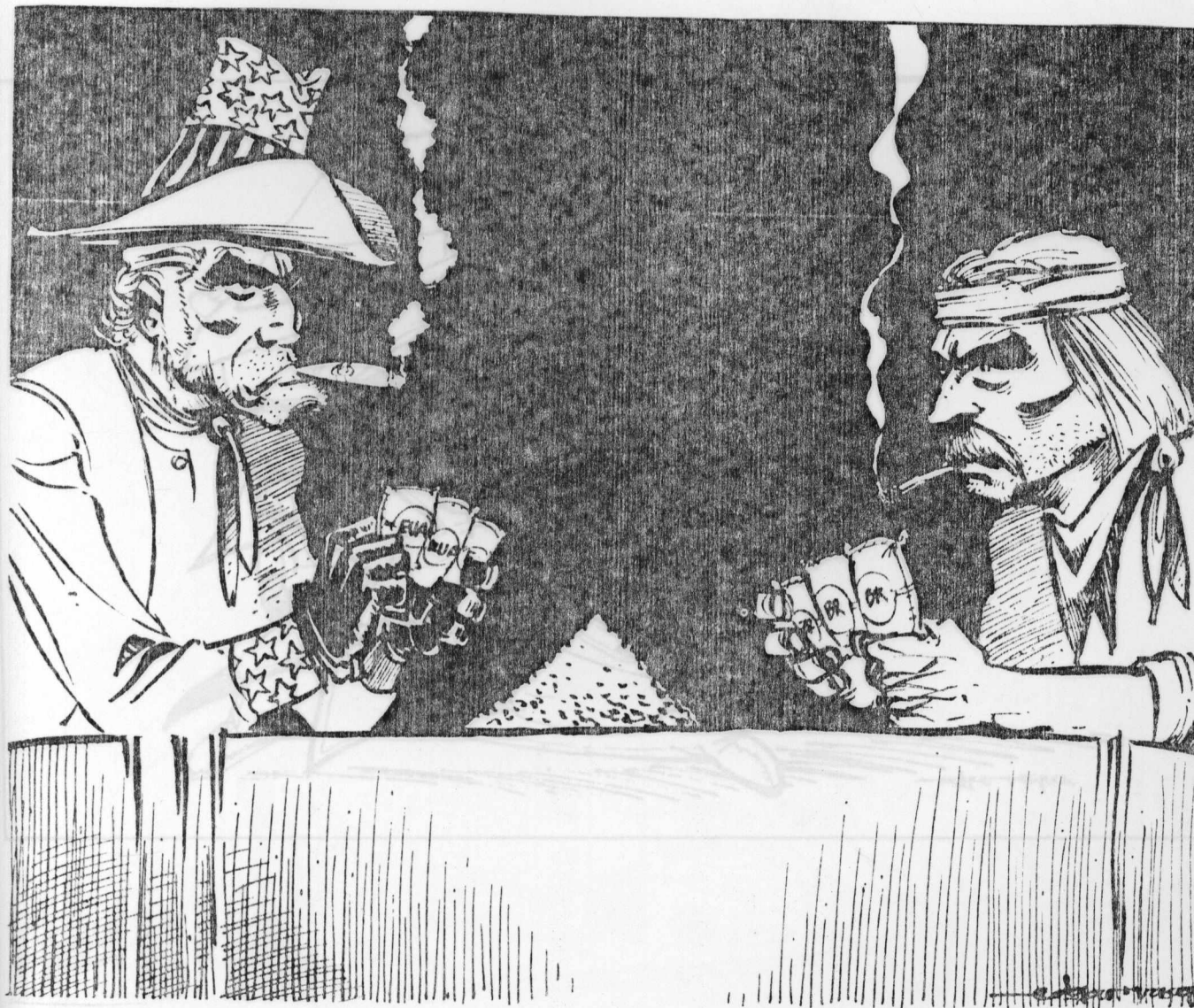
- aproximadamente 350 quilos de ração, num total aproximado de 53 toneladas. Estamos considerando um nível técnico médio, como se nota pelo texto. É um trabalho diário, intenso, sete dias por semana. Como ocorre com a produção de leite de suas dez vacas, que produzem 150 litros diários, ou 150 quilos, e como diz o produtor, "é tudinho como ela (sua esposa -HAS)". Esse trabalho é desenvolvido por três pessoas: o produtor, sua esposa e um empregado. Ao mesmo tempo, o texto diz: "Arroz, feijão, batatinha, batata doce, aipim, verduras - nada disso precisa ser comprado porque tem na lavoura de subsistência". A fórmula desse produtor é a própria produção dos meios de subsistência ao lado da produção especializada. Ou seja, ele tira os 7,3 salários por mês, "limpos", que devem ser ainda divididos com sua esposa, porque não contabiliza, em seus custos, a reprodução da força de trabalho. Assim, nestes 7,3 salários estão compreendidos o valor dos meios de subsistência, mas como o produtor não leva isso em conta e ao mesmo tempo, produz, junto com sua esposa, esses meios e a produção especializada, aparece essa noção de lucro. A produção da reprodução, por outro lado, exige uma jornada de trabalho acoplada à da produção especializada e isso significa tempos de trabalho distintos, mas, somados, uma jornada extensa. Na verdade, esse produtor junto com sua esposa não deixam de ser trabalhadores assalariados à domicílio.
- 30) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotriga, janeiro de 1982, n° 69
- 31) Ilustrativo disso é um concurso de monografias promovido pela Fecotriga, em 1981, com o tema "Viabilização técnica-econômica da pequena propriedade rural do Rio Grande do Sul". Junto com a Fecotriga a comissão julgadora dos trabalhos apresentados era formada pela Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura, Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, Faculdade de Agronomia da UFRGS e EMATER. Dois trabalhos mereceram o primeiro prêmio. Um desses, de Bresolin et alii, Boletim Trigo e Soja (setembro e outubro de 1982) apresenta 32 sugestões para essa "viabilização", mas não menciona, em nenhuma delas, a reforma agrária. Sobre o tamanho das áreas de pequena produção o autor diz: "As afirmativas de que as propriedades com pequena área de terra são inviáveis necessitam ser reexaminadas, em face da possibilidade de melhoria das condições de vida para o agricultor e de maior oferta de alimentos e outros bens para o cidadão, sob condições mais favoráveis ao produtor". E, após, numa dessas sugestões, indica, para a falta de terra, o crédito fundiário: "O crédito fundiário deveria ser instituído com a finalidade de proporcionar ao pequeno produtor rural a possibilidade de agregar à sua unidade produtiva mais terra (dentro de limites), com o fim exclusivo de expandir sua produção". O outro trabalho, de Terhorst, Boletim Trigo e Soja (maio/junho de 1982), também não menciona a reforma agrária. Como diz o autor: "O aspecto mais importante da reestruturação

- 42) econômica da pequena propriedade reside na diminuição dos custos de produção, com a adoção de soluções domésticas, capazes de devolver a rentabilidade da pequena empresa agrícola de regime familiar". Após, o autor coloca: "'Ter para Comer" é a base da viabilidade econômica da pequena propriedade agrícola".
- 32) A & C mostra em suas edições trabalhos de vários profissionais. Mas, como ilustração, anexamos nas páginas após as notas, quatro cartuns: dois de Edgar Vasques e dois de Neltair Abreu.
- 33) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, agosto de 1979, n^o 40
- 34) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, março de 1980, n^o 47
- 35) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, abril de 1980, n^o 48
- 36) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, maio de 1980, n^o 49
- 37) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, julho de 1980, n^o 51
- 38) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, janeiro de 1981, n^o 57
- 39) Como diz um dirigente da Coojornal em citação de Kucinski (1991:215-216): "Numa empresa capitalista a acumulação, indispensável em qualquer sistema, é feita com ônus social. (...). A diferença é que na cooperativa o fator decisivo não é o capital, mas o trabalho".
- 40) Fundada em 1974, a Coojornal desenvolveu-se. Como diz Kucinski (1991:212): "Tiravam catorze publicações para terceiros, além de cinco publicações próprias. Os últimos quatro balanços da Coojornal fecharam em equilíbrio. Trabalhavam na cooperativa 86 funcionários administrativos e mais 30 jornalistas. Outros oitenta jornalistas colaboravam como free-lancers".
- 41) Embora não sendo possível conseguir informações sobre números de assinantes da revista, preços de publicidade e custos da redação, composição, impressão e distribuição, pode-se supor que A & C foi uma revista que exigiu investimentos significativos, levando-se em conta a exigência de viagens e o número de profissionais. A edição de março/76, exemplar de lançamento, por exemplo, mostra em seu expediente a seguinte composição: um editor responsável, um editor executivo, seis repórteres, um profissional na fotografia, um editor de arte, três profissionais de arte, dois cartunistas, um profissional na publicidade e um supervisor geral. Na edição de janeiro/78 sua redação é composta por quatro editores (sendo dois especificamente para fotografia e secretaria gráfica), seis repórteres, dois fotógrafos, dois diagramadores, cinco ilustradores, um profissional na publicidade, outro na circulação e assinaturas e um supervisor geral. A última edição de A & C, janeiro/82, mostra uma redação menor: um editor, três repórteres, dois fotógrafos, um ilustrador/diagramador, um profissional na circulação e assinaturas e um diretor.

- 42) Versão dos Jornalistas (junho/julho de 1992). O IICA, como é dito em Notícias IICA (novembro-dezembro/92) "é um organismo internacional de âmbito interamericano, especializado em agricultura, que tem como objetivo permanente "estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e bem-estar rural". O Brasil é um Estado membro.
- 43) A & C publicou reportagens que tratam, de alguma forma, de reforma agrária e colonização. São reportagens sobre problemas de terra ocasionados por barragens, colonização, conflitos entre colonos e índios por posse de terra, o papel da Igreja nas questões sociais da agricultura, discussões do sindicalismo sobre a falta de terra. Mas a reportagem mais significativa sobre a falta de terra para pequenos produtores está na edição de dezembro/79. É uma reportagem sobre a migração de pequenos produtores para Porto Alegre. Com uma capa que mostra ex-agricultores numa favela o título diz: "Do campo para a cidade O que era ruim ficou ainda pior". Nas páginas internas a reportagem, com a cartola "êxodo rural", é intitulada "Aqui se vive com a miséria e a loucura" e relata as condições de vida dos migrantes: trabalhando na construção civil e morando em favelas. Ainda, a reportagem traz casos de ex-produtores internados no hospital psiquiátrico São Pedro, e uma legenda diz: "(...) a maioria dos internados são das regiões de monocultura da soja e do trigo e da grande Porto Alegre".
- 44) Por exemplo, na edição de novembro/81, a revista traz, pela primeira vez, a estrutura fundiária dos associados das cooperativas. Como é dito, 80% destes associados, 180 mil produtores, trabalhavam em áreas de até 50 ha. Após esta constatação a revista faz a seguinte análise: 1) "As cooperativas, por isso, entram firme na diversificação de culturas, visando o aproveitamento daquilo que o minifúndio tem de mais rico: a mão-de-obra"; 2) "Sobra para o Governo, com objetivos bem claros, a tarefa de traçar uma política mais consistente para os pequenos (...). O problema da terra, seu alto preço e o constante picotamento (...) merecem atos concretos e não somente estudos e intenções"; 3) "A própria pesquisa precisa modificar-se, desde a sua nascente, que são as escolas. Ter em mente a criação de tecnologia adequada à realidade fundiária que temos nos dias de hoje"; 4) "Neste sentido, a Fecotriga dá os primeiros passos, ao reconhecer, na palavra de seu diretor de pesquisa (...), "que está faltando alguma coisa no sentido de manejo e utilização de solos em áreas de pequena propriedade, naquelas regiões de topografia acidentada"" 5) "E para isso, inicia convênio (...) para criar um centro regional de pesquisa numa área de agricultura em solo acidentado"; 6) "Também espera o resultado do Concurso de Monografias sobre a Pequena Propriedade" (vide nota 31). Após, apresenta cinco depoimentos de produtores, cooperativados, de acordo com suas áreas de terra: 3, 12, 25, 50 e 300 ha. Os quatro

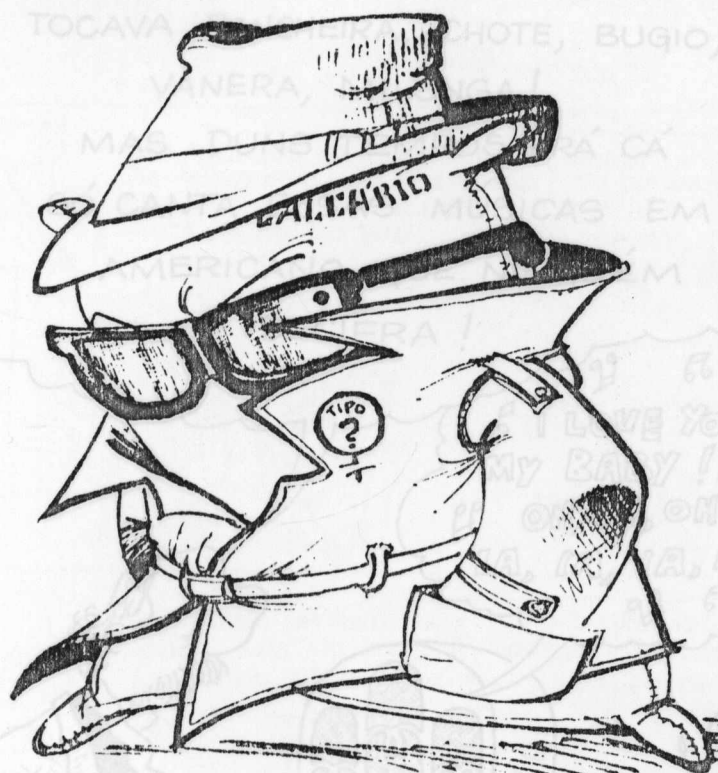
primeiros são de agricultores e o quinto de um pecuarista. O que predomina nos depoimentos de agricultores é: buscar uma solução pela diversificação, (um fala em migrar para outros estados), e "muito trabalho". O pecuarista fala de despesas e falta de dinheiro. Além de faltar depoimentos de agricultores proprietários de mais de 50 ha, médios e grandes produtores, a matéria, em suas seis páginas, não cita, nenhuma vez, a expressão "reforma agrária". E, pela análise da revista desta estrutura fundiária, nota-se que as "saídas" relacionam-se em "viabilizar" as pequenas propriedades por meios como a intensificação do uso da força de trabalho, tecnologia, diversificação da produção, etc. Mas a matéria tem o mérito de expor a estratificação dos associados das cooperativas. Na conclusão desta análise é dito: "(...) fica o grande desafio, particularmente para as cooperativas do Sistema Fecotrigo e, enfim, para todo estado: como viabilizar economicamente a pequena propriedade, proporcionando um futuro melhor para os agricultores e, ao mesmo tempo estancando o fluxo crescente de migração na direção dos grandes centros e outras regiões do país". Esse desafio, obviamente, tem nome: uma efetiva reforma agrária.

- 45) Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, março de 1979, nº 35
- 46) Agricultura & Cooperativismo, Porto Aegre, Fecotrigo, maio de 1979, nº 37



O MACANUDO TAURINO ÀS VOLTAS COM O APARELHO

POIS O SENHOR SABE



O MACANUDO TAURINO ÀS VOLTAS COM O APARELHO

POIS O SENHOR SABE
QUE ISTO ERA UM RADITO ESPECIAL:
TOCAVA RANCHEIRA, CHOTE, BUGIO,
VANERA, MILONGA!
MAS DUNS TEMPOS PRÁ CÁ
SÓ CANTA ESSAS MÚSICAS EM
AMERICANO QUE NINGUÉM
DECIFRA !

I LOVE YOU
MY BABY !!!
OH, OH, OH
IA, IA, IA, IA

SANTIAGO



O MACANUDO TAURINO ÀS VOLTAS COM A POLUIÇÃO



O Interior, em sua primeira fase, não era ligado exclusivamente à uma cooperativa, mas a um grupo delas. Isso implicou na possibilidade de representar, em sentido acentuado, o conjunto de classes dos empresários rurais nas associações, gradando a direção política-tecnológica/econômica.

Pela sua periodicidade, semanal, esse jornal apresentou uma agilidade própria para atuar na direção política-
5 - IMPRENSA DE COOPERATIVAS E POLÍTICA

quando representa o setor cooperativo. Os três veículos apresentam as mesmas direções, diferenciando-se, porém, no veículo com uma única direção.

Se a hegemonia no cooperativismo empresarial significa uma direção política-econômica, deve-se pesquisar a relação entre essa direção e sua imprensa. Observa-se que a imprensa de cooperativas não é uma comunicação de massa; seus leitores são os associados das cooperativas, formando um público¹. Mas um público típico, pois se todos, como produtores rurais, atuam no mesmo ramo de produção - a agricultura -, diferenciam-se por situações de classe.

Os veículos manifestam as políticas de ação dos grupos dirigentes. Essas políticas de ação, no caso da imprensa de cooperativas, podem ser expressas nas suas direções política-ideológica, tecnológica/econômica e reivindicatória. Os três veículos analisados mostram essas direções, embora haja maior ênfase em determinadas direções em cada veículo.

O Cotrijornal, por exemplo, é um jornal de uma cooperativa dirigido para o seu quadro social. Isso implica em um projeto editorial formado pelas políticas de ação do grupo dirigente para a cooperativa. Esse projeto modifica-se, como analisado, mas seu objetivo continua ligado à própria cooperativa. A & C era uma revista da Federação do cooperativismo empresarial e seu jornalismo direcionava a produção de mercadorias e o cooperativismo, tendo como público principal os pequenos produtores, no conjunto das cooperativas filiadas.

O Interior, em sua primeira fase, não era ligado exclusivamente a uma cooperativa, mas a um grupo delas. Isso implicou na possibilidade de representar, em sentido acentuado, o conjunto da classe dos empresários rurais nas associações, predominando a direção política-tecnológica/econômica.

Pela sua periodicidade, semanal, esse jornal apresentou uma agilidade própria para atuar na direção política-reivindicatória, principalmente em sua segunda fase, quando representa o setor cooperativo. Os três veículos apresentam as mesmas direções, diferenciando-se, porém, no predomínio de uma ou outra. Não se encontra nesses casos um veículo com uma única direção.

No caso do Cotrijornal, o seu Conselho Editorial possibilita a inclusão de reivindicações sócio-políticas da maioria do quadro social da cooperativa num período determinado. Mas essas reivindicações não se consolidam em uma direção em seu projeto editorial.

O que ocorreu foi consequência da influência de grupos políticos e intelectuais que, dentro de uma situação de crise num período determinado, procurou maior coesão no quadro social para manter e desenvolver a produção agrícola sob a predominância da cooperativa. Isso de uma forma política diferente do que vinha ocorrendo com o jornal em sua primeira fase.

Essas reivindicações também estão presentes nos outros casos, mas não são predominantes. Estão diluídas no desenvolvimento dos projetos editoriais. Contudo, deve-se colocar que o Conselho Editorial do Cotrijornal mostra uma experiência típica, e por isso nossa intenção em enfatizá-lo.

Os dois jornais e a revista analisados mostram exemplos de atuação da imprensa de cooperativas. E mostram diversidade no jornalismo desenvolvido, em predominâncias de direções e na atuação de agentes envolvidos, como o caso do Cotrijornal, mas nessa diversidade há uma unidade: uma direção política-econômica no sentido do desenvolvimento da produção de mercadorias dentro do setor cooperativo.

Essa direção é a unidade que existe entre as direções política-tecnológica/econômica, ideológica e reivindicatória e que estrutura essa imprensa. Por isso, deve-se pesquisar essa unidade. A primeira direção será tratada especificamente no capítulo 6.

Uma direção política-econômica que é resultado da práxis política dos grupos dirigentes relacionada com a produção agrícola (envolvendo relações de produção capitalistas e não-capitalistas) e desempenhada por sujeitos: grupos dirigentes, técnicos, jornalistas, outros intelectuais (como ocorreu no caso do Cotrijornal). Essa direção é o sentido (propósito) dessa imprensa, mas um sentido estruturado dentro de um período histórico específico: a modernização da agricultura no RS.

Essa modernização será determinante para o surgimento dessa imprensa. A própria modernização agrícola e o surgimento do cooperativismo empresarial são fenômenos condicionados e dirigidos pela práxis política de grupos de empresários rurais articulada com o Estado.

Condicionados e dirigidos no sentido de que, se a expansão do capitalismo na agricultura é uma determinação do desenvolvimento capitalista brasileiro, esses grupos tomam essa expansão em curso e assumem a sua direção criando cooperativas. Portanto, manifestam uma ação política para expandir o econômico. Conforme Williams (1979:91),

"(...) "sociedade", ou "o evento histórico", não pode nunca ser categoricamente abstraído dos "indivíduos" e das "vontades individuais". Esta separação leva diretamente a uma sociedade alienada, objetivista, funcionando "inconscientemente" (...)"

Uma ação política porque a modernização agrícola é a maneira real, concreta, de expansão econômica de sua classe. O cooperativismo empresarial será a forma de sua organização política-econômica nesta modernização. E assim, economia e política são relacionadas historicamente, ou segundo Coutinho (1981:77),

"(...) as relações entre economia e política não são dadas de uma vez por todas: o modo de articulação entre as duas esferas, o maior ou menor poder de determinação em sua ação recíproca, dependem do tipo específico de formação social, sendo portanto um fenômeno histórico".

Em seu desenvolvimento, o cooperativismo empresarial mostra expansão. E para isso contribui - e muito - um período de mercado favorável, como no caso da soja, e estímulos estatais. Portanto, o mercado e esses estímulos aqui tornam-se também determinações - determinações econômicas externas que impulsionam esse cooperativismo.

E o que pode ser apreendido na história dos três casos analisados? Primeiro: os veículos são criados no momento da expansão da produção de mercadorias; segundo: desenvolvem direções relacionadas com essa produção. Direções que têm um sentido econômico, expressado na produção de mercadorias. Mas, essas direções não são também determinações criadas e desenvolvidas por e para essa produção de mercadorias pelo próprio cooperativismo estimulado por determinações externas? Como diz Williams (1979:91-92), sobre o conceito de determinação,

"É aqui que o conceito de determinação adquire importância crucial. Na prática, a determinação não é nunca apenas a fixação de limites, mas também a existência de pressões. (...) é um ato de vontade e propósito. (...). É (a sociedade - HAS) sempre também um processo constitutivo com pressões muito poderosas que se expressam em formações políticas, econômicas e culturais e são internalizadas e se tornam "vontades individuais", já que tem também um peso de "constitutivas". Este tipo de determinação - um processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões - está na própria totalidade do processo social (...). - uma experiência histórica ativa e consciente, bem como, por omissão, passiva e objetificada".

Vejamos que o cooperativismo empresarial é uma organização criada por uma classe de produtores articulada com o Estado, e, tornando-se capital² torna-se determinante para a produção de mercadorias.

Como capital condiciona a separação dos grupos dirigentes com o quadro social e, ao mesmo tempo, pelo próprio desenvolvimento capitalista na agricultura e, em consequência, maior dinamização nos negócios relacionados à produção, sente concorrência de outros capitais na comercialização dessa produção.

A cooperativa é administrada pelos grupos dirigentes, e isso implica em organizar e desenvolver a produção agrícola, como também, para sua expansão, precisa capitalizar-se. A base dessa capitalização será a produção de seus associados. Procura receber integralmente essa produção, evitando os "desvios" para outras empresas. Para isso desenvolve e expressa uma ideologia própria, de associativismo, que tem o sentido de fortalecer, via produção e comercialização de mercadorias de produtores associados, as organizações.

A tecnologia é desenvolvida pelo Estado e pelo cooperativismo empresarial, através dos técnicos e de centros de pesquisas próprios³ para incrementar, via produtividade, a produção agrícola. E junto a ela estão ligados aspectos econômicos, como custos, mercado, preços. O cooperativismo procura desenvolver a produção de seu quadro social, tanto em produções tradicionais como alternativas de produção, e para isso determinam-se tecnologias específicas.

As reivindicações são movimentos políticos dos produtores dirigidos pelos grupos dirigentes quando o Estado, agente financiador da modernização, e portanto determinante, mostra retração nesse financiamento. As reivindicações têm o sentido de manter o fluxo de financiamento e, assim, essa determinação.

Pela articulação histórica que existe entre a classe dos empresários rurais e o Estado as reivindicações tomam uma forma legítima, dentro do setor cooperativo, para manter o papel estatal na agricultura. Essa articulação acentua-se pela dependência da agricultura em relação ao Estado. Neste sentido, as reivindicações são uma forma política dos grupos dirigentes para manter estímulos estatais, ou, determinações políticas do setor para assegurar o papel determinante do

Estado na agricultura.

Portanto, se a economia se apresenta como o objetivo determinado na formação desta imprensa, e não deixa de ser, é uma economia condicionada e dirigida pela práxis política no sentido de desenvolver a expansão das cooperativas e o processo de modernização da agricultura.

Uma práxis que, através da modernização e do cooperativismo empresarial, se concretiza numa práxis política-econômica dos grupos dirigentes.

Observa-se, por exemplo, que os veículos, nas suas direções procuram "criar" as condições objetivas para dar curso à produção de mercadorias. Fazendo isso, não deixam de universalizar e fortalecer (pela divulgação e afirmação) as diversas determinações para essa produção. Por isso, pode-se dizer que a imprensa de cooperativas é uma imprensa política que dá direções ao econômico.

É por ser uma imprensa política que dá direções ao econômico que os veículos atuam em determinados sentidos (direções), buscam o consenso, procuram a aceitação. É uma imprensa criada e desenvolvida com um objetivo político-econômico: a expansão de mercadorias agrícolas dentro do setor cooperativo. Um objetivo determinado pelos grupos dirigentes do cooperativismo empresarial porque são esses grupos os responsáveis pela administração das cooperativas como empresas em expansão.

5.1.1 IMPRENSA DE COOPERATIVAS E CORPORATIVISMO

Como uma imprensa de cooperativas, qual a sua relação com o corporativismo? Conforme Bobbio et alli (1986:287),

"Propõe (o corporativismo - HAS), graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político".

Vejamos como isso pode ocorrer no interior do setor

A direção política-reivindicatória do setor cooperativo é uma posição que integra todos os produtores-associados mediante interesses concretos no campo político-reivindicatório. E, de fato, em períodos da modernização da agricultura como a partir de meados da década de 1970 e, principalmente, na década de 1980, isso tem sentido.

Todos os associados são produtores rurais e a agricultura em seu conjunto (produção, comercialização) e as próprias cooperativas, mostram significativa dependência ao Estado. Mais: todos os produtores, de uma forma ou outra, estão envolvidos com as principais culturas (soja e trigo). E isso produz a unidade diante de situações econômicas em relação ao Estado. Gramsci (1978:49-50) referindo-se à relação de forças políticas, coloca,

"O primeiro e mais elementar (momento - HAS) é o econômico-corporativo (...). Um segundo momento é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. (...). Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas (...). Coloca todas as questões em torno das quais se acende a luta não num plano corporativo, mas num plano "universal", criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados".

Gramsci está se referindo à hegemonia a nível de Estado Integral.⁴ Essa hegemonia seria criada quando a classe dominante, deslocando uma posição corporativista, "adquire a consciência de que os próprios interesses (...) podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados". Assim, seria estabelecida uma direção política para a sociedade, uma direção hegemônica.

Vejamos como isso pode ocorrer no interior do setor

cooperativo. Com o desenvolvimento da produção agrícola e mudanças nos estímulos estatais para a agricultura no segundo quinquênio da década de 1970, os grupos dirigentes, buscando manter a viabilização econômica de sua classe através de financiamento subsidiado e preços para os produtos agrícolas (principalmente trigo) que estimulem a produção, desenvolvem a direção política-reivindicatória.

Nesse período os pequenos produtores são incluídos no crédito rural, mas logo, a partir da década de 1980, o volume desse crédito, para todos os produtores, diminui, ao mesmo tempo que os custos financeiros aumentam.

Essa direção política-reivindicatória, buscando atender os interesses dos empresários rurais, já que esses são os principais beneficiados pelo crédito rural, agrega todos os produtores, porque os pequenos produtores também têm interesse nesse crédito. Desta maneira, os grupos dirigentes tornam-se representantes dos interesses do conjunto dos produtores, apontando, na defesa de uma agricultura financiada e subsidiada pelo Estado, uma direção política-reivindicatória.

Esta ação é corporativista do ponto de vista da sociedade, mas no interior do setor cooperativo essa ação é uma forma dos grupos dirigentes desenvolverem sua hegemonia. E, se essa ação é uma posição típica nesse setor pela sua ligação histórica ao Estado, a sua manifestação, em maior ou menor intensidade, vai depender de situações conjunturais em determinados períodos - são situações de crise que condicionam uma maior intensidade nessa direção.

O veículo que melhor mostra a intensidade dessa direção é O Interior, principalmente a partir da década de 1980, quando ocorre a combinação de duas situações de crise no setor: a desestruturação econômica-financeira da Centralsul e a diminuição de crédito subsidiado.

Essa circunstância leva o grupo dirigente da Fecotrigo, representando os interesses do cooperativismo empresarial, a colocar a reforma agrária como uma de suas reivindicações no movimento "Grito do Campo". Isso significa, corporativos, os grupos dirigentes, no sentido de manter sua

certamente, que havia se formado uma situação onde o apoio da classe dos pequenos produtores (a expressiva maioria nas cooperativas filiadas à Fecotrigo) era fundamental para a unidade do setor cooperativo.

Mas essa reivindicação significaria ferir os interesses da classe dos empresários rurais? A hegemonia é, antes de tudo, o predomínio de classes sobre outras classes. Como visto em 3.2.2 a reforma agrária preconizada pela Fecotrigo enfatizava a "desapropriação, por interesse social, de áreas não aproveitadas".⁵ Uma reforma agrária, portanto, "nos limites da lei". E, segundo Gramsci (1978:33),

"O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica".

Os limites das classes dirigentes em relação aos interesses das classes subordinadas, assim, "não se relacionam com o essencial". Tudo ocorre no "âmbito da lei", uma lei decidida e determinada pelas classes dirigentes, hegemônicas na Sociedade Civil, e executada pelo Estado.

Observa-se, desta maneira, que, se a direção política-reivindicatória do cooperativismo empresarial manifestada por sua imprensa evoluiu de reivindicações meramente econômicas para um nível mais propriamente estrutural, o seu grupo dirigente colocou um limite claro nessa direção, não ferindo os interesses de sua classe.

5.1.2 HEGEMONIA E PRODUÇÃO DE MERCADORIAS

Com esse ponto determinado no plano reivindicatório e encerrando por aí a sua capacidade de abrir mão de interesses corporativos, os grupos dirigentes, no sentido de manter sua

hegemonia, procuram na direção política-ideológica o fortalecimento do cooperativismo.

Esse pode significar o "universal", num sentido particular como colocado por Gramsci, em citação referida. Isso porque será essa organização política-econômica que os grupos dirigentes administram para integrar todos os produtores e que desenvolve, ao mesmo tempo, num plano universal dentro desse setor, uma ideologia⁶ que legitima essa associação - base organizativa para a produção de mercadorias.

O objetivo da imprensa de cooperativas, nessa direção, será agregar todos os produtores às organizações. E para isso produzirá um jornalismo ideológico divulgando e afirmando o cooperativismo como um sistema de produção próprio para os produtores. Um sistema político-econômico capaz de unir todos os produtores para desenvolver interesses comuns na produção agrícola.

E isso pode ser observado não apenas nos casos analisados, como também em depoimentos relacionados a outros veículos. Como diz o jornalista Hermínio Recco, editor do jornal Cocamar, por exemplo, (anexo I, 14), referindo-se aos objetivos do jornal,

Como diz o presidente da Camal, Bernardo Voth, (anexo II, 359) "Transmitir orientações técnicas e novas opções de exploração econômica aos produtores. Servir também de "canal" entre a cooperativa e os associados, realizando, ao mesmo tempo, um trabalho de divulgação do cooperativismo".

Como diz o presidente da Cotrirosa, Afonso Périus, (anexo II, 358), referindo-se ao jornal "Cotrirosa Em Seu Lar",

Como diz o vice-presidente da Coolan, Dirceu Bayer, (anexo II, 359), referindo-se ao informativo Languiru, "Um instrumento de formação de opinião, de comunicação e educação".

Como diz o gerente administrativo e financeiro da Cotrisa, Ione Costa, (anexo II, 358), referindo-se ao jornal Cotrifatos,

Como diz a jornalista Sandra Paixão, editora do jornal O

"Foi criado para levar ao quadro social informações diversas sobre as atividades da cooperativa, além de orientações técnicas".

Como diz o assessor de comunicação e educação da Cosuel, Valmor Oselame, (anexo II, 359), referindo-se ao jornal Cosuel em Notícias,

"1) Prestar informações ao associado sobre o andamento geral das atividades da Cooperativa; 2) Servir de veículo de formação do associado em suas atividades agropecuárias, repassando-lhes tecnologia aprimorada; 3) Servir de elo de ligação entre os associados, desenvolvendo o espírito cooperativista".

Como diz o superintendente da Coapel, José Hansen, (anexo II, 359), referindo-se ao jornal A Ponte,

"(...) a existência por si do jornal A Ponte explica sua criação. Este veículo de comunicação interliga a organização estrutural da cooperativa, composta do associado, direção e administração e quadro funcional, como também estabelece ligações entre todos os órgãos voltados ao setor primário".

5.1.2.1 AS DETERMINAÇÕES COMO MATERIAS JORNALISTICAS

Como diz o presidente da Camal, Bernardo Voth, (anexo II, 359), referindo-se ao Camal Informa,

"(...) foi criado para melhor comunicação entre a Administração e os Associados, tendo em vista as dificuldades encontradas na época, para levar ao Associado as resoluções da Diretoria e do Conselho de Administração, bem como receber o retorno, as aspirações e anseios do quadro associativo".

Como diz o vice-presidente da Coolan, Dirceu Bayer, (anexo II, 359), referindo-se ao Informativo Languiru,

"(...) foi criado com o objetivo de esclarecimentos e orientações ao associado concernentes às atividades técnicas e sociais desenvolvidas pela Coolan e os propósitos do Conselho de Administração, visando benefícios mútuos empresa-associado".

Como diz a jornalista Sandra Paixão, editora do jornal O

Recado (anexo II, 360),

"(...) tem como principal objetivo levar ao associado informações sobre o que está sendo desenvolvido na Cooperativa e orientação técnica para que ele possa desenvolver melhor sua atividade".

Nota-se que esses objetivos, e mesmo os relacionados nos casos analisados, são inerentes a jornais de cooperativas. E nem poderia ser de outra forma, já que esses veículos devem atuar como veículos de comunicação ("informando sobre a cooperativa", "desenvolvendo o espírito cooperativista", "orientando técnicas", "servir de "canal" entre a cooperativa e os associados", etc.). Eles poderiam "não informar sobre a cooperativa", "não desenvolver o espírito cooperativista", "não orientar técnicas", não ser um "canal" entre a cooperativa e os associados", etc?

Mas por ter esses objetivos como inerentes, esses veículos formam uma imprensa que coloca direções ao quadro social, como veremos adiante.

5.1.2.1 AS DETERMINAÇÕES COMO MATERIAS JORNALÍSTICAS

Essa imprensa desenvolve, permanentemente, em forma de matéria jornalística, as determinações que estão presentes nesse cooperativismo. Essas determinações, referidas anteriormente, condicionadas e consolidadas pela práxis política dos grupos dirigentes, junto com determinações externas, como mercado e políticas estatais para a agricultura, formam o material jornalístico dessa imprensa.

A importância que assumem como material jornalístico mostra variações em períodos determinados, mas, juntas, formam o universo desse jornalismo.

É no setor cooperativo que essas determinações têm importância. E são nessas determinações que buscam-se os fatos para as notícias, reportagens. Mas, o que são esses fatos a não ser fatos singulares que compõem as determinações do próprio cooperativismo e determinações externas relacionadas à

produção de mercadorias? É essa produção que liga os produtores-associados e dá o sentido real da existência e objetivo desse cooperativismo.

Qualquer direção que um veículo enfatizar, terá essa produção como finalidade. E a diversidade de predomínio de direções que os veículos podem apresentar assume uma unidade expressada na produção de mercadorias.

É isso que ocorre nessa imprensa: fatos singulares de determinações do próprio setor cooperativo e de determinações externas transformados em matérias jornalísticas tendo como unidade, ou universal específico nesse setor, a produção de mercadorias agrícolas, que estará ligada à totalidade da economia capitalista: a produção junto com mercado (onde qualquer produto, agrícola ou não, toma a forma de mercadoria).

Analisando as categorias filosóficas do singular, particular e universal, na perspectiva do jornalismo, Genro Filho (1987:162) diz,

"Existe (...) uma relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade, categorias lógicas que representam aspectos objetivos da realidade. (...) Cada um desses conceitos é uma expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se contêm reciprocamente e se expressam através dessas categorias e de suas relações lógicas".

Após, Genro Filho (1987:163) conclui,

"Nos fatos jornalísticos, como em qualquer outro fenômeno, coexistem essas três dimensões da realidade articuladas no contexto de uma determinada lógica. (...). Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissoluvelmente ligada à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista".

Espiricamente é isso que faz qualquer jornal: os fatos

Este conteúdo dará o valor à notícia, segundo sua universalidade. Como coloca Genro Filho (1987:81),

"(...) se o singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações que ele produz, o critério de valor da notícia vai depender (contraditoriamente) da universalidade que ela expressar. O singular, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo". (grifos do autor)

No jornalismo de cooperativas o singular são os diversos fatos que ocorrem em cada direção. Mas entre esses fatos, os mais importantes (que oferecem maior valor às matérias) são aqueles que expressam maior universalidade em relação à produção de mercadorias.

E esse valor é determinado em períodos específicos da história recente do cooperativismo. Na década de 1970, por exemplo, os fatos mais importantes eram os relacionados às produções de soja e trigo e a expansão das cooperativas como empresas no sentido desses produtos. Ou seja, direção política-tecnológica/econômica e política-ideológica. E, na medida que surge a necessidade de diversificação da produção, e isso ocorre já a partir de meados daquela década, outras produções assumem importância no setor cooperativo,⁷ e são outros fatos importantes para essa imprensa.

Após, pela crise do cooperativismo e dos produtores, os fatos mais importantes tornam-se os relacionados às reivindicações econômicas ao Estado, consolidando a direção política-reivindicatória. E será por essa crise que outras reivindicações, específicas dos pequenos produtores, também serão consideradas importantes.

A partir do segundo quinquênio da década de 1980 os fatos mais importantes tornam-se os relacionados com as produções. O Cotrijornal, por exemplo, mostra predominância da direção política-tecnológica/econômica e O Interior coloca em discussão o Mercosul e a agroindustrialização do setor, o que certamente determina importância a fatos relacionados com a produção agrícola (produtividade, linhas de produção, etc.).

Empiricamente é isso que faz qualquer jornal: os fatos

singulares tomam a forma de matéria dentro de um continuum particular - universal. E na medida que seus conteúdos expressam dimensões da realidade que tendem ao universal, incorporam maior importância.

Os fatos singulares ocorrem em cada uma das direções, mas essas, e em consequência os fatos, convergem para uma única direção: a produção de mercadorias. Portanto, esse jornalismo, como qualquer outro, procura em fatos singulares a matéria-prima para suas matérias, mas esses fatos são ligados ao universal específico do setor cooperativo - a produção de mercadorias agrícolas, inserida na produção global de mercadorias da sociedade capitalista.

É esta condição que faz esse jornalismo ser hegemônico no sentido de colocar direções ao quadro social. A sua natureza o leva a isso. Uma natureza criada pela modernização da agricultura, cujo móvel é a produção de mercadorias efetivada pelo setor cooperativo.

O caráter hegemônico, e assim diretivo, dos jornais de cooperativas está em seu sentido de homogeneizar junto a todos os produtores as determinações do setor cooperativo, ligadas às determinações externas. Essa homogeneização ocorre na esfera da produção, enquanto todos são produtores de mercadorias agrícolas, diferenciados por estruturas de classe, mas envolvidos no mesmo ramo de produção, a agricultura. A produção de mercadorias é a esfera que universaliza os interesses e por isso é a base de consenso dessa hegemonia.

Isso porque essa produção aglutina todos os produtores, enquanto produtores, e por extensão os seus interesses políticos, técnicos e econômicos. A imprensa de cooperativas, dando direções a essa produção, procura estimular o interesse pelo próprio cooperativismo, já que a produção e seu mercado estão a ele vinculados. Ao mesmo tempo, essa produção permite igualar todos os associados numa única condição, a de produtores de mercadorias. E é isso que essa imprensa faz: unifica todos os produtores a essa condição, deslocando as contradições existentes entre eles por estruturas de classe. A diferença

máxima entre as classes é expressada pelas situações de "pequenos", "médios", "grandes" produtores, mas, sempre, produtores. Ou como coloca Laclau (1979:168) referindo-se à dominação da ideologia dominante num sentido hegemônico,

Essa imprensa procura conseguir coesão entre os produtores de terra ou de outros meios de produção (e não de outros meios de propriedade e outras condições). Essa coesão será a base para a propriedade da terra por maioria de pequenos produtores (vide nota 4, cap. 1), por outro lado, possibilita uma condição de produção de mercadorias não entendida como proletarização. Como diz Amin et alii (1977:32), dentro de um quadro onde a propriedade da terra, condicionando as relações de produção, faz com que os camponeses, embora continuem como proprietários formais de seus meios de produção, fazem de si uma imagem ideológica que os separa dos proletários".

A propriedade da terra por maioria de pequenos produtores (vide nota 4, cap. 1), por outro lado, possibilita uma condição de produção de mercadorias não entendida como proletarização. Como diz Amin et alii (1977:32), dentro de um quadro onde a propriedade da terra, condicionando as relações de produção, faz com que os camponeses, embora continuem como proprietários formais de seus meios de produção, fazem de si uma imagem ideológica que os separa dos proletários".

"Os camponeses, embora continuem como proprietários formais de seus meios de produção, fazem de si uma imagem ideológica que os separa dos proletários".

Essa propriedade, mesmo que formal, já que não assegura predomínio econômico, condiciona uma compreensão ideológica de adesão às idéias dominantes da propriedade, e afirmadas pelas expressões nessa imprensa de "pequenas", "médias", "grandes" propriedades, mas, sempre, propriedades. Conforme Poulantzas (1977:202), na agricultura. O seu papel ideológico predominante corresponde a uma cultura hegemônica de produção de mercadorias.

"A ideologia tem precisamente por função, ao contrário da ciência, ocultar as contradições reais, reconstituir, em um plano imaginário, um discurso relativamente coerente que serve de horizonte ao "vivido" dos agentes, moldando as suas representações nas relações reais e inserindo-as na unidade das relações de uma formação. (...). A ideologia (...) não admite no seu seio a contradição, ela tenta resolvê-la pela sua ausência". (grifos do autor)

Isso não significa, no entanto, que os pequenos produtores não têm interesse em mudanças estruturais na propriedade da terra através da reforma agrária. Pela expansão do capitalismo na agricultura intensificam-se as contradições pela escassez e/ou perda gradativa da terra. Os pequenos produtores não só se interessam em manter e conseguir áreas

suficientes para a reprodução do processo produtivo como também em terra para seus filhos, cujo destino, sem esse meio de produção, é o assalariamento, de fato, em empresas rurais capitalistas ou no setor urbano-industrial.

Essa imprensa procura conseguir coesão entre os produtores. Pelo fortalecimento da idéia da propriedade da terra ou pela condição de produtores (que engloba proprietários e outras condições). Essa coesão será a base para desenvolver, através de suas direções, a produção de mercadorias dentro do setor cooperativo.

A imprensa de cooperativas não surge para discutir consequências sociais/estruturais da agricultura dentro de um quadro onde a propriedade da terra, condicionando as relações de produção existentes, assume papel fundamental. Esse não é o seu objetivo. Matérias nesse sentido quando editadas assumem intensidade e periodicidade diversas no desenvolvimento dos veículos, mas o projeto editorial dessa imprensa não incorpora, sistematicamente e como "uma direção", essas consequências.

Essa imprensa, dessa forma, desenvolve um jornalismo para a produção agrícola. E não um jornalismo para mudanças estruturais na agricultura. O seu papel ideológico predominante corresponde a uma cultura hegemônica de produção de mercadorias. Uma ideologia colocada em prática através de uma direção política-econômica expressa num projeto editorial. É essa direção que forma a unidade ideológica, política e econômica do cooperativismo de produção. Segundo Gramsci (1984:113),

"FILOSOFIA - POLÍTICA - ECONOMIA. Se as estas três atividades são os elementos constitutivos de uma mesma concepção do mundo, deve existir necessariamente, em seus princípios teóricos, convertibilidade de uma na outra, tradução recíproca na linguagem específica própria de qualquer elemento constitutivo: um está implícito no outro e todos, em conjunto, formam um círculo homogêneo".

A ideologia (filosofia no sentido de Gramsci, uma concepção de mundo), a política e economia desse

cooperativismo resume-se na produção de mercadorias, que é a sua base de reprodução/expansão. Assim, essa imprensa é hegemônica justamente por representar, no seu projeto editorial, essa produção como objetivo.

Seu jornalismo cria e estimula direções coletivas a essa produção através de um sentido jornalístico: transformando determinações para a produção de mercadorias em matérias jornalísticas. É isso que faz esse jornalismo ser funcional à modernização da agricultura. Sua funcionalidade está no desenvolvimento dessas determinações num sentido hegemônico.

Madrid (1982:45) analisando a relação meios de comunicação e hegemonia coloca que,

"(...) mediante um processo de legitimação contínua que os numerosos discursos da ideologia dominante realizam sobre as novas e diversas necessidades conjunturais que a dinâmica de reprodução/transformação do capital apresenta, articula-se a esfera material da sociedade com a superestrutura de formas de consciência político-sociais e de comportamentos amplos dos indivíduos. Assim, produz-se a harmonia social que a dinâmica de conservação da formação capitalista exige, de acordo com o grau de consolidação em que se efetua esta operação".

No caso da imprensa de cooperativas essa articulação é o seu próprio sentido, pois cria e desenvolve um jornalismo específico, capaz de dar direções à unidade que existe entre a estrutura e superestrutura e que envolve todos os produtores-associados - a produção de mercadoria.

E é por ter a produção de mercadorias como objetivo principal - e assim indo ao encontro dos interesses dos produtores - que essa imprensa pode manifestar uma política de busca de consenso para a expansão das cooperativas, legitimidade para as políticas de ação dos grupos dirigentes, afirmação de uma cultura direcionada para a produção de mercadorias, enfim, uma direção política-econômica expressa nessa produção.

5.2 CONCEITO DA IMPRENSA DO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL

Essa imprensa do cooperativismo empresarial de produção agrícola poderia ser classificada como uma comunicação empresarial/institucional? Como diz Torquato do Rego (1986:31),

"Gerar consentimento, eis a meta final da comunicação organizacional".

Buscar o consenso do quadro social das cooperativas é o objetivo de sua imprensa. Mas aqui há a especificidade de que esse consenso é buscado para uma direção política-econômica dentro de um quadro social formado por produtores de mercadorias. Nesse sentido, essa imprensa possui sua própria especificidade, implicando num jornalismo singular. Para chegarmos ao seu conceito, analisemos, antes, algumas respostas da pesquisa realizada com jornalistas (anexo I).

5.2.1 O JORNALISMO AGROPECUARIO COMPREENDIDO POR JORNALISTAS

Esses jornalistas representam cinco grupos de profissionais segundo suas ligações, passadas e presentes, aos tipos de empresas que desenvolvem um jornalismo ligado à agricultura: empresas jornalísticas comerciais; empresas de pesquisa agrícola e extensão rural; assessorias; empresas vinculadas à agropecuária; cooperativas e federações. Para a questão "O que, no seu entendimento, é jornalismo agropecuario?" (anexo I, 57-66) observa-se que jornalistas de empresas jornalísticas comerciais, como Alberto Batista, Bruno Blecher, Carlos Silveira, Iracy Novazzi, José De Moraes, Márcia dos Santos, Maria Melão e Nivaldo Manzano, colocam respostas cujas palavras-chave são: informação e serviço, pesquisa e tecnologia, economia.

O jornalista Rolf Kuntz, também do jornalismo comercial, coloca: "O termo designa tanto o jornalismo dirigido ao público ligado à atividade rural quanto o jornalismo que, tratando de assuntos agropecuarios, é produzido para o chamado

público geral. (...). O jornalismo institucional é muito mais vinculado que o outro à defesa de interesses setoriais e parece natural que assim seja. Uma publicação da Fecotriga, por exemplo, tenderá a refletir os interesses de certos grupos de produtores e isso é perfeitamente legítimo. O jornalismo comercial pode também assumir a defesa de interesses da agropecuária - ou de segmentos da agropecuária - mas seus compromissos não são, ou não devem ser, os mesmos do jornalismo institucional".

Jornalistas de empresas de pesquisa e extensão rural dizem: Antonio Herbelé: "(...) trata-se do tratamento das questões que envolvem o setor rural como um todo (...)"; Liane Matzenbacher: "(...) 'é aquele que leva ao homem do campo as informações que ele necessita'; Vera Souza: "(...) é um jornalismo especializado, cujo assunto é agropecuária, em todas as suas fases, desde a produção até a comercialização"; Virson Holderbaum: "(...) está definitivamente vinculado à idéia da publicidade (...)".

Jornalistas de assessorias dizem: Camilo Simon: "É um jornalismo voltado para o produtor agropecuarista, que fala a mesma linguagem que ele; relaciona matérias de interesse dele e defende suas causas (...)"; Deoli Graff: "(...) é oferecer informações sobre agricultura e pecuária de interesse tanto das pessoas que atuam no meio como para outras pessoas". Jornalistas de empresas vinculadas à agropecuária dizem: Evory Schmitt: "(...) é o que tem sua atuação direcionada para atividades do meio agrícola, com mão dupla (...)"; João Dias: "(...) é a divulgação regular (...) de informações estritamente jornalísticas abordando exclusivamente temas agrícolas e pecuários".

Jornalistas de cooperativas e federações dizem: Adroaldo Bombardelli: "(...) é a atividade jornalística voltada aos interesses da agropecuária e dos produtores (...)"; André Pereira: "É o segmento do jornalismo especializado nas questões agropecuárias"; Edison Lemos: "(...) é o que trata das questões ligadas ao setor primário, seja a nível técnico, político, organizacional, econômico, etc."; Eloy Setti: "(...)"

é o conjunto de técnicas de informação utilizadas para a comunicação no meio agropecuário, de forma a permitir a troca de informações entre cientistas, técnicos e produtores do setor (...)" ; José Biavatti: "É toda a publicação (...) que se destina e que se faz ligada a agrópecuária"; Luiz Canello: "É aquele jornalismo realmente preocupado com a situação do meio rural, em todos os aspectos".

Nota-se que, salvo nuances, não há variações nestes conceitos. Eles são construídos no sentido de acentuar a especialização deste jornalismo na agricultura tendo por base informações deste setor. Mas uma resposta, não referida, torna-se significativa. O jornalista Geraldo Ferronato, de cooperativa, diz: "Jornalismo agropecuário, apesar de todas as suas peculiaridades, segue o mesmo padrão do jornalismo urbano. A diferença fundamental acontece quando este jornalismo é feito dentro de uma cooperativa, onde se possui um público bem definido e uma linha editorial diferente, adaptada aos interesses deste grupo social".

Observa-se, assim, que o jornalismo agropecuário, como exposto nas respostas, é um jornalismo especializado em agricultura. E o jornalismo de cooperativas é particularizado pelo jornalista Rolf Kuntz, como um jornalismo institucional, e pelo jornalista Geraldo Ferronato, quando diz: "A diferença fundamental acontece quando este jornalismo é feito dentro de uma cooperativa (...)". Vejamos, agora, as respostas da questão "Como o jornalismo agropecuário pode ser um instrumento político e econômico de produtores rurais?" (anexo I, 147-156).

Nota-se que existe diversidade de opiniões entre jornalistas do jornalismo comercial. Alberto Batista: "(...) o jornalismo agropecuário já é um instrumento político"; Bruno Blecher: "O jornalismo agropecuário acaba sendo um instrumento político e econômico porque como jornal está sujeito a ser um veículo de lobby, de pressão"; Carlos Arteche: "Um jornal agropecuário (...) não está a serviço do campo, e sim da sociedade em geral"; Iracy Novazzi: "Hoje em dia, existe jornais e revistas de cooperativas e sindicatos muito

organizados que preenchem muito bem essa finalidade política e econômica de "doutrinação" dos produtores rurais".

As respostas de jornalistas seguem. José De Moraes: "O jornalismo agrícola pode ser um instrumento estritamente econômico mas não deve ser estritamente político"; Nivaldo Manzano: "O jornalismo agropecuário pode contribuir grandemente para a organização dos produtores (...)" ; Rolf Kuntz: "Os veículos institucionais são, normalmente, veículos de algum tipo de interesse (da cooperativa (...)). Mas esse não deve ser o papel do outro tipo de jornalismo, o comercial".

No grupo dos jornalistas de cooperativas as respostas apontam para uma convergência. Adroaldo Bombardelli: "É indispensável também que o jornal rural seja um porta-voz das reivindicações do campo. Isto é fundamental"; André Pereira: "Noticiando suas reivindicações, mostrando a situação real do setor"; Edison Lemos: "O papel de instrumento político dos produtores rurais é o que mais e melhor tem sido exercido pelo jornalismo agropecuário gaúcho"; Eloy Setti: "Deve ser utilizado como difusor dos problemas e da verdade sobre o setor"; José Biavatti: "Não só pode como deve. Do contrário, entendendo, não teria motivo de existir"; Pedro Buttembender: "Mostrando a importância que o setor representa em toda a sociedade".

As outras respostas também apontam para o sentido de afirmar esta atuação do jornalismo agrícola. É o que predomina. E em algumas respostas a referência é o jornalismo de cooperativas. Analisemos as respostas da questão "Na sua opinião, qual a importância de um jornal ou revista dirigidos a produtores rurais?" (anexo I, 80-93).

O que predomina nestas respostas é relevar a importância das publicações em dois sentidos: como meios para difundir informações técnicas e como meios que possuem especificidades nesta difusão. Como diz a jornalista Bernardete Agottani: "As revistas e jornais podem aprofundar as informações oferecidas. As reportagens escritas podem ser lidas a qualquer hora e guardadas para uso no momento certo (como época de plantio,

colheita, etc.)".

Mas há ressalva nestas respostas, como coloca o jornalista Edison Lemos: "A importância se liga diretamente à filosofia que rege a publicação. Ou seja, depende do tipo de mensagem que interessa ao dono do veículo "passar" para os leitores. A importância é, portanto, relativa. As publicações na área agropecuária, especialmente as ligadas ao cooperativismo, não primam exatamente pela isenção. E tanto podem ser estritamente técnicas quanto políticas, passando pelo corporativismo exarcebado. Daí a relatividade da importância. O que me parece relevante, não obstante o exposto, é a fixação do momento vivido pelo setor".

O jornalista Nivaldo Manzano diz: "Vista a questão sob o aspecto de processo, pode-se dizer que o jornalismo agropecuário tem contribuído enormemente para capacitar tecnicamente os agricultores, mediante a divulgação de experiências bem-sucedidas e de tecnologias que visam a aumentar a produtividade e conservar, ao mesmo tempo, os recursos naturais. A despeito, no entanto, de iniciativas competentes na área de economia rural, o jornalismo agropecuário não tem tido sucesso algum em comunicar-se com os produtores sobre questões de mercado, administração rural, etc. Pesquisas feitas junto ao leitor do Guia Rural indicam que os leitores manifestamente não buscam informações desta natureza nas publicações rurais".

E o jornalista Rolf Kuntz complementa: "Tradicionalmente, ele (produtor rural - HAS) se informa sobre assuntos de seu interesse com vizinhos, cooperativas, bancos e empresas compradoras de seus produtos ou fornecedoras de insumos. Isso às vezes pode ser muito prejudicial. A imprensa, a televisão e o rádio têm contribuído para o produtor se tornar menos dependente de fontes tradicionais de informação. (...). Informações sobre mercados e sobre comercialização de produtos agropecuários são pelo menos tão importantes quanto as tradicionais matérias técnicas do tipo "como produzir isto ou aquilo" ou como "armazenar grãos" ou "como construir cercas fortes e duráveis".

Vejamos, ainda, as respostas da questão "Em que sentido o jornalismo agropecuário contribui para a modernização da agropecuária em termos de tecnologia e das relações sociais de produção?" (anexo I, 104-116). O que predomina nas respostas é, de um lado, o papel de difusor de tecnologia e de experiências produtivas deste jornalismo, e de outro, a sua omissão em assuntos relacionados com relações sociais de produção.

Como diz o jornalista Bruno Blecher: "O jornalismo agropecuário contribui para a modernização da agropecuária na medida em que ele é um difusor de tecnologia. (...). Os jornais da área dizem pouco sobre relações de trabalho e reforma agrária (...). E isso é fundamental neste jornalismo. Estes assuntos, quando abordados, são matérias de outros setores dos jornais, como política e economia".

Como diz o jornalista Edison Lemos: "(...) o jornalismo agropecuário ao repassar conhecimentos gerados na pesquisa ou por outros agricultores, torna-se efetiva contribuição para a modernização do setor, em termos técnicos. As relações sociais de produção entretanto não se alteram, até porque não tem sido esta uma tarefa a que os jornais do setor tenham avocado a si o desejo de mudar. Na verdade, essa questão permanece intocada no jornalismo do setor".

Como coloca o jornalista João Dias: "O jornalismo agropecuário contribui para a modernização do setor rural porque é o único canal que faz de maneira consistente o meio de campo entre a pesquisa e os agropecuaristas". Como diz o jornalista José De Moraes: "O jornalismo deve se preocupar com levantamento de informações no campo. Na medida que isso é publicado ocorre o efeito demonstração, ou seja, divulgação de novas tecnologias e isso é absorvido rapidamente pelos leitores".

Como diz o jornalista José Garcez: "Difícilmente (...) o jornalismo agropecuário que se pratica hoje - como regra geral - encara como "modernização" a realização de uma justa reforma agrária". A jornalista Maria Melão coloca: "É o meio mais amplo para troca de experiências".

Como diz a jornalista Neyde Zys: "Na medida em que divulga experiências bem sucedidas de produtores, inovações tecnológicas e descobertas da pesquisa (...). Para contribuir para a modernização das relações sociais de produção, o veículo deverá fugir do tradicional feijão com arroz e penetrar em áreas de grande turbulência, como a distribuição da terra e de recursos, por exemplo. Significa questionar estruturas sedimentadas e despertar consciência crítica do indivíduo".

5.2.2 CONHECIMENTOS DE PRODUÇÃO E JORNALISMO AGROPECUARIO

Pela análise do conjunto das respostas entende-se que o jornalismo agropecuário, ou agrícola, é um jornalismo especializado que tem por base informações de tecnologia e economia. É um jornalismo dirigido a um setor especializado da economia. Ou como diz o jornalista José De Moraes: "Como este jornalismo destina-se a um público especializado, o veículo também é especializado. É um jornalismo voltado para o público agrícola".

Esse jornalismo tornou-se especializado pela própria dinâmica mercadológica das empresas de comunicação comerciais. Como empresas capitalistas do ramo da informação jornalística, produzem e vendem seus produtos editoriais dentro da lógica do lucro. Essa dinâmica implicou numa racionalidade de produção e divulgação onde esse jornalismo, como produto, tornou-se especializado. Essa racionalidade significa, basicamente, um planejamento de marketing⁸, mas, principalmente, a concentração da informação jornalística de um setor especializado da economia, como a agricultura, em editorias e veículos.

Essa especialização, portanto, antes de tudo, obedece a uma lógica de mercado. Para isso, a informação, como uma mercadoria, deve ter um valor-de-uso, vide Marcondes Filho (1986). Ou seja, utilidade, uma qualidade definida para uma finalidade, uma necessidade humana. E no sentido da diversidade da necessidade humana, ela é veiculada sob forma especial, uma forma especializada. É por isso que esse

jornalismo procura veicular a informação no sentido de atender uma necessidade,⁹ no caso, uma carência de algum conhecimento para a agricultura.

E isso significa um jornalismo cuja base de informações é tecnologia, pesquisa, experiências produtivas, custos, preços, mercado, crédito, etc., ou seja, conhecimentos tecnológicos/econômicos, podendo haver maior ênfase em determinado tipo de informação. Para nós, esta é a definição de conhecimentos de produção: os conhecimentos tecnológicos/econômicos que em processos de produção têm o objetivo de gerar mercadorias agrícolas.

Como esses conhecimentos são veiculados na forma jornalística, condicionada pela categoria do singular, podem ser compreendidos também como informações tecnológicas/econômicas. Conhecimentos de produção e informações tecnológicas/econômicas são equivalentes.

São informações com utilidades específicas, práticas. Como é o mundo da produção de mercadorias, onde as decisões são objetivas e as finalidades determinadas. E, dependendo das características do veículo, jornal, revista, rádio e televisão (que vai implicar em periodicidade, circulação, público, audiência, etc.), essas informações tomam a sua forma e a ênfase no conteúdo. Ao mesmo tempo, esse jornalismo também traz outras informações, em notícias e reportagens, da vida rural.¹⁰

Ao mesmo tempo, observa-se nas respostas da questão "Descreva, por hierarquia, qual o tipo de informação você entende como mais importante no jornalismo agropecuário. Explique" (anexo I, 127-138), e em depoimentos de jornalistas que responderam questionários singulares que, se predominam as informações técnicas e econômicas, também é indicada a informação política, com importância destacada. Essa informação é colocada no sentido de política agrícola, ou seja, relacionada com a produção.

É claro que esse jornalismo não é uma unidade onde as empresas e os jornalistas têm o mesmo entendimento do que está sendo feito. Ao contrário, existe diversidade nos projetos

editoriais e isso reflete-se nos veículos. Mas, mesmo assim, esse jornalismo mostra a tendência para uma mesma lógica interna e isso é resultado do seu objeto, comum a todos os veículos - a agricultura.

No caso do jornalismo de cooperativas esses conhecimentos de produção, ou informações tecnológicas/econômicas, formam a direção política-tecnológica/econômica. Aqui há um direcionamento no sentido de valorização, seleção, dessas informações, procurando influir na produção, segundo os interesses de produção de cada cooperativa ou da federação desse cooperativismo dentro de um quadro de relevância situacional, vide 6.1.1.1.

Esses conhecimentos de produção expressam os interesses da agricultura do setor cooperativo para a área tecnológica-econômica. Serão esses interesses, específicos para cada cooperativa, ou mesmo para o conjunto delas, ou setor cooperativo, que definirão as informações tecnológicas-econômicas divulgados.

Esses interesses estão ligados à dinâmica de mercado e a políticas governamentais (daí a importância desse tipo de informação). Pela ligação da agricultura do setor cooperativo ao Estado há um acoplamento entre conhecimentos de produção e políticas estatais, significando maior ou menor ênfase em determinadas tecnologias, produtos, mercados, etc., em períodos determinados. Mas, por expressarem direções, esses conhecimentos de produção serão hegemônicos.

Quando O Interior divulgava a tecnologia moderna para as produções de trigo e soja, na década de 1970, por exemplo, o jornal expressava a política tecnológica/econômica dos empresários rurais, mas, ao mesmo tempo tornava essa tecnologia predominante, e por isso hegemônica, em relação à classe dos pequenos produtores, já que esses também participavam dessas produções.

O mesmo ocorre quando uma cooperativa amplia suas linhas de produção. Serão essas linhas de produção que determinarão os conhecimentos de produção divulgados. Como o caso do leite. A partir de uma cooperativa central criada pelo setor

cooperativo, no segundo quinquênio da década de 1970, a produção desse produto é intensificada (vide nota 7) e um encarte sobre a atividade é distribuído através de O Interior.¹¹ A diversificação da produção é um exemplo de direção das cooperativas.

5.2.3 AS REFERÊNCIAS DA IMPRENSA DE COOPERATIVAS

Em relação a este jornalismo especializado, os jornais de cooperativas procuram consolidar um jornalismo específico, consequência de seus objetivos editoriais restritos ao setor cooperativo. O jornalista Waldir Heck (anexo I, 42), referindo-se a O Interior, diz,

"Buscar modelos era preocupação permanente da direção do jornal. No entanto, quanto ao conteúdo, pouco se conhecia ou se aproveitava de outros veículos. O conteúdo era ditado pela realidade da área de abrangência. A forma sim, modificava seguidamente, mas sempre no formato tablóide".

Vejamos, por exemplo, o que respondem alguns jornalistas para a questão "De onde o seu veículo busca modelos, influências, quanto à forma e ao conteúdo?" (anexo I, 196-205). Acari Amorim diz: "A revista "Agricultura & Cooperativismo" conseguiu isso: usou a linguagem do produtor, de forma atraente no texto e com boa visualização". André Pereira (referindo-se a O Interior) coloca: "Inspira-se no modelo da extinta revista "Agricultura & Cooperativismo" (...)". Camilo Simon diz: "Atualmente esgotaram-se os modelos. No passado, um jornal modelo era O Interior".

Edison Lemos (referindo-se a O Interior) coloca: "O veículo sofre influências múltiplas do jornalismo moderno. Apenas cuida de não se afastar do que lhe é fundamental: o interesse do produtor rural filiado às cooperativas agrícolas do estado. E preserva uma linguagem capaz de ser entendida por essa maioria de leitores". José Garcez (referindo-se a O Interior) diz: "Por obrigação, o conteúdo estava vinculado muito às experiências das cooperativas e seus filiados".

Nivaldo Manzano coloca: "Conheço um único caso no Brasil de jornalismo agropecuário inspirado, no conteúdo e na forma, no leitor: o jornal O Interior e, antes dele, a revista Agricultura & Cooperativismo". Pedro Osório diz: "Lembro-me que O Interior, em todas as suas fases, evitou comparar-se com modelos comerciais: não vendia matérias, não comercializava promoções pessoais. Inspirou-se, em parte, na revista Agricultura & Cooperativismo (...)". Sílvio Peter coloca: "Atento a todos, O Interior buscou desde o início um caminho próprio, que acho que ainda mantém (...)".

Outros jornalistas de cooperativas indicam a busca de influências em veículos diversos, onde está incluída a imprensa de cooperativas, e também o próprio setor cooperativo. Adroaldo Bombardelli diz: "(...) a gente sempre está buscando influência nos jornais de outras cooperativas (...)". Geraldo Ferronato coloca: "Nos outros jornais de cooperativas e jornais de circulação estadual e nacional.". José Belarmino diz: "O jornalismo agropecuário da Coopervale tem buscado moldar-se nas necessidades de informações técnicas e econômicas do seu quadro social (...)".

Luiz Tremar coloca: "Departamento técnico da cooperativa, comitês educativos (associados), outros setores". Marcelino Pereira diz: "Acompanhando tudo o que se faz em jornalismo agropecuário nos diversos pontos do país (...). (...) o setor de comunicação das cooperativas de todo o Paraná sistematicamente se reúne, discute o tipo de jornalismo praticado, buscando o aprimoramento". Pedro Bittenbender coloca: "Órgãos de representação do cooperativismo e da agricultura, assim como outras cooperativas, Fecotriga (...)".

A jornalista Sônia Poltronieri diz: "No caso do jornal da Coopavel sempre discutimos com o setor de diagramação da Folha de Londrina como aperfeiçoar a programação visual do jornal. No Paraná nos reunimos anualmente com os jornalistas de cooperativas, o que nos permite troca de experiências. A participação em eventos técnicos e a leitura de livros, revistas e jornais especializados nos permitem aperfeiçoar o trabalho jornalístico".

5.2.4 Observa-se que essa imprensa procura desenvolver um jornalismo próprio. Com influências de uma diversidade de veículos, mas onde as referências também são a imprensa de cooperativas e o próprio setor cooperativo.

Essa imprensa integra a área de atuação da comunicação empresarial/institucional. Mas, pela direção política-econômica seu jornalismo apresenta especificidade própria. Conforme Torquato do Rego (1986:67), um jornalismo político-econômico.

"A comunicação empresarial objetiva assegurar fluxos regulares de informação entre a organização e seus públicos, de forma a manter o equilíbrio do sistema empresa".

Nota-se ainda, segundo o autor, que a empresa torna-se um sistema aglutinador e produtor de informações veiculadas entre seus públicos, internos e externos. Conforme Torquato do Rego (1986:68),

"A comunicação empresarial sistêmica dá unidade a um conceito de empresa, harmonizando interesses, evitando a fragmentação do sistema, promovendo, internamente, sinergia negocial e, externamente, comportamentos e atividades favoráveis à organização".

O que diz o autor pode ser aplicado à imprensa de cooperativas em sentido amplo, mas num sentido específico devem ser apontadas as seguintes situações que a estruturam: 1) essa imprensa tem, basicamente, apenas um público: o quadro social das cooperativas, 2) é uma imprensa criada e dirigida por uma fração desse quadro social, os grupos dirigentes, 3) é uma imprensa cujo objetivo é colocar ao quadro social as direções políticas dos grupos dirigentes.

A imprensa de cooperativas tem como objetivo fortalecer a empresa-cooperativa, "evitando a fragmentação do sistema" (e por isso as referências no próprio setor cooperativo). Mas para isso torna-se uma atividade de comunicação política nesse setor.

Estes veículos surgem na década de 1970, o mesmo ocorrendo com jornais de cooperativas do Paraná e Santa

5.2.4 CONCEITO DA IMPRENSA DE COOPERATIVAS

Podemos agora defini-la: é a imprensa criada e desenvolvida por organizações políticas-econômicas da agricultura - cooperativas singulares e federação do cooperativismo empresarial de produção agrícola, ou seja, o setor cooperativo inserido no processo de modernização da agricultura no RS. Desenvolve um jornalismo político-econômico.

Esse jornalismo é produzido para direcionar as políticas de ação dos grupos dirigentes desse cooperativismo. Por isso, é um jornalismo que tem direções - as direções política-ideológica, tecnológica/econômica e reivindicatória dos grupos dirigentes das cooperativas singulares e a federação do setor cooperativo. Um jornalismo criado, especificamente, para desenvolver, hegemonicamente, essas direções, que se unificam numa direção política-econômica expressa na produção de mercadorias.

5.3 EXPANSÃO E RETRAÇÃO DA IMPRENSA DE COOPERATIVAS

Uma análise da tabela 1 (anexo II, 361-362) mostra nove jornais em circulação e vinte extintos (entre esses uma revista, A & C). Jornais em circulação e extintos, incluindo A & C, somam 29 veículos. Atualmente, cinco cooperativas filiadas à Fecotrigo têm jornais e dezesseis tiveram em passado recente que, somadas às seis cooperativas que instituíram O Interior,¹² em sua primeira fase, temos 22 cooperativas que, individualmente ou em conjunto (pela Fundação da Produtividade), editaram jornais.

Dessas 22 cooperativas, 13 foram fundadas entre 1955 a 1959,¹³ período do surgimento do cooperativismo empresarial, e, com exceção de uma (que editou O COTRISEL), são todas cooperativas da região do Planalto, região onde a maioria das cooperativas desse cooperativismo foram fundadas.

Estes veículos surgem na década de 1970, o mesmo ocorrendo com jornais de cooperativas do Paraná e Santa

Catarina.¹⁴ Os veículos do RS surgem a partir de 1973, mas é no segundo quinquênio dessa década que ocorre a expansão desta imprensa. Os veículos extintos, em sua maioria, mostram o fim de circulação no primeiro quinquênio da década de 1980. Um jornal deixou de circular no mesmo ano de seu surgimento (Informativo CAAL), e outro (O COTRICRUZ) apresenta uma existência de onze anos.

Ao mesmo tempo, alguns jornais em circulação apresentam um período de circulação maior, como o Cotrijornal, O Interior, COSUEL Em Notícias. Dois jornais (COTRIROSA Em Seu Lar e Síntese Urgente) em circulação são de cooperativas que na década de 1970 editaram jornais (O ECO e Informativo COTRIMAIO). E um jornal, Informativo COTRIEL, em circulação a partir de 1990, é de uma cooperativa que na década de 1970 fez parte da Fundação da Produtividade (jornal O Interior).

A imprensa de cooperativas no RS apresenta sua expansão na década de 1970, e sua retração na década de 1980. Mais especificamente, no período compreendido entre o segundo quinquênio da década de 1970 e primeiro quinquênio da década de 1980 - período em que ocorre a expansão do setor cooperativo via crédito subsidiado e mercado favorável para soja e a crise econômica desse setor, uma combinação de endividamento, cortes no crédito subsidiado e mercado desfavorável para soja. Essas duas décadas são diferentes, como visto em 1.3 e, particularmente, no caso de O Interior.

É a década de 1970, portanto, o período de surgimento e expansão da imprensa de cooperativas de produção. Um período de significativo estímulo estatal para a agricultura, desenvolvendo a modernização da agricultura. Com esse processo político-econômico moldou-se situações favoráveis para o desenvolvimento desta imprensa.¹⁵

5.3.1 O INTERIOR COMO JORNAL DO SETOR COOPERATIVO

A imprensa de cooperativas no RS surge e cresce na década de 1970, mas logo mostra retração, com o fim de vários veículos. Para isso, dois motivos podem ser apontados.

Primeiro, por uma questão de custos, acentuada pela crise econômica a partir da década de 1980,¹⁶ como visto em 1.3.6.2 (e também em alguns depoimentos em anexo II, 358-359). Segundo, pelo fato de O Interior ser assumido pela Fecotrigo, tornando-se um jornal do setor cooperativo.

Nas sugestões feitas à Fecotrigo no final do 1º Seminário Estadual de Dirigentes, Comunicadores e Educadores Cooperativistas, realizado em 1980, e registrado em Fecotrigo (s/d:47-48), por exemplo, colocava-se: "Estudar a viabilidade da criação de um jornal estadual, mantendo as características regionais (encartes) (...)", "Procurar, em conjunto com as cooperativas, criar um veículo forte de comunicação para divulgação do sistema cooperativista, sem prejuízo aos já existentes", "Racionalizar o uso da imprensa cooperativa".

Por certo, vários jornais de cooperativas singulares, apresentando custos significativos para elas, deixaram de circular devido a esta nova abrangência de O Interior. Esse jornal, assim, em sua fase estadual, tornando-se representante do setor cooperativo, teria substituído os jornais extintos.

É uma crise econômica que leva a Fecotrigo a uma ação política, fazendo desse jornal um veículo de aglutinação dos interesses desse setor, como visto no caso analisado. Essa crise, portanto, é o fator que aglutina as cooperativas, gerando a necessidade de um jornal para todo o setor cooperativo, e aqui cabe a observação: a existência de um só jornal não poderia ter acontecido anos antes, na criação dessa imprensa? Mas, como diz Benetti (1985:275),

"(...) as cooperativas (...) não se constituíram "elementos de um todo, coordenados entre si, e que funcionam como estrutura organizada". Ao contrário, cada parte funcionou como se fosse o todo, constituindo-se, nesse sentido, como um universo, e mais, como um universo em expansão".

Por atuarem individualmente, ocorreu que, ao contrário de um único jornal, ano após ano, a partir de 1973, surgiram jornais em cooperativas singulares,¹⁷ formando uma tendência de expansão dessa imprensa. Essa tendência é interrompida pela

crise econômica e leva o setor cooperativo a planejar em conjunto seus meios de comunicação. Com planos de um só jornal, como de fato aconteceu com O Interior, e também de um canal de televisão e emissoras de rádio, além de outros meios de comunicação como audiovisuais e filmes.

Um jornal para o setor cooperativo, um canal de televisão, emissoras de rádios, audiovisuais e filmes, foram discutidos no seminário já referido e registrado em Fecotrigo (s/d:48-49-50). Como diz o presidente da Coopera, Alexis Setti,

"As cooperativas, na sua maioria, têm veículos de comunicação, algumas em conjunto e outras individualmente. Há sugestões de que se fizesse um jornal a nível estadual, com encarte local. É claro que, no aspecto econômico, para as direções das cooperativas a idéia é aceita. Embora reconhecendo que a comunicação é um investimento e não uma despesa, ela, às vezes, se torna elevada. (...) é válido discutirmos e aprofundarmos a idéia levantada, no sentido de centralizar a comunicação através do jornal a nível estadual?"

E após, esse dirigente de cooperativa coloca,

"Se falou aqui neste encontro muito em televisão. Acho muito válido e, quem sabe, no futuro bem próximo, talvez de imediato, a Federação poderia pensar em instalar um canal de televisão próprio. Por que não?"

Seguindo, o comunicador¹⁸ da Cotrimaio, Hélio Zawatski, diz,

"Realmente a televisão tem uma influência muito grande e temos que ficar atentos para o detalhe que não temos que nos comunicar e levar as informações da cooperativa somente ao agricultor, mas também até o ambiente urbano para que se forme uma cadeia de informação generalizada. Ainda perguntaria o seguinte: quem atinge mais: a televisão ou os jornais? Adiantaria entrarmos 10, 15 ou 20 minutos na televisão, quando todas as outras horas justamente são ocupadas pelas outras forças da sociedade? Então, são coisas que devem ser analisadas".

Após, o vice-presidente da Cotrijal, Adelar da Cunha, coloca,

"(...) a Fundação (da Produtividade - HAS) já manteve contato com a Federação, pensando na possibilidade de que fossem realizados jornais regionais, dividindo o Estado em regiões que tivessem características mais ou menos iguais. Criando outras Fundações, talvez, seria a forma de padronizarmos a nossa imprensa cooperativa, isto, é claro, com um controle central através da Fecotrigo. (...) Quanto à televisão, também discutimos e a nossa conclusão é de que, aqueles horários que poderíamos utilizar são realmente muito caros. (...). Também gostaríamos que fosse aperfeiçoado o trabalho de audiovisuais. (...) se conseguíssemos uma imagem em movimento, seria muito mais produtivo. Por isso, sugerimos à Fecotrigo se equipar com uma filмотeca, fornecendo filmes para as cooperativas".

Seguindo, o jornalista Waldir Heck, diretor de O Interior, diz,

"Estamos procurando identificar quais os reais problemas e quais as saídas para resolvermos os problemas das cooperativas. Acho que temos que ter bem claro o que um veículo de comunicação cooperativa pode influir? Até onde ele é importante para ajudar promover a mudança de comportamento que estamos querendo que ocorra? Como é que um veículo de comunicação de massa, por exemplo, como o rádio, o jornal e a televisão, pode atuar? Tem muita gente que se pergunta se é muito caro ou muito barato. Temos que ver o que é mesmo caro e o que é barato em termos de comunicação? Pode ser caro gastar meia dúzia de cruzeiros quando aquilo que se faz não resolve nada e pode ser muito barato gastar 100 mil cruzeiros, mas com resultados eficientes daquela comunicação".

Após, o gerente da Coagrisol, Egídio Pederiva, diz,

"Diariamente nos chega na cooperativa uma série de revistas de todo o país. Com isto sentimos que é a época da revista, que todas as empresas do país lançam mão da revista como uma forma de atingir os seus objetivos. E, assim, creio que a revista também é um meio que atrai e que auxilia na busca dos objetivos do cooperativismo no momento, assim como

os jornais também. Realmente estou de acordo que se analise de perto todos os veículos de comunicação do sistema cooperativo, no sentido de especializá-los melhor dentro de sua função".

Concluindo, o jornalista Luiz Francisco Terra, diretor de A & C, diz,

"O grande jornal já foi altamente discutido (...), até estimulamos a criação de novas estruturas. Apenas há uma inviabilidade econômica e financeira para serem criadas estas estruturas, em função dos altos custos. (...) As cooperativas têm usado o rádio em alguns momentos por dia ou por semana (...). A partir de hoje, no Estado, há 30 emissoras (...) disponíveis, das quais somente duas não são específicas na área de ação das cooperativas filiadas. (...). Cada cooperativa pode se interessar isoladamente, mas a nossa proposição é que seja feito em bloco".

Concretamente o que aconteceu foi o desenvolvimento de um jornal para o setor, O Interior, a partir de meados de 1981. Ao mesmo tempo, mesmo com O Interior como jornal do setor, algumas cooperativas continuaram mantendo seus próprios jornais, conforme tabela 1 (anexo II, 361). Em 1980, uma cooperativa, Cotrisel, funda uma emissora de rádio.¹⁹ Outras produzem programas para transmissão em emissoras locais e a Fecotrigo, até 1984, manteve sua produção de audiovisuais.²⁰

5.3.2 A FORMAÇÃO DE UM JORNALISMO ESPECÍFICO

O setor cooperativo coordenado pela Fecotrigo tinha planos ambiciosos em comunicação para a década de 1980. Com sua crise econômica, há um recuo nesses planos. Mas, se é uma conjuntura econômica que provocou esse recuo, uma coisa parece certa: esse setor criou e tem consigo uma experiência consolidada no desenvolvimento de um jornalismo próprio. É um jornalismo específico desse setor, relacionado à ideologia cooperativista, suas produções e produtores.

Outros setores cooperativados²¹ da agropecuária gaúcha, como uva, arroz e bovinocultura e ovinocultura de corte e

sub-produtos, não desenvolveram uma imprensa própria. Ao mesmo tempo, alguns jornais²² conforme tabela 1 (anexo II, 361) são de cooperativas não filiadas à Fecotrig, mas atuam numa produção agropecuária relacionada a esse setor (como leite, suinocultura, avicultura, milho, etc.). Com exceção do setor da uva (que é um caso particular, diferenciado do cooperativismo baseado no trigo e soja), nos outros dois setores predominam empresários rurais. É o que ocorre no setor cooperativo especializado em bovinos e ovinos para corte e sub-produtos, produções que, por suas naturezas, exigem médias e grandes áreas de terra. E, como coloca Beskow (1986:177), referindo-se ao setor orizícola,

Concluía-se, portanto, que A & C deveria "aprofundar" seu jornal "(...) na produção de arroz os pequenos produtores têm muito pouco significado - no RS as cooperativas de soja, por exemplo, são majoritariamente formadas de produtores familiares (...)".

Por essa maioria de pequenos produtores, essa imprensa moldou-se com uma direção política-econômica efetivamente hegemônica. Essa classe, pela sua própria condição estrutural, é cooptada pelos mais diversos capitais, mas o cooperativismo surge com uma ideologia própria, com o apelo do associativismo.

Pela sua expressiva maioria na agricultura, o cooperativismo procura integrar esses produtores. Não por uma integração contratual, como ocorre com as agroindústrias não-cooperativas, mas através de uma integração ideológica, expressa na ideologia cooperativista. Segundo Seibel (1989:219),

"(...) o cooperativismo (tritícola e sojicultor) não dispondo de mecanismos de pressão econômica que tornem seus associados, particularmente os pequenos produtores, em seus "fornecedores exclusivos", ou melhor dizendo, que transforme o cooperativismo em "cliente exclusivo" deste campesinato, torna-se necessário que outros mecanismos de pressão sejam utilizados e que façam com que o camponês transfira toda a sua produção para as cooperativas. Estes mecanismos são na realidade mecanismos de pressão ideológica".

Como diz Seibel (1989:134),

E como dizem algumas conclusões do "Encontro Estadual de Comunicação e Educação Cooperativa", realizado em 1980 e registrado em Fecotrigo (s/d:67-69) sobre a revista A & C: "Deve ser um catalisador dos anseios dos associados, de tudo que se pensa em cooperativismo no RS. Deve promover mais trocas de experiências entre as cooperativas"; "A revista deve servir de instrumento para viabilizar a discussão sobre estas duas bandeiras" (gestão democrática e eficiência empresarial - HAS); "Deve ter uma linha editorial que forneça subsídios técnicos e políticos de reflexão e de apoio a todo o movimento cooperativo".

Concluía-se, portanto, que A & C deveria "aprofundar" seu jornalismo em relação ao cooperativismo. Isso tem sentido, já que o cooperativismo é a ideologia divulgada e afirmada para integrar os produtores às cooperativas - o que é fundamental para essas organizações. Mas, além dessa ideologia, esta imprensa deve atuar objetivamente no plano material da produção agrícola. E isso é feito através das direções tecnológica/econômica e reivindicatória.

É uma crise econômica que provoca uma retração nesta imprensa, atingindo o próprio jornal da Fecotrigo. Não fosse essa crise, é de se supor um crescimento não só em número de jornais, como na tiragem, e na manutenção de veículos, como A & C. No encontro já referido, conforme Fecotrigo (s/d:63) nota-se que a revista é discutida também como material de apoio ao trabalho de comunicação e educação ("deverá servir para isso, buscando uma nova linha editorial, dentro do objetivo de levar com maior insistência determinados posicionamentos ideológicos do sistema", diz Jarbas Pires Machado, presidente da Fecotrigo).

Deve-se observar que essa revista, pelo seu projeto editorial enfatizando a ideologia do cooperativismo, constituía-se num veículo importante para o trabalho de comunicação e educação. Principalmente quando inicia a crise no cooperativismo e, em consequência, procurou-se a coesão dos produtores-associados, acentuando-se esse trabalho ideológico.

Como diz Seibel (1989:154),

"A crise que se abate sobre o cooperativismo no final dos anos 1970 faz com que este necessite novamente reorganizar e redinamizar suas bases sociais. (...). Neste sentido, a FECOTRIGÓ empenha-se na organização de núcleos e de departamentos de E & C (Educação e Comunicação - HAS) em todas as cooperativas associadas".

Por outro lado, é de se supor que, não fosse essa crise econômica, outros meios de comunicação seriam criados. Mesmo com essa crise, no entanto, algumas cooperativas continuaram editando seus jornais. Assim, esta imprensa se desenvolve.

A & C acentuou algumas direções. O Interior, em suas duas fases, outras direções. O Cotrijornal mostra mudanças editoriais em seu desenvolvimento. Estes três veículos mostram modelos desta imprensa fundamentados em interesses das cooperativas e federação responsáveis pelos veículos, e de interferência de grupos políticos e intelectuais como no caso do Cotrijornal. Interesses relacionados ao processo decisório nas cooperativas.

Esse processo decisório é condicionado pela forma empresarial de desenvolvimento das organizações. Conforme Duarte (1986:87-88),

5.3.3 ALFABETIZAÇÃO NO SETOR COOPERATIVO

"(...) ao optar por um crescimento empresarial que, na maioria das vezes, afasta o associado do poder decisório, inviabilizando o princípio da participação efetiva e do controle democrático da organização por parte dos mesmos, as cooperativas tendem a se descaracterizar como tais, na medida em que o caráter de sociedade de pessoas, em que os associados são ao mesmo tempo donos e usuários, deixar de se efetivar em sua plenitude".

Os veículos refletem essa forma empresarial. Por isso, o objetivo básico da direção política-econômica.

Por que esta imprensa mostra relutância em questões sócio-políticas dos pequenos produtores? Algumas razões podem ser apontadas: dependência financeira do cooperativismo ao Estado, falta de interesse político dos grupos dirigentes em

trazer para dentro das cooperativas questões específicas daquela classe, a elaboração da idéia de que para o cooperativismo estão reservados os aspectos "econômicos" da agricultura e que os aspectos "políticos" devem ficar para os sindicatos".²³ Enfim, uma combinação do conservadorismo político do Estado brasileiro com interesses predominantes no cooperativismo. (184-196).

Os casos analisados mostram modelos desta imprensa, e representam formas do cooperativismo empresarial no desenvolvimento de veículos jornalísticos. Na diversidade do jornalismo aí desenvolvido há uma unidade pela direção política-econômica expressada na produção de mercadorias. Mas essa diversidade mostra também que esse jornalismo relaciona-se à atuação de sujeitos (intelectuais), dentro de relações de predominâncias. Outros jornais por entidades

Contudo, este cooperativismo modifica-se no plano decisório²⁴ - consequência de crises da década de 1980 e novos desafios no plano econômico-técnico, como necessidade de produtividade na produção agrícola, diminuição do papel do Estado no financiamento agrícola e a perspectiva do Mercosul. Tudo isso, certamente, deve influenciar a imprensa de cooperativas que ainda se desenvolve. (15, 20 anos).²⁶

5.3.3 ALFABETIZAÇÃO NO SETOR COOPERATIVO

No desenvolvimento desta imprensa, cada cooperativa que criou seu jornal, não deixou e não deixa de funcionar como se fosse uma editora. Para isso, por certo, conta o nível de alfabetização dos produtores.

Dentro deste setor a alfabetização aproxima-se de 100%, segundo a Coordenadoria de Educação e Recursos Humanos da Fecotrigo. Isso porque, conforme a fonte, "os agricultores cooperativados são produtores rurais que trabalham com cooperativas, bancos e outras instituições e isso implica necessariamente em alfabetização, que pode ser demonstrada nos cadastros das cooperativas".²⁵ Organizar e desenvolver este

Jornalistas que trabalharam e trabalham no jornalismo de

cooperativas indicam como público leitor os pequenos, médios e grandes produtores, o que forma o quadro social das cooperativas. É o que se observa nas respostas da questão "Quais são os públicos mais receptivos ao jornalismo agropecuário segundo um indicador econômico como o tamanho da propriedade? Por que, no seu entendimento, esta situação é assim?" (anexo I, 184-196).

As respostas apontam para uma diversidade de situações, referenciadas em casos particulares dos veículos, não havendo uma tendência de resposta. Entendemos, porém, que a imprensa de cooperativas é uma imprensa de interesse para todos os associados pela veiculação de conteúdos diretamente relacionados às suas condições de produtores de mercadorias.

Podendo-se apontar outras razões para esse interesse como alfabetização, ausência de outros jornais por entidades ligadas aos agricultores, como os sindicatos, por exemplo, que não desenvolvem uma imprensa como esta, distribuição gratuita pelas próprias cooperativas, nucleação de produtores pelos departamentos de comunicação e educação e onde os veículos se tornam fontes de referência para discussões sobre as produções agrícolas e cooperativas, formação de hábito (alguns jornais de cooperativas circulam há 10, 15, 20 anos).²⁶

5.3.4 JORNALISTAS E REPRODUÇÃO DA HEGEMONIA

Esta imprensa de cooperativas criou um mercado de trabalho. Que tipo de profissional exigiria essa imprensa? Como se observa nas respostas da questão "Descreva o que devem ser as principais características do jornalista de agropecuária" (anexo I, 157-167) o que predomina é que esse profissional deve ser um jornalista "como qualquer outro jornalista" e conhecer os assuntos que trata.

A imprensa de cooperativas requer um profissional do jornalismo. Os grupos dirigentes são formados por produtores rurais e não por jornalistas. Para formar sua imprensa cooptaram jornalistas capazes de organizar e desenvolver este trabalho jornalístico. Com essa cooptação, os grupos

dirigentes e jornalistas, junto com outros intelectuais, formando um sistema hegemônico dentro do setor cooperativo, num sentido particular da teoria da hegemonia, desenvolveram essa imprensa.

Uma imprensa cujo jornalismo é desenvolvido num sentido hegemônico dentro de organizações que abrigam interesses que geram contradições. Como diz o presidente da Fecotriga, Jarbas Pires Machado, em Fecotriga (s/d:62),

"Os mais diferentes tipos de interesses estão dentro da cooperativa: econômicos, políticos, culturais, ideológicos (...). Mas, principalmente, problemas de ordem política e econômica são os que mais gravitam lá".

Ou como diz o presidente da Cotrijui,²⁷ Ruben Ilgenfritz da Silva, em Fecotriga (s/d:39),

"A grande razão, a ciência de uma administração de uma cooperativa é realmente administrar as contradições. É claro que cabe aí o equacionamento dos interesses das posições das diversas áreas que compõem a cooperativa: o seu quadro social, os seus comunicadores, a sua direção, até que nível esta contradição pode ser administrada".

Ao mesmo tempo, interesses e contradições também existem no grupo profissional-intelectual dos jornalistas.²⁸ Certamente existem aqueles cujos interesses políticos-ideológicos, pelas mais diversas razões, correspondem aos interesses dos grupos dirigentes, havendo aí uma vinculação, adesão, orgânica. Mas também por certo existem os que não têm esses mesmos interesses, havendo aí apenas um vínculo profissional, um emprego.

Esta imprensa, porém, como uma atividade técnica-intelectual dentro do setor cooperativo, exige um trabalho jornalístico específico - fazer das direções políticas dos grupos dirigentes um jornalismo político diretivo. Isso significa um trabalho intelectual jornalístico no sentido da reprodução da concepção política dos grupos dirigentes.

O trabalho de cada profissional, por isso, e nem poderia

ser de outra forma, é direcionado para a reprodução da hegemonia no setor cooperativo. Isso porque essa hegemonia, em nosso caso analisado, torna-se consequência do trabalho jornalístico, um resultado de sua especificidade. Enquanto trabalhadores-intelectuais assalariados,²⁹ os produtos do trabalho têm como direção essa hegemonia.

Assim, se vínculos orgânicos, entre jornalistas e grupos dirigentes devem ser relativizados, já que como mercado de trabalho esta imprensa emprega diversos profissionais, com diversas posições políticas-ideológicas, o jornalismo desenvolvido é um produto político hegemônico. Ou como diz Barros (1977:29),

"Os intelectuais têm contradições objetivas com esta classe (dominante, política e economicamente - HAS) e, no entanto, precisam reproduzir e produzir a sua hegemonia; da mesma maneira que um operário fabril tem contradições objetivas com esta mesma classe, mas precisa produzir mais-valia em forma de mercadorias fabricadas".

Os grupos dirigentes mantêm a direção da propriedade dos meios de produção nas cooperativas e, por extensão, dos empregos. Esta condição é fundamental para a cooptação de profissionais-intelectuais.³⁰ A primazia econômica dos grupos dirigentes é determinante para a cooptação desses intelectuais. Como trabalhadores-intelectuais, os jornalistas atuam na superestrutura, na produção de um jornalismo cuja direção é a produção de mercadorias.

Neste sentido, esta imprensa sintetiza a organicidade entre estrutura e superestrutura, configurada no bloco histórico estabelecido. E, segundo Poulantzas (1977:201) referindo-se à ideologia em uma dominação hegemônica de classe,

"A sua função social (da ideologia - HAS) não é oferecer aos agentes um verdadeiro conhecimento da estrutura social, mas simplesmente inseri-los de algum modo nas suas atividades práticas que suportam esta estrutura". (grifos do autor)

A imprensa de cooperativas explicita ações que correspondem a determinadas compreensões do capitalismo, compreensões hegemônicas, e portanto nem sempre compreensíveis por aqueles que, "vivendo sob o signo da instantaneidade e prontos a captar os fenômenos da realidade na sua imediatividade e fugacidade, certamente não são dos mais aptos à paciência da investigação, própria da teoria", Weigert (1993). Mesmo assim, o jornalista deve ser, pelo menos, cético, como diz Abramo (1988:109),

"O jornalista não deve ser ingênuo, deve ser cético".

Dentro da modernização da agricultura não faltou, e não faltam, situações para esse ceticismo. Matérias sobre consequências sociais/estruturais da modernização agrícola foram editadas em alguns períodos, mas essas matérias não incorporam o projeto editorial desta imprensa num sentido constante, determinado.

Num país que viveu, até recentemente, 20 anos de ditadura militar, onde quando se inicia uma discussão sobre a reforma agrária é fundada uma entidade como a UDR, onde a "grande imprensa"³¹ não é favorável às reformas estruturais na propriedade da terra, e onde o conservadorismo do setor agrícola é histórico, isso é significativo, e mostra que, de alguma forma, os jornalistas procuraram descrever fatos além das direções desta imprensa.

No entanto, a imprensa de cooperativas mostra-se distante de assumir, com determinação, as contradições da modernização da agricultura. Seu objetivo principal, deslocando essas contradições, é procurar a coesão do quadro social do setor cooperativo num sentido hegemônico, colocando direções políticas.

NOTAS

- 1) Como diz Torquato do Rego (1986:19) referindo-se à comunicação empresarial: "Convencionou-se chamar os jornais, rádios, televisão e cinema de "meios de comunicação de massa". Esses instrumentos de comunicação são assim categorizados por atenderem às características que a maioria dos autores sobre Comunicação entendem pelo termo "massa". Contudo, a orientação não é unânime. Há quem não considere o público dos jornais, do rádio, da televisão e do cinema como sendo "massa", no sentido sociológico do termo. Se assim for, pode-se falar menos ainda de "massa" em relação ao público da comunicação empresarial".
- 2) A medida da expansão das cooperativas, como capital, formam-se outros capitais, as centrais de cooperativas, como o caso da Cooperativa Central Gaúcha do Leite (CCGL), formada em 1976 por 15 cooperativas. Já em 1977, 10 cooperativas da região do trigo e soja formaram a Cooperativa Central da Cevada e do Malte (Coopermalte), numa tentativa de desenvolver a cevada como opção para o trigo. Essa central, no entanto, não consolidou-se. Em 1980 forma-se a Centralsul que assume as áreas de comercialização e agroindústria da Fecotrigo. Essa, até então, embora federação do cooperativismo empresarial, constituía-se numa unidade de produção.
- 3) A Fecotrigo, por exemplo, mantém a Fundacep (Fundação Centro de Experimentação e Pesquisa - Fecotrigo), em Cruz Alta, que desenvolve pesquisa na área de produção de grãos. A Cotrijuí possui o CTC (Centro de Treinamento da Cotrijuí) para desenvolver pesquisa e transferir tecnologia aos seus associados. A Cotrisa possui o CAAC (Centro de Atividades Agrícolas Cotrisa). Certamente outras cooperativas, em maior ou menor magnitude, também desenvolvem pesquisas na área da produção agropecuária. Pelo lado do Estado existe a Embrapa, uma empresa do governo federal. E outras empresas de pesquisas agropecuárias são mantidas pelos governos estaduais. A tecnologia, por outro lado, é permanentemente desenvolvida através dos próprios técnicos das cooperativas juntos aos associados.
- 4) Gramsci (1978:50) continua: "O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais". O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo

- dominante prevalecem até um determinado ponto, excluindo o interesse econômico-corporativo estreito".
- 5) Como diz Falkembach (1985:182): "A nível da política agrária, a primeira questão enfrentada pelo Grito do Campo foi a da reforma agrária, sendo para tanto considerado fundamental: "(...) a garantia efetiva da participação dos produtores rurais na definição de uma nova política fundiária e agrícola para o País (...) cumprir o Estatuto da Terra, desapropriando, por interesse social, as áreas não aproveitadas (...) a criação de crédito fundiário, que assegure o direito à terra a todos os que nela queiram trabalhar, orientado, prioritariamente para os produtores mais carentes (...)".
 - 6) Seibel (1989:216-217) diz que a ideologia do cooperativismo seria uma "ideologia particular do cooperativismo": O cooperativismo não possui (...) uma ideologia que lhe seja própria, específica enfim, uma ideologia acabada. Ele recolhe elementos ideológicos vigentes no meio social em que atua e elabora o que denominamos "ideologia particular do cooperativismo". (...) Assim, o cooperativismo reúne elementos da ideologia burguesa como, por exemplo, a concepção burguesa de "propriedade privada" (...). De fato, a ideologia do cooperativismo além de conservadora, já que reproduz as estruturas de classes da sociedade capitalista, procura mascarar estas estruturas em seu ideário, como nota-se em OCB (s/d) quando compara a sociedade cooperativa com a sociedade mercantil. Para a publicação a sociedade cooperativa "trata-se de sociedade de pessoas" e a sociedade mercantil "é uma sociedade de capital", o objetivo principal da sociedade cooperativa seria "a prestação de serviços" e o da sociedade mercantil seria o "lucro". Nota-se que a ideologia do cooperativismo procura separar "trabalho" (cooperativismo) do "capital" (sociedade mercantil), o que não tem o menor sentido. Os grandes apelos da ideologia cooperativista são o associativismo ("a força da união" é um slogan) e uma "igualdade" configurada no "controle democrático" ("cada associado, um voto"). O cooperativismo empresarial combinou essas idéias com o espírito de empresa.
 - 7) Exemplo de uma produção que assumiu importância no setor cooperativo é o leite. A partir da criação da Cooperativa Central Gaúcha do Leite, no final da década de 1970, esse produto tornou-se uma produção alternativa de pequenos produtores, principalmente. Em 1975, a participação das cooperativas na comercialização desse produto era de 5,88%, segundo Comissão Pastoral da Terra (1983:46), e em 1992 a participação do setor cooperativo coordenado pela Fecotrigo era de 55% da produção total do estado, segundo dados preliminares da assessoria econômica da Fecotrigo. E, embora a soja continue sendo produto importante, a participação deste setor na produção total do estado, que foi de 70% a 80% na década de 1970, gradativamente diminuiu nos anos posteriores, chegando em 1992 a 50%. Em relação a outros produtos essa participação, em 1992, foi a

seguinte: arroz, 20%; feijão, 15%; milho, 10%; sorgo, 30%; trigo, 70%. Segundo suplemento Campo & Lavoura, de Zero Hora de 16/7/93, "A soja ainda representa 39,5% do faturamento de US\$ 210 milhões previstos pela Cotrijui para 93, mas a área atual, de 300 mil hectares, deverá ser reduzida para 180 mil em dez anos. "Vamos diminuir a área mas aumentar a produtividade", anuncia o vice-presidente da cooperativa, Euclides Casagrande, que defende a diversificação com especialização". A diversificação da produção no setor cooperativo, por outro lado, pode ser notada em Funcoop (1990) que apresenta os produtos das cooperativas filiadas colocados no mercado. A publicação registra, como é dito na apresentação, "200 produtos diferentes, numa extensa gama que vai do mel até o óleo de soja e embutidos, identificados por marcas comerciais de renome e qualidade, originários das 75 cooperativas filiadas à FECOTRIGO e de seus 220 mil agricultores associados".

- 8) Se a informação é usada como valor-de-troca para ser vendida, deve-se observar que a publicidade é um componente fundamental para a existência deste jornalismo. Como diz o jornalista Nivaldo Manzano (anexo I, 77) sobre veículos e publicidade: "O jornalismo agropecuário toma impulso no país quando existe um mercado anunciante relativamente forte, antes de um mercado leitor relativamente forte. As publicações rurais são lançadas quando os departamentos de planejamento, marketing e comercial das editoras identificam um nicho de negócios na área de anunciantes. O leitor vem em consequência, uma vez que se supõe, por exemplo, que se existem tratores sendo vendidos é porque existem consumidores comprando tratores. Sob este aspecto, a decisão empresarial de lançar publicações rurais não é diferente das decisões empresariais relativas a publicações que exploram outros nichos de mercado". E como coloca Caparelli (1982:73-76) sobre a publicidade na televisão: "E aqui está a verdadeira função da publicidade: ela provoca uma abstração da troca. Cada telespectador paga pelo seu espetáculo, preferido ou não. (...). Porque o preço de cada segundo pago pelo anunciante à televisão - e que permite os programas -, é incluído no preço de seus produtos. (...). Este processo de abstração da troca pode ser visto de uma outra maneira. Em outras palavras, o momento em que o telespectador assiste a um programa de televisão pode ser definido como o instante em que ele, telespectador, está sendo vendido, como audiência, pelo dono do canal de televisão a um anunciante. Quer dizer que a audiência se transforma num produto a ser vendido dentro de um mercado específico. É um produto da máxima importância".
- 9) É ilustrativo observar como as empresas editoriais expõem seus veículos para venda. Um prospecto que procura vender assinaturas para as revistas Bloch, por exemplo, diz sobre a revista Manchete Rural: A Revista Que Aumenta Seu Campo De Ação "Aumente seus lucros e a

segurança da sua atividade com a mais completa consultoria de negócios e tecnologia para o empresário rural. Manchete Rural traz mensalmente para você a opinião de especialistas respeitados. Mostra a experiência de empresários. E responde às consultas dos leitores sobre onde, como e quando colher lucros". Já a Revista Literária Globo, de abril de 1993, procurando vender assinaturas da revista Globo Rural diz o seguinte: A revista rural mais vendida do país "GLOBO RURAL apresenta o mais completo panorama da agropecuária e informações importantes para quem vive do campo ou tem um pequeno sítio ou chácara como lazer. Em cada edição você tem: dicas de benfeitorias que você mesmo pode fazer para valorizar a sua terra, fichas de animais e plantas, novidades em máquinas e equipamentos rurais, prestação de serviços, novas técnicas, receitas de pratos regionais e interessantes reportagens voltadas para a preservação do meio ambiente. Todos os meses traz, também, Globo Rural Economia, com uma análise dos negócios agropecuários, preços de produtos, insumos e muito mais".

- 10) Existe uma diversidade de veículos que desenvolvem jornalismo ligado à agricultura, como suplementos de jornais, revistas, programas de rádio e televisão. Mas, como exemplo pode-se citar dois programas de televisão. O Agrojornal (Rede Bandeirantes) enfatiza a informação de mercado. E como diz o jornalista Humberto Pereira, editor-chefe do programa Globo Rural, na Revista Brasileira de Comunicação (1988-6): "O nosso programa é um programa que abriga tecnologia, que abriga problemas de ordem agrônômica, biológica, mas também problemas de ordem econômica, de ordem sociológica, de ordem cultural".
- 11) Este suplemento, "Informativo CCGI", é essencialmente técnico-econômico. Em maio/93 o número do suplemento era 109, com quatro páginas, e sua distribuição é através de encarte em O Interior.
- 12) Como observa-se no depoimento do jornalista Waldir Heck (anexo I, 27-42), esse tem participação na criação do jornal, assumindo sua direção. É de se supor que combinaram-se iniciativas desse jornalista com os interesses dos grupos dirigentes das cooperativas que instituíram a Fundação da Produtividade no sentido de desenvolver um jornal.
- 13) A relação que segue indica a data de fundação da cooperativa segundo os jornais: Atualidades COTRIPAL (1957), Cotrifatos (1956), O COTRICRUZ (1957), Jornal da COOPASSSO (1955), O Cooperativista (1957), Informativo COTRISAL (1957), O COTRISEL (1957), SB Jornal (1957), Cotrinotícias (1956). O Interior é criado por seis cooperativas, sendo que quatro são fundadas neste período: Coopera (1957), Copalma (1957), Cotrijal (1957) e Cotriel (1959). Com exceção do jornal O COTRISEL, de cooperativa localizada na região do Escudo Sul-Riograndense, todos esses jornais são de cooperativas localizadas na região do Planalto. Em relação aos jornais restantes, três são de cooperativas não localizadas na região do Planalto:

- 16 Informativo COSULAGRI (cooperativa localizada em Pelotas, região da Planície Costeira), COOBAGELAN INFORMATIVO AGROPECUARIO e CAMAL Informa (cooperativas localizada em Bagé, região do Escudo Sul-Riograndense). Nota-se, portanto, que a expressiva maioria desses jornais são criados em cooperativas da região do Planalto. Ainda neste período (1955 - 1959) são fundadas as cooperativas Camal (1959), que editou o jornal CAMAL Informa, e Cosulagri (1957), que editou o Informativo COSULAGRI. Os jornais restantes são de cooperativas fundadas antes e após esse período.
- 14) Alguns jornais de cooperativas do Paraná, na tabela 3 (anexo II, 364-365), não apresentam o ano de início de circulação, mas segundo o jornalista Eloy Setti, assessor de imprensa da Ocepar (em depoimento ao autor), esses jornais surgiram a partir da década de 1970. No caso de jornais de cooperativas do RS, o ano de início do Informativo COSULAGRI não é conhecido, mas tudo indica que esse jornal circulou na década de 1980. Esse jornal é mencionado em Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/82) em matéria que aborda os jornais de cooperativas existentes. Em Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/80), em matéria semelhante, esse jornal não é mencionado. O mesmo acontecendo em Agricultura e Cooperativismo (Anuário Expressão/78). Como a cooperativa foi liquidada em 1989, e a existência do jornal é registrada em 1982, tudo indica que a sua circulação ocorreu na década de 1980. Alguns jornais de Santa Catarina, na tabela 2 (anexo II, 363) também não apresentam o ano de início de circulação, mas, segundo a área de comunicação da OCESC os jornais COOPERITA, da CRAVIL e da COOPERNORTE surgiram na década de 1970. E os jornais COOPERIO e AURIVERDE na década de 1980.
- 15) Na questão "Existe uma correlação entre o crescimento da economia na década de 70 e o surgimento de publicações/programas de TV e rádio sobre agropecuária? Explique" (anexo I, 67-80), o que predomina é uma resposta positiva. Mas o jornalista Antonio Heberlé ressalva: "(...) entendo que isso passou a ocorrer, na prática, no início dos anos 80, com o incremento de programas televisivos, revistas especializadas, etc. O interesse básico, entretanto, era, e é, o filão de verbas publicitárias". Já Schlegel (1988) coloca: "O número de veículos de comunicação especializados em agropecuária (na década de 1980 - HAS) passou por um aumento considerável. Três revistas de circulação nacional foram criadas - uma delas oscilando hoje entre a quinta e a sexta posição em vendas entre todas as revistas nacionais, segundo informação do editor - e, no campo televisivo, esse "boom" chegou ao ponto de um agricultor do estado de São Paulo ter a sua disposição 260 minutos semanais de programas sobre agricultura na tela de seu aparelho". A década de 1970, porém, é o período do surgimento e expansão da imprensa de cooperativas. Ainda, no RS, em 1975, surge o programa de televisão "Campo & Lavoura", mantido até hoje.

- 16 Esta questão de custos não atinge apenas os jornais. Segundo o coordenador de Educação e Recursos Humanos da Fecotrigo, José Rui Tagliapietra, (em depoimento ao autor), quando uma cooperativa precisa restringir setores por causa de custos, as áreas afetadas tendem a ser o trabalho de comunicação e educação e a assistência técnica.
- 17) Como ilustração anexamos após as notas cópia de uma página do Anuário Expressão/82 que mostra, em conjunto, alguns destes jornais.
- 18) "Comunicador" é a denominação do cargo de funcionários dos departamentos de comunicação e educação das cooperativas.
- 19) A Rádio Fundação Cotrisel foi fundada em junho de 1980 e é mantida pela Cotrisel. É a única emissora de cooperativas no RS. Como diz Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/80): "O objetivo deste vultuoso empreendimento é unir ainda mais os produtores associados agilizando as comunicações, informando-os das modernas técnicas de produção e encurtando distâncias. E, especialmente, realizar um trabalho de difusão da doutrina cooperativista".
- 20) Como diz Agricultura & Cooperativismo (Anuário Expressão/80) em matéria com o título "'A grande rede da integração cooperativista'": "O programa radiofônico Agricultura & Cooperativismo, produzido pela equipe de Comunicação e Educação da Fecotrigo em colaboração com as cooperativas filiadas, atingiu 103 edições desde que foi lançado - em janeiro de 1979 - até o final de setembro último. Uma rede de 55 emissoras (...) transmite o programa penetrando em 180 municípios gaúchos durante no mínimo 15 minutos por semana, em diferentes horários. Há também as edições especiais, sem periodicidade fixa". grifos do texto. Segue um quadro mostrando, por município, a emissora, o dia, a hora e a cooperativa responsável pelo programa. A mesma publicação traz ainda a matéria "O audiovisual como material de apoio", dizendo: "Largamente usados em reuniões de associados, os audiovisuais produzidos pela Fecotrigo são hoje um indispensável material de apoio no trabalho de comunicação e educação das cooperativas. (...)". Segue a lista dos audiovisuais e um resumo de seu conteúdo: "Cooperativismo: o homem mais perto de um mundo mais justo ('(...) o audiovisual fala da força da união, da necessidade de participação dos associados, das perspectivas futuras do cooperativismo de produção do Rio Grande do Sul'); Isto é participação: você aceita o desafio? ('(...) este audiovisual aborda questões como a disciplina do quadro social, e prega a necessidade de participação permanente dos associados na cooperativa, tanto como usuários (nas operações), quanto como donos (nas decisões)'); A união faz a força ('Material preparado especificamente para o trabalho de conscientização cooperativista junto a crianças (de 9 a 12 anos), visa educar para a união, para o cooperativismo, para a vida comunitária. (...)'); Centralização: mudar para ganhar ('Uma descrição do complexo rural, mostrando que o

- agricultor está imprensado pelos fabricantes de insumos e, de outro lado, pelas indústrias que beneficiam seus produtos - e que acabam ficando com a "parte do leão". (...)" grifos do texto); Solos: quem vai pagar o que já perdemos? ("Um grito de alerta para a necessidade de conservar o nosso maior patrimônio - o solo, num apelo direto à consciência de todos os que estão envolvidos na produção agropecuária."); Reflorestamento, uma nova paisagem rural ("Pretende estimular a proteção e recuperação dos recursos naturais, conservando sobretudo o que ainda temos de matas nativas. (...)"); Defensivos: inimigos ou aliados? ("Os cuidados que o produtor deve ter na utilização dos defensivos agrícolas, a responsabilidade de cada um quanto ao equilíbrio do meio-ambiente (...)"); Calcário - importante fator da agricultura tecnológica ("(...) é enfatizada a necessidade da correta coleta de amostragem de solo para análise. E mais: como fazer uma aplicação de adubos e corretivos"); Doenças e pragas do trigo ("Uma descrição detalhada de todas as principais moléstias e pragas que atacam a cultura do trigo, bem como os métodos de combate (...)"); Doenças, pragas e invasoras da soja ("(...) Como deve ser feito o tratamento aos inimigos da cultura da soja"). (grifos do texto) Estes audiovisuais foram produzidos até 1984. Conforme o coordenador de Educação e Recursos Humanos da Fecotrigo, José Rui Tagliapietra, (em depoimento ao autor), a federação atualmente produz, em alguns momentos durante o ano, programas de rádio que são distribuídos às cooperativas. São programas especiais, como recebimento de grãos (em época de colheita), conservação do solo, etc. Ao mesmo tempo, todas as cooperativas mantêm e produzem programas que são transmitidos em emissoras de suas regiões. A partir de 1993 a federação também iniciou uma produção de VTs sobre assuntos do cooperativismo e que são transmitidos em emissoras de televisão no interior do estado. Por outro lado, algumas cooperativas singulares também produzem VTs que são transmitidos em emissoras de televisão de suas regiões. Essas produções, tanto rádio como televisão, são realizadas por empresas com a supervisão editorial do setor cooperativo. No interior do estado, segundo encarte de Zero Hora, "O Rio Grande em 29 Gráficos", de 4/5/93, estão em funcionamento 15 emissoras de televisão, 158 emissoras de rádio AM e 125 FM
- 21) No setor da uva, por exemplo, é registrado apenas o tablete "Informativo Aurora", que circulou entre 1979 a 1985. Já o setor do arroz, composto por 29 cooperativas orizícolas, não apresenta jornais da forma desenvolvida pelas cooperativas filiadas à Fecotrigo. O único jornal relacionado ao setor é o Jornal do Arrozeiro que, segundo o jornalista Camilo Simon, seu editor, (em depoimento ao autor), "é um jornal institucional, mensal, feito a partir de março de 1992, e que circula entre cooperativas e produtores, tendo basicamente, como material jornalístico, matérias econômicas". Este jornal é feito pela empresa de assessoria Simon Comunicações Empresariais, que edita

- ainda outras publicações de agropecuária. O setor cooperativo especializado na produção de bovinos e ovinos para corte e sub-produtos como couro e lã apresenta apenas o tablete COOBAGELAN INFORMATIVO AGROPECUARIO, editado em 1980 e 1981, com periodicidade irregular.
- 22) O Recado, A Ponte e Informativo Languiru. São editados por cooperativas formadas por uma maioria de pequenos produtores. Entre esses jornais, A Ponte mostra-se um jornal da comunidade de Nova Petrópolis. Certamente pela importância que a cooperativa tem no município, característico de pequenas propriedades rurais, o jornal tomou essa forma, noticiando assuntos de interesse da comunidade. Recebe apoio e subsídio da Prefeitura Municipal. São jornais distribuídos gratuitamente aos associados.
- 23) Como diz o professor Adelar Francisco Baggio, da Unijuí, em depoimento ao autor: "Isso ocorre pelo temor das cooperativas pelo movimento sindical junto com o alinhamento das cooperativas ao Estado, pela dependência financeira que essas organizações têm em relação ao Estado. Deve-se observar que o cooperativismo gaúcho seguiu a escola francesa de cooperativismo, ou seja, como um braço do Estado para a modernização da agricultura. Reivindicações de pequenos produtores, como previdência social e reforma agrária, como ocorreram no Cotrijornal, podem ser consideradas avançadas para a época. Deve-se levar em conta, ainda, a mentalidade ruralista que existe no cooperativismo, não alcançando níveis democráticos como a mentalidade urbana, pluralista". Ainda segundo o professor Adelar Francisco Baggio, neste período dos anos iniciais da década de 1980, ocorre uma rediscussão dos papéis que caberiam às instituições envolvidas na agricultura, como sindicato, universidade e cooperativa/Emater. Concluiu-se que o papel do sindicato eram as "lutas", o da universidade a "verdade" e o da cooperativa/Emater, o "econômico e assistência técnica".
- 24) Com o título "Surge novo cooperativismo no país" e o olho "Rejuvenescimento do sistema exige transparência, democracia e efetiva participação dos associados" uma matéria do jornal Correio do Povo de 25 de julho de 1993 analisa esse novo cooperativismo. Para o professor Adelar Francisco Baggio, da Unijuí, "mudou o cenário e é preciso adequar as organizações a este novo quadro e aos cenários futuros". Esse cooperativismo, segundo o texto, aproxima-se mais da escola alemã, "que define o sistema como "a reunião de pessoas com interesses econômicos comuns, que atuam com mais justiça social e cooperação do que outras formas de organização". Este cooperativismo novo, que está emergindo, precisa nascer da base, ser efetivamente democrático e prescinde inevitavelmente da participação dos associados". Seguindo, a matéria diz que a professora Laura Maria Goulart Duarte, da UnB reconhece "que existe um novo cooperativismo, resultante de uma crise que serviu para redimensionar o sistema, até em relação ao poder".

- 25) Depoimento do coordenador de Educação e Recursos Humanos da Fecotrigo, José Rui Tagliapietra, ao autor.
- 26) A questão da distribuição é fundamental e nesse ponto essa imprensa mostra-se eficiente pelas condições que têm uma cooperativa no contato com seus associados, além da gratuidade dos veículos, que é a regra nessa imprensa (não só no RS, como em SC e PR), isto é, uma gratuidade indireta porque são os próprios produtores que acabam pagando já que os custos são pagos pela cooperativa. O Interior mantinha um esquema de assinaturas para uma fração de sua tiragem e "pacotes" (assinaturas coletivas) pagas pelas cooperativas e após pelos associados (débito em conta). Em setembro/93 o jornal apresentava uma tiragem de 40 mil exemplares (informação obtida após a encadernação do anexo II que traz a tabela 1 e que indica 30.000 como tiragem desse jornal). Do total, 1.000 exemplares são destinados para assinaturas (fora do setor cooperativo) e o resto distribuído em "pacotes" às cooperativas que repassam aos associados. Do total desse repasse, aproximadamente 80% é distribuído gratuitamente pelas cooperativas e o restante cobrado anualmente como débito em conta. A & C era distribuída por assinaturas, mas ao mesmo tempo era de interesse da própria Fecotrigo que essa revista chegasse aos produtores. Como revista da Federação, discussões coletivas foram realizadas sobre o preço de sua assinatura e distribuição e isso pode ser observado em Fecotrigo (s/d), que registra o Encontro Estadual de Comunicação e Educação Cooperativa realizado em novembro de 1980. Discute-se a relação entre um aumento no preço dessa assinatura e um "pretendido aumento da tiragem", parcelamento desse aumento, procedimentos para renovação de assinaturas, a relação de trabalho da revista com os departamentos de Comunicação e Educação, assinatura para escolas ("sugere-se que cada cooperativa faça uma assinatura de doação a cada escola, e esta se encarregaria de fazer a distribuição, agilizando esta parte"). Nota-se que o propósito era assegurar e ampliar a distribuição dessa revista, supondo-se, assim, que as assinaturas não significavam "grandes" dificuldades para sua distribuição. Deve-se observar, por outro lado, que essa imprensa, usando como uma de suas fontes os próprios produtores, condiciona a formação de interesse. Como diz o jornalista Waldir Heck, diretor de O Interior, em Fecotrigo (s/d:49): "E, uma das técnicas de se conseguir uma comunicação eficiente em termos de jornal é que as pessoas que lêem o jornal sejam vistas dentro do mesmo". Deve-se levar em conta, também, que essa imprensa surge e desenvolve-se num período "movimentado" para a agricultura, em termos de mercado, crédito estatal, novas tecnologias, e isso de alguma forma fez o agricultor buscar informações e criando - por que não? - hábito para essa imprensa. A alfabetização é regra entre os associados deste cooperativismo, mas é interessante colocar alguns dados de uma pesquisa de Frohlich (1990), realizada em 1989, sobre a escolaridade dos associados da COTRIBA, uma cooperativa

localizada na região de trigo e soja e cujo quadro social é formado, predominantemente, por pequenos produtores (aproximadamente 75%). Segundo esses dados, 0,8% dos associados não frequentou escola, 15,8% frequentou escola por dois a três anos, 59,2% por quatro a cinco anos, 16,7% frequentou um ou mais anos de ginásio (4,2% concluíram este nível), 5,8% frequentou um ou mais anos do segundo grau e 1,7% frequentou até o terceiro ano universitário. Ainda segundo essa pesquisa, 98,3% dos associados disseram receber informações da cooperativa pelo rádio e 62,5% pelo jornal O Interior. Sobre a distribuição do Cotrijornal diz a jornalista Dária Luchese (anexo I, 12): "Até um tempo atrás, cada associado tinha uma assinatura do jornal e recebia seu exemplar em casa via comunicador ou técnico. Hoje, pela falta de comunicador, é preciso muita cobrança para que o jornal não fique guardado na unidade. Mas a verdade é isso é um consolo para nós, é que o "Cotrijornal" é bem procurado pelos associados. Quando atrasa a edição as reclamações começam pelos balcões".

- 27) Este depoimento ocorre no Encontro Estadual de Dirigentes, Comunicadores e Educadores Cooperativistas, realizado em 1980, e como nota-se no texto esse trabalho de comunicação e educação mostrava tensão, pois discute-se a necessidade de estabilidade para os funcionários deste departamento. O objetivo desses departamentos é a nucleação de produtores no sentido de organização do quadro social para sua integração à cooperativa, em situações onde as contradições associado - cooperativa são levantadas e discutidas. Como esse trabalho de organização do quadro social levanta questões conflitantes entre os associados e as cooperativas, os funcionários desse departamento assumem e interagem relações de poder, pois tornam-se uma ligação entre os associados e os grupos dirigentes. Este encontro não trata especificamente dos jornalistas de cooperativas, apenas dos profissionais dos departamentos de comunicação e educação. Mas é interessante colocar alguns entendimentos dos dirigentes de cooperativas sobre esses profissionais e seu trabalho, como pode ser observado em Fecotriga (s/d: 41-45) no debate "O Dirigente na Educação e Comunicação Cooperativa". Respondendo a pergunta "Quem afasta os dirigentes: são os associados ou os comunicadores?" o gerente da Coagrisol, Egídio Pederiva, diz: "Quem contrata o comunicador é a direção e não o associado. Ele tem vínculo empregatício (...). Então ele só é dispensado pela direção e mais ninguém. Realmente os dirigentes são eleitos pela Assembléia e só os associados é quem podem afastar os dirigentes e não o departamento de comunicação. Entende-se que, no começo, existia uma liderança sadia e que se desvirtuou no meio do caminho. Em que pé se situa o departamento de comunicação neste caso? Ele deve atuar junto à direção para removê-la dos maus intentos e colocá-la no bom caminho. Se não conseguir, a solução é fugir antes que seja posto para a rua, porque a direção que não está bem intencionada em desenvolver o trabalho,

28) primeiro derruba os outros para depois sair. Quando o administrador é bom, o comunicador não corre este risco". Após, discute-se a insegurança desse profissional no emprego. E o presidente da Cotrijui, Ruben Ilgenfritz da Silva, diz: "O enfoque que se dá, é que realmente o comunicador se sente sem cobertura nenhuma. Ele se sente totalmente dependente da direção desde a sua admissão até sua demissão. Me parece que essa é a preocupação maior do comunicador dentro dessa área. (...). Acho que o comunicador deve ter um local onde os seus problemas possam ser debatidos e onde ele possa realmente buscar certas definições, onde possa buscar cobertura para fugir de qualquer posição de pelego (termo usado para designar pessoa submissa - HAS) no sentido de um comportamento onde os interesses são conflitantes". Já em Comissão Pastoral da Terra (1983:39) em análise sobre o "controle ideológico dos associados" é dito: "1 - Nas cooperativas que possuem Departamento de Educação e Comunicação, percebe-se que a maioria deles funciona como um instrumento a serviço do entendimento que a diretoria tem de cooperativismo. Nesse sentido, transforma-se num canal de via única Diretoria-associados, sem ser uma via dos associados chegarem a cooperativa e à diretoria. 2 - Em decorrência do anterior, os programas da cooperativa através dos mais diversos meios de comunicação (...) buscam unicamente aqueles objetivos. 3 - Constata-se que a maioria dos Departamento de Educação estão longe de se constituírem em verdadeiro instrumento de educação dos cooperativados, bem como de sua expressão nos negócios das cooperativas, servindo mais como "domesticadores" do quadro social, criando uma ilusão de participação no poder da cooperativa por parte dos associados. 4 - A cooperativa em seu "modus operandi", reproduz sempre a ideologia dominante na sociedade (...)".

30) Atualmente, 35 cooperativas mantêm relação permanente com a Fecotrigo em torno do trabalho de comunicação e educação. Segundo o coordenador de Educação e Recursos Humanos da Fecotrigo, José Rui Tagliapietra, (em depoimento ao autor), atualmente as cooperativas estão com mais clareza sobre essa área de trabalho, havendo definição de estruturas de poder capazes de garantir a participação dos associados nas decisões e no controle das cooperativas. Segundo o depoente, a crise maior do cooperativismo já passou e agora procura-se um perfil de trabalho com o fim de práticas paternalistas e cobrança de fidelidade à cooperativa. E como nota-se em dados e gráficos pesquisados na Fecotrigo o trabalho de comunicação e educação é dividido em três fases: a primeira fase (1970-80) apresenta uma comunicação acentuada da cúpula (diretorias das cooperativas) para as bases (quadro social), a segunda fase (1980-85) mostra uma comunicação ainda acentuada da cúpula para as bases, mas consolidando-se uma comunicação das bases para a cúpula, a terceira fase (atual) mostra um equilíbrio na comunicação entre a cúpula e as bases, sendo que o ponto desse equilíbrio é a nucleação.

- 28) Como uma categoria profissional assalariada, a dos jornalistas convive com questões fundamentais em relação ao exercício profissional. Afinal, o trabalho profissional tem ou não sua ética que deve ser incorporada no jornalismo? Como conciliar a ética desse trabalho com a ética das empresas, já que pela propriedade dos meios, é essa segunda que prevalece. Sobre o exercício profissional, diz Porto (1987:170-171): "Por sinal, não seria ruim lembrarmos a essência do jornalismo: a diária e eterna resistência à industrialização e à mercantilização da informação. E dentro dessa própria indústria e comércio, o jornalista é um resistente. Ele convive com os desejos mercadológicos dos proprietários das empresas jornalísticas e mantém com eles um estranho diálogo: - nem tanto a vontade da empresa, não somente a vontade do próprio jornalista. O primeiro, o empresário, sabe que a sua empresa funciona através dos jornalistas. Estes sabem que podem, aqui ou acolá, burlar a vigilância empresarial do patrão. Dessa dialética, surge o exercício profissional. Um não vive sem o outro, o jornalista e o patrão". (grifos do autor) Uma nota do autor diz: "Impressões colhidas junto ao deputado-constituente Artur da Távola, em conferência pronunciada no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, em julho de 1987".
- 29) É importante observar que a Lei da Informação Democrática (LID), proposta pela Federação Nacional dos Jornalistas e em tramitação no Congresso Nacional, prevê a "cláusula de consciência". Segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, jornalista Celso Schroder, (em depoimento ao autor), essa cláusula estipula que um jornalista, alegando questões de consciência, pode não aceitar fazer determinadas matérias.
- 30) Esta cooptação de profissionais pode ser notada em Fecotriga (s/d:80) referindo-se a procura e formação de funcionários para os departamentos de comunicação e educação. Como diz a análise do relatório deste documento: "Esta deve ser uma preocupação constante das cooperativas daqui para diante: investir cada vez mais em recursos humanos. E a equivalente preocupação da Federação: atuar na formação desses recursos humanos, contando, para isso, com a colaboração das universidades gaúchas, que mantém cursos sobre cooperativismo. De qualquer forma, há que se ter em mente a procura e formação de pessoal capacitado e comprometido com o cooperativismo. (...). Será dada uma grande ênfase no processo de seleção de candidatos, procurando manter-se aberta a porta para "sangue novo" no trabalho, através da Universidade, ao lado da procura de pessoas que tenham potencialidades para esse serviço, independente de seu grau de instrução. Essas pessoas viriam da prática e receberiam treinamentos específicos para entrar no trabalho cooperativo". Procurando atuar na formação de recursos humanos "comprometidos com o cooperativismo" fica explícito o objetivo de formar profissionais com vínculos orgânicos. (grifos nossos) Por

outro lado, a cooptação de jornalistas pelas fontes pode ser observada em Quintão (1987:110-112) que analisa o jornalismo econômico dos principais jornais do país. Depois de dizer que "em raros momentos, nos intervalos das coberturas setoriais, alguns jornalistas discutem, sem grandes compromissos com a categoria, o papel que estão desempenhando" coloca: "Uma delas (formas de cooptação - HAS) é a preferência das fontes por determinado jornal ou repórter - fato comum na época de Campos e Delfim. Essa discriminação é legitimada pelos jornais e seus editores, ao privilegiar fontes, matérias ou repórteres que cobrem essas áreas. Mas a forma de cooptação que mais estranheza causa entre os jornalistas, principalmente aqueles que ficam fora dela, são as viagens ao exterior, promovidas por organismos oficiais (...)" (...). "Os próprios jornalistas passam a ver essas viagens como prêmio ou uma mordomia, e começam a disputá-las entre si". (...). "Essas viagens, almoços, jantares, até caros brindes de Natal criam um mal-estar dentro da imprensa como um todo". (...). "Biondi (jornalista Aloísio Biondi - HAS) alerta sempre para os mecanismos de cooptação a que se acomodam os jornalistas que atuam junto às autoridades governamentais. Esses jornalistas alimentam, também pela omissão, o desenvolvimento de práticas alienantes da informação, como os releases, o off the record e o pool".

- 31) Como conclui Mancuso (1988:96): "A postura da grande imprensa escrita contrária à reforma agrária extrapola os limites do espaço consagrado de opinião (os editoriais) e instala-se no noticiário, de forma orgânica, por meio de configurações nitidamente ideológicas. Tal ocorre quando a reforma adquire status de programa viável, o que aconteceu nos primórdios da Nova República, já que o silenciamento sobre a questão é o tratamento ordinário da mídia".



"(...) todo o progresso das técnicas de produção representa antes de mais nada um progresso das técnicas capitalistas de produção, do processo de valorização do capital". (grifos do autor)

O progresso técnico, como emprego intensivo de tecnologia, ocorre dentro da expansão do capitalismo, na modernização da agricultura. É o que nos interessa aqui é desenvolver relações entre a imprensa de cooperativas e tecnologia, pesquisando as conexões desse jornalismo com a difusão de tecnologia.

6 - IMPRENSA DE COOPERATIVAS E TECNOLOGIA

6.1 IMPRENSA E TECNOLOGIA NO COOPERATIVISMO EMPRESARIAL

O jornalismo de cooperativas tem profunda relação com a tecnologia. Essa relação configura-se na direção política-tecnológica/econômica para a expansão da produção agrícola dentro do setor cooperativo. Desenvolvida no período de expansão da modernização da agricultura, a imprensa de cooperativas tornou-se um meio para divulgar e afirmar a tecnologia moderna. Tecnologia é definida pelo Dicionário de Economia (1987) como,

"Ciência ou Teoria da técnica. Abrange o conjunto de conhecimentos aplicados pelo homem para atingir determinados fins".¹

Segundo outros conceitos (nota 1) pode-se sugerir que a tecnologia, aglutinando a técnica, e por isso tendo a sua natureza, expressa a capacidade de produção do homem. Uma capacidade substanciada em conhecimentos científicos e aplicada em processos de produção. Tecnologia pode ser entendida, assim, como o conjunto de conhecimentos científicos-técnicos aplicados em processos de produção.

Na agricultura, como de resto em outros setores da economia, a tecnologia é uma força produtiva. O emprego de tecnologia significa progresso técnico. Um progresso técnico determinado pela valorização do capital, como diz Silva (1981:24),

informação para conhecimento prévio (...)" ; João Pillon: "Despertar (...) todo o progresso das técnicas de produção representa antes de mais nada um progresso das técnicas capitalistas de produção, do processo de valorização do capital". (grifos do autor)

Luiz Parahoni Filho: "A importância resume-se no fato de alertar para a importância de uma novidade tecnológica, ocorre dentro da expansão do capitalismo, na modernização da agricultura. E o que nos interessa aqui é desenvolver relações entre o jornalismo de cooperativas e tecnologia, pesquisando as conexões desse jornalismo com a difusão de tecnologia.

Para isso, a base de pesquisa deste capítulo serão as respostas do anexo II, de técnicos das ciências agrárias.

6.1.1 IMPRENSA DE COOPERATIVAS E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA

Uma análise das respostas da questão "Na sua opinião, qual a importância dos meios de comunicação (jornal, TV, rádio, revista) dirigidos a produtores rurais?" (anexo II, 229-239) indica que os técnicos percebem esses meios como importantes para agricultores. Uma importância generalizada pelas informações tecnológicas, de mercado, política agrícola, etc., que esses meios divulgam.

Dentro dessa importância, observa-se que esses meios têm o papel de noticiar, apresentar, tecnologias, despertando atenção, interesse. Como dizem, por exemplo, Adalton De Siqueira: "A importância (...) situa-se no esclarecimento de alguns problemas mais superficiais encontrados a nível de propriedade"; Denilso Zanon: (...) possuem grande importância na divulgação de experiências e tecnologias, no sentido de despertar os produtores para as mudanças"; Elói Frazzon: "Através deles é que os produtores ficam sabendo das novidades, (...), resultados de pesquisa, atuação bem sucedida de algum colega, etc..".

As respostas seguem. Emivaldo Santana: "São importantes na medida em que podem iniciar o processo de difusão de tecnologia"; João Gomes: "Relevante como disseminador de

informação para conhecimento prévio (...)" ; João Pillon: "Despertar, na maioria dos produtores, o questionamento (...)" ; José Oliveira: "(...) o papel (...) há de ser o de chamar a atenção para as novas tecnologias disponíveis (...)" ; Luiz Paraboni Filho: "A importância resume-se no fato de alertar os produtores quando de uma novidade tecnológica (...)" ; Osvaldo Rockenback: "A importância (...) reside na motivação (...)" .

Ao mesmo tempo, algumas respostas colocam as especificidades de cada meio, como, por exemplo, Amando Dalla Rosa: "Rádio: tem maior alcance e rapidez em entrar no convívio do produtor. (...). TV: o mais eficiente, acontece a demonstração e a verificação (o ver para crer). Jornal: é o documento da prova de algo dito (comprova e compromete), maior alcance que a revista (menor custo). Revista: idem ao jornal, mais convincente (fotografias coloridas e quadros demonstrativos mais claros), menor alcance que o jornal (maior custo)".

Neste mesmo sentido, Celívio Holz diz: "(...) o rádio pode servir para chamar a atenção e alertar os agricultores enquanto que a televisão já pode dar mais informações e até ensinar práticas mais simples. O jornal e a revista ainda são meios de alcance limitado entre os pequenos e médios agricultores mas, se bem dirigidos e distribuídos, podem contribuir melhor".

Luís Della Pasa coloca: "Rádio: atinge um grande número de pessoas, devido ao alcance, inclusive aos analfabetos, motiva práticas agrícolas, é um dos meios mais econômicos. TV: aproxima mais do real, atrai atenções, desperta interesse e atinge a todos os indivíduos. (...). Jornais e revistas: alcance massal, porém atinge somente alfabetizados. Permite detalhar os acontecimentos (...)" .

Outras respostas que enfatizam estas especificidades colocam o rádio e a TV com instantaneidade e maior abrangência² e jornais e revistas como meios mais seletivos, basicamente por falta de alfabetização e hábito de leitura. Mas, como diz Renato De Assis: "No caso de jornal e revista

ainda há condições, dependendo da reportagem, do agricultor partir, sem maiores esclarecimentos, para a utilização inicial da tecnologia".

Como se nota nas respostas das questões "Quais os jornais e revistas agropecuárias que o senhor lê regularmente?" (anexo II, 268-272) e "Quais são os programas agropecuários na TV assistidos regularmente?" (anexo II, 273-275), jornais e revistas são os de circulação nacional, imprensa de cooperativas, e outras publicações. Programas de TV são os de redes nacionais e emissoras regionais.

Pelas respostas da questão referida anteriormente percebe-se que os técnicos colocam os meios de comunicação como instrumentos úteis de difusão de tecnologia. Instrumentos que no processo de decisão de inovar (no sentido de inovações tecnológicas) proposto por Rogers e Shoemaker (1974) atuam na função ou etapa do conhecimento da inovação. Esse processo, conforme Rogers e Shoemaker (1974:98), é assim definido,

"O processo de decisão de inovar é o curso de ações mentais pelo qual um indivíduo passa da primeira notícia sobre uma inovação até decidir adotá-la ou rechaçá-la e confirmar sua decisão". (grifos dos autores)

E, segundo Rogers e Shoemaker (1974:100-102), esse processo tem as seguintes funções ou etapas,

"1 Conhecer. O indivíduo recebe notícia da existência da inovação e se forma uma idéia de seu funcionamento. 2 Convencer-se. O indivíduo forma uma atitude favorável ou desfavorável pela inovação. 3 Decidir. O indivíduo efetua atividades dirigidas para escolher entre adotar e rechaçar a inovação. 4 Confirmar. O indivíduo busca reforçar a decisão de inovar recém assumida; no entanto, pode voltar atrás de sua decisão anterior ao receber mensagens conflituosas sobre a nova idéia". (grifos dos autores)

Na primeira função, "de conhecer", os meios de comunicação tem um papel definido, já que se trata de divulgar conhecimentos. Como dizem Rogers e Shoemaker (1974:103-106),

"Conceituamos o processo de inovar situando seu início na função de conhecer, que acontece quando o indivíduo se vê exposto à existência da inovação e percebe seu funcionamento (receber informação - HAS)".³

Já na segunda função, "de convencer-se", os meios de comunicação não teriam eficiência, pois como dizem Rogers e Shoemaker (1974:108),

"Durante a etapa de convencer-se do processo de decisão de inovar o indivíduo forma uma atitude favorável ou desfavorável diante da inovação. (...). Provavelmente, o indivíduo tratará de conseguir convicção de estar pensando de maneira adequada usando canais interpessoais de comunicação (...). O caráter geral dos meios massivos diminui sua utilidade como instrumentos para obter o reforçamento que o indivíduo precisa para confirmar suas opiniões sobre a inovação. E é provável que para isso recorra a indivíduos bastante semelhantes a ele".

Nas outras duas funções, "de decidir" e "de confirmar", também predominam, e têm importância, atitudes do sujeito.⁴ O entendimento dos técnicos, colocando os meios de comunicação como atuantes na função "de conhecer", ou seja, na divulgação de uma inovação tecnológica, é reforçado quando se analisa a questão "Qual o papel dos meios de comunicação no trabalho de extensão rural?"⁵ (anexo II, 251-258). Vejamos algumas respostas.

Anacleto Ferri: "Auxiliar na divulgação de novas tecnologias"; Antonio Cadorin: "É mais um recurso com que conta a extensão rural para o processo de divulgação para a posterior adoção de novas tecnologias (...)"; Celívio Holz: "No trabalho de extensão rural os meios de comunicação têm seu papel bem definidos como meios complementares de divulgação, motivação, alerta, transmissão de informações simples (...)".

Cid Dos Reis: "Exerce o papel de auxílio na difusão de tecnologias"; Elói Frazzon: "Divulgar, motivar, despertar o interesse, mostrar resultados"; Emivaldo Santana: "Os meios de comunicação são importantes instrumentos auxiliares da

assistência técnica e extensão rural)).

Haroldo De Queiroz: "Criar interesse pela tecnologia e predispor os produtores à sua adoção quando o extensionista estiver fazendo o seu trabalho"; Humberto Duarte: "É importante, pois têm servido de estímulo no processo de transferência de tecnologia"; João Gomes: "(...) contribui para o primeiro contato dos produtores com a tecnologia e com o próprio serviço, vulgarizando-o".

Luiz Sampaio: "Avisar, vender idéias e mensagens"; Paulo Tagliari: "(...) papel complementar, auxiliar na metodologia da extensão rural (...)"; Sandro Treméa: "Como meio auxiliar possibilitando o despertar do produtor".

6.1.1.1 CONHECIMENTOS DE PRODUÇÃO E RELEVÂNCIA SITUACIONAL

A imprensa de cooperativas é inspirada, dentro da direção política-tecnológica/econômica, em objetivos da extensão rural, como a divulgação de tecnologias junto com fatores econômicos. E desenvolve esta função "de conhecer", mas num sentido mais amplo do que o compreendido nessa função. Isso pela relevância situacional de seu jornalismo. Por relevância situacional pode-se entender, conforme Frohlich (1970:23),

"(...) a importância potencial que um artigo (de jornal - HAS) sobre assunto agrícola poderia ter em determinada situação concreta, possibilitando ao agricultor decidir sobre sua operação agrícola".

E em Fett (1978:31) são indicados três níveis de relevância situacional,

"Informação com alta relevância situacional.
Informação útil para os agricultores decidirem acerca de suas operações agrícolas. Para ser classificada nesta categoria, a resposta deveria ser sim à questão: É razoável supor que ao menos algum dos agricultores vivendo na área de circulação deste jornal pudesse beneficiar-se em suas operações agrícolas tendo lido esta informação? Poderia a informação ajudá-lo a fazer algo diferente?
Informação com pouca relevância situacional.
Informação agrícola que potencialmente poderia

Dossa: "Se afetar as operações agrícolas dos agricultores. Tendo lido o item, seriam melhor informados acerca duma situação agrícola em geral, mas o item não contém informação que eles poderiam usar diretamente em suas atividades cotidianas. Informação sem relevância situacional. Informação sem valor aparente, atual ou potencial, para os agricultores fazerem algo diferente em suas atividades agrícolas". (grifos do autor)

Observa-se que a relevância situacional significa o grau de utilidade da informação para o produtor rural. Uma utilidade prática, real, para ser usada no processo produtivo. A relevância situacional, como a própria expressão indica, significa importância relativa a situações reais que envolvem o processo produtivo. A proximidade, aqui, entre conteúdos da informação e situações reais da produção, em termos locais/regionais⁶ é fundamental. E neste sentido algumas respostas de técnicos na questão "Quais são os problemas que o senhor constata no jornalismo agropecuário?" (anexo II, 309-317) apontam para esta falta de regionalidade.

Como dizem, por exemplo, Carlos Jost: "O jornalismo agropecuário deveria ser mais regional, abordando temas que envolvam a realidade regional, pois quando for muito abrangente existe a dificuldade de assimilação"; Dilso Scarabelot: "Somos um país muito grande. Inúmeras regiões, com diferentes atividades. Se fizermos um jornal para o RS não pode ser o mesmo para SC"; Francisco De Almeida: "Falta de regionalização das matérias publicadas".

A imprensa de cooperativas, no entanto, é local/regional, e neste sentido se mostra com relevância situacional significativa. Mas essa relevância também ocorre em outras dimensões que a compreendem. E esta questão referida revela, em algumas respostas, situações que podem ser discutidas em relação à imprensa de cooperativas.

Como dizem, por exemplo, Amando Dalla Rosa: "Descontinuidade nas informações" (a imprensa de cooperativas segue o calendário da agricultura e aglutina os interesses das cooperativas para a área tecnológica/econômica); Antenor

Dossa: "Geralmente o produtor rural tem nível de instrução muito baixo, não gosta de ler com frequência" (como colocado em 5.3.3, a imprensa de cooperativas é desenvolvida com conteúdos de interesse direto aos associados, e esse fato, combinado com a alfabetização, indica interesse na leitura das publicações produzidas).

Celívio Holz: "Um dos problemas mais sentidos no jornalismo agropecuário é a falta de profissionais especializados na área agrícola dentro dos meios de comunicação" (a imprensa de cooperativas tende a especializar seus profissionais, já que esses fazem um jornal específico para a agricultura do cooperativismo).

Denilso Zanon: "Entendo que no setor agropecuário temos poucos jornais acessíveis ao produtor" (a imprensa de cooperativas é acessível aos produtores-associados); Ely Nunes: "Linguagem às vezes pouco acessível aos produtores" (é de se supor que a imprensa de cooperativas, pela proximidade de seus jornalistas com os produtores e experiência acumulada, desenvolva uma linguagem acessível).

Gerson Trenhago: "Os jornais/revistas agropecuários normalmente são mensais, tornando-se insuficientes" (ao mesmo tempo, esta periodicidade pode ser um fator de eficiência dos jornais, levando-se em conta um período maior para leitura).

João Canuto: "Custo para o agricultor. Distribuição muito urbanizada. Atingimento seletivo dos "progressistas"" (a maioria das publicações da imprensa de cooperativas é gratuita, pelo menos indiretamente, e sua distribuição procura atingir todo o quadro social, isto é, uma circulação no setor cooperativo, "não urbanizada", vide nota 26 do capítulo 5).

Sandro Treméa: "Informações retardadas, há necessidade que as informações cheguem na hora certa (mercado)" (de fato, em matérias como mercado, comercialização, há necessidade de uma periodicidade menor, como O Interior, por exemplo, que até março/90 era semanal. Ao mesmo tempo, outras situações da agricultura podem ser material jornalístico numa periodicidade maior).

O que estamos procurando dizer é que a imprensa de

cooperativas, dentro do jornalismo compreendido como "agropecuário", "agrícola", tem significativa relevância situacional. É de sua natureza esta condição, como um jornalismo próprio do cooperativismo de produção. A relevância situacional relaciona-se com a direção política-tecnológica/econômica cujo conteúdo são conhecimentos de produção, ou informações tecnológicas/econômicas. E esses conhecimentos, específicos para cada cooperativa ou setor cooperativo, não são apenas "divulgados", "noticiados", "apresentados", aos produtores.

São conhecimentos que proporcionam pautas de reportagens cujas fontes são produtores, técnicos (do setor cooperativo, de centros de pesquisa, empresas de extensão rural), dirigentes do cooperativismo, em situações técnicas/econômicas reais e relacionadas com a agricultura aí desenvolvida, desenvolvendo, assim, níveis mais amplos de interesse e de conhecimento.

Com o surgimento do jornalismo de cooperativas abriu-se possibilidades não previstas quando discutia-se a relevância situacional de jornais.⁷ Para conclusões sobre o papel da imprensa de cooperativas na difusão de tecnologia, analisemos antes, outras respostas dos técnicos.

6.1.1.2 A TRANSMISSÃO DA INFORMAÇÃO TÉCNICA NO ENTENDIMENTO DOS TÉCNICOS

Se na opinião dos técnicos os meios de comunicação teriam como papel a difusão de tecnologias no nível de "conhecer", qual seria a melhor forma para os produtores receberem informação técnica? Uma análise das respostas da questão "Qual seria a forma ideal, a melhor forma, para o produtor receber informação técnica? Explique" (anexo II, 276-284) mostra uma predominância no sentido da relação direta técnico-produtor com alguns métodos de extensão rural.

Como dizem, por exemplo, Adalton De Siqueira: "A melhor forma do produtor receber informação técnica é diretamente com o técnico (...)" ; Amando Dalla Rosa: "Através da assistência

a TV/vídeo, como diz Elói Frazzon: "Através da TV. Programas teriam que ser por regiões homogêneas (...). Através de vídeos apresentados em reuniões seguido de debate".

E Urbano De Abreu aponta para uma maior participação do extensionista nos meios de comunicação. "Através dos meios de comunicação, porém, com maior participação do extensionista".

Nota-se, portanto, uma importância acentuada para a relação direta técnico-produtor e, quando há indicações para meios de comunicação, esses são citados na condição de "associados", "auxiliares". A razão disso seria que a transmissão de informação técnica, por suas especificidades, e para a assimilação por parte do produtor, requer a presença do técnico, num processo de comunicação interpessoal.

Nesse processo, por sua natureza, haveria necessidade de feed-back, como diz Wilson Schmitt: "A divulgação massiva de mensagens técnicas, além das limitações dos meios que não permitem feed-back, traz os mesmos inconvenientes de uma divulgação, por exemplo, de conselhos médicos para tratamento de doenças, que poderiam ser desvirtuados ou mal utilizados se não forem precedidos de diagnósticos realizados via consultas diretas. Estou me referindo à informações/conselhos do tipo "o que fazer" e "como fazer"".

Esta predominância do técnico na difusão de tecnologia pode ser ainda notada adiante.

6.1.1.3 PODERIAM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SUBSTITUIR O TÉCNICO?

Se alguém fizer essa pergunta para algum técnico das ciências agrárias, certamente a resposta será não. É o que pode ser observado quando se analisam as respostas da questão "Na sua opinião, os meios de comunicação podem substituir o técnico na extensão rural? Explique" (anexo II, 258-268). Como dizem, por exemplo, Caio De Moura: "Não. Simplesmente complementam, reforçam o que o técnico está esclarecendo e/ou demonstrando na propriedade"; Celívio Holz: "Não, os meios de

comunicação não podem substituir o técnico porque através deles não se tem condições (ainda) de estabelecer uma linha de duas vias".

Emivaldo Santana: "Não, porque os meios de comunicação apenas informam e a difusão de tecnologias é um processo";

Hélio Skiba: "Acho complicado e praticamente impossível, apesar da evolução tecnológica e material de vídeos, etc. O extensionista é antes de mais nada um amigo do produtor e além de propor algumas mudanças ao produtor ele acompanha esta transformação fazendo parte deste processo"; João Gomes: "Não. Os meios de comunicação de massa são auto-suficientes e não interagem com o produtor. A interação entre agentes é fundamental no processo de difusão".

José Tronco: "Não, porque cada propriedade rural e cada produtor é um caso particular e não deve ser generalizado e somente o técnico que conhece a realidade pode discernir o melhor para os mesmos"; Osvaldo Rockenback: "Não. Porque os meios de comunicação não ensinam, motivam, despertam e mostram caminhos, mas não ensinam"; Paulo Silva: "Não. Os meios de comunicação são um complemento do técnico na extensão rural".

Duas respostas apontam em outro sentido. Ana Trindade, por exemplo, ressaltando o aspecto técnico dentro da extensão rural, entende que "uma matéria elaborada de forma didática e fundamentada em pressupostos pedagógicos é o melhor técnico em extensão". Como ela diz, "o técnico (...) tem uma formação acadêmica mais voltada à área técnica do que à humanística (...) sendo obviamente mais fácil fazer assistência técnica (...) do que transferir a idéia, o fundamento, o conhecimento". Ely Nunes coloca: "Se for feita uma montagem de forma educativa e baseada em conceitos idôneos e realistas substituem razoavelmente o extensionista".

O que predomina, no entanto, no entendimento dos técnicos é a situação de impossibilidade na substituição do técnico na extensão rural. O contato técnico-produtor, numa situação que permite feed-back, e o conhecimento de particularidades são os motivos para a necessidade do técnico na extensão.

Ou como diz Wilson Schmitt: "A resposta é negativa uma

vez que a solução para os problemas que afligem o meio rural deve ser procurada junto aos seus atores, os grupos que compõem as comunidades rurais, através da análise e interpretação da realidade, discussão de alternativas e tomada de decisão de forma coletiva".

A função dos meios de comunicação, como apontada, é de auxiliar, complementar a atuação dos técnicos. Um entendimento também generalizado nos jornalistas, como se observa nas respostas da questão "Qual o papel do jornalismo agropecuário no trabalho de extensão rural?" (anexo I, 139-146).

Como dizem, por exemplo, André Pereira: "O jornalismo deve apenas servir de meio para que a extensão rural chegue ao produtor, jamais deve ter o caráter doutrinário ou didático desta. Exerce uma tarefa auxiliar, complementar, de noticiar a informação somente"; Carlos Arteché: "O papel da imprensa é chamar a atenção do produtor para alguma questão, dar toda a base de informações de que ele necessita para decidir o que deve fazer, ouvir os especialistas aos quais ele não tenha alcance".

Jorge Reti: "O jornalismo agropecuário pode se anteceder à extensão. (...) As vezes seu papel é despertar a necessidade de recorrer ao extensionista"; José De Moraes: "O que o jornalista pode e deve fazer é divulgar o trabalho de extensão feito por técnicos especializados. E com isso levar a informação ao grande público, multiplicando a ação do extensionista".

José Garcez: "A escassez de recursos para extensionismo pode encontrar um aliado importante nos veículos de comunicação. Com sua capacidade de multiplicação de informações (esses meios - HAS) podem dar apoio à distribuição de conhecimentos"; Rolf Kuntz: "O jornalismo tem uma excelente função na extensão rural. Em qualquer nível. É um canal muito bom pela sua capacidade de multiplicação da informação".

Sílvio Peter: "'Desmisturar" os papéis de cada um, definindo-os e buscando uma complementação. Os dois jogam na mesma bola mas em posições diferentes. E, afinal, jornalismo não é extensão rural, é um meio de informação que vai muito

além da simples transmissão, tipo vasos-comunicantes, de conteúdos técnicos dirigidos ao agricultor".

Até aqui, pode-se concluir o seguinte sobre o entendimento dos técnicos em relação aos meios de comunicação: a) os meios de comunicação são importantes para a difusão de tecnologia, b) essa importância está relacionada à função de "conhecer" dentro da teoria difusionista, c) o contato direto técnico-produtor é a forma mais eficiente para a transmissão de informação técnica.

Para os jornalistas, o jornalismo tem o papel de auxiliar, complementar a atuação dos técnicos. Salienta-se, porém, que o jornalismo tem seu papel específico como meio multiplicador de informações. O que chama a atenção, por outro lado, é a valorização da tecnologia e pelo grupo profissional-intelectual dos técnicos quando colocada junto com as relações sociais de produção.

Isso pode ser observado não apenas em questões já referidas, onde as respostas acentuam a ligação tecnologia - meios de comunicação, mas na questão "No seu entendimento, em que sentido o jornalismo agropecuário (produzido por todos os meios) contribui para a modernização da agropecuária em termos de tecnologia e relações sociais de produção?" (anexo II, 239-250), onde predominam respostas enfatizando somente a tecnologia. E nos sentidos já referidos, como informar, despertar o interesse, divulgar práticas, experiências de produção, etc.

Mas uma resposta coloca essa questão em outra dimensão. Como diz Wilson Schmitt: "Por estar comprometido com seus anunciantes, as multinacionais de insumos agrícolas, o jornalismo agropecuário vê o meio rural como um mercado consumidor que deve se modernizar a qualquer custo. Para isso, veicula tecnologias de ponta de forma descompromissada com a situação social dos leitores/ouvintes/telespectadores. (...). Desta forma, o jornalismo agropecuário contribui para alienar a sociedade sobre os verdadeiros problemas que ocorrem no campo, nivelando por cima a questão tecnológica e acentuando a diferença entre aqueles que fazem porque podem fazer e aqueles

que não fazem porque não podem fazer". Ser do próprio mercado, que v. Ao mesmo tempo, porém, esta veiculação de tecnologia ocorre dentro de uma situação onde o mercado assume papel fundamental. Vejamos, assim, a relação entre o mercado e informações tecnológicas/econômicas, analisando-se algumas respostas, e após particularizando o caso da imprensa de cooperativas nesta conjuntura. transmissão/compreensão da tecnologia".

6.1.1.4 MERCADO E INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS/ECONÔMICAS

Pela análise das respostas da questão "Que importância/significado o senhor dá ao mercado para a adoção ou rejeição de tecnologia pelo produtor? (Existe uma correlação entre os preços dos produtos finais e insumos e a adoção ou rejeição de tecnologia?) (anexo II, 317-326), observa-se que existe estreita correlação entre adoção/rejeição de tecnologia e o mercado. "O mercado é mais Como dizem, por exemplo, Amando Dalla Rosa: "Mercado: é a mola propulsora ou a que retrai a adoção ou rejeição de tecnologia pelo produtor. Afinal, o que sobrou, no processo produtivo e que determina o comportamento"; Carlos Jost: "O mercado define a necessária velocidade de produção, sendo portanto indutor principal na adoção de tecnologias"; Osvaldo Rockenback: "O mercado é o determinador número 1 do processo de adoção ou rejeição de uma tecnologia". As respostas neste sentido são as que predominam." (anexo II, 346-355).

Na questão "No seu entendimento, qual a etapa da produção agropecuária é mais problemática (por hierarquia): a) produção de tecnologia, b) transmissão/compreensão desta tecnologia, c) adoção desta tecnologia, d) mercado que compense o emprego desta tecnologia pelo produtor. Explique". (anexo II, 285-297) as respostas enfatizam a adoção de tecnologia e o mercado.

Como dizem, por exemplo, Celívio Holz: "A adoção da tecnologia é a etapa mais problemática. Para que ela aconteça, o produtor deverá estar receptivo, isto é, ter mercado para consumi-la e condições de aplicá-la"; Paulo Tagliari: "(...) o processo de adoção da tecnologia e mercado são pontos

fundamentais, (...) a adoção vai depender do próprio mercado, que viabilize financeiramente a adoção e comercialização da técnica (...)" ; Wilson Schmitt: "Na economia capitalista é o mercado que direciona os investimentos e as decisões das classes produtoras. (...). A adoção vai depender mais do mercado e da relação custo/benefício do que dos próprios fatores relacionados com "a transmissão/compreensão da tecnologia".

Observa-se o papel determinante do mercado no emprego de tecnologia. Por outro lado, o mercado/fatores econômicos são indicados por alguns técnicos como "os mais importantes na adoção/rejeição de tecnologia em questão que não faz essa relação. Isso observa-se em algumas respostas da questão "Que importância/significado o senhor dá à cultura (instrução formal, costumes, tradições, religião, etnia) para a adoção ou rejeição de tecnologia pelo produtor? Explique".

Como dizem, por exemplo, Ana Trindade: "O mercado é mais importante"; Geraldo De Melo Filho: "O mais importante é o fator econômico, mas em alguns casos pode haver problemas de ordem cultural"; Urbano De Abreu: "Importantes, porém não determinantes. Pois o principal fator de aceitação ou rejeição de tecnologia é o econômico".⁹

Analiseemos, ainda, as respostas da questão "Que peso (importância) o senhor dá à informação técnica e econômica transmitida pelos meios de comunicação dentro do complexo agropecuário (produção-mercado)?" (anexo II, 346-355).

As respostas desta questão apontam para uma diversidade de situações. Como dizem, por exemplo, Amando Dalla Rosa: "Ambas necessitam andar juntas, pois a viabilização econômica do produtor impulsiona a melhoria das condições sociais da família e da comunidade"; Caio De Moura: "Fundamental. Através destas informações o produtor toma decisões ou no mínimo ele irá solicitar maiores informações na cooperativa, que irá subsidiá-lo para a tomada de decisão".

Celívio Holz: "(...) as informações técnicas e econômicas (...) são consideradas a base para que o agricultor possa decidir o que fazer. (...) O agricultor pode receber a

informação, querer introduzi-la na sua propriedade, mas não poder aplicá-la por falta de condições. O agricultor quer mas não pode. Neste caso, de nada adianta receber a informação se ela não completa o ciclo"; Dilso Scarabelot: "Sempre após saber de alguma nova técnica ou prática a palavra final é (do técnico - HAS)".

Dorremi Oliveira: "Num país continental e tão diferenciado geográfico e socialmente como o nosso, tal informação assume uma importância quase extrema, isto porque ela tem a propriedade de se antecipar, em muitos casos, à chegada do técnico"; João Canuto: "Em relação à transmissão pela mídia pode-se dizer que é: 1) bastante instrumental/manipulador, 2) não permite adoção efetiva mas apenas o seu primeiro passo, que é o interesse ou motivação inicial, 3) é mais efetiva como "formação ideológica" para o modelo agrícola vigente".

João Gomes: "É importante, mas não é tudo. É preciso também trabalhar pelo lado da conscientização de aspectos sociais, ecológicos, ambientais, etc. O aspecto econômico e de mercado, não raras vezes, é visado no sentido de preservar espaços e interesses que não estão na agricultura (financeiro, industrial, comércio, etc.)"; José Veloso: "A importância da informação técnica e econômica (...) só é válida quando direcionada para um público selecionado".

Roberto Coletti: "(...) é muito importante, porque serve como balizador das atividades agropecuárias, dando ao produtor condições de aumentar ou diminuir determinadas atividades, baseado nas informações obtidas"; Urbano De Abreu: "Muito grande, pois serve de estimulador no processo de desenvolvimento agrícola".

Wilson Schmitt: "(...) os meios de comunicação devem procurar democratizar o conhecimento, até os de ordem técnica ou econômica (...). (...) devem ser utilizados como veículos de discussão de problemas de interesse coletivo, despertando a atenção e estimulando a consciência para soluções solidárias".

Pelo conjunto das respostas se nota que o mercado é determinante no emprego (adoção) de tecnologia. Dinamizando

esse emprego, o mercado dinamiza a informação tecnológica. Ao mesmo tempo, o mercado dinamiza também a informação econômica. Como visto, a imprensa de cooperativas surge na década de 1970, no período de altos preços para a soja. Naquela circunstância, o mercado era extremamente favorável para o produto.

Estimulada pelo mercado, a produção de soja intensifica também a necessidade de informações. O mesmo ocorre com o trigo, estimulado pelo Estado, e outras produções que o cooperativismo procura desenvolver para diversificar a produção. Isso condiciona uma "produção" de informações, de tecnologia, custos, crédito, preços, etc., que forma a direção política-tecnológica/econômica da imprensa de cooperativas.

Uma direção que tem como objeto as produções agrícolas e cujo conjunto de informações relaciona-se diretamente com o desenvolvimento dessas produções. É uma direção porque suas informações são selecionadas e valorizadas no sentido de influir nessas produções do setor cooperativo. O mercado será determinante no desenvolvimento dessas produções e decidirá suas importâncias.

Ao mesmo tempo, porém, outras determinações ocorrem no setor cooperativo e que vão determinar as informações tecnológicas/econômicas.

6.1.1.5 FORÇAS PRODUTIVAS E INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS/ECONÔMICAS

O mercado é uma força estimuladora para a produção agrícola. Estimulando a produção, o mercado estimula a intensificação do emprego de forças produtivas para essa produção. O Estado também torna-se um agente estimulador dessa produção, mesmo que em alguns períodos com mais intensidade do que em outros. Por forças produtivas compreende-se os meios de produção e a força de trabalho. Conforme Marx (1976:105),

"Ao adquirir novas forças produtivas, os homens trocam de modo de produção e ao trocar de modo de produção, a maneira de ganhar a vida, trocam todas

fundamental as suas relações sociais. O moinho movido a braços, dá-nos a sociedade dos senhores feudais; o moinho de vapor, a sociedade dos capitalistas industriais. Os homens, ao estabelecer as relações sociais de acordo com o desenvolvimento de sua produção material, criam também, os princípios, as idéias e as categorias, conformidade com suas relações sociais".

E, segundo Marx (1978:129-130),

"(...) na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência".

No capitalismo as forças produtivas são direcionadas para a produção de mercadorias. Na agricultura a terra constitui-se como força produtiva e objeto de trabalho porque é o meio de produção onde são aplicadas outras forças produtivas para a geração de mercadorias, como a força de trabalho e tecnologia. Em certos períodos da modernização o crédito estatal torna-se também uma força produtiva significativa, já que é um capital subsidiado e, portanto, estimulante, para a produção.

O Estado, por outro lado, estimula a produção por outras políticas agrícolas (como, por exemplo, a compra estatal do trigo, assegurando mercado para esta produção, como ocorreu de 1962 a 1990 e a fixação de preços mínimos). Na agricultura, o emprego de forças produtivas decorre por uma combinação de estímulos do mercado e políticas estatais. Conforme o Dicionário do Pensamento Marxista (1988:157),

"As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas".

Como a de João Gomes: "É importante, mas não é tudo. É preciso também que as relações de produção sejam apropriadas e nessa apropriação são constituídas relações sociais de produção, relações entre homens. A relação social de produção

fundamental é a propriedade; na agricultura, a propriedade da terra. Com esse meio de produção apropriado, outras forças produtivas são aí aplicadas para a produção de mercadorias, como a força de trabalho e a tecnologia.

A modernização da agricultura modifica a base tecnológica da produção agrícola e estrutura relações de trabalho. Pela intensificação das relações sociais de produção capitalistas, é desenvolvida a mercantilização da força de trabalho, como força produtiva. Constituem-se também diversas formas de relações de trabalho, sendo o assalariamento a forma típica, "pura", dessas relações. A dinamização das forças produtivas significa expansão do capital e isso representa expansão de áreas de terra, aplicação de tecnologia e uso de força de trabalho.

A informação tecnológica/econômica do jornalismo de cooperativas, ou conhecimentos de produção, é produzida nesta dinamização das forças produtivas, período da modernização da agricultura. Essa informação se torna resultante da dinamização das forças produtivas. Ao mesmo tempo, é produzida no sentido desse desenvolvimento. O conhecimento do mercado, por exemplo, é condicionado para as produções do setor cooperativo. O mesmo ocorre com conhecimentos de tecnologia e seus custos.

Se as forças produtivas são direcionadas para a produção de mercadorias, a informação tecnológica/econômica também assume esta direção. É uma informação funcional a essa produção e por isso sua importância neste jornalismo. Respostas referidas enfatizam essa importância e é o que predomina. Outras respostas, porém, colocam ressalvas, como a de Celívio Holz: "O que agricultor pode receber a informação, querer introduzi-la na sua propriedade, mas não poder aplicá-la por falta de condições. O agricultor quer mas não pode".

Como a de João Gomes: "É importante, mas não é tudo. É preciso também trabalhar pelo lado da conscientização de aspectos sociais, ecológicos, ambientais, etc". Ou a de Wilson Schmitt, referindo-se ao jornalismo agrícola e sua relação com

a tecnologia e relações sociais de produção: "(...) o jornalismo agropecuário contribui para alienar a sociedade sobre os verdadeiros problemas que ocorrem no campo, nivelando por cima a questão tecnológica e acentuando a diferença entre aqueles que fazem porque podem fazer e aqueles que não fazem porque não podem fazer".

Mas a valorização dos conteúdos da informação tecnológica/econômica no sentido da produção não pode fugir à regra de que "os princípios, as idéias e as categorias", conforme citação referida, também estão em funcionalidade com as relações sociais estabelecidas.

Pode-se dizer, assim, que a informação tecnológica/econômica expressa uma ideologia "de conformidade" com as relações sociais de produção estabelecidas e predominantes, como ocorre na modernização da agricultura. Essa informação da imprensa de cooperativas é "enquadrada" dentro dos limites definidos pela direção política-tecnológica/econômica do cooperativismo empresarial.

Valorizam-se e selecionam-se os conteúdos relacionados com a produção agrícola, deslocando-se aspectos sociais da modernização. Mas o jornalismo de cooperativas, como qualquer tipo de jornalismo, é resultado de interesses políticos. Sua atuação na etapa de "conhecer" é determinada para a divulgação de conhecimentos dentro de um entendimento político que afirma a difusão de tecnologias como objetivo predominante.

Se a imprensa de cooperativas, nesta direção, atua predominantemente no sentido difusionista, é uma condição dada pelo próprio cooperativismo empresarial, onde predominam os técnicos como fontes. E isso significa um jornalismo eficiente na produção de conhecimentos para a produção agrícola, mas, ao mesmo tempo, sem conexões com a totalidade dessa produção. Desta forma, o "conhecer" dessa imprensa fica restrito a um conhecimento dominante, hegemônico - o conhecimento que procura desenvolver a produção de mercadorias dentro do setor cooperativo.

do jornalismo enunciadas por Otto Groth: atualidade, universalidade, periodicidade, difusão, Bueno (1988).

6.1.2 JORNALISMO DE COOPERATIVAS COMO JORNALISMO CIENTÍFICO

Sistematizando as funções do jornalismo científico, Bueno (1988:27) coloca que,

"Em linhas gerais, admite-se que o jornalismo científico cumpre seis funções básicas: 1) informativa; 2) educativa; 3) social; 4) cultural; 5) econômica e 6) político-ideológica".

Segundo o autor, a função informativa "está implícita na própria conceituação do jornalismo científico: divulgação de fatos e informações de natureza científica e tecnológica (...). É possível também imaginar-se um processo de feed-back aplicado ao jornalismo científico (na função educativa - HAS). (...) A realimentação não se faz através de um contato direto, individual, (...), mas via um processo que prestigia a consciência coletiva. O profissional integrado ao seu meio compartilha desta consciência e nutre-se dela para o exercício de sua atividade".

Para o autor, a "função social (...) manifesta-se pela preocupação em situar a informação científica e tecnológica num contexto mais amplo. Está associada ao processo de humanização da ciência e responde pela intermediação entre a ciência (e o cientista) e a sociedade".

Conforme o autor, "o jornalismo científico (na função cultural - HAS) deve trabalhar em prol da preservação e valorização da cultura nacional (...). A função econômica (...) diz respeito à relação entre o desenvolvimento da ciência (e sua divulgação) e o setor produtivo. As cinco funções (...) convergem para a análise da função político-ideológica. Os compromissos político-ideológicos da ciência e da tecnologia devem estar presentes na consciência do jornalismo científico, evitando que ele funcione como mero reprodutor". (grifos do autor)

O jornalismo científico apropria-se das características do jornalismo enunciadas por Otto Groth: atualidade, universalidade, periodicidade, difusão, Bueno (1988).

Portanto, o jornalismo científico é, antes de tudo, jornalismo. O jornalismo desenvolvido pela imprensa de cooperativas, particularmente em sua direção política-tecnológica/econômica, pode ser considerado um jornalismo científico.

Essa direção tem como objetivo o desenvolvimento da produção agrícola e isso implica em informações tecnológicas/econômicas, ou conhecimentos de produção, a ela remetidos. Neste sentido, o jornalismo das cooperativas é eficiente. Essa eficiência é da lógica dessa direção que ocorre no sentido do desenvolvimento das forças produtivas.

No entanto, o mesmo não ocorre em relação a conhecimentos sobre a dinâmica dessas forças produtivas, o que implicaria em conhecimentos sobre a totalidade da sociedade capitalista, onde a geração e circulação de mercadorias, baseada em relações sociais de produção, com a diversidade de suas categorias, assumem papel fundamental. Neste sentido, o jornalismo de cooperativas diz muito pouco.

Suas reportagens, quando feitas e que relacionam aspectos sociais da agricultura, não expressam a dinâmica das forças produtivas - o que significaria relacionar os agentes condicionantes da expansão e consolidação do capitalismo na agricultura.

Por que isso é assim? Certamente pelo papel que assume o cooperativismo empresarial na modernização da agricultura. Como visto no capítulo 1 esse cooperativismo desenvolve a modernização agrícola articulado com o Estado. Seu objetivo é a dinamização da produção agrícola e isso significa implementar, organizar, gerir, as forças produtivas para a produção de mercadorias.

A ideologia dessa produção, evidentemente, é a expansão do capital na agricultura, e isso significa predomínio ideológico, legitimando essa expansão, deslocando, colocando em segundo plano, questões políticas-estruturais, como a questão agrária. Essa é uma questão política-estrutural, mas também é uma questão que diz respeito ao processo do conhecimento.

Neste sentido, para que seja diminuído o seu grau de ideologização e para que seja mais efetiva a sua prática, devemos, pelo menos, reivindicar a sua democratização. Outros conhecimentos, tecnológicos, econômicos, passam também por essa democratização. Uma resposta de Wilson Schmitt (anexo II, 239) referindo-se à importância de meios de comunicação dirigidos a produtores rurais é pertinente neste sentido,

"Os meios de comunicação de massa dirigidos a produtores rurais são importantes desde que utilizados para democratizar o conhecimento, servindo de apoio para discussão das diferentes realidades e para divulgação de informações que possam contribuir para a solução dos problemas desse segmento da população. Esta seria uma solução ideal que não corresponde à realidade brasileira. Nossos "mass media" dirigidos ao meio rural, na maioria das vezes, difundem informações "modernizantes" e de cunho elitista, tangenciando aquilo que poderia ser relevante e de interesse das pequenas propriedades rurais, que absorvem a grande massa dos produtores rurais".

A democratização do conhecimento que pode ser divulgado pela imprensa de cooperativas, por outro lado, está relacionada às suas fontes. Mas, como visto, essa imprensa é feita pelo e para o setor cooperativo. Suas publicações são restritas a esse setor. Quais são suas fontes? Como se observa nos casos analisados suas principais fontes são técnicos, produtores, grupos dirigentes e outros setores ligados à agricultura.

O mesmo ocorre nas respostas de jornalistas da questão "Descreva o que devem ser as principais fontes no jornalismo agropecuário" (anexo I, 167-175), onde predominam produtores, técnicos/pesquisadores, setores do cooperativismo, setores do governo, sindicatos, enfim, fontes ligadas à agricultura. Mas alguns indicam também outras fontes e o jornalista Nivaldo Manzano, por exemplo, coloca,

"Fontes? Todas as possíveis".

O jornalista Rolf Kuntz diz, em relação à sociedade. No

entanto, "Não me restrinjo a dados referentes apenas à agropecuária. Acompanho a política econômica e a evolução geral da economia e procuro ver de que maneira os fatos se refletem na atividade rural".

Onde estaria a diferença entre a maioria das respostas e estas citadas? Por certo na ampliação de indicações de fontes, de informações. Restringindo as fontes às relacionadas com a agricultura, a imprensa de cooperativas cria um círculo de informações também relacionadas apenas à agricultura, produzindo nesta prática um jornalismo não relacionado ao setor urbano-industrial.

Ao mesmo tempo, como se observa na questão, respondida por jornalistas, "Quais são os principais problemas no cotidiano do jornalismo de agropecuária?" (anexo I, 175-184), algumas respostas indicam as fontes. André Pereira, do setor cooperativo do RS, por exemplo, diz: "A falta de fontes qualificadas. Conta-se nos dedos os técnicos com conhecimento profundo do assunto que deveriam dominar e mesmo dirigentes de cooperativas ou empresas rurais estão longe de mostrarem preparo adequado a função. Os estudiosos, excetuando os que trabalham em órgão específicos de pesquisa prática (como a Embrapa, de Passo Fundo ou Fundacep, de Cruz Alta), também são raros no meio rural".

Eloy Setti, do setor cooperativo do Paraná, coloca: "(...) a falta de fontes fidedignas, a falta de sensibilidade dos dirigentes do setor (...)".¹⁰

A resposta do jornalista Rolf Kuntz refere-se à economia e a abrangência de fontes tende assegurar qualidade na informação. Mas qualquer informação do jornalismo requer universalidade de fontes e no jornalismo de cooperativas essa universalidade significaria conectar fatos do setor cooperativo com o setor urbano-industrial, porque os dois setores interagem, pela produção de mercadorias, política, econômica e socialmente.

O que ocorre, porém, é a produção de informações com dimensões particulares e universais do setor cooperativo, mas não particulares e universais em relação à sociedade. No

entanto, fatores econômicos, como o Mercosul, agroindustrialização, etc., devem produzir novas diretrizes para esse jornalismo, ampliando sua base de informações.¹¹

As fontes têm muito a ver com o fato dessa imprensa restringir suas informações ao setor cooperativo. Os agricultores são fontes de seu jornalismo. Mas, predominantemente em matérias técnicas. São fontes para reportagens de situações reais, concretas, de produção. Reportagens de realidades práticas, técnicas. Também são fontes para matérias jornalísticas sócio-políticas, mas como essas matérias não predominam, são, basicamente, fontes para reportagens de conteúdos técnicos/econômicos.

Outras fontes, como grupos dirigentes e setores ligados à agricultura também têm o mesmo sentido. Principalmente os técnicos, como veremos adiante. Resumindo suas fontes às ligadas ao setor cooperativo, e mesmo outras ligadas à agricultura, essa imprensa produz uma informação particular, especializada, restrita a esse setor. Mas essa informação deve ter universalidade em relação à sociedade e não apenas ao setor cooperativo.

Não buscando essa universalidade a imprensa de cooperativas reforça uma compreensão, um conhecimento, dual da sociedade, separando o "rural" do "urbano" ou a agricultura do setor urbano-industrial. E isso ocorre quando não expõe as conexões causais entre a produção de mercadorias no setor cooperativo, seus resultados e conseqüências, e o setor urbano-industrial.

Esta universalidade deve compreender as conexões entre modos de produção da agricultura e o setor urbano-industrial, com a diversidade de desdobramentos dessas conexões. Isso significaria, assim, ter presente no material jornalístico as relações entre as partes da sociedade, incluindo, de fato, a agricultura, com suas dimensões, política, econômica e social, na totalidade da sociedade. Se o jornalismo dessa imprensa apresentasse esses conteúdos em suas reportagens, avançaria, em qualidade.

A diversidade de fontes é fundamental para este processo.

Medina (1988:146-147) alinhando "alguns traços fundamentais para o perfil de um produtor de informação na democracia" coloca, entre outros,

"(...) um sólido compromisso ético com o Direito Social à Informação. (...). Armar a pauta de uma rica busca de fontes de informação. Neste sentido, é preciso mover guerra contra as rotinas, contra os comportamentos viciados, contra o monólogo do poder manifesto nas fontes consagradas pela empresa. (...). Capacidade interpretativa do fato social nas suas múltiplas forças".

Seguindo, a autora coloca a necessidade de "acúmulo de informações", ou seja, conhecimento. E se conhecimento é necessário para qualquer jornalista, no jornalismo de cooperativas é preciso um conhecimento específico e ao mesmo tempo amplo, pois trata-se de um jornalismo que tem como direção a produção de mercadorias, e isso implica em conhecimentos sobre a dinâmica do desenvolvimento capitalista em sua totalidade.

6.1.2.1 OS TÉCNICOS COMO FONTES DESTE JORNALISMO

Os técnicos, por deterem o conhecimento de tecnologia para a agricultura, possuem um espaço próprio neste jornalismo. Como profissionais-intelectuais especializados podem ser enquadrados sociologicamente no tipo de dominação legal. Como explica Weber (1979:128-129),

"Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer (...). O tipo daquele que ordena é o "superior", cujo direito de mando está legitimado por uma regra estatuída, no âmbito de uma competência concreta, cuja delimitação e especialização se baseiam na utilidade objetiva e nas exigências profissionais estipuladas para a atividade do funcionário. O tipo de funcionário é aquele de formação profissional (...). Sua administração é trabalho profissional em virtude do dever objetivo do cargo". (grifos do autor)

Os técnicos possuem competência legal para dirigir, assessorar, pesquisar, difundir, a tecnologia de interesse do setor cooperativo, pela formação científica em agropecuária e pelos cargos assumidos. O interesse que manifestam é implementar as políticas do cooperativismo para a área técnica. Para isso, procuram produzir ascendência e ao mesmo tempo aceitação no conjunto dos associados, a maioria pequenos produtores.

A dominação legal tem como substrato regras legais, de competência técnica, e deve ser reproduzida no sentido de sua legitimação. Os produtores, como coordenadores das operações agrícolas, possuem autonomia, mesmo que relativa, nessa coordenação, e também conhecimentos de produção. Essa autonomia deve ser relativizada pela própria dinâmica da produção agrícola no setor cooperativo que, seja por crédito estatal, seja por linhas de produção das cooperativas segundo mercados, condiciona determinadas produções e conseqüentes procedimentos técnicos.

Mesmo assim, espaços de atuação própria dos produtores existem e isso implica em decisões relacionadas com a produção. Os técnicos, como fontes, têm uma posição decisiva no desenvolvimento deste jornalismo pela importância que assumem no desenvolvimento da produção agrícola dentro do setor cooperativo. E, como observa-se num jornal desta imprensa, algumas cooperativas estão agregando técnicos nos Departamentos de Comunicação e Educação,¹² ampliando o espaço de atuação desses profissionais-intelectuais.

A atividade dos técnicos é baseada em métodos difusionistas, e isso pode ser observado em respostas já referidas. Mas vejamos algumas respostas da questão "No seu entendimento, o que significa "educação" e "comunicação" na extensão rural?" (anexo II, 337-346).

Como dizem, por exemplo, Ana Trindade: "Não acho que extensão rural "é" comunicação. A extensão rural tem se apoiado fortemente na comunicação mas pode ser feita também de outras formas (inclusive as coercitivas, tipo fomento, crédito rural, etc.)"; Antonio Cadorin: "Educação: na extensão rural é

o ato de levar informações ou técnicas ao produtor, visando uma mudança de comportamentos e atitudes, tendo como objetivo principal o incremento da produção primária (...). Comunicação são os meios e a metodologia empregada para se atingir o produtor (público alvo)" (...).

Carlos Jost: "Comunicação é a divulgação do dia-a-dia. Educação é levar subsídios ao produtor para que ele tenha a capacidade de estudo dos problemas que enfrenta no dia-a-dia, e conseguir planejar o seu futuro"; Celívio Holz: "Se considerarmos a comunicação como um processo educativo, a comunicação e educação são uma coisa só. Diria que a comunicação na extensão rural é um processo educativo informal".

Cláudio De Miranda: "(...) entendo que comunicação em extensão rural deva ser um processo dialógico no qual o homem que vive e/ou trabalha na terra em conjunto com o extensionista busque desvelar a realidade a qual estão inseridos e que a partir da práxis de cada um atuem no sentido de transformá-la"; Elói Frazzon: "Educação seria a transferência de conhecimentos ao produtor, propiciando uma melhoria do nível de vida através de melhor renda. Comunicação seria o ato de levar mensagens visando a adoção de novas tecnologias pelo produtor".

Gerson Trenhago: "Educação: fazer com que o produtor consiga absorver o conhecimento final de determinada tecnologia. Comunicação: papel informativo, por exemplo, como está se comportando o clima, mercado de cereais e carnes, etc."; Humberto Duarte: "Educação é a forma de se introduzir técnica ao produtor rural e a comunicação seria a metodologia do processo educativo".

João Canuto: "Educação e comunicação podem ser entendidos num plano geral como sinónimos. (...) Agora, na prática da extensão o objetivo não é o agricultor mas a produção. Daí, já se pode entender que a técnica (saber) não é foco de problematização/construção do saber, mas instrumento para um sistema que requer crescente volume de mercadorias".

Wilson Schmitt: "Para a extensão rural, conceitua-se

comunicação enquanto processo e enquanto produto. Enquanto processo, a comunicação aparece como viabilizadora de toda a dinâmica social, permitindo que os homens interajam e se relacionem entre si, buscando interpretar e modificar o mundo em que vivem. É nesta prática comunicativa que extensionistas e produtores identificam os problemas da realidade rural e buscam juntos alternativas para sua solução. Os meios de comunicação são os instrumentos que possibilitam a realização desta prática educativa - aí é que identificamos a comunicação enquanto produto, preocupada com a informação e a produção de peças físicas".

Nota-se que as respostas são diversas. Alguns ligam educação com difusão de tecnologias e outras informações. Outros colocam a comunicação como um processo, dialógico, educativo, e também enquanto produto. Conforme Freire (1977:69),

"A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados".

Pode-se supor que na relação técnicos - produtores rurais exista um esforço na busca da "significação dos significados" fundamentado em técnicas da extensão rural e em intenções dos técnicos. Principalmente no caso dos pequenos produtores, classe social que por maioria e situação estrutural torna-se público-alvo para o desenvolvimento da produção agrícola. O que deve ser posto em questão, porém, ao lado da difusão de tecnologias, é justamente essa questão estrutural. Ou como diz Freire (1977:86),

"Não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda a estrutura em que se darão estas técnicas".

E após, Freire (1977:89) coloca,

"A assistência técnica, na qual se pratica a capacitação, para ser verdadeira, só pode realizar-se na praxis. Na ação e na reflexão. Na

Pela compreensão crítica das implicações da própria técnica".

Embora assistência técnica, dentro da extensão rural, seja compreendida como um processo de atendimento e acompanhamento direto do profissional de ciências agrárias ao estabelecimento, pode-se dizer que a difusão de tecnologias pela imprensa de cooperativas deve também se posicionar criticamente em relação às "implicações da própria técnica". Para isso, o papel dos técnicos é fundamental.

Como profissionais-intelectuais os técnicos procuram difundir tecnologias de interesse da agricultura do setor cooperativo. Descreveu-se nos casos analisados o papel dos técnicos. E como diz o jornalista Hermínio Recco, do jornal Cocamar, do setor cooperativo do Paraná, referindo-se à participação dos técnicos nesse jornal (anexo I, 16),

"A cooperativa é dividida em diferentes áreas, por ser extremamente diversificada; daí, os técnicos de cada área, por iniciativa própria ou solicitado, fornecem sugestões para a pauta; nas reportagens há sempre o acompanhamento de um técnico para o assunto específico; e, no fechamento do jornal, temos a supervisão de técnicos nas matérias pertinentes".

No jornalismo do cooperativismo de produção os técnicos participam como fontes de matérias, escrevem artigos, sugerem pautas. Portanto, esses profissionais-intelectuais atuam diretamente no desenvolvimento desse jornalismo em sua direção política-tecnológica/econômica. Isso possibilita a esse jornalismo uma situação privilegiada como difusor de tecnologias.

Os técnicos do setor cooperativo atuam junto ao quadro social, outros técnicos, de centros de pesquisas e extensão rural, e que também são fontes, também interagem com os produtores. É possível o processo de feed-back pela comunicação interpessoal e isso favorece a implementação de tecnologias (como também a função educativa desse jornalismo, já que sendo possível o contato direto técnico - produtor criam-se condições mais reais de interação).

Pela presença dos técnicos a imprensa de cooperativas tem condições de produzir um jornalismo não apenas científico, relacionado à produção agrícola, mas sobretudo com conteúdos técnicos/econômicos atuais, localizados, qualificando a sua relevância situacional. Com esses conteúdos, esse jornalismo manifesta sua direção política-tecnológica/econômica, uma direção no sentido da modernização da agricultura, baseada fundamentalmente no emprego de tecnologia. Aqui está presente uma determinada ideologia, e como coloca Thiollent (1984:47) referindo-se à ideologia da modernização,

"Trata-se de uma representação do mundo rural sem classes. O único "conflito" reconhecido é uma oposição do tipo moderno versus tradicional que, aos poucos, pode ser superada pela difusão do modernismo por intermédio de diferentes canais de comunicação". (grifos do autor)

Essa ideologia da modernização, baseada na difusão de tecnologias, e no caso da imprensa de cooperativas, uma direção, fundamenta o desenvolvimento dos veículos. A & C, por exemplo, surge relacionada à difusão de tecnologias, como se nota em seu primeiro editorial. O Interior produz a informação técnica/econômica no sentido da modernização agrícola. O Cotrijornal divulga a tecnologia para a expansão da produção do quadro social da cooperativa.

Ao mesmo tempo, os mesmos veículos também procuram mostrar, mesmo que em alguns momentos, de forma não predominante, consequências sociais e ambientais da modernização pelo emprego de tecnologias modernas. Situações de contradições geradas pelo processo de modernização são pautas de reportagens, embora controladas, dentro de limites estabelecidos pela política do cooperativismo empresarial.

Isso significa que se a ideologia da modernização predomina no cooperativismo empresarial e é reproduzida, hegemonicamente, pelos veículos, as contradições geradas por essa modernização também são captadas e, de alguma forma, divulgadas. E aqui cabe citar Lage (1979:112) quando diz,

por classes diferenciadas de produtores rurais.

"Os jornais, em suma, não têm saída: são veículos de ideologias práticas, mesquinhas. Mas têm saída: há neles indícios da realidade e rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém insubmissa".

A imprensa de cooperativas mostra esta condição do jornalismo impresso. Uma condição dada pelos sujeitos que a desenvolvem, entre esses, jornalistas e técnicos. Os primeiros são profissionais do jornalismo que encontram, nos técnicos, fontes para matérias técnicas/econômicas. E, pelo papel de predominância e direção que assumem na política tecnológica do cooperativismo empresarial, fontes determinantes para esse jornalismo, enquadrando-se, neste sentido, no sistema hegemônico aí desenvolvido.

Nos técnicos está centrada a difusão de tecnologias por esta imprensa. Pela concepção de tecnologia que tem cada profissional dependem os conteúdos divulgados. Nisso tudo há uma predominância maior, do próprio cooperativismo empresarial, mas ao mesmo tempo também existem concepções individuais.

A tecnologia não pode ser pensada e divulgada sem relacionar-se com as relações sociais de produção existentes na agricultura. A grandeza da tecnologia não deve ser diminuída confrontando-se com os destinos dos homens a quem ela substitui ou desvaloriza como força de trabalho.

E aqui deve-se citar a função político-ideológica do jornalismo científico. Amalgamando as funções descritas em citação referida, essa função lembra que "os compromissos político-ideológicos da ciência e da tecnologia devem estar presentes na consciência do jornalismo científico, evitando que ele funcione como mero reproduzidor".

Nesta "consciência" do jornalismo de cooperativas, em sua direção política-tecnológica/econômica, atuam os técnicos. E será por eles que as tecnologias divulgadas assumirão determinados conteúdos. Daí a importância dos técnicos neste jornalismo, como também a responsabilidade como sujeitos que direcionam tecnologias dentro de um quadro estrutural formado por classes diferenciadas de produtores rurais.

NOTAS

- 1) A definição continua: "As inovações tecnológicas determinam, quase sempre, uma elevação nos índices de produção e um aumento da produtividade do trabalho. Embora o uso de conhecimentos tecnológicos na produção pressuponha uma adequação da mão-de-obra nela empregada (escolaridade, treinamento, experiência), não há uma relação direta entre as técnicas utilizadas pela sociedade e o conhecimento global dela por parte da força de trabalho. Além disso, o emprego de novas máquinas, de novas ferramentas, de novos métodos de organização e racionalização do trabalho nem sempre representa vantagens para o processo produtivo. Chega a ser antieconômico ou desvantajoso socialmente quando há grande oferta de mão-de-obra barata e de baixo nível de instrução". Técnica é definida como "Conjunto de processos mecânicos e intelectuais pelos quais os homens atuam na produção. Seu desenvolvimento constitui um índice de domínio do homem sobre a Natureza e se manifesta por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos, dos objetos de trabalho e do próprio trabalhador: ferramentas, máquinas, matérias-primas, métodos de observação, controle e processos de interação entre o homem e o objeto de seu trabalho, manual ou intelectual". Sobre tecnologia Kneller (1980:245) coloca: "A palavra "tecnologia" deriva do substantivo grego techné, que significa arte ou habilidade. Esta derivação diz-nos que a tecnologia é essencialmente uma atividade prática, a qual consiste mais em alterar do que em compreender o mundo. Onde a Ciência persegue a verdade, a tecnologia prega a eficiência. Enquanto a Ciência procura formular as leis a que a natureza obedece, a tecnologia utiliza essas formulações para criar implementos e aparelhos que façam a natureza obedecer ao homem". Bunge (1989:31) usando o termo técnica diz: "A diferença entre Ciência (básica ou aplicada) e técnica resume-se nisso: enquanto a primeira se propõe a descobrir leis que possam explicar a realidade em sua totalidade, a segunda se propõe a controlar determinados setores da realidade, com ajuda de todos os tipos de conhecimento, especialmente os científicos. Tanto uma quanto outra partem de problemas, só que os problemas científicos são puramente cognoscitivos, enquanto que os técnicos são práticos". O Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1975) define técnica como: "1. A parte material ou o conjunto de processos de uma arte: técnica operatória; técnica jurídica. 2. Maneira, jeito ou habilidade especial de executar ou fazer algo (...). 3. Prática" (...). E tecnologia como: "1. Conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade: tecnologia mecânica. 2. Explicação dos termos concernentes às artes e ofícios. 3. O vocabulário peculiar de uma ciência, arte,

indústria, etc. 4. Ciência que trata da técnica". (grifos do texto) O Dicionário de Ciências Sociais (1987) coloca: "Com referência às sociedades já industrializadas ou a caminho da industrialização, o termo designa o todo ou um setor organizado do conjunto de conhecimentos sobre: a) princípios e descobertas científicas; e b) processos industriais existentes ou antigos, fontes de poder e matérias-primas e métodos de transmissão e comunicação considerados importantes para a produção ou o aperfeiçoamento de mercadorias e serviços". FEE (1982A:51) diz: "Por técnica entende-se o processo de execução de uma atividade ou de um conjunto de atividades pertinentes à produção. A técnica pode ser entendida, pois, como o produto das descobertas científicas que, postas em prática, inovam continuamente os métodos de produção". Após usar o termo tecnologia no mesmo sentido, FEE (1982A:52) coloca: "(...) pode-se perceber que a técnica se constitui, de um lado, em expressão do progresso histórico e em fator necessário ao desenvolvimento econômico da sociedade e, de outro, pelas alterações que promove nas relações de produção, num importante instrumento de expansão do capital". O Dicionário do Pensamento Marxista (1988) diz sobre tecnologia: "Seria possível dizer que o marxismo é a teoria e a prática socialistas de sociedades especificamente tecnológicas. Ou seja, se o trabalho humano que transforma a natureza tendo em vista objetivos coletivos humanos é de importância fundamental para a concepção marxista de PRAXIS, a tecnologia é o produto: artefatos que encerram valor e têm valor de uso. (...). Marx ressalta que é a tecnologia, e não a natureza, que tem importância fundamental: "A natureza não fabrica máquinas, locomotivas, ferrovias, telégrafo elétrico, máquina de fiar automática, etc. Tais coisas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana que se exerce sobre a natureza, ou da participação humana na natureza. São órgãos do cérebro humano, criados pela mão humana: o poder do conhecimento objetificado". (grifos do texto) Gama (1985:14) em apresentação de livro sobre a história da técnica e da tecnologia e referindo-se a um texto deste livro (de Lynn White Jr. - HAS) coloca o conceito de tecnologia deste autor: "De modo amplo, podemos dizer que tecnologia é a maneira pela qual as pessoas fazem coisas (em um certo sentido existe até uma tecnologia da prece". E diz: "Desta definição decorre a afirmativa do autor de que a tecnologia não reconhece fronteiras cronológicas e geográficas. (...) Parece-me extremamente interessante, e simpático, esse conceito de technology veiculado por Lynn White Jr.. Entendê-la como "conjunto de todas as técnicas" significa abrir, a todos os povos, crédito por suas realizações e obras materiais. Mas, ampliada dessa maneira a tecnologia passa a ser sinônimo de trabalho, sem qualquer diferenciação qualitativa e histórica". Já Morais (1988:102-103) coloca: "(...) diremos técnica para mencionar o comportamento criativo do homem paleolítico,

neolítico, medieval ou mesmo moderno, que manteve fidelidade à função humanizante da tecnificação; e designaremos por tecnologia a prática mais recente da objetiva criatividade humana. (...) Parece-nos hoje muito difícil existirem cidadãos ingênuos o bastante para não perceberem que a ciência se haja transformado em uma função explorável economicamente, e que a técnica se haja feito tecnologia a partir do momento em que foi subvertida pelos interesses econômicos industriais". (grifos do texto).

- 2) No caso de jornalistas, como nota-se nas respostas da questão "Qual a importância de programas de TV/Rádio dirigidos a produtores?" (anexo I, 94-103), estas especificidades também são enfatizadas, mas alguns colocam ressalvas, como por exemplo: Antonio Heberlé: "De uma forma geral, todos os meios de comunicação e, cada um a seu modo, são importantes para o setor rural. Em cada situação ambiente, um modo específico de comunicar e uma estratégia peculiar de comunicação deve ser utilizada. Cabe ao comunicador, em contato estreito com especialistas em agricultura e pecuária, encontrar os meios e mensagens mais apropriadas. De qualquer forma, quem dita a necessidade é sempre o meio social. Para tanto, é preciso saber ler a realidade. Assim, é possível fazer comunicação é não apenas informação rural". Bernadete Agottani: "São (rádio e TV - HAS) (...) veículos com muitas virtudes e limitações, que devem complementar outros meios. Sózinhos são limitados". Carlos Arteché: "Mas o jornal, a meu ver, como pode aprofundar mais os assuntos, cumpre melhor a tarefa de extensão". Deolí Graff: "Penso que a única diferença entre os veículos impressos para a TV e rádio é que os jornais e as revistas podem ser lidos e relidos, analisados, tudo com calma (...)". Ivo Pegoraro: "(...) acho que jornais e revistas precisam interessar ao agricultor mais pelo conteúdo". João Dias: "Os programas de TV e rádio são também importantes porque atingem a massa dos produtores rurais, muito embora as informações não são examinadas na mesma profundidade dos jornais e revistas". Jorge Reti: "Mas os detalhes só em revista ou jornal". Rosane Henn: "(...) somente com a complementação da mídia impressa é que o produtor pode obter informações completas e detalhadas sobre o que viu e ouviu naqueles veículos (TV e rádio - HAS)". Virson Holderbaum: "O rádio e a TV (...) ainda carecem de maior ousadia no trato de questões sócio-políticas".
- 3) Esta função teria, basicamente, o objetivo de divulgar conhecimentos. Como os dizem Rogers e Shoemaker (1974:105-106) sobre os tipos de conhecimentos: "Até aqui, dedicamo-nos a estudar apenas um tipo de conhecimento: ter notícia da existência de uma inovação. Há dois tipos mais: o conhecimento de utilização prática e o conhecimento de princípios. Em contraste com a função de informar a existência, ambos não ocorrem somente durante a etapa de conhecer. O conhecimento de utilização prática consiste em conseguir a informação necessária para fazer bom uso da

novidade. (...) mais gerais são os conhecimentos relativos aos princípios de funcionamento em que a inovação se baseia. (...) Que papel desempenham os agentes de mudanças para divulgar os três tipos de conhecimento? Quase todos os agentes de mudanças parecem concentrar seus esforços em criar conhecimentos de informação, embora esse objetivo é mais fácil de alcançar usando canais de meios massivos (...).

- 4) Como dizem Rogers e Shoemaker (1974:111-112): "Durante o desempenho da função de decidir o indivíduo executa atividades que conduzem a escolher, adotar ou rechaçar a inovação. (...)". Conforme nota dos autores, "adotar é a decisão de usar plenamente uma inovação como rumo ótimo de ação. Rechaçar é a decisão de não usar a nova idéia". (grifos dos autores) "Na função de confirmar o indivíduo procura reforçar a decisão assumida, mas pode desistir se recebe mensagens conflituosas sobre a inovação. A função de confirmar se prolonga durante um período indefinido de tempo a partir da decisão de adotar ou rechaçar". E como resumem Rogers e Shoemaker (1974:261): "Os canais de meios massivos acusam maior importância relativa dentro da função de conhecer do processo de decisão de inovar, ao passo que os interpessoais são mais importantes na de convencer-se".
- 5) O que nos interessa aqui e enfatizamos para análise dentro dos objetivos da extensão rural é a difusão de tecnologias através de meios de comunicação. Uma análise da extensão rural no Brasil está em Fonseca (1985).
- 6) Citando outros autores, Fett (1978:28) coloca alguns motivos que explicariam o fato de meios de comunicação apresentarem pouca informação com relevância situacional: localização destes meios em grandes cidades, público agrícola pequeno, poucos esforços das agências de desenvolvimento no sentido de usar a imprensa urbana.
- 7) Como observa-se em Fett (1978) e Frohlich (1970) os jornais pesquisados são de empresas jornalísticas comerciais do RS, em época (1968) que a imprensa de cooperativas ainda não tinha surgido. Fett (1978:42) conclui que "poucos são os (jornais - HAS) que têm valor para o agricultor". Frohlich (1970:89) conclui "que há pouca informação agrícola relevante para os leitores das áreas rurais".
- 8) Conforme Costa (1982) a extensão rural conta com uma série de métodos, como contato, carta circular, dia de campo, rádio, jornal, unidade demonstrativa, reunião, demonstração de resultados, entre outros.
- 9) Nesta questão as respostas relacionam de maneira diversa os fatores citados na pergunta. Carlos Souza menciona a idade, junto com a etnia, como fatores mais importantes. Já Celívio Holz diz: "A instrução formal dá melhores condições ao produtores de discernir sobre as informações que recebe de fora. Sendo assim, existe a probabilidade do agricultor com um nível de instrução formal maior, tomar as decisões de adoção e/ou rejeição mais rapidamente do que outro produtor que não tenha instrução formal". Celso

- Dalmolin coloca: "Os produtores com menor grau de instrução são mais conservadores, tradicionais. A adoção da tecnologia nestes casos se processa lentamente".
- 12) Cláudio De Miranda enfatiza o nível escolar, cultural e o nível de relacionamento do produtor. Fenelon do Nascimento Neto diz que "para a maioria dos produtores a cultura é traduzida em dinheiro. Na atualidade, as condições de recursos do produtores é que determinam a adoção ou rejeição de tecnologia". João Canuto coloca que "não são fatores "determinantes em última instância" como é a estrutura agrária, a posse da terra e equipamentos e as relações de trabalho". Juarez Vicari diz: "Todos os fatores são importantes. Mas o que mais pesa é sua instrução formal". Léo Góti menciona a "cultura e o retorno financeiro". Renato De Assis diz: "No caso da instrução formal, na maioria dos casos, pode vir a facilitar, mas não é regra geral. Porém, costumes, tradições, religião e etnia podem vir a ser um sério impedimento se não forem considerados previamente no planejamento da difusão de tecnologia". Já Roberto Coletti coloca: "A instrução formal é fundamental para adoção ou rejeição de tecnologia pelo produtor, seguindo-se os costumes, a tradição, a etnia e a religião". Wilson Schmitt diz: "Se verificarmos as peculiaridades regionais, vemos que o RS é um estado que teve uma formação étnica e cultural bem diferente dos demais estados. A influência da emigração européia, especialmente alemã e italiana, é marcante em todos os setores de atividades".
- 10) Outras respostas podem ainda ser indicadas neste sentido. Camilo Simon, por exemplo, diz: "(...) problemas de fontes de informação, sempre foi difícil (...)"; Layne Tomé coloca: "Dependência por um círculo reduzido de profissionais que forneçam informações novas"; Rogério Antunes diz: "Principalmente as boas fontes e pessoas que detenham informações corretas sobre o setor, tanto em nível de atualidade como de credibilidade, pela isenção e pelo conhecimento da área de atuação". Outras respostas apontam para a qualidade de estatísticas, acesso a dados, custos de produção, condições de trabalho, salários, distância campo-cidade, falta de profissionais, dificuldade de acesso às fontes oficiais. E como diz Otacílio Grivot: "A manipulação da informação e a tendência de se examinar a informação no nível micro, esquecendo-se o contexto mais geral".
- 11) Em entrevista ao jornal Versão dos Jornalistas, de junho/julho de 1992, o jornalista Ayrton Kanitz, editor de O Interior, chama a linha editorial desse jornal de "menos colonial e mais universal, inclusive com colaborador na Europa". O que ocorre com essa linha editorial do jornal referido são condicionantes da economia, como a necessidade de agroindustrialização no setor cooperativo e a perspectiva do Mercosul. Isso, de alguma forma, "obriga" o jornal a deter-se em fatos que ocorrem fora do setor cooperativo. Mostra uma tendência em conectar fatos globais da economia com o setor

cooperativo. Mas essa conexão deve compreender também fatos da relação estrutural agricultura - setor urbano-industrial com sua diversidade de situações.

- 12) O espaço de atuação dos técnicos no cooperativismo empresarial tende a ampliar-se além da área técnica. Como nota-se em O Interior, de julho de 1993, algumas cooperativas filiadas à Fecotrigo estão agregando técnicos nos Departamentos de Comunicação e Educação. Como diz o jornal referindo-se a um encontro de profissionais do cooperativismo que discutiu o trabalho dos Departamentos de Comunicação e Educação: "Embora algumas cooperativas tenham reduzido seus Departamentos de Comunicação e Educação e outras alterado a forma de trabalho com a agregação de profissionais da área agrônoma (...)" . Como observa-se no texto há uma tendência em ligar o trabalho de educação e comunicação com a área técnica.

Procuramos mostrar nesta pesquisa a gênese e desenvolvimento da imprensa do cooperativismo empresarial de produção agrícola no Rio Grande do Sul. E, conforme o conteúdo exposto, entendemos que pode-se concluir o que segue.

Esta imprensa surge na década de 1970 pela ação política dos grupos dirigentes do cooperativismo empresarial e criou um jornalismo singular que, expressando direções políticas, atua no sentido da expansão da produção de mercadorias agrícolas dentro do setor cooperativo. Os veículos dessa imprensa expressam direções políticas pela própria natureza das organizações que formam o setor cooperativo, onde a política é uma determinação essencial, como percebe-se desde sua formação.

Este cooperativismo, inserido no processo de modernização da agricultura, foi formado pela articulação entre o Estado e a classe dos empresários rurais, a partir dos anos finais de década de 1950, com o objetivo de expandir a produção de trigo. Significando essa articulação uma conexão política-econômica entre a Sociedade Política e uma classe determinada da Sociedade Civil.

O Estado financia a criação de cooperativas e a produção agrícola, viabilizando a expansão econômica da classe dos empresários rurais. Frações de produtores dessa classe assumem a administração das cooperativas, tornando-se os grupos dirigentes deste cooperativismo. Como agricultores capitalistas, imprimem às organizações a racionalidade

empresarial que, combinada com uma ideologia associativa, resulta na forma do cooperativismo empresarial.

Essa forma de cooperativismo tem consigo o princípio básico do capitalismo: a acumulação. E para administrar essa acumulação os grupos dirigentes atuam politicamente. Esse cooperativismo associa classes de produtores, empresários rurais e pequenos produtores, que conduzem suas operações agrícolas e que atuam no mesmo ramo de produção - a agricultura.

CONCLUSÕES

Por essa condição, entre os produtores, embora estratificados, existem interesses comuns, já que todos procuramos mostrar nesta pesquisa a gênese e desenvolvimento da imprensa do cooperativismo empresarial de produção agrícola no Rio Grande do Sul. E, conforme o conteúdo exposto, entendemos que pode-se concluir o que segue.

Esta imprensa surge na década de 1970 pela ação política dos grupos dirigentes do cooperativismo empresarial e criou um jornalismo singular que, expressando direções políticas, atua no sentido da expansão da produção de mercadorias agrícolas dentro do setor cooperativo. Os veículos dessa imprensa expressam direções políticas pela própria natureza das organizações que formam o setor cooperativo, onde a política é uma determinação essencial, como percebe-se desde sua formação.

Este cooperativismo, inserido no processo de modernização da agricultura, foi formado pela articulação entre o Estado e a classe dos empresários rurais, a partir dos anos finais de década de 1950, com o objetivo de expandir a produção de trigo. Significando essa articulação uma conexão política-econômica entre a Sociedade Política e uma classe determinada da Sociedade Civil.

O Estado financia a criação de cooperativas e a produção agrícola, viabilizando a expansão econômica da classe dos empresários rurais. Frações de produtores dessa classe assumem a administração das cooperativas, tornando-se os grupos dirigentes deste cooperativismo. Como agricultores capitalistas, imprimem às organizações a racionalidade

empresarial que, combinada com uma ideologia associativa, resulta na forma do cooperativismo empresarial.

Essa forma de cooperativismo tem consigo o princípio básico do capitalismo: a acumulação. E para administrar essa acumulação os grupos dirigentes atuam politicamente. Esse cooperativismo associa classes de produtores, empresários rurais e pequenos produtores, que conduzem suas operações agrícolas e que atuam no mesmo ramo de produção - a agricultura.

Por essa condição, entre os produtores, embora estratificados, existem interesses comuns, já que todos produzem mercadorias agrícolas. Através dessa produção é estabelecido o elo para a associação e a base para a expansão das cooperativas. A produção de mercadorias de seus associados é fundamental para as organizações porque, como capital, somente com mercadorias será possível o processo de acumulação, seja por comercialização, seja por industrialização.

Além disso, esse processo exige que, no final de cada exercício, os lucros sejam capitalizados. Por estas situações os grupos dirigentes buscam o consenso, a aceitação, dos associados, para suas políticas de ação. E, ao mesmo tempo, estabelecem direções políticas aos quadros sociais. Agem politicamente no sentido de, procurando desenvolver a produção agrícola dos produtores-associados, desenvolver também as cooperativas.

Como fração da classe dos empresários rurais que assumiram a administração do setor cooperativo, os grupos dirigentes não são apenas administradores. São intelectuais orgânicos que representam os interesses políticos-econômicos de sua classe. Mas, no papel político que assumem como dirigentes, devem representar também os interesses da classe dos pequenos produtores, a maioria neste cooperativismo.

Entre essas classes, porém, há contradições. E pela expansão do capitalismo na agricultura intensificam-se essas contradições. A pequena produção apresenta diminuição em número de estabelecimentos, tendência de minifundização,

migração, venda de força de trabalho e uma produção subordinada aos capitais com quem ela mantém relações mercantis.

Já a classe dos empresários rurais apresenta expansão em número de estabelecimentos e aumento no número de empregados. Enfim, a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul mostra a retração da classe dos pequenos produtores e a expansão da classe dos empresários rurais.

A classe dos empresários rurais predomina, nessa modernização, é hegemônica. No cooperativismo essa hegemonia é representada pelos grupos dirigentes. Separada administrativamente do quadro social, esses grupos assumem não apenas a administração do setor cooperativo, mas os interesses dos associados. Esta representação é fundamental para a coesão do cooperativismo. Mas essa representação apresenta limites identificados, como as situações originadas pela estrutura de propriedade da terra, e isso reflete-se nos veículos.

Nessa representação, os grupos dirigentes desenvolvem direções políticas. E, no caso da imprensa de cooperativas, é possível perceber três: política-ideológica (divulgação/valorização do cooperativismo no sentido da expansão das cooperativas), política-tecnológica/econômica (divulgação/valorização de conhecimentos tecnológicos/econômicos para a produção agrícola), política-reivindicatória (divulgação/afirmação de reivindicações econômicas ao Estado para essa produção).

Essas direções unificam-se numa direção política-econômica expressa na produção de mercadorias e compõem, com maior ou menor predominância, os projetos editoriais dos veículos. E isso pode ser observado nos casos analisados. O Cotrijornal, por exemplo, surge enfatizando a expansão da Cotrijuí. Para o jornal, a valorização do cooperativismo estava nessa expansão, e desenvolve uma direção política-ideológica. Nesta sua primeira fase (1973-1978) buscou o consenso do quadro social para os projetos e realizações do grupo dirigente.

Em sua segunda fase essa linha jornalística é modificada

pela criação de um Conselho Editorial que inclui no jornal reivindicações sócio-políticas específicas da classe dos pequenos produtores. Esse Conselho, formado por intelectuais da Fidene, sindicalistas, dirigentes, jornalistas, técnicos e comunicadores, desenvolve um projeto editorial que, combinando as três direções referidas, inclui também aquelas reivindicações. Após o segundo quinquênio da década de 1980 o jornal acentua sua direção política-tecnológica/econômica.

O Interior, em sua primeira fase (1974-1981), quando é editado em Carazinho pela Fundação da Produtividade (instituída por seis cooperativas da região), desenvolve as três direções, mas entre essas, enfatiza a política-tecnológica/econômica. Tendo como público-padrão a classe dos empresários rurais, difunde, nessa direção, os conhecimentos de produção para as produções de trigo e soja - base da lavoura empresarial.

Em sua segunda fase o jornal é assumido pela Fecotrigo, sendo editado em Porto Alegre. A federação faz do jornal um veículo que enfatiza a direção política-reivindicatória - consequência de movimentos políticos-reivindicatórios do setor cooperativo no período. Pelo jornal o grupo dirigente da Fecotrigo atua na direção desses movimentos e também no enfrentamento da crise econômica-financeira da Centralsul, organização agroindustrial da federação.

Ao mesmo tempo, o veículo também expressa uma direção política-tecnológica/econômica. Acentuando a direção política-reivindicatória o jornal fortalece a coesão no quadro social do setor cooperativo. E, valorizando o cooperativismo como sistema associativo e o papel da federação como centro político-econômico dos produtores, não deixa de manifestar uma direção política-ideológica, implícita nessa direção política-reivindicatória.

Certamente por sua periodicidade semanal o jornal mostrou maior praticidade para atuar nesta direção, que é mantida até meados da década de 1980. Após, o jornal mantém suas direções, mas desarticula-se este projeto editorial, como desenvolvido. A federação mostra mudanças em seu grupo

dirigente ao mesmo tempo que intensifica-se a crise econômica no setor cooperativo. E o jornal, a partir de 1990 torna-se mensal, procurando, neste seu projeto editorial, dirigir questões como agroindustrialização e Mercosul.

A revista Agricultura & Cooperativismo criada em 1976 pela Fecotrigo, e que circulou até 1982, mostra um projeto editorial com duas direções predominantes: política-ideológica e política-tecnológica/econômica. Foi uma revista que acentuou a classe dos pequenos produtores.

Valorizando o cooperativismo, divulgando técnicas, indicando opções de produção, imputando significados da cultura capitalista ao mesmo tempo que valoriza a cultura típica destes produtores não-capitalistas, seu jornalismo procurou intensificar a produção de mercadorias dos pequenos estabelecimentos. Uma produção ligada ao setor cooperativo. Esta revista, ainda, desenvolveu um texto que, valorizando a cultura dos pequenos produtores, procura mostrar, mesmo com limites determinados, realidades de seus estabelecimentos.

Estes três veículos mostram formas do jornalismo da imprensa do cooperativismo empresarial. Como um jornalismo político-econômico do setor cooperativo, diferencia-se do jornalismo agrícola produzido por empresas jornalísticas comerciais.

Os três veículos mostram também o movimento e intensidade das determinações que, atuando no processo de modernização da agricultura e nesse cooperativismo, acentuam, mais ou menos, as direções. Essas determinações - a cooperativa como capital, o mercado favorável em preços para o produto soja, a necessidade de outras produções, a tecnologia, o Estado como agente financiador da produção agrícola, como também comprador do produto trigo - concorrem para a produção de mercadorias, e serão o material jornalístico dessa imprensa.

Em seu sentido de homogeneizar junto aos associados essas determinações, expressa-se o caráter hegemônico dessa imprensa, porque a produção de mercadorias envolve todos os produtores e, assim, os seus interesses políticos, técnicos e econômicos. Mas, se essas determinações proporcionam a

expansão da classe dos empresários rurais condicionam a retração da classe dos pequenos produtores.

Pela expansão do capitalismo na agricultura intensificam-se as contradições entre empresários rurais e pequenos produtores. É, porém, pela existência dessas contradições que os grupos dirigentes procuram manter e reproduzir sua hegemonia, o que significa uma hegemonia do cooperativismo empresarial em relação ao seu quadro social.

Deslocando, colocando em segundo plano, a questão da estrutura de propriedade da terra, essa imprensa criou um jornalismo que, valorizando o cooperativismo, reivindicando estímulos estatais ou produzindo informação tecnológica/econômica, trata da produção de mercadorias. Essa produção estabelece um "senso comum" entre todos os produtores e é a base de consenso e, por extensão, da hegemonia.

Pode-se dizer, assim, que essa imprensa foi criada com o objetivo de desenvolver direções políticas aos produtores-associados do cooperativismo empresarial. A natureza de seu jornalismo é o desenvolvimento de direções políticas hegemônicas que se unificam-se numa direção política-econômica. Por isso, entendemos que essa imprensa forma um sistema hegemônico dentro do cooperativismo.

Como atividade intelectual, essa imprensa é desenvolvida por jornalistas e dirigida pelos grupos dirigentes. Na direção política-tecnológica/econômica, que produz o jornalismo científico dessa imprensa, os técnicos assumem posição fundamental como fontes. E, pela importância dessa direção na produção agrícola do cooperativismo, integram também esse sistema hegemônico.

Assim, essa imprensa representa o trabalho intelectual dos agentes nela envolvidos e, por suas direções que convergem para a produção de mercadorias, mostra a ligação orgânica entre a superestrutura e a estrutura no setor cooperativo - parte da sociedade capitalista, do sistema hegemônico do bloco histórico estabelecido.

Essa ligação orgânica se explicita na medida que há correspondência entre uma direção no sentido da expansão das

organizações cooperativas, baseada na produção de mercadorias de seus associados, e as direções de sua imprensa.

A expansão das organizações, como capitais, está fundamentada na produção de mercadorias e, por isso, essa imprensa, combinando as três direções descritas, desenvolve uma direção no sentido dessa produção - resultando uma conexão orgânica entre direções políticas hegemônicas e a dinâmica empresarial desse cooperativismo.

Essa dinâmica empresarial intensifica-se no desenvolvimento da modernização da agricultura na década de 1970, quando ocorre um mercado favorável em preços para o produto soja e estímulos estatais subsidiados para a produção agrícola. A partir da década de 1980 esse mercado mostra diminuição nos preços praticados e o Estado recua no financiamento. Além disso, a crise econômica-financeira da Centralsul, organização agroindustrial da Fecotrigo, atinge o setor cooperativo.

Nesse contexto, a imprensa de cooperativas se retrai em número de veículos: atualmente, cinco cooperativas filiadas à Fecotrigo têm jornais e dezesseis tiveram em passado recente. Essa federação manteve de 1976 a 1982 sua revista, Agricultura & Cooperativismo, e continua editando O Interior, jornal que, a partir de 1981, se torna um veículo com circulação no setor cooperativo.

A imprensa de cooperativas surge na década de 1970, se expande, e apresenta retração na década de 1980, pela crise econômica do cooperativismo, como também, supomos, pelo fato de O Interior tornar-se o jornal desse setor.

Essa imprensa mostra também, mesmo que de forma não predominante, as contradições na agricultura do setor cooperativo. Os três casos analisados apresentam matérias jornalísticas sobre consequências sociais da modernização agrícola. Além disso, o Cotrijornal apresenta a modificação de seu projeto com a formação de um Conselho Editorial, indicando a possibilidade de se fazer um jornal agregando os diversos interesses existentes no quadro social de uma cooperativa.

Nessa imprensa, jornalistas e técnicos têm papel fundamental. Os jornalistas têm intenções profissionais - fazer um trabalho jornalístico específico, um jornalismo do setor cooperativo. Um trabalho que pode compreender a totalidade dos fatos jornalisticamente significativos que ocorrem nesse setor. Os técnicos também têm intenções profissionais - usar os veículos como meios de extensão rural, divulgando tecnologia.

O que predomina nos técnicos é uma compreensão de que os meios de comunicação são instrumentos auxiliares para difusão de tecnologia, e que atuam na função "de conhecer", primeira etapa do processo de inovações tecnológicas. Entre esses meios, a imprensa de cooperativas apresenta uma relevância situacional própria, ampliando sua função "de conhecer".

Esta condição, de relevância situacional qualificada, é dada pela direção política-tecnológica/econômica, que tem na difusão de tecnologia e outras informações a ela relacionadas, o objetivo de expandir a produção de mercadorias. Neste sentido, essa imprensa é eficiente. Porém, o mesmo não ocorre com informações sobre o desenvolvimento das forças produtivas que geram essa produção de mercadorias - o que significaria produzir conhecimentos sobre a totalidade da expansão do capitalismo na agricultura e que condiciona a retração da classe dos pequenos produtores.

A imprensa de cooperativas, enfim, criada e desenvolvida na dinâmica empresarial do cooperativismo, dentro da modernização da agricultura, é feita por sujeitos com determinações políticas, com arbítrio. Portanto, é uma imprensa condicionada por sujeitos. E representa o que os sujeitos envolvidos em seu jornalismo, dentro de relações de poder, querem que ela seja.

É preciso colocar, ainda, que citações de Kosik em relação ao método, colocadas na introdução, serviram como guia, mas evidentemente os passos de trabalho apresentaram muitas dificuldades. Além disso, esta pesquisa proporcionou inúmeras dúvidas. Procuramos, porém, sistematizar uma compreensão da imprensa de cooperativas - um assunto que merecia, em nosso entendimento, ser pesquisado.

BRUM, Argemiro Jacob - Modernização da Agricultura: Trigo e Soja. Petrópolis, Editora Vozes, 1988.

BUENO, Wilson da Costa - Jornalismo Científico no Brasil: Aspectos Teóricos e Práticos. São Paulo, Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP (série pesquisa), 1988.

BUNGE, Mario - Ciência e Desenvolvimento. Belo Horizonte - São Paulo, Editora Itatiaia/Editora da USP, 1989.

CAPARELLI, Sérgio - Televisão e Capitalismo no Brasil. Porto Alegre, L & PM Editores.

BIBLIOGRAFIA

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - RS - Ensaio Sobre o Cooperativismo Agrícola. Cadernos de Estudos, Pesquisa sobre

ABRAMO, Cláudio - A Regra do Jogo. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

AMIN, Samir et alii - A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ANO ECONOMICO - A região Sul volta a crescer. Ano VII, Porto Alegre, Zero Hora Editora Jornalística, edição 1985/86.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov) - Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, Editora Hucitec, 1988.

BARROS, Jefferson - Função dos Intelectuais Numa Sociedade de Classes. Porto Alegre, Editora Movimento, 1977.

BENETTI, Maria Domingues - Origem e Formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul: Uma análise do Desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980. Porto Alegre, FEE (série teses), 1982.

BENETTI, Maria Domingues - Endividamento e Crise do Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul: Análise do Caso FECOTRIGO/CENTRASUL - 1975-83. In: BENETTI, Maria Domingues et alii (coord) Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial do RS 1957-84. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1985.

BESKOW, Paulo Roberto - O Arrendamento Capitalista na Agricultura: Evolução e Situação Atual da Economia do Arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo - Brasília, Editora Hucitec/CNPq, 1986.

BOBBIO, Norberto et alii - Dicionário de Política. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

- BRUM, Argemiro Jacob - Modernização da Agricultura: Trigo e Soja. Petrópolis, Editora Vozes, 1988
- BUENO, Wilson da Costa - Jornalismo Científico no Brasil: Aspectos Teóricos e Práticos. São Paulo, Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP (série pesquisa), 1988
- BUNGE, Mario - Ciência e Desenvolvimento. Belo Horizonte - São Paulo, Editora Itatiaia/Editora da USP, 1989
- CAPARELLI, Sérgio - Televisão e Capitalismo no Brasil. Porto Alegre, L & PM Editores, 1982
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - RS - Ensaio Sobre o Cooperativismo Agrícola. Cadernos de Estudos, Pesquisa sobre os problemas do cooperativismo no Rio Grande do Sul, documento reprografado, janeiro de 1983
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. - A Expansão da Soja no Rio Grande do Sul 1950-75. Porto Alegre, FEE (série teses), 1986
- CORADINI, Odacir Luiz - Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: o Caso do Trigo e da Soja. In: CORADINI, Odacir Luiz et alii Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982
- COSTA, M. Vaz - Extensão Rural. Apostila, Porto Alegre, Faculdade de Agronomia da UFRGS, 1982
- COSTA, Rogério Haesbaert da - RS Latifúndio e Identidade Regional. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1988
- COSTELLA, Maria - Igreja e Luta Pela Terra no Rio Grande do Sul: Organização e Poder. Porto Alegre, UFRGS, dissertação de mestrado, 1992
- COTRIJUI - Programa Para a Próxima Década. Ijuí, Cotrijui, 1991
- COUTINHO, Carlos Nelson - Gramsci. Coleção Fontes do Pensamento Político, Porto Alegre, L & PM Editores, 1981
- DELGADO, Guilherme da Costa - Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965 - 1985. São Paulo - Campinas, Ícone Editora/Editora da Unicamp, 1985
- DICIONARIO DE ECONOMIA. Série "Os Economistas", São Paulo, Editora Best Seller, 1987
- DICIONARIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987

- DICIONARIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Editado por Tom Bottomore, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988
- DUARTE, Laura Maria Goulart - Capitalismo & Cooperativismo no R. G. S.: O Cooperativismo Empresarial e a Expansão do Capitalismo no Setor Rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, L & PM Editores, 1986
- FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca - Dinâmica Social e Cooperativismo: O caso da FECOTRIGO - 1958/72. In: BENETTI, Maria Domingues et alii (coord.) Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial do RS 1957-84. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1985
- FANDINO, Mario - A Forma de Produção Familiar Pós-Chayanoviana e Outras: Combinando Amostra e Dados Censitários Para Estimar o Seu Tamanho. Porto Alegre, UFRGS, paper, 1993
- FAUTH, Elvin Maria - O Desempenho da Agricultura Gaúcha e a Política Econômica nos Anos 80. Ensaios FEE, Ano 12, N^o 1, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1991
- FECOTRIGO - Custo de Produção: Lavouras em Sucessão Trigo - estimativa safra 1977 Soja - revisão safra 1976/7. Encarte na revista Agricultura & Cooperativismo, n^o 10, fevereiro de 1977, FEE, 1982A
- FECOTRIGO - O Desafio da Comunicação e Educação Cooperativa. Porto Alegre, Fecotrig, s/d
- FECOTRIGO - Fecotrig, Por uma opção progressista. Pronunciamento de seu presidente, Jarbas Pires Machado, Porto Alegre, Fecotrig, dezembro de 1986
- FECOTRIGO - Custo de Produção: Lavouras Mecanizadas. Porto Alegre, Fecotrig, Ano XXXI, Estudo N^o 50, julho de 1992
- FETT, John H. - Conteúdo e Relevância Situacional de Notícias Agrícolas em Jornais Brasileiros. In: MELO, José Marques de (org.) Comunicação, Modernização e Difusão de Inovações no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes, 1978
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da - A Extensão Rural no Brasil, Um Projeto Educativo Para o Capital. São Paulo, Edições Loyola, 1985
- FORMAN, Shepard - Camponeses: Sua Participação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979

- FRANTZ, Telmo Rudi - Cooperativismo Empresarial e Desenvolvimento Agrícola: O Caso da COTRIJUI. Ijuí, Cotrijuí-Fidene, 1982
- FREIRE, Paulo - Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977
- FROHLICH, Egon Roque - Análise de Conteúdo dos Assuntos Agrícolas e sua Relevância Situacional nos Jornais do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, IEPE-UFRGS, dissertação de mestrado, 1970
- FROHLICH, Egon Roque - Cooperativas Agrícolas Como Elos de Comunicação Entre Associados, Orçãos Oficiais e Entidades Particulares (O Caso de Ibirubá, RS). Porto Alegre, IEPE-UFRGS, Estudos e Trabalhos de Pesquisa, N^o 44, 1990
- FUNDAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL - Catálogo Verde. Porto Alegre, Funcoop, 1990
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - Análise da Política de Preços Mínimos Para os Produtos Agrícolas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, FEE, 1982
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha: A Agricultura do Rio Grande do Sul. Vol. 3, Porto Alegre, FEE, 1982A
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - A Produção Gaúcha na Economia Regional; Uma Análise da Concorrência Intercapitalista. Tomo II, Porto Alegre, FEE, 1983
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - A Economia Gaúcha e os Anos 80: Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira. Tomo 1, Porto Alegre, FEE, 1990
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - Indicadores Econômicos; Desempenho da Economia do RS - 1990. Vol 18, n^o4, Porto Alegre, FEE, 1991
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Vol 1, Rio de Janeiro, FIBGE, 1990
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo Agropecuário: Rio Grande do Sul. Censos Econômicos de 1985, número 24, Rio de Janeiro, FIBGE, 1991
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -

- Anuário Estatístico do Brasil. Vol. 51, Rio de Janeiro, FIBGE, 1991A
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo Demográfico de 1991 - Rio Grande do Sul; Resultados Preliminares. (Dados sistematizados para divulgação), Porto Alegre, FIBGE, 1992
- FURSTENAU, Vivian - O Crédito Rural no Brasil e Seus Efeitos Sobre a Agricultura Gaúcha. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1988
- FURSTENAU, Vivian - A Evolução Agropecuária; A Lavoura de Grãos na Década de 80: A Busca da Eficiência. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA A Economia Gaúcha e os Anos 80; Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira. Tomo 2, Porto Alegre, FEE, 1990A
- GAIGER, Luiz Inácio Germany - Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil; Quadro de Interpretação Sociológica. Petrópolis, Editora Vozes, 1987
- GAMA, Ruy (org) - História da Técnica e da Tecnologia. São Paulo, T. A. Queiroz, Editor/Editora da USP, 1985
- GARCIA JR, Afranio Raul - Terra de Trabalho; Trabalho Familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983
- GENRO FILHO, Adelmo - O Segredo da Pirâmide; Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê! Editora, 1987
- GUIMARÃES, Alberto Passos - Quatro Séculos de Latifúndio. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968
- GRAMSCI, Antonio - Maquiavel, A Política E O Estado Moderno. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978
- GRAMSCI, Antonio - Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978A
- GRAMSCI, Antonio - Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979
- GRAMSCI, Antonio - Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1984
- GLUCKSMANN, B. Christinne - Gramsci e o Estado; Por Uma Teoria Materialista da Filosofia. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1990
- GRUPPI, Luciano - O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de

- Janeiro, Edições Graal, 1978
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais Sócio-Econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul. Brasília, INCRA, 1973
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Programa da Terra. Brasília, INCRA, 1992
- JONER, Jacqueline et alii - Santa Soja. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1979
- LACLAU, Ernesto - Política e Ideologia na Teoria Marxista; Capitalismo, Fascismo e Populismo. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979
- LAGE, Nilson - Ideologia e Técnica da Notícia. Petrópolis, Editora Vozes, 1979
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia - Cooperativismo e Reprodução Camponesa. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez Editora, 1981
- KNELLER, George F. - A Ciência como Atividade Humana. Rio de Janeiro - São Paulo, Zahar Editores/Editora da USP, 1980
- KOSIK, Karel - Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
- KOTSCHO, Ricardo - A Prática da Reportagem. São Paulo, Editora Atica, 1989
- KUCINSKI, Bernardo - Jornalistas e Revolucionários; Nos Tempos da Imprensa Alternativa. São Paulo, Página Aberta, 1991
- MADRID, Javier Esteinou - Meios de Comunicação e Construção da Hegemonia. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da, (coord.) Comunicação, hegemonia e contra-informação. São Paulo, Cortez Editorial/Intercom, 1982
- MANCUSO, José Humberto - O Discurso da Reforma Agrária. Brasília, Universidade de Brasília, dissertação de mestrado, 1988
- MARCONDES FILHO, Ciro - O Capital da Notícia; Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza. São Paulo, Editora Atica, 1986
- MARQUES, Mário Osório - Universidade Emergente; O Ensino

- Superior Brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983. Ijuí, Fidene, 1984
- MARQUES, Mário Osório et alii - Uma Comunidade Em Busca de Seu Caminho. Porto Alegre, Sulina, 1972
- MARTINS, José de Souza - Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975
- MARTINS, José de Souza - Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes, 1981
- MARTINS, José de Souza - A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República". São Paulo, Editora Hucitec, 1986
- MARX, Karl - Miséria da Filosofia. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1976
- MARX, Karl - O Capital; (Crítica da Economia Política). Livro 3, Vol 6, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980
- MARX, Karl - O Método da Economia Política. In: MARX Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978
- MEDINA, Cremilda - Notícia Um Produto à Venda; Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. São Paulo, Summus Editorial, 1988
- MINISTÉRIO DA FAZENDA - Indicadores Econômicos. Brasília, Secretaria Especial de Assuntos Econômicos, 1989
- MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MIRAD) - Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Brasília, MIRAD e INCRA, 1985
- MORAIS, Regis de - Filosofia da Ciência e da Tecnologia. Campinas, Papirus Editoria, 1988
- MOREIRA, Roberto José - A pequena produção e a composição orgânica do capital. Revista de Economia Política, Vol 1, Nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981
- MUNHOZ, Dercio Garcia - Economia Agrícola; Agricultura - Uma Defesa dos Subsídios. Petrópolis, Editora Vozes, 1982
- NAKANO, Yoshiaki - A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. Revista de Economia Política, Vol 1, Nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981
- NÓBREGA, Mailson Ferreira da - Desafios da Política Agrícola. São Paulo, Gazeta Mercantil S/A Editora Jornalística/CNPq,

- 1985
- NOVO DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975
- OLIVEIRA, Francisco de - A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Petrópolis, Editora Vozes, 1981
- OLIVEIRA, Francisco - Viva a Corrupção: O Escândalo BNCC/CENTRALSUL. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985
- OLIVEIRA, Francisco - O Roubo é Livre. Porto Alegre, Tchê! Editora, 1985A
- OLIVEIRA, Péricles F. L. - Desenvolvimento Agrícola, Força de Trabalho e Emigração Rural no Rio Grande do Sul. Ensaios FEE, Ano 6, N^o 1, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1985B
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - Opção Cooperativista. Brasília, OCB, s/d
- OSÓRIO, Pedro Luiz et alii - Dez anos de soja. Prêmio BADESUL de Jornalismo - 1983, Porto Alegre, Documentos de Jornalismo, Associação Riograndense de Imprensa, 1985
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Auge e declínio nos anos setenta. Revista de Economia Política, Vol 3, N^o 2, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983
- PORTELLI, Hugues - Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987
- PORTO, Sérgio Dayrell - Televisão Brasileira: Economia e Imaginário; Globo Rural e Som Brasil: A Mesma Safra Urbana? Brasília, Embrapa, Cadernos de Difusão de Tecnologia, Vol 4, N^o 2, maio/agosto de 1987
- POULANTZAS, Nicos - Poder Político e Classes Sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977
- QUINTÃO, Aylé- Salassió Filgueiras - O Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964. Rio de Janeiro, Agir Editora, 1987
- ROGERS, Everett M. e SHOEMAKER, F. Floyd - La Comunicación de Innovaciones; Un enfoque transcultural. México - Buenos Aires, Centro Regional de Ayuda Técnica/Agencia Para El Desarrollo (AID), 1974
- ROSSATO, Veronice Lovato - Jornalismo de Cooperativas no Rio Grande do Sul. São Paulo, Cortez Editora, Revista

- Comunicação & Sociedade, Ano III, nº 6, setembro de 1981
- SANDRONI, Paulo - Questão Agrária e Campesinato; A "Funcionalidade" da Pequena Produção Mercantil. São Paulo, Polis, 1980
- SANTOS, José Vicente Tavares dos - A Reprodução Subordinada do Campesinato. Ensaios FEE, Ano 2, Nº2, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1982
- SANTOS, José Vicente Tavares dos - Colonos do Vinho; Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital. São Paulo, Editora Hucitec, 1984
- SCHLEGEL, Rogerio - A Participação do Produtor Rural nos Veículos de Comunicação de Massa Especializados em Agropecuária. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à ECA-USP, documento reprografado, 1988
- SCHUCH, Hélio A. - Produção de Valor na Pequena Produção Agrícola; RS. Porto Alegre, IEPE-UFRGS, dissertação de mestrado, 1985
- SEIBEL, Erni José - A Função Político-Ideológica do Cooperativismo. Berlim, Universidade de Berlim, tese de doutorado a ser apresentada, 1989
- SILVA, José Graziano et alii - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1980
- SILVA, José Graziano - Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, Editora Hucitec, 1981
- SILVA, José Graziano da - A Modernização Dolorosa; Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982
- SORJ, Bernardo - Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980
- STACCONE, Giuseppe - Gramsci; 100 Anos Revolução e Política. Petrópolis, Editora Vozes, 1991
- STAVENHAGEN, Rodolfo - Classes Rurais na Sociedade Agrícola. São Paulo, Edições Loyola, 1979
- TAMBARA, Elomar - RS: Modernização & Crise na Agricultura. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983
- TERUCHKIN, Sônia U. - RS: Mudanças no Perfil Exportador. In:

- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA A Economia Gaúcha e os Anos 80: Uma Trajetória Regional no Contexto da Crise Brasileira. Tomo 3, Porto Alegre, FEE, 1990B
- THIOLLENT, Michel - Anotações Críticas Sobre Difusão de Tecnologia e Ideologia da Modernização. Brasília, Embrapa, Cadernos de Difusão de Tecnologia, Vol 1, N^o 1, janeiro/abril de 1984
- TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudêncio - Comunicação Empresarial/Comunicação Institucional. São Paulo, Summus Editorial, 1986
- WEBER, Max - Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: COHN, Gabriel (org.) Weber São Paulo, Editora Atica, 1979
- WEBER, Max - A "Objetividade" do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (org.) Weber São Paulo, Editora Atica, 1979A
- WEBER, Max - A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo/Brasília, Livraria Pioneira Editora/Editora Universidade de Brasília, 1981
- WEBER, Max - Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol 1, Brasília, Editora UnB, 1991
- WEIGERT, Sérgio - Jornalismo e Jornalistas: Anotações sobre um assunto complicado. Florianópolis, Departamento de Comunicação da UFSC, pesquisa em andamento, 1993
- WILKINSON, John - O Estado, A Agroindústria e a Pequena Produção. São Paulo - Salvador, Hucitec/Cepa-Bahia, 1986
- WILLIAMS, Raymond - Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979
- Periódicos
- Cotrijornal, Ijuí (RS), Cotrijuí, coleção (julho de 1973 a julho de 1992)
- O Interior, Carazinho (RS) e Porto Alegre, Fundação da Produtividade - Funcoop, coleção (outubro de 1974 a novembro de 1992)
- Agricultura & Cooperativismo, Porto Alegre, Fecotrigo, coleção (março de 1976 a janeiro de 1982)
- Anuário Expressão/78, (A & C, n^o 30), Porto Alegre, Fecotrigo,

- outubro de 1978
Anuário Expressão/79, (A & C, n^o 42), Porto Alegre, Fecotrigo,
outubro de 1979
Anuário Expressão/80, (A & C, n^o 54), Porto Alegre, Fecotrigo,
outubro de 1980
Anuário Expressão/81, (A & C, n^o 66), Porto Alegre, Fecotrigo,
outubro de 1981
Anuário Expressão/82, (A & C, s/n^o), Porto Alegre, Fecotrigo,
dezembro de 1982
Anuário Expressão/88, s/d, Porto Alegre, Fecotrigo
Anuário Expressão/90, s/d, Porto Alegre, Fecotrigo
Boletim Trigo e Soja, Porto Alegre, Fecotrigo, Armino Aloísio
Terhorst, Maio/Junho de 1982, n^o 61
Boletim Trigo e Soja, Porto Alegre, Fecotrigo, Miguel Bresolin
et alii, Setembro e Outubro de 1982, n^o 63
Revista Brasileira de Comunicação, Ano XI, n^o 59, "Humberto
Pereira: o agricultor não precisa de comunicação rural",
entrevista de Humberto Pereira, editor-chefe do programa
"Globo Rural", a Dario Luís Borelli, julho/dezembro de 1988
Coojornal, Porto Alegre, Cooperativa dos Jornalistas de Porto
Alegre, n^o 8, agosto-setembro de 1976
Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 20 de julho de 1985
Jornal Gazeta Mercantil, São Paulo, 5 de março de 1992
Versão dos Jornalistas, Porto Alegre, Sindicato dos
Jornalistas do Rio Grande do Sul, junho/julho de 1992, n^o 10
Notícias IICA, Brasília, novembro-dezembro de 1992, Ano VIII,
n^o 43
Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 3 de março de 1993
Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 28 de março de 1993
Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 10 de abril de 1993
Revista Literária Globo, São Paulo, Editora Globo, abril de
1993
Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 4 de maio de 1993
Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 14 de maio de 1993
Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 16 de julho de 1993
Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 25 de julho de 1993
Jornal O Interior, Porto Alegre, julho de 1993